

Universidade Federal Fluminense
Instituto de História
Programa de Pós-graduação em História

Gabriel de Abreu Machado Gaspar

PALAVRAS EM TRÂNSITO:
LIVROS E LINGUAGENS POLÍTICAS NO *CORREIO BRAZILIENSE*
DE HIPÓLITO DA COSTA (1808-1822)

Niterói
2025

Gabriel de Abreu Machado Gaspar

PALAVRAS EM TRÂNSITO:
LIVROS E LINGUAGENS POLÍTICAS NO *CORREIO BRAZILIENSE*
DE HIPÓLITO DA COSTA (1808-1822)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador:

Prof. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Anita Correia Lima de Almeida (UNIRIO)

Profª. Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ)

Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR)

Prof. Dr. Nelson Mendes Cantarino (UNICAMP)

Prof. Dr. Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves (Orientador – UFF)

Niterói

2025

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

G249p Gaspar, Gabriel de Abreu Machado
 Palavras em trânsito : livros e linguagens políticas no
 Correio Braziliense de Hipólito da Costa (1808-1822) /
 Gabriel de Abreu Machado Gaspar. - 2025.
 275 f.

 Orientador: Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das Neves.
 Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto
 de História, Niterói, 2025.

 1. Costa, Hipólito José da, 1774-1823. 2. Correio
 Braziliense. 3. Iluminismo. 4. História do livro. 5.
 Produção intelectual. I. Neves, Guilherme Paulo Castagnoli
 Pereira das, orientador. II. Universidade Federal Fluminense.
 Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

Bibliotecário responsável: Debora do Nascimento - CRB7/6368

À mãe Gracinha, com a certeza do reencontro.

AGRADECIMENTOS

A construção desta tese reflete uma trama entrelaçada de trajetórias e apoios, cujo valor me inspira a agradecer a todas as pessoas e instituições envolvidas.

Ao meu orientador, Professor Guilherme Pereira das Neves, cuja experiência acadêmica, aliada a uma ética rigorosa e a uma rara capacidade de escuta, foram decisivas para o percurso desta tese. A generosidade com que compartilhou sua erudição, o cuidado na orientação e o estímulo constante à reflexão crítica foram, para mim, exemplos não apenas de excelência intelectual, mas também de integridade e compromisso com a formação de professores e pesquisadores em História.

Agradeço também às professoras Anita Correia Lima de Almeida (UNIRIO) e Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (UERJ) e aos professores Antonio Cesar de Almeida Santos (UFPR) e Nelson Mendes Cantarino (UNICAMP), que compuseram a banca examinadora desta tese, pela leitura atenta, pelas críticas generosas e pelas contribuições valiosas que enriqueceram não apenas este trabalho, mas também meu percurso intelectual.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, por criarem um ambiente de aprendizado crítico e reflexivo. Aos servidores da instituição, que com gentileza auxiliaram em todas as questões burocráticas surgidas ao longo desta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro desta pesquisa. A bolsa concedida foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho e contribuiu significativamente para a minha formação acadêmica.

À minha esposa, Viviani, pelo amor constante, pela paciência inabalável e pelo companheirismo que sustenta todos os meus dias. Sua confiança silenciosa na leveza da vida sempre me acompanhou e tornou-se abrigo em todas as etapas desta caminhada.

Ao meu filho Daniel, maior fonte de luz e alegria em minha vida, cuja vivência no espectro autista me ensina, a cada dia, outras formas de ver, sentir e estar no mundo. Sua alegria, sua singularidade e sua presença foram horizonte nos momentos em que a jornada parecia mais difícil.

À minha família, por todo o amor, paciência e incentivo ao longo desta jornada. Em especial, agradeço aos meus pais, Paulo Roberto, Maria da Graça e Eloíde, exemplos de força e dedicação, que nunca deixaram de me apoiar e incentivar. Savannah sempre esteve presente com seu apoio incondicional ao longo desta jornada. Sua força e carinho foram fundamentais, assim como o cuidado e amor dedicados ao nosso Daniel. Aos meus irmãos Rodrigo, Leonardo e Ana Paula, especialmente esta última, também minha madrinha e conselheira, agradeço pela presença constante e pelo laço fraterno que me sustenta. Ao meu padrinho Fabiano, pelo carinho e apoio sempre presentes. Aos meus sobrinhos Laura e Theo, por representarem o futuro em sua forma mais luminosa.

À minha família *duque-caxiense*, pelo acolhimento e convivência generosa ao longo desses anos. Ao meu cunhado Luiz Antonio e à sua esposa Gleice, pelos gestos de cuidado e companheirismo. Aos sobrinhos Cleo e Totonho, pelas alegrias partilhadas. À minha sogra Maria Cristina, pelo carinho constante e por sua presença firme e afetuosa na vida de todos nós.

Aos meus amigos e amigas, pela escuta atenta, pelas conversas que restauraram o ânimo e pelos momentos de leveza que tornaram o caminho menos árduo.

À Sabrina, Marcela, Patrícia e Eliete, que com dedicação e carinho cuidaram da casa e, sobretudo, de nossa família, o que me garantiu o tempo e a tranquilidade necessários para me dedicar a este trabalho.

Por fim, dedico esta tese à memória de minha mãe, Maria da Graça, *Gracinha*, ou ainda *Grace*, que partiu para a eternidade no último ano desta caminhada. Professora

dedicada, mulher forte e incansável, ela foi o primeiro e mais constante exemplo de compromisso com o conhecimento, com a justiça e com a dignidade. Sua presença ao lado seu maior companheiro, *Paulinho*, me formou; sua ausência me marca. Esta conquista também é dela – e carrega, em cada linha, algo do que ela me ensinou a ser.

“Sempre acabamos voltando ao mesmo ponto – disse Poirot. – Queremos saber mais – ele suspirou – Queremos saber mais sobre as pessoas, e como conseguiremos desvendar pessoas que estão separadas de nós por um abismo de tempo?”.

Agatha Christie

Os elefantes não esquecem, 1972.

RESUMO

O presente trabalho investiga a seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense*, periódico redigido por Hipólito José da Costa (1774-1823) e publicado a partir de 1808 em Londres, a fim de compreender a circulação de livros e impressos no alvorecer do Oitocentos e as linguagens políticas mobilizadas pelo redator. Para tanto, utilizou-se de duas abordagens complementares: a história do livro e da leitura, conforme desenvolvida por Robert Darnton e Roger Chartier, e a história do pensamento político, especialmente à luz das contribuições de Quentin Skinner e J. G. A. Pocock. A pesquisa revela que Hipólito da Costa mobilizava os livros, impressos e periódicos analisados como instrumentos fundamentais para formular e divulgar suas críticas, seus posicionamentos e seus projetos. Em seus comentários, articulava linguagens políticas que ecoavam conceitos centrais da Ilustração, do liberalismo e da economia política, como liberdade civil e econômica, despotismo, a crítica à censura e a oposição aos monopólios. Tais questões dialogavam diretamente com dilemas enfrentados pelo Império luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Assim, Hipólito da Costa desempenhou papel central na difusão das ideias ilustradas e dos princípios da Economia Política junto a um público leitor ainda restrito, limitado pelos baixos índices de letramento e pelos mecanismos de censura do Antigo Regime.

Palavras-chave: Hipólito da Costa; *Correio Braziliense*; livros; Ilustração.

ABSTRACT

This work investigates the section *Literatura e Ciências* of *Correio Braziliense* (1808-1822), a periodical written by Hipólito José da Costa (1774-1823) and published from 1808 in London, to understand the circulation of books at the dawn of the 19th century and the political languages mobilized by the editor. To this end, two complementary approaches were used: the history of books and reading, as developed by Robert Darnton and Roger Chartier, and the history of political thought, particularly considering the contributions of Quentin Skinner and J. G. A. Pocock. The research reveals that Hipólito da Costa used the books and periodicals analyses as fundamental instruments for formulating and disseminating his critiques, positions and projects. In his commentaries, he articulated political languages that echoed central concepts of the Enlightenment, liberalism and political economy, such as civil and economic liberty, despotism, criticism of censorship, and opposition to monopolies. These questions directly addressed dilemmas by the Luso-Brazilian Empire in the early decades of the 19th century. Thus, Hipólito da Costa played a central role in disseminating enlightened ideas and the principles of political economy to a still limited readership, limited by low literacy rates and the censorship mechanisms of the *Ancien Régime*.

Keywords: Hipólito da Costa; *Correio Braziliense*; books; Enlightenment.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	p. 13
INTRODUÇÃO.....	p. 14

PARTE I

LIVROS E IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO

CAPÍTULO 1. Hipólito da Costa e o Reformismo ilustrado luso-brasileiro: da viagem para Filadélfia às primeiras atividades editoriais	p. 26
<i>Ciências e reformas</i>	p. 27
<i>Instruções e viagens</i>	p. 32
<i>Agricultura e melhoramentos</i>	p. 38
<i>Máquinas e invenções</i>	p. 46
<i>A saúde dos povos</i>	p. 51
<i>Línguas e traduções</i>	p. 62
 CAPÍTULO 2. Literatura e Ciências: livros e impressos no <i>Correio Braziliense</i> ...	p. 75
<i>Hipólito da Costa em Londres e o Correio Braziliense</i>	p. 76
<i>Livros e periódicos entre os séculos XVIII e XIX</i>	p. 82
<i>Literatura e Ciências</i>	p. 88
<i>Ciências e Artes</i>	p. 89
<i>História</i>	p. 108
<i>Belas Letras</i>	p. 116
<i>Jurisprudência</i>	p. 119
<i>Teologia</i>	p. 120
<i>Censura e liberdade de imprensa</i>	p. 125

PARTE II

LINGUAGENS POLÍTICAS EM DISPUTA

CAPÍTULO 3. Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa: tensões na Economia

Política luso-brasileira.....	p. 137
<i>José da Silva Lisboa nas páginas do Correio Braziliense</i>	p. 137
<i>As agruras do crédito público</i>	p. 156
<i>Liberdade contra o despotismo</i>	p. 170
<i>Linguagens da Economia Política e do Liberalismo</i>	p. 174
<i>Silva Lisboa, Hipólito e as Linguagens da Economia Política</i>	p. 184

CAPÍTULO 4. A Ciência do Legislador: a Economia Política nas páginas do

<i>Correio Braziliense</i>	p. 194
<i>Nas tramas da Economia Política</i>	p. 195
<i>Simonde de Sismondi traduzido por Hipólito</i>	p. 198
<i>A aplicação da Economia Política</i>	p. 212
<i>O desejo de Liberdade e o medo do Despotismo</i>	p. 222
<i>Os perigos da escravidão política</i>	p. 234
<i>Leitores de Sismondi</i>	p. 241

CONCLUSÕES.....	p. 251
-----------------	--------

FONTES.....	p. 257
-------------	--------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p. 261
---------------------------------	--------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1. Gravura da espécie <i>Acer açucareiro</i>	p. 40
IMAGEM 2. Gravura da Bomba descrita por Hipólito da Costa.....	p. 48
GRÁFICO 1. Distribuição geográfica dos jornais e periódicos citados e comentados na seção “Literatura e Ciências” do <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 85
GRÁFICO 2. Livros citados e comentados no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 89
GRÁFICO 3. Obras da categoria “Ciências e Artes” citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 90
GRÁFICO 4. Obras da categoria “História” citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 110
GRÁFICO 5. Obras da categoria “Belas Letras” citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 116
GRÁFICO 6. Obras da categoria “Jurisprudência” citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 119
GRÁFICO 7. Obras da categoria “Teologia” citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822).....	p. 120
TABELA 1. Temas das obras citadas e comentadas no <i>Correio Braziliense</i> (1808-1822) em ordem decrescente.....	p. 121

INTRODUÇÃO

Em meio à “praga periodiqueira” que se alastrou pelo mundo luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX, um dos jornais despertou especial interesse: o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, publicado em Londres a partir de 1808 redigido por um certo Hipólito José da Costa¹. Nascido em 1774 na Colônia do Sacramento, Hipólito da Costa formou-se em Leis em Coimbra e foi encarregado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, de viajar aos Estados Unidos para estudar desde a cultura das árvores nativas e a construção de pontes até a pesca da baleia². Esta tarefa integrava as iniciativas reformistas do ministro ilustrado que estimulava estudos, pesquisas e viagens de letrados, naturalistas e botânicos que compunham o que a historiografia convencionou chamar de “geração de 1790”³. Durante a passagem pela Filadélfia, entre 1798 e 1799, Hipólito aproximou-se da maçonaria e de suas ideias, como registrou em seu *Diário da minha viagem a Filadélfia*⁴.

Ao retornar a Portugal, integrou a Casa Literária do Arco do Cego, dirigida por Frei Veloso sob os auspícios ilustrados de Rodrigo de Sousa Coutinho⁵. Nos prelos desta

¹ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2003. p. 43-44. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Niterói, vol. 8, 1999. p. 2-4. BASILE, Marcelo. *A praga periodiqueira: liberdade de imprensa, protocolos de escrita e ação política na época da Independência*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, set./dez. 2022.

² Cf. LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 73.

³ Cf. MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968.

⁴ BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado Luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011. Durante a viagem, Hipólito da Costa escreveu um diário que foi publicado: COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Senado Federal, 2004.

⁵ Sobre as conexões entre o projeto ilustrado de D. Rodrigo e a fundação da Casa Literária do Arco do Cego, ver: CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999. Ver também os artigos publicados em PATACA, Ermelinda & LUNA, Fernando (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019.

tipografia, publicou uma obra sobre navegação e outra sobre a cultura do açúcar e duas traduções de textos em inglês. Durante este período, aproximou-se mais da maçonaria e, em 1802, partiu para Londres sob a justificativa de adquirir materiais tipográficos para a Impressão Régia. A viagem, em verdade, tinha por objetivo amealhar apoio e proteção da Grande Loja Inglesa para a criação da Maçonaria Portuguesa. Ao voltar a Portugal em julho de 1802, foi preso pela Inquisição sob a acusação de ser “pedreiro livre”. Permaneceu preso até abril de 1805, quando fugiu e, com apoio de maçons influentes, desembarcou em Londres em 1806⁶. Nesta época, Londres reunia um numeroso grupo de luso-brasileiros, composto, dentre outros, por agentes monárquicos, negociantes e jornalistas que articulavam redes de poder e financiamento para o desenvolvimento de diversos jornais portugueses⁷.

Em junho de 1808, saía a luz o primeiro número do *Correio Braziliense ou Armazém Literário*. No primeiro número do periódico, o redator afirmava que “levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os factos políticos, civis, e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero mereça a geral aceitação daqueles a quem o dedico”. Ele gostaria, continuava, de “traçar as melhorias das Ciências, das artes, e numa palavra de tudo aquilo, que pode ser útil à sociedade em geral”⁸. Tais matérias eram organizadas em quatro segmentos: *Política*, que trazia a transcrição de documentos oficiais relativos a Portugal e aos negócios estrangeiros; *Commercio e Artes*, que continha textos e artigos referentes ao comércio internacional e economia política; *Literatura e Ciências*, que abordava as recentes

⁶ Cf. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 33-57.

⁷ Cf. MUNARO, Luís Francisco. *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 90-138.

⁸ *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. Vol. 1. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternosterrow, 1808. Edição fac-similar, org. Alberto Dines (Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2002). p. 4.

publicações de livros na Inglaterra e em Portugal; e *Miscelânea*, que apresentava textos e comentários sobre os mais diversos temas relacionados ao mundo luso-brasileiro.

Esta tese se dedica de modo mais circunscrito à seção *Literatura e Ciências*, na qual o redator comentava os novos livros, folhetos e jornais impressos tanto em Portugal, quanto em outros países, como Inglaterra e França. Na apresentação desta seção, no primeiro número do periódico, o redator afirmava:

como neste artigo das ciências se há de dar conta das mais importantes obras, que se publicarem; pede a justiça que se preste uma atenção particular às obras que se publicam em Português; o que farei de tanto melhor vontade, por que conhecendo o atual estado da literatura Portuguesa, não espero que esta repartição me ocupe muito tempo, nem me causa grande despesa no papel⁹.

Como quase tudo que Hipólito escreveu ao longo de sua vida, estes comentários acerca do estado da literatura portuguesa geraram reações desagradáveis. Não por acaso, no *Correio Braziliense* de outubro de 1808, o redator esclarecia não ter negado a existência de muitos portugueses com conhecimento e erudição. O que ele buscava, em suas palavras, era atentar para o fato de que “os entraves, que se põem às ciências, as perseguições, que sofrem os homens de letras, e outras causas, que eu atribuo ao Governo, fazem com que esses talentos sejam sopitados, e não haja, nem possa haver, produções literárias”. Na opinião de Hipólito, um dos maiores obstáculos era a censura prévia e a necessidade de uma licença para publicar obras emitida por “uns poucos de homens, em quem o Governo de Portugal lhe aprouve, por uma ficção de direito, depositar todos os conhecimentos humanos”¹⁰.

⁹ *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. Vol. 1. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternoster-row, 1808. Edição fac-similar, org. Alberto Dines (Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2002). Junho de 1808, p. 30.

¹⁰ Para ambas as citações: *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. Vol. 1. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternoster-row, 1808. Edição fac-similar, org. Alberto Dines (Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2002). Outubro de 1808, p. 383. Sobre as ideias de Hipólito da Costa acerca da liberdade de imprensa, ver também: FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. vol. 22, 2006.

No alvorecer do Oitocentos, era íntima a relação entre os periódicos e os livros. Como salientou Marco Morel, os jornais constantemente transcreviam e traduziam, quando necessário, longos trechos de obras publicadas, o que contribuía para a disseminação do conteúdo dos livros. Se comparados aos livros, os jornais eram vendidos a preços menores e se difundiam de modo mais extenso naquela sociedade¹¹. Como no caso do *Correio Braziliense*, os jornais dedicavam seções inteiras de comentários e transcrições aos livros recém-publicados¹². Assim, esta tese se debruça sobre tais análises e comentários que constituíam verdadeiras *resenhas* das obras selecionadas pelo redator do periódico. A investigação baseou-se na edição fac-similar do *Correio Braziliense ou Armazém Literário* organizada por Alberto Dines em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A coleção é composta por 175 números em 29 volumes reproduzidos a partir das cópias que repousam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro¹³.

Para tanto, recorreremos a uma abordagem resultante do entrecruzamento entre a perspectiva da história do livro e da leitura e aquela da história do pensamento político. A partir da seminal obra *L'apparition du livre* (1958) de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, a história do livro em suas diferentes abordagens se consolidou na França na década de 1960¹⁴. Com raízes na bibliografia analítica do século XIX, o tema se inseriu

¹¹ Cf. MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp, 2005. p. 623-624.

¹² Além de comentários, transcrições e traduções, os livros se faziam presentes por meio de anúncios e catálogos de obras publicadas por livreiros e negociantes. Tais anúncios, além do preço e local de venda, traziam informações sobre o conteúdo, o autor ou tradutor e os aspectos materiais das obras. É vasta a produção de *história do livro* que utiliza os anúncios publicados em jornais e gazetas como fontes. Para o período estudado, uma análise inspiradora e seminal pode ser encontrada em SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, 1973. Sobre a importância da divulgação dos aspectos materiais nos anúncios de livros durante o Antigo Regime, ver: DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Para uma inspiração de uso de catálogos de livreiros como fontes, ver também GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Século XVIII-XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

¹³ *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternoster-row, 1808-1822. Edição fac-similar, org. Alberto Dines. Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2002.

¹⁴ FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

entre aqueles tratados pela “Escola” dos *Annales*¹⁵. Como bem resumiu Robert Darnton, a história do livro “se interessa por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante”¹⁶. A história da leitura, por seu turno, concede atenção aos hábitos de leitura e à construção de significado pelo leitor. Através do estudo das bibliotecas, das listas de subscrição de livros, dos inventários *post mortem*, dos anúncios de livros, dentre outras fontes, os historiadores passaram a examinar questões como o ensino da leitura, a construção de sentido e as formas de leitura que coexistiram ao longo do tempo¹⁷.

As ideias e perspectivas expressas por Hipólito da Costa nas análises e comentários sobre as obras na seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense* foram interpretadas à luz das reflexões da história do pensamento político. No decorrer da década de 1960, historiadores como Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn, reunidos no que se convencionou como “Escola de Cambridge”, iniciaram uma importante renovação dos estudos sobre o pensamento político, que se afastava dos estudos tradicionais e buscava considerar um determinado texto enquanto um produto histórico¹⁸.

Dentre eles, Quentin Skinner foi um dos que mais se esforçou no campo metodológico. No famoso ensaio *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, publicado originalmente em 1969, Skinner criticou abertamente as diversas tradições da história das ideias políticas¹⁹. Quanto ao seu próprio método, Skinner assevera que a correta compreensão de um texto político ou filosófico se relaciona não apenas com o

¹⁵ Cf. HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 8-10.

¹⁶ DARNTON, Robert. O que é história dos livros? In: DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 112.

¹⁷ Cf. DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 221-232.

¹⁸ TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

¹⁹ Cf. SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, 1969.

“significado do que foi dito, mas também à intenção que o autor em questão pode ter tido ao dizer aquilo que disse”²⁰. Além de entender a questão da intencionalidade, é preciso saber também o que os enunciadores *estão a fazer* quando afirmam, escrevem ou publicam seus escritos.

J. G. A. Pocock, por seu turno, se dedicou ao estudo do que denominou *linguagens políticas*. A ação dos atores no espaço público faz com que a palavra adquira uma conotação política. Nesse momento, o discurso, dotado de dimensão política e histórica, torna-se um instrumento de exercício de poder²¹. Por isso, uma história do pensamento político é, também, história do discurso político. Este campo de estudos, afirma Pocock, é constituído de *atos de fala* que podem ser orais, manuscritos ou impressos, e dependem dos contextos em que foram emitidos. Do mesmo modo, “para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito”²².

A trajetória de Hipólito José da Costa e seu posterior envolvimento com a publicação do *Correio Braziliense* recebeu diversas incursões de pesquisadores de diferentes áreas. Em *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense* (1957), Carlos Rizzini considera o personagem como “fundador da imprensa brasileira”. A obra representou um avanço nos estudos sobre a trajetória do redator, uma vez que reuniu documentos inéditos acerca de sua atuação em Londres, sua relação com a maçonaria e as controvérsias e

²⁰ SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005. p. 113.

²¹ Cf. POCOCK, J. G. A. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. In: POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 68.

²² POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: POCOCK, J. G. A., MICELI, Sérgio (Org.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 64.

polêmicas levantadas pelos textos publicados no periódico²³. Neste mesmo ano e sob o mesmo título, Mecnas Dourado publicou em dois volumes uma obra de caráter acentuadamente biográfico de Hipólito da Costa, na qual analisava as ideias do redator expostas ao longo dos volumes do *Correio Braziliense*²⁴. Duas décadas depois, Barbosa Lima Sobrinho organizou e publicou sua *Antologia do Correio Braziliense* (1977) e, posteriormente, lançou *Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil* (1996), obra que destacava o sentimento patriótico do redator e sua influência no processo de emancipação política²⁵.

A renovação dos estudos acerca do *Correio Braziliense* e da figura de Hipólito da Costa viu-se propiciada pela publicação da edição fac-similada dos 29 volumes originais do periódico, acrescidos por um volume de índice e outro de estudos. A edição foi organizada por Alberto Dines e impressa pela Imprensa Nacional do Estado de São Paulo, com apoio do atual Correio Braziliense²⁶. O volume de *Estudos*, organizado por Dines em colaboração com Isabel Lustosa, apresenta importantes contribuições de pesquisadores como Lúcia Bastos Pereira das Neves, Marco Morel, João Pedro Rosa Ferreira, Istvan Jacsó, dentre outros²⁷. A partir da edição fac-similar dos tomos do *Correio Braziliense*, numerosas dissertações e teses foram desenvolvidas nos programas de pós-graduação de diversas áreas de conhecimento como educação, letras, jornalismo e, especialmente, história.

²³ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Do mesmo autor, ver também o capítulo “O Fundador da Imprensa Brasileira”. RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

²⁴ DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

²⁵ SOBRINHO, Barbosa Lima (Org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/MEC, Instituto Nacional do Livro, 1977. SOBRINHO, Barbosa Lima. *Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil*. Brasília: Veterano Editora, Fundação Assis Chateaubriand, 1996.

²⁶ *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. 31 v. Edição fac-similar, org. Alberto Dines. Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2001/2002.

²⁷ *CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario*. vol. XXX. Edição fac-similar, org. Alberto Dines. Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2001/2002.

A dissertação de mestrado de César da Silva destacou o papel do periódico e do redator na divulgação de assuntos científicos e literários com o objetivo de desenvolver o Brasil e torná-lo uma nação civilizada²⁸. Fernanda Cinque investigou as perspectivas do redator acerca da educação e evidenciou o caráter educativo de seu periódico na instrução dos homens no processo de independência²⁹. Thais Buvalovas, em sua dissertação, explorou a viagem empreendida por Hipólito da Costa aos Estados Unidos entre 1798 e 1800 com o objetivo de identificar as representações construídas por ele em seu diário de viagem³⁰. Em sua tese de doutorado, Buvalovas ampliou as perspectivas sobre a filiação intelectual de Hipólito. Se antes restrita às matrizes do reformismo ilustrado luso-brasileiro, a autora demonstrou suas vinculações intelectuais a um corpo de ideias formado por vertentes mais radicais do pensamento político inglês, como o *whiggismo*³¹.

Com o objetivo de refletir sobre o papel da literatura de viagem no processo de formação da identidade nacional, Carollina Lima destacou o papel desempenhado pelo *Correio Braziliense* na circulação e tradução de trechos e passagens das narrativas de estrangeiros viajantes³². Em sua tese de doutorado, Aparecida Silva estudou o discurso da coluna “Reflexões” e na seção “Miscelânea” do periódico e destacou os elementos

²⁸ SILVA, César Agenor Fernandes da. *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Franca, 2006.

²⁹ CINQUE, Fernanda Regina. *A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: a ação pedagógica do Correio Braziliense no processo de Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.

³⁰ BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *O Diário da minha viagem para Filadélfia: impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. A dissertação encontra-se publicada em: BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado Luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011.

³¹ BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *Hipólito da Costa em Londres: libertadores, whiggs e radicais no discurso político do Correio Braziliense (1808-1812)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

³² LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.

estilísticos, como a ironia e a crítica, presentes nos textos do redator³³. A dissertação de Lamon Siqueira analisa os conceitos maçônicos presentes na linguagem política que Hipólito fez circular através de seu periódico. Resultante de um simbolismo oriundo das tradições filosófica e de pensamentos hermético, estava, por exemplo, o conceito de *virtude*, analisado pelo autor³⁴. Luís Francisco Munaro examinou a emergência da imprensa luso-brasileira em Londres entre 1808 e 1822 e analisou conceitos como indivíduo, nação, utopia em diversos jornais do período, dentre eles o *Correio* de Hipólito da Costa³⁵. Pamella Zaroski analisou a inserção de Hipólito da Costa na formação de uma rede de conhecimentos científicos característica da geração de 1790 e do reformismo ilustrado luso-brasileiro sob os auspícios do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho³⁶.

Em 2019, saiu à luz a obra biográfica *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*, fruto de vasta pesquisa de Isabel Lustosa. Nas palavras da autora, trata-se da “biografia de um homem político, ativista do liberalismo, empenhado em fazer o Brasil progredir e ocupar o lugar que lhe estava destinado”³⁷. Não se trata, vale dizer, de uma biografia em sua acepção tradicional e se afasta daquelas escritas por Rizzini e Dourado, citadas anteriormente. Ao contrário, Lustosa une a trajetória de Hipólito da Costa e sua dimensão pública aos acontecimentos políticos que tinham lugar naquela conjuntura. A autora acompanha a vida de seu biografado desde seu

³³ SILVA, Aparecida Macena da. *A coluna “Reflexões” de Hipólito da Costa no Correio Brasiliense (1808-1822): uma voz pela liberdade de imprensa, união do Brasil com Portugal e extinção de governos despóticos*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2010.

³⁴ SIQUEIRA, Lamon Fernandes. *Hipólito da Costa e a Maçonaria: a formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio Braziliense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

³⁵ MUNARO, Luís Francisco. *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. A tese originou o livro MUNARO, Luís Francisco. *O Jornalismo português em Londres. Retrato de um tempo e de uma profissão*. Rio de Janeiro: Editora Publit, 2014.

³⁶ ZAROSKI, Pamella Sue. *Tecendo conexões ultramarinas – a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

³⁷ LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 16.

nascimento na Colônia do Sacramento em 1774 até sua morte em Londres no ano de 1823. Ao longo deste período, ressalta o envolvimento de Hipólito nas principais questões de seu tempo e na formulação de projetos políticos para o Brasil que abordavam diversos assuntos, como a manutenção da unidade imperial, a criação de novas instituições, a racionalização das despesas, a liberdade de imprensa, a crítica aos monopólios e a substituição do trabalho escravo pela mão-de-obra livre³⁸.

Assim, a abordagem desta tese se mostra inovadora e original ao propor uma análise dos livros e impressos citados e analisados na seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense*. Diferentemente dos autores que se concentraram na trajetória individual de Hipólito e daqueles que se debruçaram sobre outras seções do jornal, este trabalho enfatiza como o periódico converteu-se em um espaço de circulação de ideias políticas, científicas e literárias através da publicação de análises de livros e outras obras impressas. Deste esforço resultou a presente tese, estruturada em quatro capítulos distribuídos em duas partes.

A primeira parte, intitulada “Livros e impressos em circulação”, compõe-se de dois capítulos. O primeiro examina a inserção de Hipólito da Costa no reformismo ilustrado luso-brasileiro, entendido como parte da chamada “geração de 1790” sob a liderança do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho. Nesse contexto, analisa-se tanto o impacto da viagem do redator à Filadélfia, no final do século XVIII, quanto a relevância de suas memórias e traduções publicadas na tipografia do Arco do Cego. O segundo capítulo constitui um exercício inspirado na história do livro, privilegiando a análise quantitativa das obras impressas citadas e comentadas por Hipólito na seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense*.

³⁸ Cf. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 85-89.

A segunda parte, sob o título “Linguagens políticas em disputa”, reflete a centralidade das discussões oriundas da história do pensamento político nesta investigação. O terceiro capítulo dedica-se à análise dos comentários de Hipólito da Costa às três *Observações* de José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, publicadas pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro. Por fim, o quarto capítulo aprofunda tal perspectiva ao examinar o impacto das obras de Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi sobre as concepções de economia política mobilizadas no pensamento político de Hipólito da Costa.

Portanto, *Palavras em trânsito* reflete a dinâmica da circulação de ideias, livros e impressos políticos no primeiro quartel do século XIX. Por um lado, o título alude ao movimento material dos textos, que atravessavam o espaço atlântico; por outro, evoca a superação das fronteiras culturais e intelectuais no pensamento político de Hipólito da Costa, que conectava o mundo luso-brasileiro às ideias em curso na Europa. Neste cenário de *trânsito* atlântico, o *Correio Braziliense* constitui exemplo privilegiado do papel desempenhado pelos periódicos enquanto veículos de debates e difusão de ideias.

PARTE I

LIVROS E IMPRESSOS EM CIRCULAÇÃO

CAPÍTULO 1

HIPÓLITO DA COSTA E O REFORMISMO ILUSTRADO LUSO-BRASILEIRO: DA VIAGEM PARA FILADÉLFIA ÀS PRIMEIRAS ATIVIDADES EDITORIAIS

Nada mais significativo, ao contrário, do que a chusma de naturais do Brasil que então se devotam afincadamente às ‘realidades práticas’ e às próprias ciências aplicadas.

Sérgio Buarque de Holanda, 1966³⁹.

Os pesquisadores e historiadores que se dedicaram à trajetória de Hipólito ou ao seu pensamento político e econômico são praticamente unânimes em reconhecer a importância da experiência da viagem aos Estados Unidos para sua formação. Em contrapartida, nem todos concederam igual importância a sua integração ao projeto político de Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e do Ultramar, responsável por articular um programa de reformas ilustradas para a Coroa portuguesa em fins do século XVIII⁴⁰. Marco Morel, em uma interessante metáfora sobre a estrela e o satélite, chamava a atenção para “a ‘constelação’ a que Hipólito pertenceu em essência e que delineou sua identidade (...) foi a do projeto do Império luso-brasileiro, capitaneado e formulado pelo fidalgo português d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares”⁴¹.

Apesar disso, poucos foram aqueles que a fundo analisaram suas primeiras publicações após o retorno a Portugal. Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é analisar a influência da viagem aos Estados Unidos do ponto de vista do contato com a cultura escrita, como livros, periódicos e gazetas, e a partir das sociabilidades estabelecidas por

³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 14.

⁴⁰ Exceção notável é a dissertação de mestrado de ZAROSKI, Pamela Sue. *Tecendo conexões ultramarinas – a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

⁴¹ MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 271.

ele com letrados, cientistas, médicos e botânicos. Assim, busca-se identificar os reflexos de tais contatos na produção editorial desenvolvida por Hipólito da Costa na tipografia do Arco do Cego entre 1800 e 1801, cujos prelos imprimiram memórias, descrições e traduções saídas da pena do recém-chegado. Por fim, analisam-se as concepções de Hipólito acerca da utilidade das ciências e dos conhecimentos das línguas estrangeiras.

CIÊNCIAS E REFORMAS

Desde a publicação da *Philosophiæ Naturalis Principia Mathematica* (1687) e da *Opticks* (1704) de Isaac Newton, se desenvolvia na Inglaterra um novo tipo de conhecimento que enfatizava a noção de que “as forças da natureza (...) poderiam ser colocadas a serviço da Humanidade”, do qual decorria um ideal de “Ciência útil e Aplicada”⁴². Os ilustrados ingleses se concentraram, então, em promover um novo ensino científico relacionado à aplicação industrial dos conhecimentos. A este movimento, Margaret Jacob deu o nome de “Ilustração newtoniana”, moderada e associada à ordem *whig*⁴³. Na Inglaterra, escreve a autora, “encontramos um tipo de Ilustração diferente das versões alienadas, filosóficas e até politicamente radicais levantados pelos vários *ancien régimes* do continente”⁴⁴. Nas palavras de Luiz Carlos Soares, “esta ‘Ilustração Newtoniana’ influenciaria boa parte da intelectualidade da Europa Ocidental, na primeira metade do século XVIII, estabelecendo as matrizes gerais do movimento ilustrado no

⁴² SOARES, Luiz Carlos. *A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII: um diálogo com a historiografia acerca da ideia de “Ciência” na “Era das Luzes”*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020. p. 13.

⁴³ Sobre as discussões historiográficas acerca da Ilustração inglesa, ver: SOARES, Luiz Carlos Soares. Novas perspectivas para os estudos sobre a Ilustração inglesa. In: _____. *A Albion Revisitada. Ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

⁴⁴ JACOB, Margaret C. *The cultural meaning of the scientific revolution*. New York: McGraw-Hill, 1988. p. 139, tradução livre. No original, lê-se: “There we find a different kind of enlightenment from the alienated, the philosophically and even potically radical, version thrown up by the various *ancien régimes* on the Continent”.

período”⁴⁵. Estes ideais não tardariam em se espalhar pelo continente europeu e encontrariam em Voltaire (1694-1778) um de seus principais propagadores⁴⁶.

Apesar da resistência dos padres da Companhia de Jesus, os novos sistemas filosóficos de Newton, Locke e Descartes circulavam, com certos limites, em Portugal desde princípios do século XVIII. Conforme salienta Ana Cristina Araujo, “ainda Newton era vivo, e já em Portugal o seu sistema físico-matemático era objecto de livre e recreativa divulgação”. A autora complementa ainda que “a divulgação do newtonianismo em Portugal acompanha o movimento geral europeu”⁴⁷. Ainda na década de 1730, D. Francisco Xavier de Menezes, em discurso à Academia Real de História, fundada em 1720 durante o reinado de D. João V, saudava Newton como “o maior filósofo dos Ingleses, o que melhor uniu, e demonstrou por princípios Matemáticos quanto pode ser demonstrável na Filosofia Natural”⁴⁸.

A partir de 1750, contudo, com a ascensão de D. José I ao trono e do seu ministro Sebastião José de Carvalho Melo, o futuro Marquês de Pombal, as mudanças e transformações no reino português se aceleraram. Em que pesem as modificações empreendidas no ramo administrativo, das finanças e da fiscalidade, merecem destaque, no plano cultural, as reformas educacionais⁴⁹. Iniciada com a expulsão dos padres jesuítas

⁴⁵ SOARES, Luiz Carlos. *A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII: um diálogo com a historiografia acerca da ideia de “Ciência” na “Era das Luzes”*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020. p. 29.

⁴⁶ Cf. SOARES, Luiz Carlos. *A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII: um diálogo com a historiografia acerca da ideia de “Ciência” na “Era das Luzes”*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020. p. 35. Segundo Soares, “O grande nome da divulgação do ‘newtonianismo’ e das ‘excelências das instituições políticas, da tolerância religiosa, do clima de liberdade civil e do respeito e valorização dos filósofos na Inglaterra foi, evidentemente, o Senhor de Voltaire, a partir das suas *Lettres philosophiques* (Cartas inglesas), obra esta publicada em 1733”.

⁴⁷ ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 40 e p. 44, respectivamente.

⁴⁸ Apud ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 47, grafia atualizada. Sobre a Academia Real de História Portuguesa, ver, principalmente, KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004.

⁴⁹ Sobre o reformismo pombalino ver, dentre tantos outros, FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1993. MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. MAXWELL, Kenneth. *Pombal e a nacionalização da economia luso-brasileira*. In: MAXWELL, Kenneth (Org.).

e o fechamento de seus colégios em todo o império, tratava-se do início da “intervenção secularizadora do Estado no campo do ensino”, segundo Ana Cristina Araújo⁵⁰. Após as reformas nos estudos menores, a implementação das Aulas régias e a fundação do Real Colégio dos Nobres (1761), o reformismo educacional de Pombal teve seu auge nas mudanças empreendidas na Universidade de Coimbra.

Os novos estatutos da Universidade de Coimbra foram entregues em 1772, quando foram criadas as faculdades de Matemática e Filosofia, “responsáveis pela mais notável das alterações nas antigas grades curriculares: a entrada do método científico experimental em redutos onde prevalecia o princípio de autoridade”⁵¹. A segunda metade do século XVIII representou a recepção de diversas correntes do pensamento científico e ilustrado em Portugal⁵². No reinado de D. Maria I e a subsequente regência de d. João, as iniciativas ilustradas continuaram, como é o caso da criação da Academia Real de Ciências de Lisboa em 1779. A Academia foi responsável pelo incentivo a uma produção de memórias sobre as condições naturais e econômicas dos domínios portugueses⁵³.

Ao mesmo tempo, durante as mais de duas décadas em que esteve a frente da pasta da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, entre 1770 e 1795, Martinho de Melo e Castro (1716-1795), interessado em ampliar o conhecimento acerca dos espaços coloniais portugueses, “patrocinou as viagens filosóficas às conquistas do ultramar e tornou-se o

Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais. São Paulo: Paz e Terra, 1999. FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011.

⁵⁰ Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. p. 54.

⁵¹ CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da & PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Contra o notório sistema de ignorância artificial: a reforma pombalina da Universidade de Coimbra. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p. 19.

⁵² Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

⁵³ Cf. NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979. p. 224-225.

principal artífice da produção do conhecimento e do envio de remessas provenientes do mundo colonial, acervo destinado a ampliar os Museus de História Natural em Lisboa e Coimbra”, nos termos de Ronald Raminelli⁵⁴. Célebre exemplo é a grande expedição ao Brasil arquitetada pelo naturalista paduano Domingos Vandelli (1735-1816) e comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira, que partiu para Belém em 1783. Outras viagens filosóficas foram empreendidas naquele momento, como as de João da Silva Feijó, Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva⁵⁵.

Se as Luzes já encontravam aceitação em Portugal desde meados do século XVIII, foi quando Rodrigo de Sousa Coutinho, que havia estado em missão diplomática em Turim, assumiu a Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar em 1796 que uma política reformista de cunho ilustrado passou a ser prioridade da Coroa portuguesa⁵⁶. D. Rodrigo articulou um amplo programa de reformas que deveriam ser “executadas por homens inteligentes e capazes de formar sistemas bem-organizados, e cuja utilidade seja por todos sentida e experimentada”⁵⁷. As reformas eram baseadas no conhecimento e nas informações práticas recolhidas por uma rede de letrados luso-brasileiros articulada por D. Rodrigo, que incluía homens como José Vieira Couto, Manuel Ferreira da Câmara, José da Silva Lisboa e José Bonifácio de Andrada e Silva. A esses homens, Kenneth Maxwell denominou de “geração de 1790”⁵⁸.

⁵⁴ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 68.

⁵⁵ Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2018. p.69-70. Outra referência fundamental sobre as viagens filosóficas pode ser encontrada em PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

⁵⁶ Sobre a trajetória de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, ver SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2 v. 2002-2006. POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: HUCITEC, 2015.

⁵⁷ MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 182.

⁵⁸ Cf. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 184-191.

A política ilustrada de d. Rodrigo pode ser compreendida a partir de sua iniciativa com a tipografia do Arco do Cego. Fundada em 1798, a tipografia tinha “a finalidade de divulgar conhecimentos de ciências naturais e de agricultura, uma vez que razão, natureza e prática deveriam compor forças para o bem da sociedade”⁵⁹. Dirigida por Frei Veloso, botânico natural do Brasil, saíram de seus prelos livros, memórias e traduções sobre os mais variados temas da agricultura, da botânica, da mineralogia e da medicina⁶⁰.

A tradução de livros estrangeiros ocupava um papel significativo neste projeto editorial uma vez que mais da metade dos livros publicados eram traduções para o português. Segundo Miguel Faria, teve lugar “uma maciça tarefa de traduções contabilizando-se mais traduções do que originais na globalidade do esforço editorial da Casa Literária do Arco do Cego. As obras em francês, seguidas das inglesas, seriam as mais utilizadas pelos tradutores do estabelecimento”⁶¹. Assim, tanto d. Rodrigo quanto Frei Veloso, acreditavam, segundo Alessandra Harden, que “o desenvolvimento do reino português passava pela importação do saber útil disponível em obras técnicas e científicas vindas de nações cultas, o que se daria, forçosamente, pela tradução para que esse conhecimento chegasse a todos que dele precisassem”⁶².

⁵⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2009. p. 58-59.

⁶⁰ Sobre a participação de Frei Veloso na administração da tipografia do Arco do Cego ver a coletânea PATACA, Emerlinda & LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019.

⁶¹ FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999. p. 117.

⁶² Cf. HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Tradução no Arco do Cego: Revelações das Páginas de Rosto. In: PATACA, Emerlinda & LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019. p. 329.

É nesse contexto em que se desenvolve a trajetória de Hipólito José da Costa, nascido a 13 de agosto de 1774 na Colônia do Sacramento, ao sul do continente americano. Apenas três meses depois de sua formatura na Universidade de Coimbra, após a reforma pombalina, o bacharel fora incumbido por Rodrigo de Sousa Coutinho de realizar uma missão nos Estados Unidos e México⁶³.

As instruções e ordens enviadas a Hipólito da Costa acerca de sua incursão pelos Estados Unidos possuem uma estreita relação com as publicações de obras quando do seu retorno ao reino português⁶⁴. Em 22 de setembro de 1798, Rodrigo de Sousa Coutinho enviava suas instruções a Hipólito da Costa, que havia sido destinado “para ir procurar alguns produtos e noções de úteis culturas aos Estados Unidos da América e ao México”⁶⁵. Nesta carta, o ministro se mostrava especialmente interessado nas culturas e preparações do tabaco da Virgínia e de Maryland, do linho cânhamo, das plantas cereais e dos prados artificiais. Do reino animal, ele destacava, sobretudo, os insetos da cochonilha, dos quais se extraíam o corante carmim, cuja produção e comercialização no mercado internacional se encontrava quase exclusivamente nas mãos da monarquia espanhola⁶⁶.

⁶³ Cf. DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 1, p. 43.

⁶⁴ A propósito da discussão sobre as instruções de viagem do período enquanto um gênero literário, ver: PATACA, Ermelinda M. & Rachel Pinheiro. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan.-jun. 2005.

⁶⁵ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 43.

⁶⁶ Cf. FERRAZ, Márcia; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M.; WAISSE, Silvia. Os estudos sobre a cochonilha entre os séculos XVIII e XIX: uma circulação controversa de informações. In: SILVA, Márcia Regina B. da & HADDAD, Thomás A. S. (Orgs). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012. Sobre o interesse da “rede de conhecimentos” de Rodrigo de Sousa Coutinho sobre a cochonilha, ver, dentre outros: ZAROSKI, Pamela Sue. *Tecendo conexões ultramarinas – a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Especialmente, p. 78-98.

Entrementes, D. Rodrigo ressaltava a importância da observação da espécie *Acer Sacharium*, uma das árvores de cuja seiva se retira o xarope de bordo (o famoso *maple syrup*), do qual também se poderia obter açúcar. Nos termos do ministro, “outro objeto muito essencial é o das árvores cultivadas nos Estados Unidos e particularmente o *Acer sacherinum* de que se retira o açúcar; e sua Majestade encarrega a V. Mcê. de examinar o produto desta árvore e de referir o juízo que forma a respeito das vantagens que dá”. Pedia ainda que “tanto dessa árvore como de todas outras e arbustos” fossem enviadas sementes acompanhadas da descrição “das suas culturas”, uma vez que seriam “altamente muito interessantes e mais fará o Reino do que para o Brasil, à exceção do Rio Grande, que é clima análogo do Reino”⁶⁷.

Na viagem aos Estados Unidos, o viajante não deveria também esquecer de “observar alguns trabalhos sobre os minerais, qual o ferro” e no México, “sobre o ouro e a prata”. Pedia também, se estivesse ao alcance de Hipólito, “puder fazer alguma descrição dos métodos por que as minas são trabalhadas, e dos princípios de economia tanto público como particular, com que são regidas”⁶⁸. A certa altura, o ministro recomendava igualmente “não perder de vista todas as obras hidráulicas que se lhe oferecerem, seja nos trabalhos feitos para ajudar ou melhorar a navegação dos rios, seja nos canais, seja em máquinas; e de tudo isto deve V. Mcê. dar a melhor conta que puder”, somando ainda “as descrições do que puder observar com mais miudeza”⁶⁹.

⁶⁷ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 44, grifos originais da publicação consultada.

⁶⁸ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 44.

⁶⁹ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 44-45.

Finalmente, Rodrigo de Sousa Coutinho concluía suas orientações com a esperança de que o viajante “corresponda à justa expectativa da (...) Augusta Senhora” e que as

relações que V. Mcê. deve ir logo mandando serão escritas com tal clareza e método e exação, que V. Mcê poderá cada dia fazer-se mais digno da Real Consideração de Sua Majestade, que é e deve ser o principal voto de um fiel e zeloso Vassalo, como V. Mcê se tem sempre demonstrado⁷⁰.

Em complemento às instruções enviadas pelo ministro dos Domínios Ultramarinos, o naturalista Frei Veloso, que se associava às atividades científicas do reformismo ilustrado luso-brasileiro, enviou uma carta a Hipólito em 2 de setembro de 1798⁷¹. Primeiramente, o botânico ressaltava a importância de fazer “hum Diario das suas observações”. A carta, em seguida, sobrevoava os distintos reinos da classificação científica proposta por Lineu (1707-1778) em seu *Systema naturæ* (1758). Do reino animal, Hipólito deveria se atentar para o *Isinglass*, espécie de cola obtida a partir das vesículas dos peixes de água doce e, segundo Veloso, útil para a depuração de vinhos e cervejas. A observação deveria ser guiada por perguntas, muito próprias de uma experiência científica: “De que peixes? O modo? Que quantidade fazem anualmente? O seu rendimento?”. O viajante deveria observar cola semelhante que se fazia do Bacalhau de espécie *Gadus morhua*, uma vez que inexistente nas costas brasileiras, poderia ser substituído, escreve ele pela “pelle de grandes peixes que há nelas”⁷². Para além disso,

⁷⁰ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 45.

⁷¹ Sobre Frei Veloso ver, dentre outros, KURY, Lorelai. O naturalista veloso. *Revista de História* (São Paulo), n; 172, jan.-jun. 2015.

⁷² Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mc. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. Para ambas as citações, fl. 1-2. O documento também se encontra publicado em: SAFIER, Neil. Instruções e impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência joanina. In: KURY, Lorelai & GESTEIRA, Heloisa (Orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012. No presente capítulo, contudo, as referências e citações foram realizadas à versão original manuscrita consultada no ANTT.

Frei Veloso instruía a observar as pescas de baleia cachalote e os distintos produtos obtidos através; a criação e domesticação de búfalos e bois silvestres, bem como de cavalos e mulas.

Entre os minerais, Hipólito era encarregado de “examinar as minas: tem mina de sal, de carvão de terra, de chumbo, de cobre, e de ferro” nas mais distintas regiões da América do Norte, como Massachussets, Maryland, Virginia, Mississipi, Nova York. Não ficava de fora o salitre, cujas minas “naturaes de salitre, que conforme Marie dão por anno assima de 5 mil quintaes, nas carvernas situadas nas Montanhas”⁷³. Segundo Magnus Pereira, o salitre ocupava um papel fundamental na política ilustrada de Rodrigo de Sousa Coutinho, que buscava resolver a dependência estrangeira do produto, que era o principal componente da pólvora. Nesse sentido, destaca o autor, “na complexa conjuntura bélica do período, a autossuficiência na produção de pólvora de boa qualidade era considerada essencial à manutenção da soberania nacional portuguesa na Europa e nas colônias”⁷⁴. Não por acaso, o salitre e sua produção artificial foi tema de intensa produção editorial, principalmente nas obras e traduções impressas pela oficina tipográfica do Arco do Cego⁷⁵.

Do reino vegetal provinha a maior parte das espécies e produtos que deveriam, conforme as instruções de Frei Veloso, receber atenção especial de Hipólito ao longo de sua viagem. O botânico recomendava, dentre outras coisas, exames sobre os pinheiros que produziam lenhas, os carvalhos, a árvore açucareira, a cultura do arroz e do painço. As plantas tabaco mereceriam “a mais escrupuloza atenção” com o objetivo de determinar

⁷³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mç. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. fl. 2.

⁷⁴ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014. Sobre a produção de salitre, ver também: FERRAZ, Márcia H. M. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*, v. 23, p. 845-850, 2000.

⁷⁵ Cf. PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014. p. 507 e seguintes.

“se he a mesma espécie que a do Brasil”, uma vez que “na Virgínia nasce a *Nicotiana rustica*”. Deveria o viajante, portanto, “examinar todas as diferenças, (...), trazelas secas” e “aprender toda a sua cultura, em que validades de terreno, em que tempo, com que estrumes adubão a terra, (...), o seu modo de o colher (...), como o embarcão”. Sensível às diferenças regionais, o cultivo do tabaco deveria ser “observado na Virginia, Maryland, Georgia, Carolina do Sul, para conhecer as diferenças que podem haver entre a cultura da cada Provincia, e podendo depois combinar com as culturas diferentes das Provincias do Brasil”⁷⁶. Como bem intuiu brilhantemente Maria Odila da Silva Dias, tal orientação refletia a busca, na experiência colonial de outras nações, “de uma lição aplicável ao Brasil”⁷⁷.

Antes de concluir sua carta, Frei Veloso recomendava a investigação sobre o algodão e as qualidades cultivadas nas províncias americanas; do índigo na Geórgia e Carolina; da cultura do chá, sendo esta “da mayor necessidade neste ramo aprender tudo, e informa tudo, pela sua importância” e, finalmente, do cânhamo, uma das espécies “mais interessantes para a nossa marinha”⁷⁸. A exemplo de D. Rodrigo, o naturalista também requeria o envio de sementes de boa parte das espécies citadas em sua carta, como a do ginseng, por exemplo, que Hipólito deveria “mandar alguma porção (...) das suas plantas e sementes para o Jardim Botânico”, referência provável ao Real Museu de História Natural e Jardim Botânico da Ajuda, fundado na década de 1760. Construído a partir dos esforços de Domingos Vandelli, o museu reunia uma coleção de plantas, animais e

⁷⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mc. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. Para ambas as citações, fl. 3-4.

⁷⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2009. p. 80-81. Publicado pela primeira vez na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 278, jan.-mar. 1968.

⁷⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mc. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. Para ambas as citações, fl. 4.

minerais, alimentada por remessas oriundas das mais distintas possessões portuguesas no ultramar⁷⁹.

Para além das ordens e instruções enviadas pelos superiores do reino, outro registro precioso para os historiadores interessados em se aventurar sobre estes temas sobreviveu: os diários escritos por aqueles homens que incursionavam em regiões distantes a fim de coletar informações práticas e reter conhecimentos úteis. O próprio Domingos Vandelli, na obra *Viagens Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar* (1779), atentava, logo nas primeiras linhas manuscritas, a importância dos diários nas viagens filosóficas. Afinal, “mui pouca seria a utilidade das peregrinações filosóficas, se o Naturalista fiando-se na sua memória, quizesse fazer as suas relações e discrição, sem ter notado antecedentemente com a penna todos os objectos, que fosse encontrando o seu descobrimento”⁸⁰. Conforme afirma Ronald Raminelli, outras instruções de viagem, oriundas da Universidade de Coimbra e da Academia Real de Ciências de Lisboa, “guiavam os naturalistas a produzir diários, preparar remessas e averiguar a natureza para conhecer todos os produtos e riquezas”, uma vez que as viagens filosóficas possuíam “regras e procedimentos pormenorizados”⁸¹.

⁷⁹ Cf. RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 84-86. Sobre o Museu e Jardim Botânico da Ajuda, ver BRIGOLA, José Carlos. *Museologia e História Natural em finais de setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808)*. Actas do Colóquio "A Casa Literária do Arco do Cego", Separata da *Revista Anais. Série História*, Universidade Autónoma de Lisboa, vol. VII/VIII, pp. 219-244, 2000-2001.

⁸⁰ *VIAGENS Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filósofo Naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar Por D.V. 1779*. Manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa.

⁸¹ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassallos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2018. p. 80.

Imbuídos de tais diretrizes, Hipólito da Costa deixou o Tejo a bordo da corveta William no dia 16 de outubro de 1798 rumo a Filadélfia, onde desembarcou, após tortuosa travessia, em dezembro do mesmo ano⁸².

AGRICULTURA E MELHORAMENTOS

Findava o ano de 1799, quando Hipólito da Costa remeteu diversos papéis a um destinatário não identificado, muito provavelmente o ministro Rodrigo de Sousa Coutinho ou diretamente ao próprio Frei Veloso. A 13 de dezembro, escrevia ele ter

a honra de remeter a V. Ex^a. os papéis juntos que são: 1º, uma memória sobre o *acer sacharium*, que compreende a descrição, úteis, cultura, rendimentos e despesas, modo de manufaturar o açúcar que ela dá, etc.; 2º, uma breve exposição da cultura e modo de preparar o jinsão com as utilidades que podem resultar de se introduzir no Brasil, e 3º, a descrição de um modo de tocar a bomba, a borda dos navios, que vi em uma fragata americana⁸³.

Logo no ano seguinte, em 1800, as memórias foram publicadas pela Casa Literária do Arco do Cego, iniciativa fundamental do reformismo ilustrado capitaneado por Rodrigo de Sousa Coutinho e dirigida por Frei Veloso. Saíram dos prelos desta tipografia, a *Descrição da Arvore Assucareira, e da sua utilidade e cultura* (1800) e a *Descrição de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Portuguesa* (1800), ambas da pena de Hipólito da Costa.

A redação de memórias e descrições foi fruto das ordens e instruções que Hipólito recebera nos meses que antecederam a viagem à Filadélfia. Na missiva de setembro de 1798, citada anteriormente, Frei Veloso requisitava “huma boa memoria sobre esta arvore [açucareira], a respeito da sua cultura e produtos, das suas diferentes espécies” e desejava

⁸² Cf. COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 21 de outubro de 1798. p. 5. Para os pormenores da viagem de Hipólito à Filadélfia, consultar BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado Luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011.

⁸³ Documento nº. 14. Carta de Hipólito da Costa, Filadélfia, 13 de dezembro de 1799. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 188.

igualmente que suas sementes fossem enviadas. Além disso, o viajante deveria ainda imprimir e traduzir as memórias “que se acharem impressas”⁸⁴. Obediente e cioso de suas obrigações, Hipólito não tardou em cumprir seu fado. Em uma *Memória sobre a viagem aos Estados Unidos*, escrita quando de seu retorno e enviada ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho em 24 de janeiro de 1801, o viajante dava conta que havia remetido “de Filadélfia uma memória contendo a descrição, úteis, cultura, etc., desta árvore”, na qual exprimia sua opinião “de que a cultura desta árvore deve ser de um grande proveito”⁸⁵.

Na *Descrição da Arvore Assucareira, e da sua utilidade e cultura* (1800), saída dos prelos da Tipografia do Arco do Cego, Hipólito da Costa fazia uma descrição da planta de espécie *Acer sacharium*, classificada no sistema de Linné (1707-1778) como pertencente à classe *Polygamia monoecia*. Apesar da variedade de espécies deste gênero, escrevia Hipólito que “esta he a que merece maior attençaõ; porque he a planta, que produz mais quantidade de sacharina, depois da canna do assucar, qualidade que faz se esta arvore geralmente conhecida pelo nome vulgar de *sugar-maple-tree*”⁸⁶.

⁸⁴ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mç. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. fl. 3.

⁸⁵ MEMÓRIA sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira. Lisboa, 24 de janeiro de 1801. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 47.

⁸⁶ *DESCRIÇÃO da arvore açucareira...*, 1800, p. 2, grifos no original.

Imagem 1

Gravura da espécie *Acer açucareiro*.



DESCRIÇÃO da arvore açucareira, e da sua utilidade e cultura impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, bacharel formado em Leis, etc; actualmente empregado no serviço de S. A. R. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800. (Exemplar digitalizado da Biblioteca Brasileira Guita e José Midlim, Universidade de São Paulo, acessado em julho de 2021).

As informações obtidas por Hipólito para a redação da memória sobre a espécie de árvore açucareira, publicada na Casa do Arco do Cego, provinham de diversas fontes, tanto dos periódicos e livros, quanto dos muitos encontros que travava durante a viagem. Como bem demonstra seu *Diário*, Hipólito se mostrava – novamente baseado nas *Instruções* – atento às informações que circulavam no âmbito da cultura escrita. Poucos meses após o início de sua expedição à Filadélfia, em fins de dezembro de 1798, Hipólito registra em seu diário um cálculo (ou “conta”) de W. Copper, identificado como um *Judge of common pleas* do Condado de Ortega em Nova York, segundo o qual “as árvores

açucareiras (*shugar maple tree*) se podem plantar 50 em cada acre; e que cada árvore dá por um termo médio 5 libras de açúcar”⁸⁷. O autor cita também a obra *View of the United States of America* (1787-1794) de Tench Coxe (1755-1824), que apresentava, segundo Tânia Dias, as cartas de William Cooper (1754-1809) que continham os dados citados anteriormente⁸⁸. Ademais, o viajante registrava também a perspectiva de Coxe, político e economista, em uma tradução livre do capítulo 5 de sua obra que se contrapunha ao diagnóstico de Copper:

(...) porém supondo somente, (diz Coxe’s *View of the United States of America* p. 79 donde tirei este parágrafo) que cada árvore produz 4 libras, e que cada acre de terra pode só conter 40 árvores: 52.605 acres produziram 8.416.828 libras d’açúcar. Em Filadélfia usam muito desta árvore para o fogo. Segundo outra carta do mesmo Cooper a cultura desta no condado de Otsego em 1786, estava quase desconhecida; e em 9 de Abril de 1793, ele escreve que por um cálculo moderado se tinham feito 160.000 libras de açúcar, que a 9 *pences* por libra, importavam em 15.000 *dollars*. A razão da altura deste preço e do aumento desta cultura neste tempo foi um resultado da falta de importação de açúcares, que a guerra então ocasionava⁸⁹.

No dia 13 de maio de 1799, ele fazia referência ao primeiro volume do *Medical Repository*, o primeiro periódico médico americano, fundado em 1797, que trazia uma carta de Samuel Latham Mitchill (1764-1831), físico e naturalista americano, que havia se graduado na Universidade de Edimburgo⁹⁰. Na carta, segundo Hipólito, se afirmava que “o povo de Schokarie, que é um condado no Estado de New York onde se faz muito açúcar e melão do *maple tree*, ou *acer saccharinum*, e é muito usado pelo povo, a

⁸⁷ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 27 de dezembro de 1798, p. 52-53.

⁸⁸ Cf. DIAS, Tania. Notas 94 e 97. COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 27.

⁸⁹ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 27 de dezembro de 1798. p. 27, grifos da edição.

⁹⁰ Segundo Tania Dias, a referência bibliográfica desta informação é: MITCHILL, L. S. (Ed.). Further facts tending towards an explanation of the true operation of alkalis and lime on explanation upon other substances. In a latter from Dr. Mitchill to Dr. Thomas Beddoes, M. D. dated New-York, Septembe 15, 1797. The Medical Repository, New York: T. & J. Swords, v. 1, 3. Ed., p. 178-187, 1804. p. 182. Cf. COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 13 de maio de 1799. p. 92, notas 441 e 442.

diabetes é uma moléstia muito freqüente; a cura é tomarem água de lime, ou gipsum, greda”⁹¹.

Outra fonte de informações para Hipólito, talvez mais importante que os livros e obras consultadas, era o contato e sociabilidade estabelecidos com naturalistas, botânicos e filósofos naturais dos lugares por onde passava. No início do ano de 1799, a 12 de janeiro, o viajante registrava em seu *Diário* uma visita, juntamente com o Ministro de Portugal, a um certo Dr. Rosso, descrito pelo autor como um “médico irlandês, que tendo viajado à Índia, à Turquia, à Europa quase toda, sabendo muitas línguas (até o português, pois pediu ao ministro que queria as *Décadas* do Couto e Barros)”⁹². A certa altura, o médico, conta Hipólito, “disse que no Canadá se vende o açúcar tirado no ácer”, obtido por meio de uma “incisão na árvore e aparar debaixo uma forma quadrada de madeira”.

Acrescentou ainda que “quando [a árvore] está cheia de suco, a secam e vendem estes pães de açúcar, quadrados, sem mais entre benefício; e disse que refinado era igual ao da cana; não me soube responder à questão sobre os lucros”⁹³. À margem, o viajante luso-brasileiro registrou sua descrença frente às informações fornecidas pelo médico: “Esta informação é muito pouco exata porque me dizem que, depois de extraído o suco, tem o mesmo processo que o suco da cana que se faz em açúcar ou melaço”⁹⁴. Em 25 de fevereiro de 1799, ele registrava em seu *Diário*, que havia estado na casa de um certo Mr. Budinot, identificado por Tania Dias como o diretor da Casa da Moeda, Elias Boudinot (1740-1821)⁹⁵, onde ele

⁹¹ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 13 de maio de 1799, p. 98.

⁹² COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 12 de janeiro de 1799, p.58, grifos no original.

⁹³ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 12 de janeiro de 1799, p.59.

⁹⁴ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 12 de janeiro de 1799, p.59.

⁹⁵ Cf. DIAS, Tania. Nota 202. COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 49.

falando de agricultura, me disse que o *Acer saccharinum*, quando é mais velho, é mais abundante em suco, se na idade tenra o tem tratado com o cuidado de o não esgotar demasiadamente; a razão porque quando é mais velho dá mais suco é porque então tem mais ramos e folhas, e por isso absorve mais da atmosfera⁹⁶.

Para além da descrição científica, as autoridades do reino português possuíam interesse especial sobre as sementes das espécies botânicas. A organização de “coleções botânicas”, formadas por espécies vivas, por sementes e outros produtos vegetais, integravam, segundo Ermelinda Pataca, as práticas da História Natural no âmbito do Império Português. A coleta destes materiais era função designada aos naturalistas e viajantes das Viagens Filosóficas que caracterizaram o período⁹⁷.

Como vimos nas Instruções e Cartas enviadas a Hipólito antes da viagem à América, era fundamental que os viajantes destinassem remessas constantes de sementes ao reino. D. Rodrigo ordenava a Hipólito “procurar todas as sementes que puder e remeter as mesmas com os seus nomes ou trazê-las quando aqui voltar”⁹⁸. Não por acaso, alguns anos depois, Frei Velloso publicaria suas *Instruções para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes* (1805), nas quais preconizava as “cautelas necessárias” a serem observadas por aqueles que buscavam “transportar plantas, ou grãos, ou outras curiosidades naturaes de hum lugar para outro, muito distante”⁹⁹.

Em carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho escrita em 6 de abril de 1799, Hipólito tinha “a honra de remeter a V. Ex^a. a lista inclusa, e o portador, que é Mr. Johnson Gibson, o sobrecarga do navio América, entregará a V. Ex^a. uma caixa de sementes com mais de

⁹⁶ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 25 de fevereiro de 1799, p.66.

⁹⁷ Cf. PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimação de plantas o Império Luso-brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 9, nº. 5, jan./jun. 2016. p. 85.

⁹⁸ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 44.

⁹⁹ *INSTRUÇÕES para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes. Dadas a luz por Fr. José Mariano da Conceição Velloso*. Lisboa: Impressão Régia, 1805.

200 espécies, que formam uma bela coleção das plantas notáveis deste país digna do jardim de S. Alteza Real”. Dentre as sementes enviadas nesta remessa se encontrava a do *Acer sacharium*, objeto da memória escrita por Hipólito¹⁰⁰. Figuravam na lista outras espécies importantes, citadas na Carta de Frei Veloso a Hipólito da Costa de 1798, como as sementes de *Magnolia tripetala*, de *Magnolia glaucoa*, de *Magnolia acuminata*, de *Myrica cerifera*, e da espécie de tabaco *Nicotiana virnigica*¹⁰¹. As sementes, contava o viajante, foram obtidas por intermédio de um certo Mr. W. Hamilton, botânico da Filadélfia, que desejava, em troca do fornecimento destas, “algumas sementes de Portugal e Brasil”¹⁰². Segundo o seu *Diário* da viagem, os contatos com Mr. Hamilton haviam começado em fevereiro de 1799, quando Hipólito foi jantar na casa deste que ele descrevia como sendo “um sábio muito apaixonado de botânica; tinha na sua casa muitas plantas da China e do Brasil”¹⁰³. A relação estabelecida com este “curioso botânico” foi fundamental para a consecução das instruções enviadas por Frei Veloso a Hipólito da Costa, sobretudo aquelas concernentes à botânica e ao reino vegetal.

Em 19 de agosto de 1800, Hipólito remetia pelo navio *Abigail* um “pequeno barril de sementes” a Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado (1733-1807), então governador da Ilha da Madeira, por ordem do Príncipe Regente transmitida por Rodrigo de Sousa Coutinho em ofício de 9 de junho de 1800¹⁰⁴. A lista de sementes incluía, além da

¹⁰⁰ Documento n°. 5, Catálogo das sementes. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 170.

¹⁰¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mç. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. Especialmente fl. 3 e 4.

¹⁰² Documento n°. 5, Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Filadélfia, 6 de abril de 1799. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 169, grifos no original. É preciso destacar as observações de Tania Dias, autora de outra edição crítica do *Diário*, de que este conjunto de cartas, denominadas por Hipólito da Costa de *Copiador e registro de cartas officios*, constituem apenas rascunhos. As versões definitivas, segundo a autora, encontram-se parcialmente localizadas. Cf. DIAS, Tânia. Apresentação. In: COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. ix.

¹⁰³ COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. 24 de fevereiro de 1799, p.66.

¹⁰⁴ Documentos n°. 19. Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Filadélfia, 13 de agosto de 1800. Carta ao Ilmº e Exmº Sr. Governador e Capitão-General da Ilha da Madeira Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado,

nomenclatura binomial da espécie em latim, informações que se julgava necessárias para a cultura das espécies de plantas remetidas. Dentre as sementes enviadas, constavam, como era de se esperar, sementes de *Acer sacharinum*, acompanhadas de uma variedade da mesma espécie, a *Acer sacharinum album*. Nas instruções de plantio e cultivo, Hipólito afirmava que

As sementes devem ser lançadas à terra assim que chegarem; o terreno deve ser barrento e úmido. Esta árvore, sendo dióica, é preciso advertir em plantar os machos perto das fêmeas para se poderem para o futuro obter sementes capazes de produzir. Esta árvore é a que dá o açúcar, e cujas utilidades julgo estarem suficientemente conhecidas¹⁰⁵.

Algumas das passagens citadas no *Diário da minha viagem para Filadélfia*, escrito entre 1798 e 1799, foram utilizadas na obra final sobre a árvore açucareira. O *Diário*, manuscrito conservado na Biblioteca de Évora, em Portugal, permaneceu inédito até a sua primeira publicação em 1955 por iniciativa de Alceu Amoroso Lima. Em estudo primoroso desenvolvido durante a preparação de sua edição crítica, Tania Dias desnuda as diversas camadas textuais presentes no Diário e, por conseguinte, na própria *Descrição da arvore assucareira* (1800)¹⁰⁶. A explicação para a ocorrência se deve ao fato de que, o manuscrito guardava, durante a Época Moderna, usos distintos dos impressos. Enquanto estes últimos se articulavam à difusão e fixação, o manuscrito teve seus usos associados “à maior solenidade ou privacidade do texto em questão, por um lado, ou com a necessidade de manter em aberto a sua estrutura, por outro”¹⁰⁷. Caso exemplar dessa relação entre o manuscrito e o impresso é o registro feito no dia 22 de maio de 1799 intitulado “Processo para manufacturar a seiva da árvore açucareira”. Em

Filadélfia, 13 de agosto de 1800. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 196-197.

¹⁰⁵ Documentos nº. 19. Lista das Sementes. Filadélfia, 13 de agosto de 1800. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p.197-198.

¹⁰⁶ Cf. DIAS, Tania. Acréscimos, supressões, alterações, atalhos e retornos: Uma escrita em vaivém. In: COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Ver, especialmente, p. I-lvii.

¹⁰⁷ BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 19, segunda série, 2002. p. 135.

largas linhas, Hipólito descreveu todo o processo para extrair a seiva da árvore e sua conservação por alguns dias, o momento de fervura em “fogo violento” para obtenção do xarope e, finalmente, a granulação e a verificação do ponto do açúcar¹⁰⁸. Estas linhas, como bem percebido por Tania Dias, seriam incluídas *ipsis litteris* na memória publicada em Portugal.

Nesse sentido, as anotações e registros feitos no *Diário*, de foro íntimo e privado, serviram de base para uma escrita que seria impressa, difundida e lida, como é aquela da *Descrição da arvore assucareira* (1800).

MÁQUINAS E INVENÇÕES

Além do interesse pela botânica e pela agricultura, durante os anos de sua permanência nos Estados Unidos, Hipólito também fez observações na área de mecânica e hidráulica que deram a origem a uma memória que saiu dos prelos do Arco do Cego intitulada *Descrição de huma maquina para tocar bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens* (1800). A obra foi escrita com uma linguagem objetiva e explicitamente descritiva com constantes referências às três figuras que acompanhavam a memória.

A estrutura da máquina, que deveria ser fixada no convés da embarcação, seria composta por “dois paus ou balaústres: um (fig. 1 AB) contra a amurada, e outro (CD) defronte, entre a amurada e mastro grande”. Entre estes balaústres “se fará passar hum eixo (FF) de modo que se possa tornar a roda”, em cuja extremidade seria fixada dois remos “que devem ser tão cumpridos, que a pá entre toda na água, quando o remo ficar perpendicular”. Na outra extremidade deste eixo, haveria “um varão de ferro curvado (fig.

¹⁰⁸ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 22 de maio de 1799, p. 98-100.

2 ABCD)” com que se toca a bomba¹⁰⁹. Assim, o “movimento do Navio fará mover os remos e por consequência dar ao eixo um movimento de rotação, o qual por meio da curvatura do varão de ferro comunicará à cana o movimento perpendicular necessário para tocar a bomba (fig. 1 GH)”¹¹⁰. Hipólito mostrou-se, ainda, capaz de calcular a quantidade de água capaz de ser descarregada pela bomba:

Supondo que o Navio deita cinco milhas por hora, e o eixo se voltará 730 vezes nesta hora; porque tendo os remos do eixo 6 pés de comprimento desde o centro, se deve voltar em roda 146 vezes em uma milha. Se o buraco da bomba tiver quatro polegadas de diâmetro, e o junco se levantar dezoito polegadas, a cada pancada da cana, se descarregará 120 polegadas cúbicas de água¹¹¹.

Ao final da memória, Hipólito destacava as vantagens da utilização das bombas uma vez que “mesmo na máquina simples se podem usar de bombas de maior diâmetro que as ordinárias” e “que não tem lugar com o trabalho braçal”. Além disso, “podem tocar ambas as bombas ao mesmo tempo” e, “supondo que o diâmetro das bombas é de oito polegadas e que trabalham ambas ao mesmo tempo”, “descarregará a cada volta do eixo 480 polegadas cúbicas de água”¹¹².

É relevante, nesse sentido, perceber que o uso de descrições pormenorizadas acompanhadas de desenhos técnicos tinha por objetivo a reprodução dessas invenções em território luso-brasileiro. A imagem, como bem demonstrou Miguel Faria, tornou-se, ao

¹⁰⁹ *DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente empregado no serviço de S. A. R.* Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800. p. 3.

¹¹⁰ *DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente empregado no serviço de S. A. R.* Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800. p. 4.

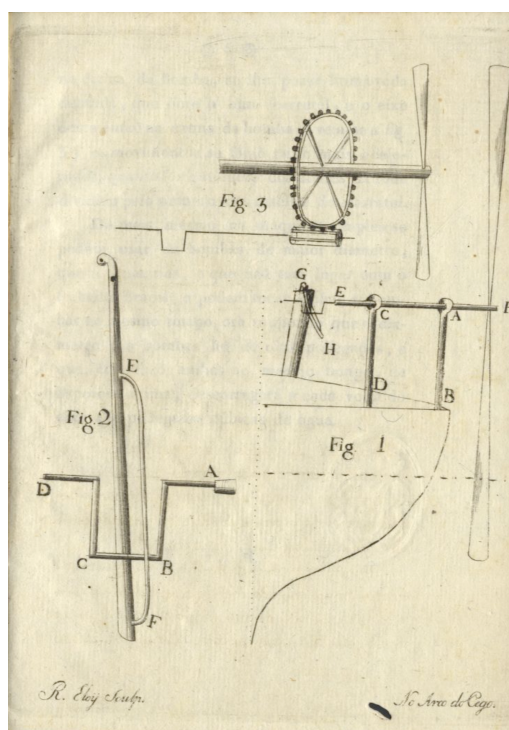
¹¹¹ *DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente empregado no serviço de S. A. R.* Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800. p. 4.

¹¹² *DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente empregado no serviço de S. A. R.* Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800. p. 5.

longo do século XVIII em Portugal, um “instrumento didático e informativo” e foi justamente no livro que essa utilidade foi amplamente reconhecida¹¹³. Tratava-se de uma “imagem útil”, que nas palavras de Frei Veloso buscava “ajudar o entendimento” e “facilitar o conhecimento”. Desse modo, “a produção de imagens pelos gravadores do Arco Cego, reúne, assim, a vertente didática, a decorativa e a lúdica, não perdendo, todavia, nesta última um certo sentido educativo”¹¹⁴.

Imagem 2

Gravura da Bomba descrita por Hipólito da Costa



Fonte: *DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente*

¹¹³ FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999. p. 107.

¹¹⁴ FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999. p. 120 e 122.

empregado no serviço de S. A. R. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

Ao escrever e publicar esta obra, Hipólito atendia às instruções que recebera antes de sua viagem. A 22 de setembro de 1798, Rodrigo de Sousa Coutinho asseverava que o viajante não “deve também perder de vista todas as obras hidráulicas que se lhe oferecerem, seja nos trabalhos para ajudar ou melhorar navegação nos rios, seja nos canais, seja em máquinas” e tudo que fosse observado Hipólito deveria “dar a melhor conta que puder, ajuntando as descrições do que puder observar com mais miudeza”¹¹⁵.

Na citada Memória escrita em janeiro de 1801 após seu retorno a Lisboa, Hipólito da Costa afirmava que “no meio de minhas indagações sobre a agricultura, não deixei de observar quanto pude a Hidráulica e Mecânica do país”. Ao tratar das obras, ele não se mostrou muito admirado pelas realizações dos americanos pois “a simplicidade destas obras, e facilidade com que as executam são sem dúvida mais notáveis que a segurança e estabilidade com que são feitas, porque a madeira é o principal material que empregam para os diques”¹¹⁶.

Quanto às máquinas mecânicas, o viajante luso-brasileiro chamava atenção para os moinhos, “que constituem a melhor parte e cuido que os americanos têm conduzido esta máquina ao maior ponto de perfeição”. Observou ainda que “os engenhos de fazer papel, serrar madeira, fabricar pólvora e outros são movidos sempre por água”. A Memória revelava ainda que Hipólito tinha o cuidado de descrever e fazer desenhos, ainda não localizados, de vários dos mecanismos e máquinas que observava: “Uma máquina para limpar o cais que em Boston me pareceu sumamente fácil a trabalhar, e a descrevi, e

¹¹⁵ INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 44-45.

¹¹⁶ MEMÓRIA sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira. Lisboa, 24 de janeiro de 1801. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 50.

desenhos”. O mesmo fez outras máquinas e invenções “não menos úteis, relativas a vários objetos que desenhei e trouxe, julgo não serão desestimadas pelo público”¹¹⁷.

As cartas preservadas no Copiador e Registro das Cartas de Ofício revelam que diversas outras memórias e descrições foram remetidas ao reino ainda que não tenham sido publicadas. Anexa à missiva de 15 de junho de 1799 endereçada a d. Rodrigo, Hipólito enviava uma memória “sobre o novo método de construir pontes de madeira com um só arco” que julgava “uma invenção que deve ser preciosa no Brasil, onde há superabundância de madeiras, e mesmo em algumas partes de Portugal, onde a pedra é escassa”¹¹⁸. Em outra carta de 13 de setembro de 1799, o viajante afirmava que tinha a honra de remeter uma memória “que contém a descrição da máquina que os americanos usam para limpar as lamas acumuladas ao pé dos seus cais, cuja figura e construção os põem em perpétua necessidade deste contínuo remédio”¹¹⁹.

Além das memórias e descrições enviadas para o Reino, o *Diário* escrito por Hipólito evidencia a preocupação constante com a observação e o registro das máquinas e invenções que via nos lugares por onde passava. É possível que a observação tenha começado já na viagem para a América, ainda abordo do Navio. Ao relatar em uma das noites uma grande tempestade, escreveu que “o Navio faz tanta água hoje que trabalham ambas as bombas”¹²⁰. Já nos Estados Unidos, foram inúmeras as máquinas que pôde observar e descrever: “um macaco para levantar pesos”, “uma qualidade de carrinho para

¹¹⁷ MEMÓRIA sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira. Lisboa, 24 de janeiro de 1801. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 51.

¹¹⁸ Documento nº. 7. Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Nova York, 15 de junho de 1799. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 179.

¹¹⁹ Documento nº. 11. Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Boston, 13 de setembro de 1799. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 184.

¹²⁰ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 25 de novembro de 1798, p. 13.

tirar os esterco dos currais”, “um engenho de serrar madeiras para fazer a obra com a água da maré” a bordo de uma fragata em Long Island e “uma máquina de furar as bombas”¹²¹. Contudo, Hipólito não registrava apenas o que via, mas também o que lia em jornais e gazetas que assinava. Em 17 de janeiro de 1799 ele registrava em seu Diário: “Na gazeta d’hoje apareceu um plano para se conduzir água para a Cidade, do Schuylkill”¹²². No caso da memória analisada, tratava-se de um avanço para os navios da marinha portuguesa contar com um aparato que permitisse escoar a água acumulada sem o uso de força humana.

A SAÚDE DOS POVOS

Dentre as obras traduzidas por Hipólito da Costa e publicadas pela tipografia do Arco do Cego encontra-se também a *Memória sobre a Bronchocele, ou Papo da América Septentrional* (1801) escrita por Benjamin Smith Barton, descrito no frontispício da obra como “Doutor em Medicina, Professor de Matéria Médica, História Natural e Botânica da Universidade de Pensilvânia”. Nascido na Pensilvânia, Benjamin Smith Barton, segundo nota biográfica escrita por Theodore Jeffries, foi educado na Universidade de Edimburgo e depois recebeu seu diploma médico na Universidade de Gottingen na Alemanha em 1789. No mesmo ano, foi nomeado professor no Colégio da Filadélfia, que dois anos depois se tornaria a Universidade da Pensilvânia, onde ensinou História Natural, Botânica e Matéria Médica¹²³. Foi autor da primeira *Materia Medica* e do primeiro livro

¹²¹ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Ver, respectivamente, 12 de abril de 1799, p. 74; 9 de maio de 1799, p. 91; 16 de novembro de 1799, p. 167.

¹²² COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 17 de janeiro de 1799, p. 40.

¹²³ JEFFRIES, Theodore W. A Biographical Note on Benjamin Smith Barton (1766-1815). *Isis*, 60(2), 1969. p. 231.

de botânica elementar dos Estados Unidos. Além disso, foi fundador e editor do *The Philadelphia Medical and Physical Journal* entre 1804 e 1809¹²⁴.

Na dedicatória ao príncipe regente d. João, o tradutor explicava o objeto da memória: o Papo, “uma moléstia terrível, que atacando muitos lugares da Europa, aparece também em algumas capitâneas do Brasil, e principalmente na de São Paulo”. Já no início, Hipólito demonstrava seu objetivo como tradutor daquela obra em específico: divulgar o conhecimento de modo a intervir na realidade da prática médica na América portuguesa. Ele afirmava que, ainda que “ali não chega talvez a causar os maus efeitos que produz na Suíça e outras partes da Europa”, ainda assim a doença é “tão incômoda e penosa que os habitantes do Brasil não deixarão de abençoar o nome de V. A. R. vendo-o proteger uma obra que tende a remediar esta moléstia cruel”¹²⁵.

No “Prefácio do Tradutor”, Hipólito da Costa afirmava que, tendo conhecimento de considerável número de pessoas afetadas pela doença do Papo no Brasil, “julguei utilizar, ainda que pouco, aquele país, apresentando-lhe na língua vulgar uma Memória, que ao mesmo passo que raciocina sobre as causas da moléstia e toca o seu método curativo”, também trazia as observações do autor de modo que seria um modelo para outras memórias do gênero. Nesse sentido, incentivava os “Médicos Brasileiros, cuja instrução e filantropia os habilita a observar esta moléstia e a escrever sobre ela alguma coisa”. Em outra passagem, afirmava que seria “igualmente louvável a caridade daqueles Médicos, que empregando-se a observar a moléstia, publicarem o que puderem colher de seus exames”¹²⁶.

¹²⁴ JEFFRIES, Theodore W. Barton's Unpublished Materia Medica. *Pharmacy in History*, vol. 17, no. 2, 1975. p. 69.

¹²⁵ MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.

¹²⁶ Prefácio do Tradutor. MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.

Hipólito também cita as informações que seriam muito úteis para a completa descrição das doenças que afetavam a América Portuguesa:

A descrição exata do lugar onde a moléstia se observa, o hábito do corpo dos doentes, os mantimentos de que usam, o gênero da vida, a idade em que a moléstia principal, os sintomas que o acompanham, as outras moléstias que são endêmicas no País e finalmente o clima e temperatura do lugar.

Seriam esses os “acidentes a que o médico deverá, neste caso, atender com o maior cuidado”, pois somente com essas observações “que se poderá vir no perfeito conhecimento da causa do Papo, e por consequência do método curativo”¹²⁷.

Os médicos que publicassem e escrevessem suas observações, que já possuem uma vida virtuosa e útil por curarem os enfermos, teriam “um direito mais particular ao agradecimento dos homens” uma vez que “não só cuidam da felicidade dos seus Concidadãos presentes, mas atendem igualmente às necessidades dos vindouros”. Evidencia-se, então, não só um desejo de divulgar o que era conhecido sobre o assunto da memória, mas também torná-la um modelo que motivasse a escrita de outras memórias e descrições pelos chamados “médicos brasileiros”, ou seja, aqueles que teriam um conhecimento prático e a observação sobre a moléstia no Brasil. Nesse caso, Hipólito atuava, de fato, como um divulgador dos ideais que permeavam a iniciativa da tipografia do Arco do Cego de Frei Veloso e do próprio reformismo de Rodrigo de Sousa Coutinho. A publicação de uma obra, para Hipólito e certamente para seus benfeitores, atingia a um público maior e, por isso, seu autor teria direito àquele “agradecimento dos homens” que ele falava no Prefácio.

Em primeiro lugar, cabe destacar, a exemplo do que foi feito anteriormente, a relação entre a publicação da memória com a viagem aos Estados Unidos realizada

¹²⁷ Prefacio do Traductor. *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.

poucos anos antes. Ainda que não tenha sido possível encontrar registro do envio da obra que foi traduzida, uma missiva remetida por Hipólito a Rodrigo de Sousa Coutinho em 1º de junho de 1800 demonstrar que o autor teve contato com outras obras de Barton durante sua viagem. Na carta que acompanhava a remessa de livros, sementes e coleções de periódicos americanos, ele afirmava que "juntamente com estes vão outros folhetos sobre vários objetos políticos e físicos do país, cuja leitura supus seria do agrado de V. Ex^a e de que também incluo lista". Na citada lista, em meio a obras com compilações de leis americanas, de listas de importações e rendimentos da alfandega constava os "Fragments of natural history etc. by Barton", referência – sem dúvidas – à obra *Fragments of Natural History of Pennsylvania* (1799) publicada no ano anterior¹²⁸.

Além disso, o exame do *Diário* escrito durante os anos na América do Norte revela o interesse de Hipólito pela medicina. Ainda durante a viagem, contava que o capitão do navio foi acometido por uma "violenta cólica" causada pelo "frio extremo" e então "servi[u] de médico aplicando-lhe a bebida de licores espirituosos, panos quentes aos pés etc. com o que remitiu alguma coisa"¹²⁹. Mais do que a prática de fato em medicina, Hipólito mostrava um interesse no conhecimento científico do tratamento das doenças e saúde dos povos. Não por acaso, poucos meses após sua chegada na Filadélfia, ele começou a frequentar aulas de medicina. No dia 20 de fevereiro de 1799 ele registrou em seu diário: "Hoje estive na aula de Medicina, e comecei a ouvir as lições publicas de D. Rush, de medicina prática". Com mais de 125 estudantes, "a lição constou sobre as febres amarelas", seguida por uma "aula de anatomia", onde foi feita uma "demonstração de

¹²⁸ Documento nº. 18, Carta a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Filadélfia, 1º de junho de 1800. Publicado em COSTA PEREIRA, Hipólito da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004. p. 194-196.

¹²⁹ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 04 de dezembro de 1798, p. 16.

olho muito bem-feita”¹³⁰. Tratava-se de Benjamin Rush (1745-1813), famoso médico americano do período, que após ensinar no Philadelphia Medical College, tornou-se professor da Universidade da Pensilvânia¹³¹.

Além das aulas do Dr. Rush, durante uma incursão que fez a Nova York, Hipólito estabeleceu contato com Samuel Mitchill (1764-1831), professor da Universidade Columbia e editor da revista *Medical Repository*¹³². Através dele, Hipólito conheceu outros emigrados que se dedicavam às ciências e teve acesso a livros e publicações. A 1º de maio de 1799 registrava que foi apresentado “a Dr. Mitchill, professor de química nesta universidade ou Colégio columbiano” que o “recebeu muito bem” e lhe “deu um pamphlet sobre o estado de Medicina em N.Y”¹³³. Outros encontros aconteceram nos meses de junho e agosto daquele ano, no qual Thaís Buvalovas chama a atenção para uma carta de um certo Dr. Priestley mostrada por Mitchill a Hipólito¹³⁴. Segundo a autora, tratava-se de um químico inglês emigrado que integrava um “grupo formado por radicais britânicos que se refugiaram nos Estados Unidos, durante os anos de 1790”¹³⁵.

O interesse de Hipólito pela medicina, bem como os contatos estabelecidos e as aulas que frequentou mostraram-se úteis na oportunidade em que auxiliou uma criança em agosto de 1799. Ao contar que se mudou para um alojamento “onde estavam alojados quase todos os escoceses”, o viajante luso-brasileiro registrava: “(...) principiei por fazer

¹³⁰ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 20 de fevereiro de 1799, p. 50.

¹³¹ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Nota 206, p. 50.

¹³² Cf. BUVALOVAS, Thaís. *Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2011. p. 99.

¹³³ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 1 de maio de 1799, p. 88.

¹³⁴ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Ver 04 de junho de 1799, p. 102 e 08 de agosto de 1799, p. 126.

¹³⁵ BUVALOVAS, Thaís. *Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2011. p. 99.

uma cura a uma criança que ele tinha, porque tendo Eu empregado grande parte da minha vida em estudos médicos tenho achado nas minhas viagens que nada me é tão útil”¹³⁶. A passagem, ainda que curta, revela a percepção de Hipólito acerca da utilidade dos estudos de Medicina. Não se tratava de um interesse meramente investigativo ou de um conhecimento contemplativo, assim como as informações sobre a agricultura e a introdução do gênero *Accer Sacharium* nas plantações coloniais portuguesas, os conhecimentos sobre a medicina tinham uma aplicação prática e necessária para o melhoramento do bem-estar dos povos.

Nesse sentido, é preciso contextualizar a publicação da memória traduzida por Hipólito em meio às informações disponíveis sobre a doença do Papo na cultura escrita luso-brasileira na transição entre os séculos XVIII e XIX. Não faltavam relatos sobre a observação da doença nas terras portuguesas, bem como tentativas de explicar suas causas e de buscar a cura. Ainda nas primeiras décadas do século XVIII, o padre Bluteau a registrou em seu dicionário e descrevia a papeira, o papo ou bocio como um “grande tumor na garganta”, com múltiplas causas. No caso dos enfermos das regiões dos Alpes as papeiras se originavam da “contumaz e indômita frialdade das neves derretidas” que penetravam os poços e, após ingeridas, endureciam e congelavam as glândulas. Conta ainda que “os Médicos Gregos chamam a esta monstruosa enfermidade *Broncocele*”, o que explica o título da memória publicada no século seguinte¹³⁷. Ao tratar da cura da enfermidade em outro verbete, o padre asseverava que “o bocio, que procede por dilatação, é incurável”¹³⁸.

¹³⁶ COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. 13 de agosto de 1799, p. 126.

¹³⁷ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Vol. 6, “Papeira”, p. 238, grifos no original.

¹³⁸ BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Vol. 2, “Bocio”, p. 138.

Luís Gomes Ferreira dedicou um capítulo inteiro do seu *Erário Mineral*, publicado em Lisboa no ano de 1735, à doença do papo. Ao tratar “Dos papos e dos seus remédios mais eficazes” no capítulo VIII da obra, afirmava ser

uma das mais dificultosas de curar e não faltam em algumas partes destas Minas; tem-se observado que, pela maior parte, procede das águas que se bebem em alguns sítios e não se lhe dá outra causa, sem embargo que pode proceder de outras; também por pessoas de verdade me consta que, na Vila de Oitu, e nas mais sujeitas à capitania de São Paulo, é a gente destas partes muita sujeita a esta doença¹³⁹.

O autor completava que a doença era “mais comum em paulistas, carijós, mamelucos e mais em mulheres que em homens; também em pretos e alguns, suposto pouco, em filhos de Portugal, mas nenhuns vi, nem me consta que fossem grandes”¹⁴⁰.

Ao tratar da cura da doença ou dos remédios que devem ser utilizados pelos enfermos, Gomes Ferreira chamava a atenção para um procedimento, no mínimo, curioso. Deveria utilizar-se um “pano que cubra o papo atado com sua atadura, que comprima e aperte o que baste, renovando-o todos os dias, ou de dois em dois” por até trinta dias. Caso o tumor não diminua neste ínterim, “se mande por uma mulher que estiver com a sua conjunção mensal que morda com os dentes todo o tumor, apertando-o bem muitas vezes e, depois de mordido, se lhe atem cordas de viola por cima dele, que alguma coisa apertem”¹⁴¹.

Além disso, a obra propagava a relação, já encontrada também em Bluteau, entre a doença do papo e as águas. No caso daqueles “que não tinham papos antes de irem morar para algum sítio, roça ou fazenda e depois de morarem no tal sítio foram crescendo papos a algumas pessoas daquela casa”, o autor defendia que o remédio verdadeiro era

¹³⁹ FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. vol. 2, p. 592.

¹⁴⁰ FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. vol. 2, p. 592.

¹⁴¹ FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. vol. 2, p. 593.

“não beberem mais daquela água que estão bebendo”, de modo que “não se encherão todos os da casa de papos, como se encheriam bebendo da água de que bebiam. Além de causa, a água também poderia ser a cura. Gomes Ferreira contava que “alguns tem sarado tomando as águas do mar e depois lavando e pondo panos de água salgada em cima dos papos”, outros tem “sarado bebendo em jejum, por muito tempo, urina de menino ou, não a havendo, da sua própria”¹⁴². Se todos os remédios anteriores falhassem, restava apenas o “óleo de ouro” que deveria ser aplicado “por cima do tumor e cercando-o em roda”¹⁴³.

Décadas depois, José Joaquim da Rocha, autor de várias cartas corográficas das Minas setecentistas, descrevia a Comarca do Rio das Mortes em sua *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais* de 1781 e dava conta da ocorrência da doença do Papo na região:

(...) os ares são sadios, o clima temperado e, por essa razão, há poucas doenças e somente são acometidos os nacionais, principalmente os camponeses, de umas grandes grossuras, que lhes cresce no pescoço e lhes chamam “papos”, de sorte que alguns chegam a disforme grandeza e impedem a respiração a todos os que padecem de tal moléstia¹⁴⁴.

Assim como Bluteau e Gomes Ferreira, José Joaquim da Rocha acreditava serem os naturais do Brasil os únicos atingidos pela doença do Papo. Os autores também concordavam que a enfermidade atingia, em sua maioria, os naturais do Brasil e pessoas de menor condição. Tratava-se, nesse sentido, de uma doença considerada endêmica sobretudo das capitanias de Minas Gerais e São Paulo¹⁴⁵.

¹⁴² FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. vol. 2, p. 593.

¹⁴³ FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. vol. 2, p. 594.

¹⁴⁴ ROCHA, José Joaquim da. *Geografia História da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

¹⁴⁵ Cf. MARQUES, Rita de Cássia. Sobre papos, águas, barbeiros e iodo: a História do Bócio Endêmico em Minas Gerais. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto da Saúde, 2010.

Com efeito, era justamente nesse debate que a obra traduzida por Hipólito buscava intervir. Hipólito concordava com os autores anteriores quanto à endemia de Papo nessas capitanias e quanto ao alcance social da doença: “Não me lembro de ter visto o Papo, no Brasil, senão em pessoas de inferior condição, isto é, que se empregavam em trabalhos rudes e laboriosos”¹⁴⁶. Ao refletir sobre a causa da doença do Papo, Benjamin Barton, autor da memória, afirmava “que o Povo, naquela parte do Estado de Nova York (...) atribui constantemente esta moléstia as águas do País”¹⁴⁷. Mas não era apenas o povo comum, cientistas, médicos e autoridades citadas pelo autor ao longo de sua memória eram da mesma opinião. O famoso viajante William Coxe (1747-1828), por exemplo, “nas suas interessantes viagens pela Suíça, supõe igualmente (...) que a substância calcárea, chamada tufo, é a causa desta moléstia”¹⁴⁸. A partir dos relatos de outros cientistas, o autor da memória elaborou uma série de questões acerca da presença dessa substância nas águas de Nova York e lembrava ainda que as observações de Coxe tinham a Europa como objeto e poderiam não ser tão úteis para os territórios americanos¹⁴⁹.

Benjamin Barton colocava em dúvida tais diagnósticos quando demonstrava suas objeções quanto a relação entre a água e a doença do Papo: “Dos fatos e objeções que tenho mencionado, se vê que devo rejeitar o sistema que atribui esta moléstia do Papo ao uso das águas impregnadas com terra calcárea”¹⁵⁰. Assim, não sendo, para o autor,

¹⁴⁶ Prefácio do Tradutor. *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.

¹⁴⁷ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 14.

¹⁴⁸ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 15.

¹⁴⁹ Cf. *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 18-20.

¹⁵⁰ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 25.

provável que a terra calcárea fosse a causa do Papo, ele duvidava então “se esta moléstia será ocasionada de beber a água no País, onde ela se observa”¹⁵¹. O autor também colocava em xeque outras explicações correntes para o aparecimento do tumor na região do pescoço, como beber água de neve derretida, que inclusive aparece em Bluteau, citado anteriormente; a proximidade das nascentes de água com minas de carvão e até mesmo a pressão causada no peitoral pelo uso de cordas ao puxar carros ou carroças¹⁵².

Mas qual seria, então, a causa da doença para Benjamin Barton? Mesmo cauteloso em “pronunciar decisivamente a causa da doença”, o autor estabelecia, com base em sua observação no estado de Nova York, uma relação entre o Papo e as febres intermitentes e desinterias, causadas pelo ambiente úmido dos vales e planícies pantanosas. Ainda assim, Barton não considerava que a questão estava totalmente decidida: “Eu não suponho que os fatos precedentes estabelecem decididamente que os miasmas dos pântanos são a origem do Papo”. Por isso, oferecia a sua “opinião, como uma mera conjectura ou hipótese”:

Não posso deixar de supor que para o futuro, observações mais extensas estabelecerão o fato de que há uma conexão íntima entre a moléstia de que se trata, e as exalações dos pântanos ou lugares alagadiços. E estou persuadido, que há uma conexão necessária entre o Papo, e a humidade da atmosfera¹⁵³.

Se, como afirmou o próprio Barton, “não pode empreender a cura de uma moléstia sem que a causa seja perfeitamente conhecida”, o autor chamava a atenção para os numerosos remédios que eram utilizados para a cura do Papo¹⁵⁴. Desde a sangria dos

¹⁵¹ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 27.

¹⁵² Cf. *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 28-39.

¹⁵³ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 57-58.

¹⁵⁴ *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 60-61.

pacientes acometidos, passando pelo purgante e até o mercúrio, outros remédios também eram recomendados, como a aplicação de uma meia queimada com canela e mel, o enxofre de potássio dissolvido em água e a ingestão de vinagre e água do mar¹⁵⁵.

Tais informações sobre a causa, a cura e o tratamento da doença do Papo se vinculavam com a aplicação prática desse conhecimento na América Portuguesa em um contexto de crescente valorização do conhecimento científico sobre a medicina no mundo luso-brasileiro. Na verdade, o interesse remontava ao século anterior, desde as primeiras discussões influenciadas pelas Luzes de Luís Antônio Verney e de Ribeiro Sanches. De autoria deste último, a obra *Tratado da conservação da saúde dos povos* (1757) expunha a importância do Estado em reformar e estipular leis e regras que preservassem a saúde dos súditos¹⁵⁶. Além de Verney e Sanches, merece destaque ainda as ideias de Castro Sarmiento, que foi convidado por d. João V para divulgar as ideias médicas da ciência moderna em Portugal¹⁵⁷.

A difusão das obras médicas em Portugal acompanhava o movimento que também acontecia em outras regiões da Europa que valorizavam as discussões sobre a saúde da coletividade. Nas décadas finais do século XVIII, o mundo luso-brasileiro assistiu ao surgimento de um movimento de tradução que também envolveu as obras médicas estrangeiras¹⁵⁸. Neste contexto, nas palavras de Jean Luiz Neves Abreu, “o saber médico assumiu uma feição explicitamente pedagógica e preventiva”¹⁵⁹. Dentre as obras médicas

¹⁵⁵ Cf. *MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographica, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801. p. 61-64.

¹⁵⁶ Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul.-set. 2007. p. 765.

¹⁵⁷ Cf. ABREU, Jean Luiz Neves. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007. p. 83.

¹⁵⁸ Publicou-se recentemente uma bibliografia das obras médicas impressas em Portugal no século XVIII: BAUDRY, Hervé (Org.). *Bibliografia Médica Lusa. Obras impressas em Portugal no século XVIII*. Lisboa: CHAM Ebooks, 2023.

¹⁵⁹ ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul.-set. 2007. p. 766.

editadas no período, destaca-se o *Aviso ao povo sobre a sua saúde* de Samuel Tissot, cuja versão portuguesa foi feita por Manuel Henriques de Paiva, um dos mais famosos tradutores médicos do período e recebeu mais de seis edições na última metade do século XVIII¹⁶⁰.

A reflexão ganha vulto se considerarmos que a tipografia do Arco do Cego, de onde saiu a tradução das memórias sobre a doença do papo, esteve envolvida na publicação de outras obras médicas. De acordo com as estimativas de Miguel Faria, das 83 obras publicadas pela tipografia, cerca de 16% delas versavam sobre medicina, assistência e saúde pública¹⁶¹. Conforme destacou Claudio Denipoti a tradução de livros de medicina “tinham por objetivo primordial a popularização de ideias médicas, e por objetivo secundário, a instrução dos agentes políticos e médicos do período”¹⁶².

LÍNGUAS E TRADUÇÕES

O envolvimento de Hipólito da Costa no intenso esforço tradutório que caracterizou a produção livresca da tipografia do Arco do Cego também coloca a questão do aprendizado das línguas estrangeiras ao longo da formação do viajante. Seus biógrafos apontam para o início de sua educação ainda no seio familiar com seu tio, Pedro Pereira Fernandes Mesquita, o chamado “padre doutor”, bacharel em Cânones em Coimbra, responsável pelo ingresso posterior dos sobrinhos na Universidade¹⁶³. Fez os primeiros

¹⁶⁰ Cf. GASPAR, Gabriel de Abreu M. “*Em Inglês brilhaste, em Português agora brilhas*”: tradução e circulação das obras de Alexander Pope no mundo luso-brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020. p. 97.

¹⁶¹ FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999. p. 117, gráfico nº. 2.

¹⁶² DENIPOTI, Cláudio. Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out.-dez. 2017. p. 927,

¹⁶³ Cf. DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. t. 1, p. 19-30. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 17-21.

estudos em Porto Alegre e depois formou-se em Leis e Filosofia na Universidade de Coimbra reformada¹⁶⁴.

Ademais, é por meio da própria narração de Hipólito que se pode refletir sobre a sua formação. Em 1811, após a fuga da prisão em Portugal e a subsequente migração para Londres, Hipólito publicou uma obra intitulada *Narrativa da Perseguição*, na qual denunciava os abusos que havia sofrido nos cárceres da inquisição e relatava todo o processo que sofreu. A obra, inclusive, chegou a ser resenhada de forma elogiosa por Robert Southey na *Quarterly Review* de dezembro de 1811¹⁶⁵. Ao tratar de obras acerca das inquisições na Península Ibérica, Southey, que já havia viajado a Portugal em duas ocasiões, destacava a *Narrativa* escrita por Hipólito, editor do *Correio Braziliense*, “um jornal português publicado (como o *Español*) em Londres, cujos princípios e opiniões são muito honrosos para o próprio autor e poderiam ser de grande utilidade para o seu príncipe e para o seu país”¹⁶⁶.

Por meio do interrogatório narrado por ele e, por isso *mediado*, podemos refletir sobre seus estudos de primeiras letras, a influência da formação em Coimbra e seus conhecimentos acerca das línguas estrangeiras. Contava ele que “havia decorrido os dois meses que estava na prisão quando o inquisidor se resolveu a fazer-me perguntas”, que “na forma do Regimento do Santo Ofício são divididas em três sessões”: “a primeira é chamada sessão de genealogia; a segunda, sessão *in genere*; a terceira, sessão *in specie*”. Em suas palavras, “cada uma destas sessões durou muitos dias” e “na sessão de

¹⁶⁴ Cf. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 3-4.

¹⁶⁵ Cf. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 47.

¹⁶⁶ *The Quarterly Review: August & December, 1811*. Vol. VI. London: Printed by C. Roworth, Bell-yard, Temple-bar, 1811. p. 313. No original, lê-se: “a Portuguese Journal published (like the *Español*) in London, the principles and opinions of which are most honourable to himself, and might be most useful to his prince and his country”. Para um estudo recente acerca das conexões entre Robert Southey e a história de Portugal, ver: RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

genealogia fui indagado pelos nomes, meu, de meus pais e parentes, suas naturalidades, estados e idades”, bem como “os nomes dos padrinhos de batismo e crisma, sacramentos que tinha recebido”¹⁶⁷. Na segunda, Hipólito, foi questionado sobre seus estudos e formação acadêmica.

Contou ao inquisidor que começou estudar a gramática latina aos nove anos, após deixar o mestre de ler e escrever. Ao ser questionado sobre o compêndio da gramática latina utilizado, se “era o antigo dos jesuítas ou algum dos modernos”, respondeu se tratar do Novo método do padre Antônio Pereira e revelou, ainda, que, além do latim dentre as línguas mortas, também se dedicou ao estudo da língua grega. Neste ponto, revela-se que o estudo das línguas, segundo a narrativa de Hipólito, se vinculava a um exercício prático de tradução. Tanto que o inquisidor questiona se os “professores, quando lhe ensinavam a traduzir os clássicos gentios, faziam-lhe observar os erros abomináveis que, muitas vezes, se propagam por esses livros” que traziam “sempre mais ou menos vestígios das falsas superstições dos antigos”¹⁶⁸.

Mas Hipólito, como se sabe, também estudou as línguas vivas ou vulgares como se chamavam na época. Quando perguntado “que línguas vivas estudou”, respondeu “todas aquelas que na Europa são mais necessárias, já pelas relações que as suas respectivas nações têm conosco, já pelas obras científicas que nessas línguas se acham escritas”. Era claro, assim, o interesse de Hipólito pelas ciências e a crença de que o conhecimento das línguas propiciava um instrumento de acesso aos livros e obras científicas.

Ao ser perguntado a razão de estudar as línguas, ele confessava que movido pelo “desejo de me pôr em estado de poder aprender as ciências, o que não poderia bem-fazer

¹⁶⁷ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 52, grifos no original.

¹⁶⁸ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 54.

sem entender os livros que nessas línguas estão escritos”. Neste ponto, o Inquisidor se mostrou particularmente interessado, em uma sociedade não secularizada, vigilante sobre as ideias veiculadas pelos livros e indagou se Hipólito, “sabia o perigo que havia na leitura dos livros ímpios que nessas línguas se acham escritos, principalmente no francês, inglês e alemão”. Em uma arguta resposta, Hipólito confiava no cuidado do Santo Ofício em “proibir os livros maus e deixar correr somente os bons”, por isso, “não devia eu presumir que me pudesse chegar à mão algum livro ímpio”, o que deixava sua “consciência sossegada”¹⁶⁹.

O inquisidor também se mostrou preocupado com os estudos de Hipólito sobre as ciências e história natural. Além de questioná-lo sobre os graus acadêmicos, ele perguntou a Hipólito sobre outros interesses e este respondeu ter se dedicado à “Matemática, Geografia, História, e em geral, Belas Letras”. E os livros voltavam à cena uma vez que o inquiridor desejava saber se os livros utilizados em tais estudos “eram nacionais ou estrangeiros e quem eram seus autores”. Hipólito respondeu que lançava “mão de qualquer livro que julgava bom (...) na matéria que queria estudar” sem se “embaraçar de outra coisa senão que fosse escrito em língua que” entendesse. Dizia ainda que era impossível citar os nomes dos autores ao menos de sua faculdade principal, o Direito, fora aqueles “que quisesse conhecer para meu desenfado e recreação”.¹⁷⁰

O trecho traz revelações importantes acerca da relação de Hipólito com os livros e línguas estrangeiras. De um lado, parece razoável supor a existência de uma crença de que os livros carregavam o conhecimento. Há também uma percepção da leitura também como recreação, o que permite inferir seu contato com uma literatura de diversão, como é caso dos romances que se difundiam em Portugal naquele contexto.

¹⁶⁹ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 54.

¹⁷⁰ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 54-55.

O inquisidor se demonstrou incomodado com essa “grande curiosidade em se aplicar a diferentes ramos das ciências, alheias inteiramente da sua profissão de jurisconsulto” e pela ausência da “teologia ou ciências que lhe são análogas”. Hipólito respondeu reafirmando a concepção da importância do conhecimento das línguas para qualquer estudo:

Difícilmente poderá alguém dar a razão por que se afeiçoa mais a estes do que àqueles estudos, mas o não me aplicar eu à Teologia talvez nascesse da ideia que fazia da dificuldade daquela ciência, e do perigo que podia ter estudando-a sem os laboriosos estudos preparatórios que lhe são necessários, como línguas hebraica, siríaca e outras coisas, para o que certamente não havia em algum lugar, no assaz ocupado e breve decurso da minha vida¹⁷¹.

O inquisidor questionava se em Coimbra, durante o curso de Direito Canônico, o então preso não examinou “matérias eclesiásticas e objetos pertencentes à religião”, se houve “pontos sobre que se duvidou e que quis examinar”. Mostrou-se também interessado nas discussões que Hipólito teria feito com algumas pessoas sobre assuntos de Metafísica, como a existência de Deus, a imortalidade da Alma, e da Ética, como o sumo do bem e outras questões. Em suas respostas, o interrogado afirmava que, por ter estudado tais pontos na Universidade de Coimbra, era “claro que os compêndios eram ortodoxos” e que apesar de “muitas vezes tenho tido ocasião de falar nessas matérias” seria impossível “lembrar agora quem foram essas pessoas ou os pontos sobre que se tratou nessas palestras literárias”. Mas negava veemente que nessas “disputas ou conversas lhe ficassem algumas dúvidas sobre as verdades da religião”¹⁷².

A preocupação do inquisidor não era de todo infundada, afinal em Coimbra desde a década de 1770 havia uma preocupação quanto às discussões políticas e à filiação maçônica de alguns alunos. Foram vários os alunos processados por libertinagem em

¹⁷¹ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 55.

¹⁷² COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 56.

1779 e acusados de defenderem proposições heréticas, dentre eles o célebre dicionarista Antônio de Morais Silva e Francisco de Mello Franco, autor de *Medicina Theologica* (1794)¹⁷³. Não por acaso, D. Maria I havia instituído um exame de conduta moral por Carta Régia de 1792 que examinaria “as qualidades de prudência, probidade e desinteresse de cada um dos bacharéis, e mais circunstâncias que devem ter as pessoas que se destinam ao serviço do Estado”¹⁷⁴.

Hipólito foi submetido ao exame em 31 de julho de 1798 em um parecer que dava conta sobre três itens: procedimentos e costumes; merecimento literário; prudência, probidade e desinteresse. Segundo Mecenas Dourado, foi aprovado nos dois últimos itens, com exceção do primeiro, “procedimento e costumes” no qual foi aprovado por sete professores e reprovado por um¹⁷⁵. Se não é possível saber os exatos critérios utilizados pelos professores, tampouco exatamente do que se tratava cada um dos quesitos, o resultado evidenciava algum embaraço ou mesmo cuidado com as atitudes e procedimentos adotados por Hipólito ao longo de sua formação¹⁷⁶.

O interrogatório da segunda sessão foi concluído, nas palavras de Hipólito, com um “exame das viagens que tinha feito tanto no Reino como fora dele, os motivos dessas

¹⁷³ Sobre os processos inquisitoriais em Coimbra em 1779, ver: NOVINSKY, Anita. Estudantes “afrancesados” na Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Morais e Silva (1779-1806). In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-brasileira. Da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 105-118. BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006. p. 42 e seguintes. NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011 FREITAS, Ricardo Cabral de. *Os sentidos e as ideias: a trajetória intelectual de Francisco de Mello Franco na ilustração luso-brasileira (1776-1823)*. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2017.

¹⁷⁴ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. t. 1, p. 34.

¹⁷⁵ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. t. 1, p. 36.

¹⁷⁶ Cf. BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: HUCITEC Editora, 2011. p. 54-55.

viagens, pessoas com quem falei, objetos que versou a minha curiosidade”¹⁷⁷. Neste caso, o interesse era ainda mais claro pois foi durante a viagem a Filadélfia que Hipólito ingressou na Maçonaria, crime pelo qual estava preso¹⁷⁸. E dentre as provas da acusação, que foram objeto da terceira sessão de interrogatório, estavam os papéis apreendidos quando da sua prisão em julho de 1802, assim que retornou de uma missão à Inglaterra sobre o pretexto de adquirir materiais para a Imprensa Régia¹⁷⁹. Ao longo desta terceira sessão, Hipólito foi perguntado acerca do estado da Maçonaria em Portugal, a identidade dos maçons e a localização dos cofres ou do dinheiro dos maçons, além da viagem que fez a Londres¹⁸⁰.

Dentre as evidências recolhidas durante sua prisão estavam diversos papéis com trechos de livros. Segundo ele, “a maior parte dos papéis eram exercícios das línguas inglesa, francesa, alemã” que utilizava para se “adestrar na escrita daqueles idiomas e que por isso havia entre esses papéis traduções do inglês para o francês, deste para o alemão, do inglês para o português, etc.”¹⁸¹. Quanto aos assuntos e temas dos trechos traduzidos, Hipólito argumentava ser mera coincidência que tratassem da maçonaria:

E achando-se entre esses papéis alguns relativos à framaçonaria, que acidentalmente eu copiara de livros que correm impressos, deu isto ocasião a que o ministro, que me fez apreensão nos meus papéis, separasse em minha ausência só os que tratavam de maçonaria, e ainda esses mutilassem de maneira que pareciam indicar alguma transação seguida de framaçonaria¹⁸².

¹⁷⁷ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 57.

¹⁷⁸ A filiação de Hipólito à Maçonaria não é, por motivos óbvios, registrada em seu Diário de viagem. Foi apenas na *Narrativa da Perseguição* ele relatou sua iniciação. Segundo informações de Mecenias Dourado, ele foi admitido como membro da Loja Washington nº. 59 na Filadélfia em 12 de março de 1799. Cf. DOURADO, Mecenias. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. t. 1, p. 74-77.

¹⁷⁹ Cf. DOURADO, Mecenias. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957. t. 1, p. 82-89. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 38-41. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 9-12.

¹⁸⁰ Cf. COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 69-71.

¹⁸¹ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 71.

¹⁸² COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 71.

Mas eram, cabe salientar, conjecturas, afinal seria necessário ver os papéis uma vez que sem eles, nas palavras de Hipólito, “ficaria ininteligível a narração”. “Depois de muitos debates”, contava ele, enfim, “apareceram os papéis”, que permitiram a confirmação para o depoente de que eram eles “simples cópias, algumas extraídas de livros, sem outro fim mais do que o servirem de exercícios nas diferentes línguas”¹⁸³.

É notável que, dentre os argumentos apresentados para demonstrar se tratar de fato de exercícios de gramática e de tradução, estava a forma física variada dos manuscritos:

A forma dos mesmo papéis, que mostrava não serem pertencentes a negociação, ou transação séria, porque quase todos se achavam escritos sem ordem, uns em folha de papel inteiro, outras em quartos de papéis, em capas de cartas, em cadernos cosidos, cheios de emendas e entrelinhas, borrões, passagens riscadas e substituídas por outras sobre diferente matéria, mas com as mesmas frases de linguagem do que se conhecia, que o fim daquela escrita era o estudo gramatical da língua, sendo indiferente a matéria sobre que o exercício versava¹⁸⁴.

Fica evidente, assim, que Hipólito compartilhava daquele conhecimento tipográfico que era muito próprio dos letrados do Antigo Regime, como notou Robert Darnton certa vez, ao examinar os anúncios de livros. Segundo o autor, “no século XVIII, os anunciantes presumiam que seus clientes se preocupavam com a qualidade física dos livros. Tanto compradores quanto vendedores compartilhavam do mesmo modo de um conhecimento tipográfico que atualmente está quase extinto”¹⁸⁵. Além disso, por se tratar de papéis pessoais, escritos por ele, Hipólito argumentava que “não podiam admitir outra interpretação senão a que eu lhes desse”. Não eram, salientava ele, “escrituras públicas” e por isso “não se reputavam evidência, nem prova”¹⁸⁶.

¹⁸³ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 73.

¹⁸⁴ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 73.

¹⁸⁵ DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 225.

¹⁸⁶ COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009. p. 126.

Assim, os registros feitos por Hipólito dos interrogatórios realizados ao longo dos oito meses que esteve preso nos cárceres do Santo Ofício no Limoeiro lançam luz sobre diversos aspectos quanto aos seus interesses nas ciências, o conhecimento das línguas estrangeiras e sua própria percepção sobre os livros e a leitura. Primeiramente, Hipólito revela um interesse apurado no conhecimento científico e a crença de que as línguas vulgares permitiram o acesso a tais informações. Como a *Narrativa* foi escrita já em Londres e após a experiência nos Estados Unidos e na tipografia do Arco do Cego, o futuro redator do *Correio Braziliense* mostrava-se profundamente impactado por essa trajetória que envolvia, como vimos desde as Instruções, pelo *Diário* e pelo que foi publicado após o seu retorno, que as ciências e o conhecimento do mundo natural eram fundamentais para o melhoramento do reino. Os livros, seriam, então, os veículos dessas informações que seriam colocadas em prática por todo o Império luso-brasileiro. Essa experiência na tradução e no aprendizado das línguas permitiu, inclusive, que já em Londres ele atuasse como tradutor em textos comerciais e jornalísticos e publicasse ainda uma *Gramática Inglesa* em 1811¹⁸⁷.

Ao fim da missiva de setembro de 1798, Frei Veloso lembrava a Hipólito da importância fundamental da remessa de livros e toda sorte de impressos. Escrevia o naturalista que o viajante devia enviar ao ministro Rodrigo de Sousa Coutinho “todas as obras que se tiverem impresso sobre o físico do seu paiz em qualquer assumpto que for político, econômico, phizico, geográfico”. E não apenas livros, mas também “mapas de população, comércio, artes (...) planos de marinha, actos academicos”, além de “todas as

¹⁸⁷ Cf. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p.16. DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 1, p. 138.

gazetas que tiverem impresso, fazendo collecçoens desde o tempo em que estas tiverem começado”¹⁸⁸.

O acesso aos livros e sua aquisição e remessa ao reino constitui uma face essencial das viagens filosóficas e científicas deste período. Afinal, os viajantes tinham contato com uma produção da cultura escrita sobre diferentes temas que talvez fosse improvável de obter de outro modo, como nas mãos dos livreiros lisboetas por exemplo. Tal circulação de livros e outros impressos, como gazetas e periódicos, se convertia na publicação, quando do retorno dos viajantes, não apenas de memórias originais, mas também de traduções destes escritos. Parece razoável argumentar, então, que as obras publicadas por Hipólito nos anos seguintes à viagem guardavam estreita relação com sua experiência nos Estados Unidos.

A preocupação de divulgar os conhecimentos, também pode ser interpretada como um esforço pedagógico das Luzes, que se vinculava diretamente ao projeto reformista de Rodrigo de Sousa Coutinho. O zelo pela instrução e pela educação dos povos, bem como pela organização do conhecimento científico, refletia, em verdade, o próprio epítome da Ilustração nas mais diferentes regiões europeias. Foi o que moveu Diderot (1713-1784) e D’Alembert (1717-1783) no grandioso projeto da *Encyclopedie* (1751-1772), mas motivou também, décadas antes, a iniciativa dos ingleses Addison (1672-1719) e Steele (1672-1729) de organizarem o *Spectator* (1711-1712), bem-sucedido periódico que refletia o ideal ilustrado da época¹⁸⁹. Em Portugal e seus domínios, desde o *Verdadeiro Método de Estudar* (1746) de Verney (1713-1793) e as *Cartas sobre a Educação da*

¹⁸⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Condes de Linhares, mc. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798. Para ambas as citações, fl. 4.

¹⁸⁹ Cf. DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In: _____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018. PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator. O Teatro das Luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 16.

Mocidade (1760) de Ribeiro Sanches (1699-1783) vinham tomando forma as discussões sobre a educação, a questão pedagógica e o conhecimento científico¹⁹⁰.

Neste contexto, a difusão de objetos impressos como memórias, tratados e descrições, publicadas no empreendimento tipográfico de D. Rodrigo e Frei Veloso em fins do século XVIII, merecia atenção especial. Afinal, elas não se destinavam somente ao público letrado reinol, mas também aos súditos de Sua Majestade nos outros cantos do mundo. Não por acaso, diversos autores identificaram remessas de tais obras para a América e outras regiões ultramarinas¹⁹¹. Maria Beatriz Nizza da Silva chama a atenção para o envio, por iniciativa da Secretaria de Estado dos Domínios Ultramarinos, durante a administração de Rodrigo de Sousa Coutinho, de obras, com o objetivo de “espalhar entre os habitantes do Brasil conhecimentos de que se lhes pudessem seguir vantagens consideráveis”¹⁹². Nas palavras da autora, “a política de D. Rodrigo caracterizou-se pela crença de que a cultura tecnocientífica, disseminada na colônia por meio de livros e folhetos, contribuiria para o desenvolvimento de suas produções naturais”¹⁹³.

Como integrante da rede capitaneada por D. Rodrigo, Hipólito da Costa compartilhava e era movido por tais ideais. Na *Memória sobre a viagem aos Estados*

¹⁹⁰ Cf. ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. Especialmente, “Educação e progresso”, p. 51-65. FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.03, p. 167-185, jul.-set. 2016.

¹⁹¹ Cf. WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, suplemento 1, 2004. KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11, suplemento 1, 2004. GALVES, Marcelo Cheche. Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH-Brasil, 2013. PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela tipografia literária do Arco do Cego na capitania de Minas Gerais. *Estudos Históricos – CDHRPyB*, Uruguay, Año VII, nº. 14, Julio 2015. GALVES, Marcelo Cheche. BASÍLIO, Romário Sampaio. PINTO, Lucas Gomes Carvalho. *Vendem-se impressos a preços cómodos na cidade do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2019.

¹⁹² Apud SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 291.

¹⁹³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura letrada e cultura oral no Rio de Janeiro dos vice-reis*. São Paulo: Editora UNESP, 2013. p. 76.

Unidos, uma espécie de relatório de sua incursão remetido em 1801 a Rodrigo de Sousa Coutinho, ao tratar das sementes enviadas em um arrazoadado de suas ações no exterior, ele afirmava que as informações sobre a cultura das espécies eram “dignos de que se imprimam em folhetos breves, e adaptados à compreensão dos nossos agricultores em geral, e que se distribuam pelas províncias: e não tenho a menor dúvida de que este objeto seja muito digno na atenção da Real Junta do Comércio”¹⁹⁴.

Entre a redação e publicação da memória sobre a árvore açucareira e o envio das sementes se vislumbra outra característica fundamental do reformismo luso-brasileiro de Rodrigo de Sousa Coutinho e dos homens que compunham aquela “geração de 1790”, como Frei Veloso, José Bonifácio de Andrada, José da Silva Lisboa, Hipólito da Costa, e tantos outros, qual seja, o pragmatismo de seus planos¹⁹⁵. As sementes eram fundamentais para a introdução do gênero da planta do *Accer sacharium* e muitas outras nos territórios ultramarinos. Mas não somente. As informações de plantio, cultivo, semeadura e colheita, divulgadas pelas memórias, eram imprescindíveis para a aclimação dessas novas espécies nos solos dos domínios portugueses.

As outras obras abordadas neste capítulo também revelam interesse semelhante. As informações da *Descrição de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens* (1800), o caráter técnico com que foi escrita e os desenhos que

¹⁹⁴ MEMÓRIA sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira. Lisboa, 24 de janeiro de 1801. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997. p. 49. Tania Dias apresenta outra referência para esta *Memória* e, por conseguinte, para o trecho: COSTA, Hipólito da. Memória sobre a viagem aos Estados Unidos em 1798 por Hipólito da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, t. 21, v. 3, 1858. Cf. DIAS, Tania. Acréscimos, supressões, alterações, atalhos e retornos: Uma escrita em vaivém. In: COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. lix.

¹⁹⁵ Cf. Sobre a ideia de uma “geração de 1790” ver, especialmente, MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: _____. (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaios Tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Antes, a noção de uma “geração ilustrada” em torno de Rodrigo de Sousa Coutinho foi aventada no ensaio de DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2009. p. 40 e seguintes.

lhe acompanhavam evidenciam que se tratava de uma obra com um objetivo prático: reproduzir a máquina para ser colocada em navios da marinha portuguesa. No caso da tradução da *Memória sobre a Bronchocele, ou Papo da América Septentrional* (1801), Hipólito, como explicitado, tinha um interesse evidente de apresentar uma solução pragmática para um problema se apresentava na realidade do Brasil: a doença do Papo, que aparecia sobretudo nas capitanias de Minas Gerais e São Paulo. Buscava ainda motivar, como vimos, os médicos brasileiros a escrever memórias baseadas em suas observações sobre as doenças que atingiam principalmente os naturais do Brasil.

Nesse esforço, se inserem exemplarmente as obras e traduções feitas por Hipólito da Costa que saíram dos prelos do Arco do Cego. Hipólito da Costa, bem como o bispo Azeredo Coutinho e tantos outros, era um daqueles “naturais do Brasil”, a que fazia referência Sérgio Buarque na epígrafe deste trabalho, comprometidos em transformar a realidade por meio das ciências e seus conhecimentos¹⁹⁶.

¹⁹⁶ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 14. Foi durante a leitura do seminal ensaio de Maria Odila da Silva Dias que tomei conhecimento deste excerto. Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: _____. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2ª. Ed. São Paulo: Alameda, 2009. p. 48.

CAPÍTULO 2

LITERATURA E CIÊNCIAS:

LIVROS E IMPRESSOS NO *CORREIO BRAZILIENSE*

O meu único desejo será de acertar na geral opinião de todos, e para o que dedico a esta empresa todas as minhas forças na persuasão de que o fruto do meu trabalho tocará a meta da esperança, a que me propus.

Hipólito da Costa, 1808¹⁹⁷.

Assim escreveu Hipólito José da Costa ao anunciar o lançamento do seu *Correio Braziliense ou Armazém Literário* em junho de 1808. Seu objetivo, continuava ele, era “transmitir a uma Nação longínqua e sossegada, na língua que lhe é mais natural e conhecida, os acontecimentos desta parte do mundo, que a confusa ambição dos homens vai levando ao estado da mais perfeita barbaridade”¹⁹⁸. Para tanto, além dos fatos políticos e dos movimentos das tropas das nações em guerra, *Mr. Da Costa*, como ficou conhecido do lado de lá do Atlântico, noticiava os livros, obras e jornais que eram impressos. E mais: fazia verdadeiras resenhas, no sentido moderno do termo, ao comentar trechos, concordar com ideias ou refutar argumentos. Tudo isso de forma clara e objetiva, para que seus leitores recebessem em suas mãos, um significativo arrazoado do estado da produção literária e livreira do mundo ocidental. Nesse sentido, como os livros constituem, de fato, o tema principal desta tese, o presente capítulo analisará de forma quantitativa os livros, folhetos, opúsculos, periódicos e gazetas citados e comentados por Hipólito.

O critério foi praticamente o mesmo adotado pelo próprio redator: as obras que foram impressas e circularam de modo público. Tal critério, compreendido inicialmente

¹⁹⁷ *CORREIO BRAZILIENSE*, vol. 1, n. 1, p. 4. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternoster-Row, 1808.

¹⁹⁸ *Correio Braziliense*, doravante CB, vol. I, n. 1, junho de 1808, p. 4.

de modo implícito, foi exposto por Hipólito ao comentar uma obra intitulada *Recordações de Jacome Ratton* no número 89 do periódico. Dizia ele que a obra “que não sabemos ser destinada à venda pública, tem circulada até aqui particularmente; e talvez, por isso, não entraria a sua notícia nos objetos deste Jornal, se não fosse de um gênero pouco comum em Portugal, e que nos parece ser de grande utilidade pública”¹⁹⁹. As exceções serão, obviamente, aquelas feitas pelo próprio Hipólito, como é o caso do opúsculo citado.

A partir dos dados coletados no periódico, foram analisados as áreas temáticas e os principais assuntos dos livros. Além disso, discutiu-se a relação no nível da cultura escrita entre o *Correio Braziliense* e outros periódicos que circulavam no mesmo período, partindo do pressuposto de que tais publicações eram fontes fundamentais para o periódico de Hipólito. Finalmente, refletimos acerca de um assunto diretamente vinculado com a circulação de livros e de jornais sob o ponto de vista de Hipólito da Costa: a liberdade de imprensa.

HIPÓLITO DA COSTA EM LONDRES E O *CORREIO BRAZILIENSE*

Ao retornar da Filadélfia, em janeiro de 1801, Hipólito passou a integrar a Casa Literária do Arco Cego, onde publicou memórias e traduções, analisadas no primeiro capítulo. Quando a tipografia foi incorporada à Impressão Régia, o recém-chegado manteve suas atribuições. No Decreto de 7 de dezembro de 1802 que regulamentava a Impressão Régia, publicado na Gazeta de Lisboa, nomeava a composição de uma Junta Diretora, presidida pelo então Presidente do Real Erário e composto pelos professores régios Custódio José de Oliveira e Joaquim José da Costa e Sá, por Frei Veloso e pelo bacharel Hipólito José da Costa.

¹⁹⁹ CB, vol. XV, n. 89, outubro de 1815, p. 500.

Os letrados foram nomeados como Diretores Literários, incumbidos de decidir “das obras que devem imprimir-se, da beleza da Tipografia”, bem como “da tradução das obras que hajam de publicar-se e da revisão das mesmas”. Ao tratar dos ordenados, destacava que “ao Bacharel Hipólito José da Costa se lhe fica conservando pelo Erário a pensão de que goza depois da viagem que fez aos Estados Unidos da América”²⁰⁰. É digno de nota, como argumentamos no CAPÍTULO 1 desta tese, há uma conexão direta entre o envolvimento de Hipólito nos negócios dos livros na tipografia do Arco de Cego e na Impressão Régia e a viagem aos Estados Unidos.

A partir da continuação de seu envolvimento nos negócios do Estado acerca dos livros em Portugal, ele viajou a Londres no ano de 1802 sob o pretexto de comprar materiais, livros e tipos para a Impressão Régia. Em julho, ao retornar, foi preso, por ordem de Pina Manique, então Intendente da Polícia de Lisboa. Conta Mecnas Dourado que “destruído o pretexto, surgiu o motivo real: fora preso por ser maçom e ter ido à Inglaterra tratar de negócios maçônicos relacionados com as lojas portuguesas”²⁰¹. Foi preso nos cárceres da Inquisição de Lisboa em 1803, de onde fugiu em 1805. As circunstâncias exatas da fuga são, até hoje, desconhecidas. A narrativa mais conhecida é de José Liberato Freire de Carvalho, que anos depois também se tornaria redator de gazetas em Londres e Lisboa²⁰².

Narrava Freire de Carvalho que Hipólito havia sido incumbido por D. Rodrigo de “certas compras para o estabelecimento do Arco do Cego”, mas que Hipólito, “indo para Londres, além dos negócios a que ia, entrou a ter relações mais públicas com as lojas maçônicas daquela capital”. A despeito das tentativas de avisar ao viajante luso-brasileiro

²⁰⁰ *SEGUNDO suplemento à Gazeta de Lisboa*, número IV. Com Privilégio de Sua Alteza Real. Sábado, 30 de janeiro de 1802.

²⁰¹ DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, t. 1, p. 84.

²⁰² *MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. p. 29 e segs.

de que seus passos estavam sendo seguidos por “gente que não lhe era afeiçoada”, que fez pouco dos avisos, Hipólito foi preso ao retornar de sua viagem, primeiro no Limoeiro e depois na Inquisição²⁰³. Inúmeros amigos como o Prior dos Anjos e o próprio Duque de Sussex, filho do monarca inglês George III tentaram, em vão, ajudar na causa de Hipólito. Não lhe parecia restar outra alternativa senão a fuga.

Corria o ano de 1805, quando a oportunidade se apresentou em uma certa noite, na qual o principal guarda da Inquisição se ausentou de seu posto, receoso de “ser preso por dívidas”. Hipólito “fingiu-se incomodado com uma forte dor de barriga e pediu ao guarda lhe fosse aquecer um pouco de água, e lhe trouxesse”. O guarda se apressou, contava José Liberato Freire de Carvalho, em atender o pedido do prisioneiro e deixou na própria cela o molho de chaves. Tão logo percebeu o que o destino aprouvera, Hipólito “pegou nas chaves, e com elas foi abrindo as portas, que já bem conhecia, e chegou são e salvo até à da rua, porque a cozinha estava longe, e não podia ser percebido pelo guarda”²⁰⁴.

As dificuldades, é claro, não tardaram em aparecer. Afinal, “seus amigos ignoravam esta fuga não esperada, e era-lhe necessário recolher-se em casa de alguém que o não traísse”. Depois de recorrer a alguns outros aliados, dentre eles o próprio neto do Marquês de Pombal, Hipólito lembrou-se de um amigo advogado, que o recebeu em sua casa, de onde passou a arquitetar os próximos passos de sua liberdade. O plano era inteligente: seriam espalhados boatos de que Hipólito deixaria Lisboa no mesmo dia e para tanto, utilizaram uma fragata que estava de partida para o Mediterrâneo, comandada por um amigo. Assim, “pediu-se a Hipólito que escrevesse a seu irmão, que estava em Lisboa, uma carta com data de Gibraltar, na qual lhe disse que fosse com ela ao Príncipe

²⁰³ *MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. p. 29.

²⁰⁴ *MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. p. 30.

Regente, e da sua parte lhe pedisse perdão de ter fugido, o que fizera por estar já cansado de estar tantos meses preso”²⁰⁵.

A carta, enviada no correio de Gibraltar, foi levada à Real Presença e persuadiu a todos de que “o nosso homem estava fora do reino”, enquanto Hipólito permanecia ainda em Lisboa por alguns meses. Desse modo, foi apenas um tempo depois do que corria a boca miúda que o fugitivo deixava a capital portuguesa. Concluía Liberato Freire de Carvalho que “tendo que ir em uma comissão ao Alentejo Filipe Ferreira de Araújo e Castro, o levou consigo a título de criado, e de lá passou a Espanha, e depois a Gibraltar, donde partiu para Londres, e aí escreveu o bem conhecido *Correio Braziliense*”²⁰⁶. Hipólito chegou à Inglaterra nos últimos meses de 1805, onde passou a dar aulas de língua portuguesa e a fazer traduções jornalísticas, comerciais e literárias, “vivendo”, destaca Carlos Rizzini, “da forte proteção e da amizade do duque de Sussex”²⁰⁷.

Os biógrafos do autor do *Correio Braziliense* apontaram de modo recorrente para a importância dessa relação entre Hipólito e o Duque de Sussex, Augustus Frederick (1773-1843), sexto filho de George III (1738-1820). Carlos Rizzini chamava ainda a atenção para as relações pessoais entre os dois: “Foi Sussex padrinho de casamento de Hipólito e padrinho do seu filho varão, também chamado Augusto Frederico”²⁰⁸. Mecenas Dourado argumentava que os conflitos de Hipólito com as autoridades portuguesas e com a Inquisição em virtude de seu envolvimento na maçonaria foram decisivos para a aproximação com o duque. Dizia ele que “foi o Santo Ofício que o aproximou, pela

²⁰⁵ MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. p. 30-31.

²⁰⁶ MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981. p. 31.

²⁰⁷ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 17.

²⁰⁸ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 17

solidariedade maçônica – que é uma das virtudes cardiais dos pedreiros-livres – do duque de Sussex, maçom e liberal, que pode interessar-se pelo brasileiro perseguido”²⁰⁹.

Isabel Lustosa ressalta que até o próprio embaixador da Coroa Portuguesa, o Conde de Funchal, desafeto público de Hipólito, afirmava que estava “de mãos atacadas para punir Hipólito: Sua Alteza Real, o duque de Sussex, fizera o favor de conceder-lhe cidadania inglesa” e que “a amizade com o duque fazia com que Hipólito fosse, no seu tempo, ‘the only Brazilian with access to the Royal Court’”²¹⁰. A proteção concedida a Hipólito, segundo a autora, advinha do *status* familiar do Duque e de sua posição como Grão-mestre da Maçonaria Inglesa. Antes da autora, Mecenas Dourado afirmara que, de fato, “os ofícios diplomáticos dos ministros portugueses na Inglaterra testemunham a constante proteção dispensada pelo duque de Sussex ao redator do *Correio Braziliense*”²¹¹.

A despeito de ter vivido sobre a proteção do duque, pouco se sabe sobre as outras atividades desempenhadas por Hipólito na Inglaterra antes da publicação do periódico que o tornaria célebre. Algumas menções foram encontradas posteriormente no próprio *Correio Braziliense*. No número de agosto de 1819, em meio a uma polêmica com o *Correo de Orinoco* por ocasião de suas críticas à Revolução Pernambucana de 1817, Hipólito chamava atenção para o acúmulo de funções e de outras ocupações que, aparentemente, desempenhava. Afinal, dizia ele, “todo o incansável trabalho de redação, edição, correspondência deste periódico, tem recaído sobre um só indivíduo, que aliás está carregado de outras muitas e mui diversas ocupações que se fazem necessárias, já

²⁰⁹ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, t. 1, p. 109.

²¹⁰ LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: *Correio Braziliense, ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. vol. III, t. 1, Estudos. p. 16. Sobre a trajetória do Conde de Funchal, ver, dentre outros, CARVALHO, Debora Cristina. *Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho (1762-1815)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

²¹¹ DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, t. 1, p. 109-110.

para buscar os meios de subsistência”²¹². Anos antes, em 1809, ao começar uma série de artigos que traçavam um paralelo entre a constituição inglesa e a antiga constituição portuguesa, Hipólito fazia referência a outras “multiplicadas ocupações” que disputavam seu tempo com o trabalho no jornal²¹³.

Foi somente em 1808 que Hipólito iniciou o projeto editorial que marcaria a sua biografia e o tornaria célebre: o *Correio Braziliense ou Armazém Literário*, “o primeiro periódico português posto em circulação independentemente da censura”²¹⁴. Publicado até dezembro de 1822, o *Correio Braziliense* circulou de forma ininterrupta mensalmente, totalizando 175 números reunidos em 29 volumes. Surgia, assim, em um contexto político tumultuado, marcado pela invasão francesa e pelos movimentos das tropas napoleônicas, pela migração da Corte para o Rio de Janeiro e pela crescente influência política e comercial da Inglaterra no mundo ocidental.

Na introdução ao primeiro número do periódico, de junho de 1808, Hipólito revelava ser movido pelo Patriotismo e pelo objetivo de informar seus conterrâneos das novidades políticas e literárias da Europa: “Levado destes sentimentos de Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas, sobre os fatos políticos, civis e literários da Europa, empreendi este projeto, o qual espero que mereça a geral aceitação daqueles a quem dedico”. Para tanto, além de informar sobre os acontecimentos políticos, tinha em vista “traçar as melhorias das Ciências, das Artes e numa palavra, de tudo aquilo que pode ser útil à sociedade em geral”²¹⁵.

²¹² CB, vol. XXIII, n. 135, agosto de 1819, p. 174-175

²¹³ CB, vol. III, n. 15, agosto de 1809, p. 179.

²¹⁴ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 19.

²¹⁵ CB, vol. I, n. 1, junho de 1808, p. 4.

Para alcançar seu objetivo de ilustrar os leitores luso-brasileiros, Hipólito da Costa dedicou uma seção inteira de seu periódico a noticiar as novidades das obras impressas publicadas tanto na Europa quanto na América. Esta relação entre os livros e os periódicos nos séculos XVIII e XIX, especialmente na França e na Inglaterra, tem sido objeto privilegiado da historiografia que se dedicou à cultura impressa. Lucien Febvre e Henri-Jean Martin, em *L'Apparition du Livre* (1958), já apontavam para o papel central da imprensa periódica na difusão do impresso e na formação dos públicos leitores²¹⁶. Mais recentemente, os trabalhos de Robert Darnton enfatizaram a importância dos jornais e revistas na mediação entre a produção editorial e a recepção das obras, seja por meio da divulgação de anúncios de publicada, seja pela prática da *resenha*, que atribuía um valor simbólico e mercantil ao livro²¹⁷.

Na Inglaterra setecentista, consolidaram-se periódicos como a *Monthly Review* (1749) e a *Critical Review* (1756), que, ao lado da *Edinburgh Review* (1802), converteram a crítica literária em um espaço de intervenção política²¹⁸. Na França, o *Journal des Savants* (1665) e o *Mercure Français* (1672) desempenharam funções semelhantes e atuavam na mediação entre autores, livreiros e leitores²¹⁹. Como observou Robert Darnton, tais publicações não apenas informavam o público, como constituíam instrumentos essenciais para o mercado livreiro, pois funcionavam como espaço de

²¹⁶ FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

²¹⁷ DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio. História da Publicação da Enciclopédia, 1775-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹⁸ FORSTER, Antonia. Review journals and the Reading public. In: RIVERS, Isabel (Ed.). *Books and their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. Londres: Continuum, 2003. GAEL, Patricia. The Origins of the Book Review in England, 1663-1749. *The Library: The Transactions of the Bibliographical Society*, vol. 13, n. 1, mar. 2012.

²¹⁹ DUMOUCHEL, Suzanne. *Le journal littéraire au XVIIIe siècle: une nouvelle culture des textes et de la lecture (1711-1777)*. Paris: Université de la Sorbonne nouvelle – Paris III, 2012.

divulgação das obras. Esse aspecto mercadológico é fundamental uma vez que os livreiros faziam publicar nos jornais as listas de livros e catálogos de obras disponíveis para venda²²⁰.

Em princípios do Oitocentos, essa relação íntima entre os jornais e os impressos também encontrou eco no mundo luso-brasileiro²²¹. Em Portugal, o *Jornal de Coimbra* (1812-1820) constituía um dos principais exemplos de jornais literários deste período. No Brasil, além da *Gazeta do Rio de Janeiro*, a curta experiência de *O Patriota* (1813-1814), editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, constituiu experiência notável de um jornal voltado à divulgação científica e literária, também inspirado nos jornais de resenhas estrangeiros²²². Hipólito da Costa, mostrou-se atento a essas práticas, e foi fortemente influenciado pelos *review journals* ingleses em seu *Correio Braziliense*.

A criação da seção *Literatura e Ciências* inseria-se, portanto, nessa tradição da imprensa científica e literária que Hipólito da Costa conheceu na Inglaterra e revela a influência direta dos periódicos de resenhas que circulavam em Londres, como a *Monthly Review* e a *Edinburgh Review*. Não por acaso, além de livros e folhetos, a seção noticiava a publicação de jornais, periódicos e artigos em gazetas espalhadas pela Europa e pela América. Com efeito, estes periódicos constituíam a principal fonte para as informações que Hipólito da Costa publicava nas outras seções, como as longas traduções de leis e os

²²⁰ Cf. DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 224.

²²¹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, 1973.

²²² Cf. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 23, 1992. NEVES, Lúcia Bastos Pereira das & BESSONE, Tânia Maria. Booksellers in Rio de Janeiro. The Book Trade and circulation of Ideas from 1808 to 1831. In: SILVA, Ana Cláudia Suriani da & VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930. A Transatlantic Perspective*. Oxford: Legenda, 2014. FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bezzone da Cruz. Redatores, livros e leitores em *O Patriota*. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: o Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

relatos militares em “*Política*”, bem como as notícias e observações acerca da economia e da agricultura em “*Comércio e Artes*”. Em abril de 1819, ao comentar sobre as restrições da Imprensa no Brasil, ele afirmava que “as publicações periódicas, ainda que não sejam das obras literárias as que obtenham mais permanente fama, são, contudo, de grande utilidade momentânea e os males que produzem quando são mal redigidas são muito insignificantes, comparados aos bens que resultam da instrução pública, que por tais obras se difunde”²²³.

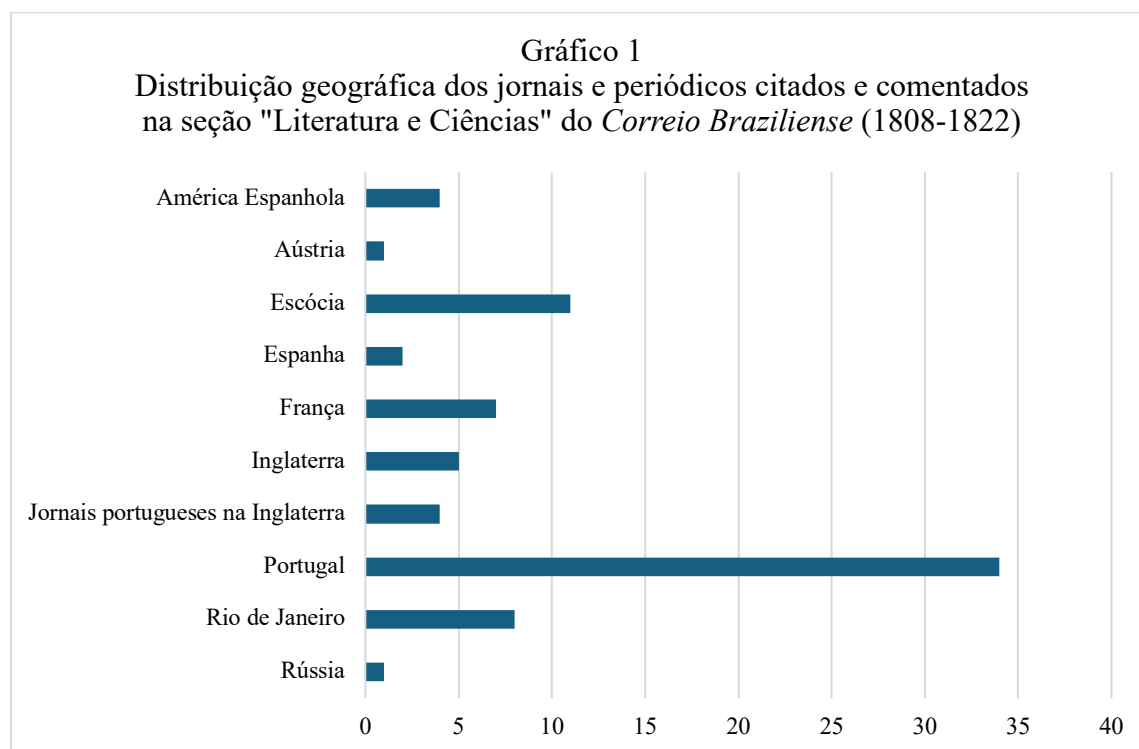
Para Hipólito, os periódicos e jornais cumpriam um papel educativo e pedagógico na instrução pública que ele julgava tão importante para o desenvolvimento de Portugal e principalmente do Brasil. Afinal, “que pode fazer um operário sem instrumentos de seu ofício? Para El Rei pôr em prática as suas boas intenções é preciso que tenha instrumentos próprios, estes são os homens instruídos, sem eles nem terá com quem se aconselhe, nem que execute as suas resoluções?” Na opinião do redator, não era possível formar políticos “sem os estudos preliminares da sua ciência, a leitura da história e o conhecimento do que atualmente se vai passando mundo”, conhecimento essencialmente difundido pelas obras periódicas. Assim, questionava ele, “Se as não há no Brasil, onde hão de os Brasileenses ir aprender este ramo de política?”²²⁴.

A resposta, para Hipólito, certamente estava nos jornais publicados no exterior, como o próprio *Correio Braziliense*. Por isso, no esforço quantitativo nesta pesquisa destacaram-se referências e comentários a jornais, gazetas e periódicos ao longo dos números do periódico publicado em Londres. Com o objetivo de demonstrar a multiplicidade de interesses e o olhar transatlântico de Hipólito para a informação que

²²³ CB, vol. XXII, n. 130, março de 1819, p. 315.

²²⁴ CB, vol. XXII, n. 130, março de 1819, p. 318.

circulava por meio da cultura escrita, as referências foram divididas geograficamente e encontram-se expressas no Gráfico abaixo:



Ao analisarmos a distribuição geográfica das referências e comentários, há a preeminência de jornais de Portugal em número absoluto. Mas, ao considerar-se todos os periódicos publicados nos países estrangeiros, evidencia-se que Hipólito da Costa privilegiava os jornais da Inglaterra, Escócia e França. Parece razoável supor que ele acreditava que seus leitores teriam acesso facilitado aos jornais que circulavam facilmente entre Portugal e Brasil, por isso, os utilizava como fontes de informações de decretos, leis, acontecimentos políticos, dados comerciais e econômicos. Os jornais portugueses publicados na Inglaterra, como *O Investigador Portuguez*, por exemplo, também apareciam em virtude dos desafetos cultivados por Hipólito da Costa e das críticas feitas ao *Correio Braziliense* pelos redatores ou por cartas de correspondentes, quase sempre respondidas e citadas no jornal de Hipólito.

No já citado número de abril de 1819, Hipólito comentou que foi “a dificuldade de publicar estas obras periódicas no Brasil, já pelo entrave da censura prévia, já pelo

perigo a que os redatores se exporiam” que fez “cogitar o expediente de imprimir semelhantes obras em países estrangeiros”: “A França e a Inglaterra foram principalmente os pontos de reunião destas publicações, desde a época em que a Família Real passou a ter a sua residência no Rio de Janeiro”²²⁵. Deste modo, “se estabeleceu a liberdade de imprimir para o Brasil, posto que não no Brasil”. Ele descreveu esse movimento de publicações iniciado justamente pelo seu jornal:

Saiu depois do *Correio Braziliense* uma turba de escritos periódicos em Lisboa, em Londres, uns para o refutar, outros para o imitar. Alguns escreviam com seriedade, outros jocosamente; uns com argumentos, outros como meros caturras literárias. Cada uma enfunando-se em levar a palma²²⁶.

De fato, a publicação de periódicos na Inglaterra ou na França tornou-se a saída encontrada pelos letrados portugueses para escapar das garras da censura do mundo luso-brasileiro. A Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX assistiu ao surgimento de um profícuo periodismo em língua portuguesa inaugurado pelo *Correio Braziliense* e seguido por outros. A própria Coroa portuguesa que passou a patrocinar, a partir de junho de 1811, a publicação do jornal *O Investigador Portuguez em Inglaterra*. Após ele, seguiram outros jornais, como *O Campeão Portuguez* (1819-1821) de José Liberato Freire de Carvalho, *O Portuguez ou Mercúrio político, comercial e literário* (1814-1822) escrito por João Bernardo da Rocha Loureiro, e *O Padre Amaro* (1820-1826) de Joaquim Ferreira de Freiras²²⁷.

Engana-se quem pensa que as relações entre os redatores eram amistosas. Ao contrário, muitas das referências a jornais portugueses publicados em Londres encontradas no *Correio Braziliense* advinham de polêmicas e respostas a críticas empreendidas pelos redatores destes jornais contra Hipólito da Costa. Já no número de

²²⁵ CB, vol. XXII, n. 130, março de 1819, p. 315.

²²⁶ CB, vol. XXII, n. 130, março de 1819, p. 316.

²²⁷ Cf. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 41-47.

junho de 1812, Hipólito contava que “em um dos jornais estrangeiros que se imprimem em Londres apareceu o mês passado um parágrafo, contra o que dissemos, a respeito da Carta; por que se estabeleceu no Rio de Janeiro a Escola militar, que exige de nós alguma coisa por via de réplica”. Sobre o teor da crítica, ele afirmava que “a matéria daquele parágrafo se pode dividir: em invectivas contra o Redator, em argumentos contra os nossos raciocínios, e em uma condicional declaração de guerra contra nós”²²⁸.

No começo, Hipólito afirmava que não responderia ao que fosse pessoal, pois o jornal deveria tratar de matérias de interesse público, sobretudo porque “reprovando o plano da Escola militar, nem sequer tocamos nos argumentos do Jornal em questão, e muito menos tocamos no caráter, ciência ou qualidades de seus Redatores”²²⁹. Contra a acusação de que “não podemos falar em Matemáticas, porque nunca as estudamos”, Hipólito respondia que seus algozes

estudou-as mal, e nos sabemo-las melhor que você. Isso é outra coisa, presunção e água benta cada um toma o que quer, mas é um fato, que frequentamos as aulas de matemática em Coimbra, que fomos nelas aprovados como os outros, e ao mesmo tempo que cumpríamos com as nossas obrigações nas aulas de leis: e não tão mal que não obtivéssemos os sinais de aprovação e prêmios dos melhores²³⁰.

Esta foi apenas uma das muitas polêmicas que Hipólito travou com redatores de outros periódicos portugueses em Londres.

Além de periódicos escritos em língua portuguesa, Hipólito também mantinha um olhar atento para o que acontecia nas outras margens do Atlântico, não somente no Rio de Janeiro, mas também no que se passava nas colônias espanholas. Não deixou, por isso, de se envolver em polêmicas com redatores americanos. É o caso, por exemplo, do que se passa com as críticas feitas a Hipólito pelo *Correo del Orinoco*, periódico publicado

²²⁸ CB, vol. VIII, n. 49, junho de 1812, p. 699.

²²⁹ CB, vol. VIII, n. 49, junho de 1812, p. 700.

²³⁰ CB, vol. VIII, n. 49, junho de 1812, p. 701.

na Venezuela a partir de junho de 1818 por ordens do próprio Simón Bolívar²³¹. No cerne da polêmica estava a postura condenatória adotada por Hipólito em relação à Revolução de Pernambuco de 1817²³².

LITERATURA E CIÊNCIAS

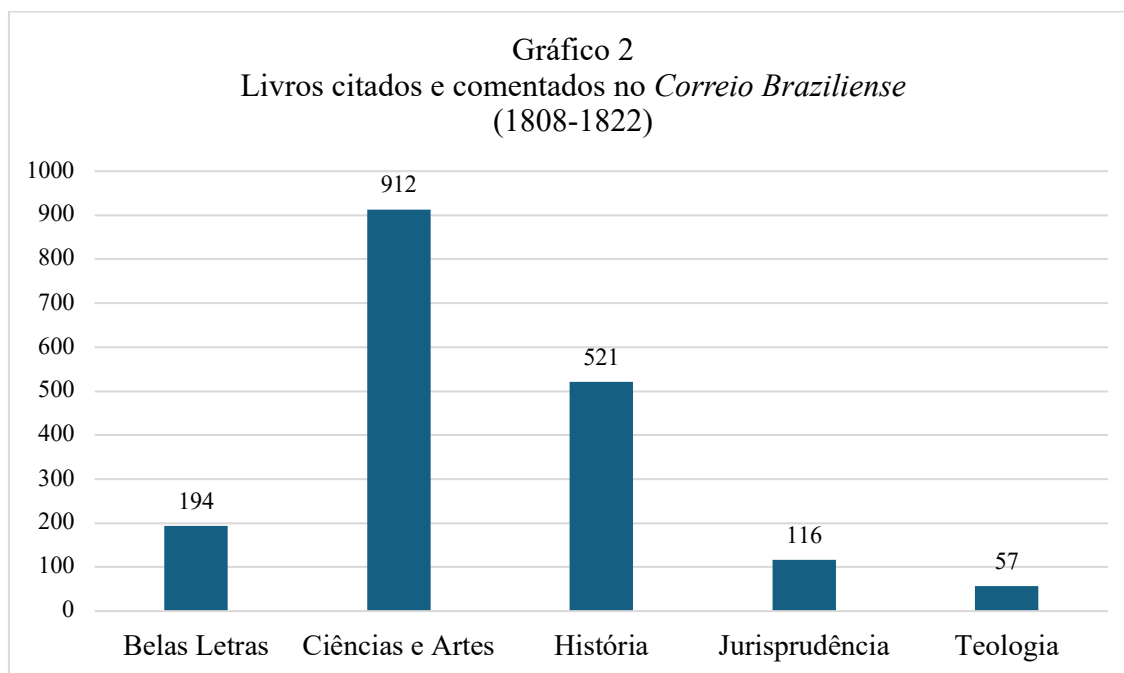
Se, inicialmente, o redator do *Correio Braziliense* comentava de forma detida uma ou duas obras, a partir de março de 1812, o jornal passou apresentar listas de livros com comentários de um ou dos parágrafos sobre cada uma das obras ou apenas com a tradução dos títulos e local de publicação, publicadas geralmente na Inglaterra, na França, em Portugal e no Rio de Janeiro, ainda que surgissem obras espanholas, russas e até indianas. Ao longo dos anos, foram citadas e comentadas cerca de 1.800 obras. Com o objetivo de refletir acerca dos temas e das origens das obras, foi organizado um banco de dados em Excel com as informações dos livros comentados por Hipólito da Costa ao longo dos 175 números do *Correio Braziliense*, que estão divididos em 29 volumes publicados entre junho de 1808 e dezembro de 1822. Foram coletadas diversas informações acerca dos impressos como título, autor, ano de publicação, idioma original e tipografia que ajudaram a compor um quadro significativo da circulação de informações dessas obras por meio do jornal estudado.

A partir destas informações, as obras foram divididas conforme as cinco grandes categorias do Catálogo da Biblioteca do Conde da Barca (1818): *Teologia* (orações,

²³¹ Cf. FERNANDES, Ana Claudia. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 20. FERNANDES, Ana Claudia. A revolução de Pernambuco nas páginas do *Correio Braziliense* e do *Correo del Orinoco*: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817-1820). *Almanack Braziliense*, n. 9, maio 2009.

²³² Cf. MUNARO, Luís Francisco & PACHECO, Roni Petterson de Miranda. A República Latino-americana das Letras: O *Correo del Orinoco* e o *Correio Braziliense*. *Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte*. Intercom, Belém, 2014.

catecismos, obras de devoção, etc.), *Belas Letras* (gramáticas, dicionários, obras em prosa, poesia, contos, novelas, teatro, fábulas, etc.), *Ciências e Artes* (obras de filosofia, moral, economia, agricultura, matemática, ciências, física, arquitetura, etc.), *Jurisprudência* (livros de direito) e *História* (cronologias, viagens, memórias, relatos, geografia, etc.)²³³. O resultado desta classificação encontra-se expresso no gráfico abaixo:

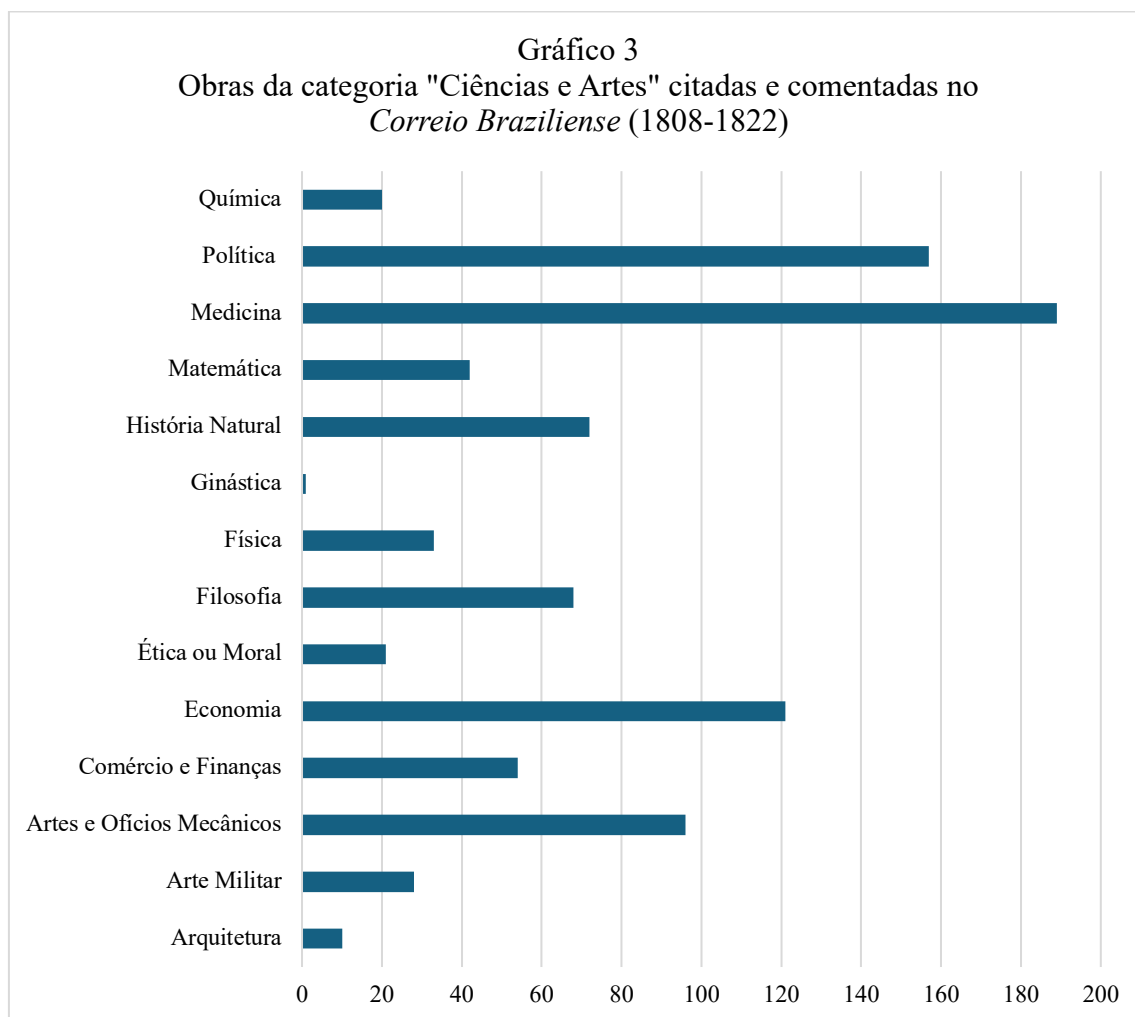


CIÊNCIAS E ARTES

A partir do Gráfico 2 salta aos olhos a preeminência das obras do que era considerado, naquele contexto, “Ciências e Artes”, que englobava não apenas as Ciências Naturais, como física, química, medicina, mas também filosofia, ética, moral, economia e a política, fundamental nesta pesquisa por ser tema de predileção de Hipólito da

²³³ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & NEVES, Guilherme Pereira das. A Biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da Ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 425, 2004. p. 19. Para uma discussão acerca da classificação da Biblioteca do Conde da Barca (1818), ver também: FERRAZ, Márcia. A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca. *Circumscribere: International Journal for the History of Science*, v. 19, p. 34-49, jun. 2017.

Costa²³⁴. Cabe ressaltar que tal interesse se dava em um contexto de crescente valorização da filosofia natural e dos conhecimentos acerca da natureza e do mundo em meio às Luzes tanto em Portugal quanto no restante dos estados europeus. Para melhor compreensão das obras que compunham esta categoria, utilizamos as subclassificações do Catálogo para dividi-las em seus temas.



A prevalência de obras que se encaixam na categoria “Ciências e Artes”, considerando seu sentido *lato* para a época, permite de antemão algumas reflexões. De um lado, a presença de obras – ainda que em menor número – de História Natural, neste caso agricultura, de Arte Militar e Comércio revela a permanência de preocupações que

²³⁴ FERRAZ, Márcia. A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca. *Circumscribere: International Journal for the History of Science*, v. 19, p. 34-49, jun. 2017.

acompanhavam Hipólito da Costa desde sua formação e sua vinculação à elite ilustrada capitaneada por Rodrigo de Sousa Coutinho, então ministro da Marinha e do Ultramar.

A agricultura, por exemplo, que foi tema de traduções e de uma memória escrita pelo próprio Hipólito impressa na tipografia do Arco do Cego se mantinha entre seus interesses. Já no quarto número do periódico, Hipólito trazia a tradução das *Observações sobre o algodão do Brasil para informação do cultivador*, escrito por um certo Rogerio Hunt, publicado em Londres no ano de 1808²³⁵. Outras traduções também foram citadas, como o *Diccionario de Agricultura Portuguesa, extrahido e traduzido de Curso de Agricultura de Rossen e Agricultura simplificada segundo as Regras dos Antigos... vulgarizada pelo Traductor de Viajante Universal*²³⁶. A obra *O Agricultor Instruído* escrita pelo Fr. Theobaldo de Jesus Maria foi citada em algumas listas de obras portuguesas nos anos de 1817 e 1818²³⁷. Tratava-se, nas palavras de Hipólito, de uma “obra dividida em três partes”, a primeira tratava das sementes e de sua preservação, a segunda abordava as árvores, as vinhas e cultura dos jardins, e a terceira tratava dos animais domésticos, da cura de suas enfermidades e das colmeias²³⁸.

No caso das obras de língua portuguesa, o redator demonstrava uma clara preocupação com o desenvolvimento e melhoria do estado da agricultura no mundo luso-brasileiro, seja por meio da introdução de novas espécies, ou pelas inovações técnicas. Em 1814, ele dava notícia da publicação de um *Livro de Agricultura em que se trata com clareza e distinção o modo e tempo de cultivar as terras de pão, vinho, azeite, hortaliças, flores dos jardins e pomares de frutas*, escrito por João Antonio Garrido²³⁹. Anos depois, ele anunciava a segunda edição *Memória sobre a cultura das Oliveiras em Portugal*

²³⁵ CB, vol. I, n. 4, setembro de 1808.

²³⁶ CB, vol. X, n. 61, junho de 1813; vol. XII, n. 69, fevereiro de 1814, respectivamente.

²³⁷ CB, vol. XIX, n. 113, outubro de 1817; CB, vol. XXI, n. 125, outubro de 1818.

²³⁸ CB, vol. XIX, n. 113, outubro de 1817, p. 374.

²³⁹ CB, vol. XIII, n. 76, setembro de 1814.

escrita por João Antonio Dallabella (1726-1823), que foi professor em Coimbra e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, e corrigida e anotada por Sebastião Francisco de Mendo Trigozo²⁴⁰. Comentou também uma *Memória sobre a necessidade, utilidade e meios de introduzir em Portugal o uso das gadanhas Alemães para ceifa do trigo, centeio e cevada* publicada na tipografia da Academia Real de Ciências por Joaquim Pedro Fragoso, que havia sido Intendente Geral das Minas e Metais do Reino²⁴¹.

A preocupação com o progresso da agricultura se manteve constantemente no horizonte do redator. Ainda em 1821, ele comentava a publicação de uma *Carta política sobre a decadência da agricultura portuguesa e melhor maneira de poder se remediar e* no ano seguinte de uma *Memória sobre os principaes impedimentos que embaraçam os progressos da agricultura e indústria e os meios de os evitar*, que era uma resposta a alguns capítulos do projeto da Constituição que se discutia na época²⁴².

Dentre as obras sobre agricultura, destacam-se ainda aquelas publicadas em línguas estrangeiras, principalmente em língua inglesa. Esse contato com a produção livreira estrangeira e com as informações que circulavam na cultura escrita acerca das questões técnicas da agricultura pareciam importantes neste projeto ilustrado de Hipólito de oferecer as novidades literárias ao seu público leitor. Nesse sentido, podemos citar *Recent and Important National Discoveries in Agriculture of a New System of Farming* (1815) de Charles Drury, o *New System of Cultivation* (1820) de Alexander Beatson (1758-1830) e o *New Theory of Agriculture, in which the nature of soils, crops and manures is explained* de William Grisenthwaite²⁴³.

²⁴⁰ CB, vol. XXIII, n. 137, outubro de 1819.

²⁴¹ CB, vol. XXIII, n. 138, novembro de 1819.

²⁴² CB, vol. XXVI, n. 156, maio de 1821; CB, vol. XXVIII, n. 166, março de 1822.

²⁴³ CB, vol. XIV, n. 85, junho de 1815; CB, vol. XXIV, n. 143, abril de 1820; CB, vol. XXV, n. 152, Janeiro de 1822.

Hipólito também citou artigos de periódicos e jornais que tratavam da agricultura. É o caso, por exemplo, do artigo intitulado “Comparação dos trabalhos feitos na agricultura com cavalos e com bois” da *Agricultural Magazine*, bem como o número LV da *Farmer’s Magazine*, cujo título ele traduz como “O Armazém do Agricultura”, que trazia uma “diversidade de artigos que compõem esta obra, puramente sobre agricultura”²⁴⁴.

Ainda no âmbito da Filosofia Natural, Hipólito da Costa comentou obras relacionadas às descobertas científicas no âmbito da física, química, mineralogia e astronomia. Em setembro de 1811, o redator publicava em seis páginas a tradução de uma *Memória sobre o eixo de refração dos cristais e das substancias organizadas*, escrita por Étienne-Louis Malus (1775-1812), que havia sido lida no Instituto Imperial de Paris em agosto de 1819. Alguns anos depois, dava notícia da publicação da obra *Experiments and Observations on the Atomic Theory, and Electrical Phenomena* (1814) de William Higgins (1763-1825), químico irlandês que foi um dos primeiros a propor a teoria atômica. Além delas, divulgou obras sobre os fenômenos atmosféricos, a economia dos combustíveis, a luz e até mesmo sobre a eletricidade.

Para além da física, Hipólito também comentou obras de química e mineralogia em sua maioria inglesas, como *A Practical Essay on Chemical Re-agents* (1816-1818) e *Chemical Amusement* (1817), ambas de Friedrich Accum (1769-1838)²⁴⁵. Em 1814, incluiu na sua lista de obras inglesas o *Chemical Guide or complete companion to the portable chest of chemistry* (1814) de Richard Reece (1775-1831) e no ano seguinte, chamou atenção para os cinco volumes dos *Chemical Essays* (1815) de Samuel Parkes (1759-1812)²⁴⁶.

²⁴⁴ CB, vol. VIII, n. 47, abril de 1812; CB, vol. XI, n. 64, setembro de 1813, p. 385.

²⁴⁵ CB, vol. XVII, n. 100, setembro de 1816; CB, vol. XIX, n. 112, setembro de 1817.

²⁴⁶ CB, vol. XII, n. 72, maio de 1814.

Apesar da preferência por obras inglesas nesses assuntos, que poderia ser explicada pela facilidade de acesso aos títulos, Hipólito também indicou a venda em Lisboa na Loja de Francisco Xavier de Carvalho e no Porto na loja da Viúva Alvares Ribeiro de um opúsculo com três memórias sobre o Mercúrio, publicadas por José Pinheiro de Freitas Soares (1769-1831)²⁴⁷. Pinheiro de Freitas Soares escreveria alguns anos depois o famoso *Tratado de Polícia Médica* (1818), que seria considerado um dos fundadores da ideia de saúde pública em Portugal²⁴⁸. O mesmo se passou com a obra *Analyse Chimica das Aguas-ferreas do Bomjardim, da Cabeça, da Venda Secca, e dos banhos da Alcaçarias* escritas pelo boticário lisboeta Antonio José de Souza Pinto (1777-1853), que a partir de 1833 se tornaria farmacêutico da Casa Real (CB, vol. 21, n. 124, setembro de 1818)²⁴⁹.

Ainda no bojo de obras do que depois viria a se consolidar como “ciências”, outro antigo interesse de Hipólito se fazia presente: a medicina. Como visto anteriormente, o redator do *Correio Braziliense* demonstrava interesse pela arte de curar desde sua viagem a Filadélfia por meio das passagens em seu Diário e chegou a traduzir após o seu retorno a *Memória sobre o Broncocele* analisada no primeiro capítulo desta tese. Apesar do quantitativo, é importante salientar que as obras de medicina não constituíam o principal interesse do redator uma vez que as primeiras referências a obras médicas só aparecem depois de 1812, quando ocorre uma mudança no formato da própria seção *Literatura e Ciências*. A partir do volume deste ano, Hipólito deixou de restringir a seção às obras que ele comenta de forma mais intensiva e passou a incluir verdadeiras listas de livros que traziam informações sumárias, como o título original, o autor, a tradução para o português

²⁴⁷ CB, vol. XIII, n. 79, dezembro de 1814.

²⁴⁸ Cf. SUBTIL, Carlos Lousada & VIEIRA, Margarida. Os Tratados de Polícia, fundadores da moderna saúde pública (1707-1856). *Referência – Revista de Enfermagem*, vol. III, num. 7, 2012.

²⁴⁹ Cf. VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2007. p. 95, ver também nota 158.

do título e do subtítulo para que o público luso soubesse do que se tratava, o formato do livro e, no caso das obras portuguesas, o preço e, às vezes, o local de venda.

Desse modo, Hipólito aumentou de modo significativo o volume de obras que divulgava. Afinal, se antes o público tinha acesso somente as que ele julgava importante analisar, criticar e corrigir, depois da mudança, os leitores do *Correio Braziliense* se mantinham a par de forma mais ampliada do que estava sendo publicado em Portugal, Brasil e outros estados europeus. Portanto, há uma distinção importante para a construção do argumento desta tese. Há algumas obras que foram analisadas, comentadas e resenhadas por Hipólito e um grande volume de obras que foi apenas citado ou com uma descrição sumária e resumida. Nesse sentido, as obras médicas podem ser compreendidas a partir de dois conjuntos vinculados ao local de publicação e idioma original. O primeiro reuniria as obras publicadas em Portugal, que apresentam, parece razoável argumentar, caráter distinto daquelas publicadas na Inglaterra e outros estados europeus, escritas em língua estrangeira.

As obras publicadas na Inglaterra citadas por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense* versavam sobre as mais diversas áreas da medicina. Em cirurgia, por exemplo, o redator anotou a publicação de obras do cirurgião escocês John Bell (1763-1820), como seus famosos *Principles of Surgery*, e seu irmão, Charles Bell (1774-1842), também médico e cirurgião, que escrevia regularmente suas *Surgical Observations*, citadas por Hipólito em vários números do periódico²⁵⁰. Na área de anatomia do corpo humano, citou as obras *Outlines of the Anatomy of Human Body* (1813) de Alexander Monro (1773-1859), *Rudiments of the Anatomy and Physiology of the Human Body* (1816) de Thomas Jeremiah Armiger (1782-1844) e até mesmo os *Essays on the Morbid Anatomy of Human*

²⁵⁰ CB, vol. XIV, n. 82, março de 1815; CB, vol. XVII, n. 103, dezembro de 1816; CB, vol. XVIII, n. 107, abril de 1817; CB, vol. XX, n. 120, maio de 1818.

Eye de James Wardrop (1782-1869), responsável pelos primeiros estudos sobre retinoblastoma²⁵¹.

As mais variadas doenças e infecções também faziam parte dos assuntos das obras médicas estrangeiras citadas no *Correio Braziliense*, como a gota, as doenças nervosas, a loucura, as infecções urinárias e até aquelas que atingiam a visão. Sobre a febre, por exemplo, Hipólito comentou, dentre outros, *A Treatise on Fever* (1815) de Gulielmus Stoker (1773-1848), as *Observations on the cure and prevention of the contagious fever now prevalent in the city of Edinburgh and its environs* (1818) de John Yule (1762-1827) e as *Practical Observations on continued fever* (1818) escritas por Robert Graham (1786-1845) acerca da epidemia de febre na cidade de Glasgow, na Escócia²⁵².

Uma das primeiras obras médicas portuguesas citadas foi o *Tractado da Inflamação* escrito por Antonio d'Almeida, cirurgião da Real Câmara e lente no Hospital Real de São José de Lisboa, publicado em Londres em 1812 (CB, vol. 8, n. 46, março de 1812), cujo segundo tomo foi publicado no ano seguinte (CB, vol. 10, n. 60, maio de 1813). Do mesmo autor, ele comenta um *Discurso sobre a Arte de Curar* proferido na abertura das aulas de Cirurgia em 1815 (CB, vol. 15, n. 91, dezembro de 1815). Ainda em 1812, referenciou a publicação da *Memória sobre o Encephalocoele* que saiu a luz no Rio de Janeiro (CB, vol. 8, n. 49, junho de 1812). Em outubro de 1813 comentou a *Materia Médica, distribuída em classes e ordens segundo seus efeitos* e um *Diccionario Nosologico, ou nomenclatura Sinonymica das moléstias, symptomas, vícios e afecções da Natureza*, cujos dois volumes in quarto estavam sendo vendidos nas lojas dos mercadores de livros no Terreiro do Paço²⁵³. Os volumes foram escritos pelo já citado Antonio José de Souza Pinto (1777-1853).

²⁵¹ CB, vol. X, n. 58, março de 1813; CB, vol. XVI, n. 96, maio de 1816; CB, vol. XXII, n. 128, janeiro de 1819; CB, vol. XXVIII, n. 167, abril de 1822.

²⁵² CB, vol. XIV, n. 83, abril de 1815; CB, vol. XX, n. 121, junho de 1818.

²⁵³ CB, vol. 11, n. 65, outubro de 1813.

Em novembro de 1815 ele chamava atenção para um *Tractado completo de Cirurgia Obstetricia ou Sciencia e Arte de Partos* escrito por Jacintho da Costa, cirurgião-chefe do Hospital Real Militar da Marinha e Exército (CB, vol. 15, n. 90, novembro de 1815), cujo tema também foi alvo de uma tradução da obra francesa *Breves instruções sobre os Partos a favor das parteiras das províncias feitas por ordem do Ministério de França*²⁵⁴. Em abril de 1816 anotava a publicação dos três volumes in quarto do *Tractado completo de Anatomia, de Angiologia, de Myologia e Elementos de Osteologia practica*²⁵⁵. Os dois volumes dos *Elementos de Anatomia* escritos por Francisco Soares Franco, lente de Anatomia e Cirurgia na Universidade de Coimbra foram citados no número de setembro de 1818²⁵⁶.

A saúde do reino e dos povos eram uma preocupação constante na medicina lusitana. Não por acaso, Hipólito registrava a publicação da segunda edição feita pela Academia Real de Ciências de Lisboa dos *Elementos de Hygiene* de Francisco de Melo Franco, de uma *Dissertação Chymico-medica sobre as causas e efeitos das enfermidades e seu tratamento* escrita por Antonio José de Souza Pinto, boticário em Lisboa, e de uma *Memória sobre os meios de diminuir a Elephantiase em Portugal*, mesmo tema de uma *Carta aos Médicos Portuguezes sobre a Elephantiase*, noticiando-lhes um novo remédio para a cura desta enfermidade de Bernardino Antonio Gomes²⁵⁷. Também publicada pela Academia Real de Ciências estava a primeira *Memória para a História da Medicina Lusitana* escrita por José Maria Soares²⁵⁸. O interesse pela vacinação aparece em uma das últimas obras médicas citadas no *Correio Braziliense*: o *Manual da Vacinação para uso*

²⁵⁴ CB, vol. XXIII, n. 135, agosto de 1819.

²⁵⁵ CB, vol. XVI, n. 95, abril de 1816.

²⁵⁶ CB, vol. XXI, n. 124, setembro de 1818.

²⁵⁷ CB, vol. XXV, n. 147, agosto de 1820; CB, vol. 25, n. 151, dezembro de 1820; CB, vol. XXVI, n. 157, junho de 1821; CB, vol. XXVII, n. 161, outubro de 1821.

²⁵⁸ CB, vol. XXVI, n. 154, março de 1821.

*dos que não tem tractados completos da Vaccina, e se acham na estricta obrigação de vaccinar*²⁵⁹.

Curiosa ainda é a presença de obras acerca da saúde e anatomia dos animais, o que depois seria chamado de medicina veterinária. A partir de março de 1817, o redator do *Correio Braziliense* citou de forma recorrente a obra *Canine Pathology* (1800) do cirurgião e professor inglês Delabere Blaine (1768-1845)²⁶⁰. Sobre o assunto, Hipólito também citou obras portuguesas, como *O Perfeito Caudel, Arte de Estabelecer e conservar uma caudelaria perfeita, e demonstração anatômica da organização do corpo do cavallo* (CB, vol. 23, n. 137, outubro de 1819) e a tradução da obra francesa *História Natural dos Animais* (CB, vol. 15, n. 87, agosto de 1815) de Georges Cuvier (1769-1832), cuja versão portuguesa foi feita por Antônio de Almeida, já citado autor de obras médicas portuguesas, e que se tornaria um dos mais famosos cirurgiões portugueses após realizar estágio no Royal College of Surgeons de Londres²⁶¹.

No catálogo da Biblioteca do Conde da Barca de 1818 e na própria classificação dos conhecimentos na época, a categoria Ciências e Artes agrupava, além das ciências naturais e da filosofia natural, os livros e textos que versavam sobre questões políticas e econômicas. Nesse sentido, parece razoável argumentar que, para Hipólito da Costa, havia uma conexão direta entre as obras citadas e comentadas e os eventos que tinham lugar no mundo em que vivia. Não por acaso, nos primeiros números do *Correio Braziliense* o redator deixava entrever seu principal interesse: os efeitos e impactos da migração da Corte para o Rio de Janeiro e as consequências dos conflitos das Guerras Peninsulares na Europa.

²⁵⁹ CB, vol. XXIX, n. 174, novembro de 1822.

²⁶⁰ CB, vol. XVIII, n. 107, março de 1817; vol. XXV, n. 149, outubro de 1820; vol. XXVI, n. 155, abril de 1821.

²⁶¹ Cf. MORA, Luiz Damas. O Dr. Manoel Constâncio (1726-1817) e a reestruturação do ensino cirúrgico em Portugal. *Revista Portuguesa de Cirurgia*, II Série, n. 8, março 2009. p. 91.

No segundo número do *Correio Braziliense*, ele fazia uma análise de um folheto intitulado *Causas e consequências da recente emigração para o Brasil* escrito por Ralph Rylance e impresso em Londres em 1808²⁶². No mesmo número analisa outro volume intitulado *Vindiciae Lusitanae*, resposta ao primeiro, publicado também em Londres por Duarte Jaime Lingham. Ao longo de sua análise, o redator argumentava contra o que ele chamou de ignorância de Ralph Rylance, que ele acreditava se tratar de um pseudônimo do autor original, afinal “o título deste folheto daria a entender, que seu autor tinha estudado alguma coisa sobre o Brasil, mas nisto está mais falho ainda do que nos seus conhecimentos sobre Portugal”²⁶³.

Sobre os efeitos da invasão francesa no continente europeu, Hipólito comentou, no número de janeiro de 1811, a obra *Introducion para la historia de la revolucion de Hespanha* (1810) publicado em Londres por Álvaro Flórez Estrada (1765-1853). Nesta análise, o redator escreveu uma passagem que refletia sobre sua própria trajetória em uma espécie de exílio na Inglaterra. “Entre os efeitos notáveis da revolução atual da Europa”, dizia ele, era “a acumulação em Inglaterra de escritores em quase todas as línguas do Continente. Homens de Letras, a quem a ignorância, e o despotismo, não deixava respirar em seus países, se tem acolhido debaixo das bandeiras sagradas da liberdade inglesa”²⁶⁴.

Além dos olhos na Europa, mantinha um interesse significativo nas colônias espanholas na América. No terceiro volume do periódico, Hipólito publicou longa análise sobre a tradução inglesa da *Historia Geographica, Natural e Civil do Chile* do religioso Juan Ignacio Molina (1740-1829). Afinal, era um “momento em que a confusão da Europa faz voltar os olhos de todos para o vasto continente da América onde parece oferecer-se um asilo àqueles que escaparem da conflagração geral”²⁶⁵. Em junho de 1810,

²⁶² CB, vol. I, n. 2, julho de 1808.

²⁶³ CB, vol. I, n. 3, agosto de 1808, p. 203

²⁶⁴ CB, vol. VI, n. 32, fevereiro de 1811, p. 47.

²⁶⁵ CB, vol. III, n. 16, setembro de 1809, p. 276.

Hipólito publicou um comentário extenso sobre o *Essai Politique sur le Royaume de la Nouvelle Espagne* (1808-1809) de Alexander von Humboldt (1769-1859) e a análise que recebeu no número 31 da *Edinburgh Review*. Ao introduzir sua análise, ele afirmava:

Destinando nós o nosso Periódico a contar uma coleção de todas as notícias importantes do tempo, que dizem respeito à América, para onde principalmente se dirige o Correio Braziliense, nos vemos obrigado a mencionar esta obra, menos para dar uma ideia dela a nossos leitores na outra parte do Atlântico, que para ter ocasião de retificar algumas proposições que os revisores de Edimburgo avançaram nesta análise²⁶⁶.

Apesar de não ser o intento neste comentário, alguns anos depois, Hipólito comentava duas obras que traziam informações acerca das colônias espanholas: o *Present State of the Spanish Colonies* (1810) de William Walton (1784-1857) e um *Sketch of the Present State of Caracas* (1812) escrito por Robert Semple (1777-1816) (CB, vol. 9, n. 50, julho de 1812).

Com o início dos processos revolucionários de independência, Hipólito da Costa se mostrou ainda mais interessado nos vizinhos do Brasil no continente americano. Em abril de 1809, dizia ser “absolutamente necessário fazer aqui menção de uma análise que apareceu no *Review de Edimburgo*, no. XXII”. Continuava dizendo que “a celebridade deste jornal literário, e os importantes fatos que por ocasião desta análise se desenvolvem, serão bastante motivo para que se permita copiar aqui alguns extratos de um ensaio que tem tão íntima conexão com a história atual do país”²⁶⁷. Assim, ao longo de três números do periódico, ele passava a traduzir diversos trechos da análise da obra *Lettre aux Hespagnols-Américains par un de leurs compatriotes* escrita por Juan Pablo Viscardo y Guzmán (1748-1798). Escrita em Londres em 1791, permaneceu inédita até 1799, quando foi publicada por Francisco de Miranda (1750-1816), um dos precursores dos movimentos de independência na América Espanhola. Ainda que conste em sua edição a

²⁶⁶ CB, vol. IV, n. 25, junho de 1810, p. 611.

²⁶⁷ CB, vol. II, n. 11, abril de 1809.

impressão na Filadélfia, segundo Monica Henry, tratou-se de uma estratégia para evocar a liberdade norte-americana uma vez que, na verdade, o livro foi impresso na capital inglesa. A *Lettre*, continua a autora, se inseria em um contexto de diversos outros textos escritos por revolucionários americanos exilados nos Estados Unidos e na Inglaterra²⁶⁸.

Em julho de 1811, o redator publicou uma longa análise da obra *Examen impartial de las dissensiones de la America com la España, de los médios de su reconciliación y de la utilidade de los aliados de la España* (1811) escrito também por Florez Estrada, autor de obra comentada anteriormente²⁶⁹. Depois de declaradas as independências, Hipólito manteve ainda o interesse sobre os novos estados americanos ao comentar a publicação da obra *As províncias de La Plata erigidas em Monarchia* (CB, vol. 24, n. 141, fevereiro de 1820). Entre os números de novembro de 1821 e julho de 1822, publicou uma tradução de um manuscrito original intitulado *Jornal da Expedição do General Mina ao México*²⁷⁰.

O mundo luso-brasileiro se viu novamente transformado com a eclosão do movimento constitucional no Porto em 1820. Hipólito, como sabido e reconhecido pela historiografia que se dedicou a sua trajetória, não ignorou tais acontecimentos e, para além dos documentos, dos longos discursos e dos debates das Cortes transcritos no *Correio Braziliense*, também citou e comentou obras relacionadas ao constitucionalismo. Neste contexto, a partir de novembro de 1820 reapareceram referências a obras sobre as Cortes de Cádiz de 1812, como a *Constituição Política da Monarchia Hespanhola promulgada em Cadiz em 19 de março de 1812, traduzida por A.M.F* e o *Cathecismo Político Constitucional ou Analyse da Constituição Hespanhola, cujos princípios podem servir de auxilio a qualquer nova Constituição*²⁷¹. Em dezembro de 1820, Hipólito

²⁶⁸ Cf. HENRY, Monica. Les premières publications révolutionnaires des exilés hispano-américains aux Etats-Unis. *Transatlantica*. Revue d'études américaines. American Studies Journal, 2, 2006. p. 1-4.

²⁶⁹ CB, vol. VII, n. 38, julho de 1811; n. 39, agosto de 1811.

²⁷⁰ CB, vol. XXVII, n. 163, dezembro de 1821 até vol. XXVIII, n. 170, julho de 1822.

²⁷¹ CB, vol. XXV, n. 150, novembro de 1820.

publicava, sem qualquer tipo de comentário ou análise, o título de uma obra anônima impressa naquele ano em Lisboa: o *Manual do Cidadão Constitucional* (1820), impresso pela Viúva Neves e Filhos. As últimas linhas da obra resumem bem o espírito que movia o autor do opúsculo:

Ah! Qual de nós então não ratificará com entusiasmo o já prestado juramento, e não fará no seu coração o voto o mais inviolável e mais santo de morrer gostosamente pela CONSTITUIÇÃO, base da nossa ventura, pelo REI, que a abraça e consolida, e pelo DEUS clemente, a quem tudo atribuiremos, como único e celeste autor da felicidade humana²⁷².

A partir de janeiro de 1821 crescia o número de obras sobre as Cortes. Hipólito cita o *Projecto de Regimento das Cortes Portuguezas* (1820) de José da Costa de Macedo (1777-1867) e *As Cortes, ou os Direitos do Povo Portuguez* (1820), que servia de prova ao Manifesto do Governo escrita por Cypriano José Rodrigues das Chagas²⁷³. Não deixa de ser interessante que, neste contexto de discussões acerca de Portugal, Hipólito noticia a publicação da primeira edição impressa do *Testamento Político de D. Luís da Cunha* (1820)²⁷⁴. No último número de 1821, citava ainda uma *Representação às Cortes e Inectiva contra a Inquisição* (1821) de Francisco de Melo Freire (1762-1838) e um *Elogio a S.M. o Senhor D. João VI, Rey Constitucional*, cuja autoria não foi identificada²⁷⁵.

Ao longo das reuniões das Cortes, Hipólito se mostrava atento ao desenrolar das decisões, principalmente àquelas concernentes ao Brasil. Em um artigo intitulado “Escriptos em Lisboa contra o Brazil”, publicado no número de maio de 1822, ele citava um *Exame Crítico do parecer que deo a Comissão Esepcial das Cortes sobre os negócios do Brazil* (1822) escrito por João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853), que fora

²⁷² *MANUAL Político do Cidadão Constitucional*. Lisboa: na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1820, p. 32.

²⁷³ CB, vol. XXVI, n. 152, janeiro de 1821.

²⁷⁴ CB, vol. XXVI, n. 154, março de 1821.

²⁷⁵ CB, vol. XXVII, n. 163, dezembro de 1821.

redator do periódico *O Portuguez ou Mercúrio Político, Commercial e Literário*, que circulara em Londres²⁷⁶. Após a aprovação da Constituição em setembro de 1822, o redator do *Correio Braziliense* divulgou entre seus leitores o *Cathecismo Politico Constitucional, regulado segundo a Constituição da Monarchia Portugueza* (1822) e a obra *O Cidadão Luzitano: breve compendio, em que se demonstram os fructos da Constituição* (1822) escrito por Inocência Antônio de Miranda (1761-1836), conhecido como Abade de Medrões, que havia sido deputado das Cortes Gerais²⁷⁷.

Ainda em meio ao processo revolucionário do Porto e o início das discussões acerca do retorno de D. João VI a Lisboa, Hipólito teve a oportunidade de comentar algumas obras. Na seção *Correspondência* no número de abril de 1821, por meio de uma Carta ao Redator, dava notícia da publicação de um folheto “que circulou no Rio de Janeiro acerca de Sua Majestade e a Família Real devem ou não vir para Portugal”²⁷⁸. Em agosto do mesmo ano, citava de modo sumário a obra *Portugal Convalescido pelo prazer que presentemente disfruta na desejada e feliz vinda de Suas Majestades e Augusta Família* (1821) publicado em Lisboa por José Daniel Rodrigues da Costa (1757-1832), célebre rival de Bocage (1765-1805).

Além dos processos históricos de Portugal e outras nações, algumas obras históricas comentadas por Hipólito se relacionavam a um velho interesse do redator: a maçonaria, responsável, vale dizer, pela sua prisão em Portugal nos cárceres da Inquisição e sua fuga para Londres, de onde passou a escrever e publicar o *Correio Braziliense*. Não por acaso, o redator utilizou constantemente o espaço da seção para criticar e apontar os equívocos das obras luso-brasileiras que atacavam as sociedades maçônicas, instituições

²⁷⁶ CB, vol. XXVIII, n. 168, maio de 1822.

²⁷⁷ CB, vol. XXIX, n. 174, novembro de 1822.

²⁷⁸ CB, vol. XXVI, n. 155, abril de 1821, p. 505.

fundamentais para a sociabilidade de letrados no mundo luso-brasileiro na transição do século XVIII ao XIX²⁷⁹.

Tal objetivo de corrigir os erros e ignorâncias acerca da maçonaria tornou-se evidente nos números de agosto e setembro de 1809, quando Hipólito publicou uma longa análise sobre a obra *Os pedreiros livres e iluminados, que mais propriamente se deveriam denominar os tenebrosos, de cujas seitas tem formado a pestilencial irmandade, a que hoje se chama jacobinismo* impresso naquele ano em Lisboa²⁸⁰:

Que o autor deste folheto ignorasse os princípios da sociedade dos Framaçons é escusável; porque, a falar a verdade, o mundo está mais as escuras, a este respeito, do que muitos pensam; mas é indesculpável, que o autor se intromettesse a falar de semelhante matéria, sem saber ao menos o que há público sobre os Framaçons, tanto a favor, como contra (CB, vol. 3, n. 15, agosto de 1809, p. 141).

Semelhante intento torna-se claro quando, em maio de 1812, publicou uma resposta a um opúsculo intitulado *Os Pedreiros Livres, e os Illuminados, que mais propriamente se deverão denominar os Tenebrozos*, que segundo Hipólito “foi remetido ao Editor, e se atribui ao Doutor Vicente Jozé Ferreira Cardoso da Costa, o que com tudo não podemos afiançar” (CB, vol. 8, n. 48, maio de 1812, p. 635). Como o espírito desassossegado após a leitura do “papel”, confessava Hipólito, dizia ao autor: “Vós vos servis de calúnias e de injúrias atrozes, armas próprias de um desatinado fanatismo, para atacar uma Sociedade a mais respeitável que tem existido e existe sobre a terra” (CB, vol. 8, n. 48, maio de 1812, p. 635).

Mas era nas obras de economia política que residia, talvez, o maior interesse de Hipólito. Em maio de 1812, ele anunciava a publicação das *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* de José da Silva Lisboa que saiu a luz no Rio de Janeiro em

²⁷⁹ BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006. Ver também: SANTOS, Bruna Melo dos. O Correio Braziliense: um olhar sobre a sociabilidade maçônica. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2010.

²⁸⁰ CB, vol. III, n. 15, agosto de 1809; n. 16, setembro de 1809.

1808: “É com prazer além de ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil. Já no Brasil se imprime!”²⁸¹. Afinal, como bem notou Mecenas Dourado,

Hipólito sempre manteve a convicção de que o estudo da economia política é indispensável ao homem público, e lastimava que a Universidade de Coimbra não possuísse, em seu currículo, uma cadeira em que se ministrassem esses estudos. Mas não bastava versá-los ou tentar aplicar os seus princípios. Fazia-se mister, principalmente, saber que orientação científica deveria adotar nesses estudos²⁸².

No número de abril de 1816, afirmava o redator que, “livres (...) dos sobressaltos da guerra e das negociações políticas que se lhe seguiram”, aproveitaria os tempos de paz para se voltar para “o bem da nação a que pertencemos”. A via escolhida, continuava ele, foi “divulgar, por meio do nosso jornal, os princípios da boa economia política pela qual se tornam fortes e ricas as nações, e, em direta proporção respeitáveis e independentes”²⁸³. A partir desse número, Hipólito começou a publicação da tradução de capítulos completos da obra *De La Richesse Commerciale ou Principes d’Economie Politique, applliqués a la Législation du Commerce* (1803) de Jean Simonde de Sismondi (1773-1842), saída à luz em Genebra no ano de 1803.

Nas palavras de Hipólito da Costa, tratava-se de obra “elementar, e feita sobre os admiráveis princípios de que o ilustre inglês Adam Smith estabeleceu primeiro, mas obscuramente”, e que Sismondi havia desenvolvido “com clareza e método, destinando-a particularmente à França”. Por isso, demonstrando seu objetivo pedagógico principal de ilustrar seus leitores e influir no desenvolvimento e progresso da sociedade, dizia ele que “nos extratos, que daremos traduzidos neste jornal, atenderemos somente aos princípios de aplicação universal, e conforme as circunstâncias de todos os países”.

²⁸¹ CB, vol. II, n. 12, maio de 1809.

²⁸² DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, p. 587.

²⁸³ CB, vol. XVI, n. 95, abril de 1816, p. 338.

Assim, “do que disser particularmente respeito à França (que ainda assim não é muito), referimos somente o que também, por algum respeito, nos convier saber”²⁸⁴. A tradução feita por Hipólito será analisada no CAPÍTULO 4 desta tese que se dedicará às suas concepções sobre a economia política e o impacto das ideias de Simonde de Sismondi em seu pensamento político.

Além disso, Hipólito da Costa não se restringiu ao pensamento de Sismondi nas páginas do *Correio Braziliense*. Ao contrário, fez referência a obras de outros autores importantes da economia política da época, como Malthus, por exemplo, cuja obra *Observations on the Effects of the Corn* (1814) foi citada no número de maio de 1814²⁸⁵. Em fevereiro de 1815, citou as obras *An inquiry into the nature and progress of rent, and the principles by which it is regulated* (1815) e *The Grounds of an Opinion on the Policy of Restricting the Importation of Foreign Corn* (1815) de Thomas Malthus (1766-1834) (CB, vol. 14, n. 81, fevereiro de 1815). Esta última esteve no cerne da polêmica acerca das restrições da importação de cereais conhecidas como “*Corn Laws*” na Inglaterra com David Ricardo (1772-1823) e outros economistas. Sobre o mesmo assunto, citou também as obras *An Enquiry Into the Causes of the High Prices of Corn and Labour* (1815) de Robert Wilson (CB, vol. 16, n. 92, Janeiro de 1816) e *The question of the necessity of the existing corn laws, considered* (1816) de Charles Henry Parry (1779-1860) (CB, vol. 16, n. 97, junho de 1816).

Ainda que não tenha publicado comentários diretos sobre a obra de Adam Smith (1723-1790), publicada no século anterior, Hipólito da Costa, atento às as discussões econômicas de seu tempo, demonstrou interesse por produções que se constituíam em diálogo explícito ou implícito com o pensamento do filósofo e economista escocês. Em fevereiro de 1815, o redator do *Correio Braziliense* citava a nova edição em três volumes

²⁸⁴ CB, vol. XVI, n. 95, abril de 1816, p. 339

²⁸⁵ CB, vol. XII, n. 72, maio de 1814.

de *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1814) de Adam Smith, que vinha acompanhada do volume *Observations on the Subjects treated of in Dr Smith's inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1814) feitas por David Buchanan (1779-1848) em Edimburgo. Anos depois, em junho de 1821, citava a terceira edição da obra *A Complete Analysis or Abridgement of Dr. Adam Smith's Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1821) publicada originalmente em 1797 por Jeremiah Joice (1763-1816).

Ainda da economia política, Hipólito também fez referência às obras publicadas no mundo luso-brasileiro. É o caso da publicação integral das *Reflexões políticas sobre o meio de estabelecer o crédito público, e segurar os recursos para as grandes despesas do Reyno* (1799) oferecidas ao então príncipe-regente D. João por Rodrigo de Sousa Coutinho e publicadas por Hipólito em meio a polêmica da Academia Real Militar no Rio de Janeiro (1811)²⁸⁶. Em fevereiro de 1821, citava o *Plano para se extinguir a dívida nacional, tanto antiga como moderna* (1820) de José de Souza Moniz e em novembro daquele ano um *Tratado de operações de banco, ou, Directorio de banqueiros: extrahido dos melhores autores* (1817) publicado na Bahia por Antonio Thomaz de Negreiros²⁸⁷. Em março de 1822, fazia referência a um *Parecer sobre as finanças de Portugal: o plano talvez único que com justiça, equidade, e dignidade nacional se possa adoptar para liquidar a dívida publica a satisfação dos credores da Nação e de todos os Portuguezes honrados* (1822) escrito por um certo J.B.²⁸⁸.

²⁸⁶ CB, vol. VIII, n. 49, junho de 1812.

²⁸⁷ CB, vol. XXVI, n. 153, fevereiro de 1821; CB, vol. XXVII, n. 162, novembro de 1821.

²⁸⁸ CB, vol. XXVIII, n. 166, março de 1822.

HISTÓRIA

A categoria “História” reúne o segundo maior volume de obras, textos e periódicos citados e comentados por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Como já foi salientado por diversos historiadores que se debruçaram sobre a produção de Hipólito e outras seções do *Correio Braziliense*, o redator nutria especial interesse sobre o Brasil e planejava escrever uma História do Brasil, ainda que sofresse com a falta de livros e obras sobre o assunto. Em setembro de 1816, ele publicou um *Annuncio ao Publico*, no qual afirmava estar a “escrever a *História do Brasil*, desde o seu descobrimento, até a época em que para ali se mudou a Corte e Família Real Portuguesa”. Os livros seriam a fonte de informação e de dados para que Hipólito escrevesse sua história, por isso, ele afirmava que, mesmo tendo “ajuntado uma numerosa biblioteca, de livros tanto Portugueses como estrangeiros”, “ainda assim não sobram materiais para fazer conexão dos diferentes períodos e ligar a história das diferentes capitanias”²⁸⁹.

Por isso, Hipólito da Costa pedia a “todos aqueles Portugueses, seus amigos ou a que julgou interessarem-se em ver elucidada a história do Brasil que lhe enviassem as notícias que pudessem a obter a este respeito, para o que lhe indicou os seguintes pontos”. O redator então enumerava os assuntos e temas que precisavam ser esclarecidos a partir dos registros que necessitava como livros antigos que tratassem do Brasil, listas de governadores de cada uma das capitanias, cópias de ordens e providências régias, listas dos bispos de diferentes cidades, notícias da formação das freguesias, bulas pontificias que versavam sobre o Brasil, genealogias das famílias ilustres e por fim, notícias estatísticas sobre a população, agricultura, dentre outros²⁹⁰.

As informações parecem ter chegado às mãos do redator em Londres. Durante a análise de um mapa estatístico, ele dizia que “o Redator deste Jornal pediu, e tem

²⁸⁹ CB, vol. XVII, n. 100, setembro de 1816, p. 300, grifos no original.

²⁹⁰ CB, vol. XVII, setembro de 1816, p. 300-301.

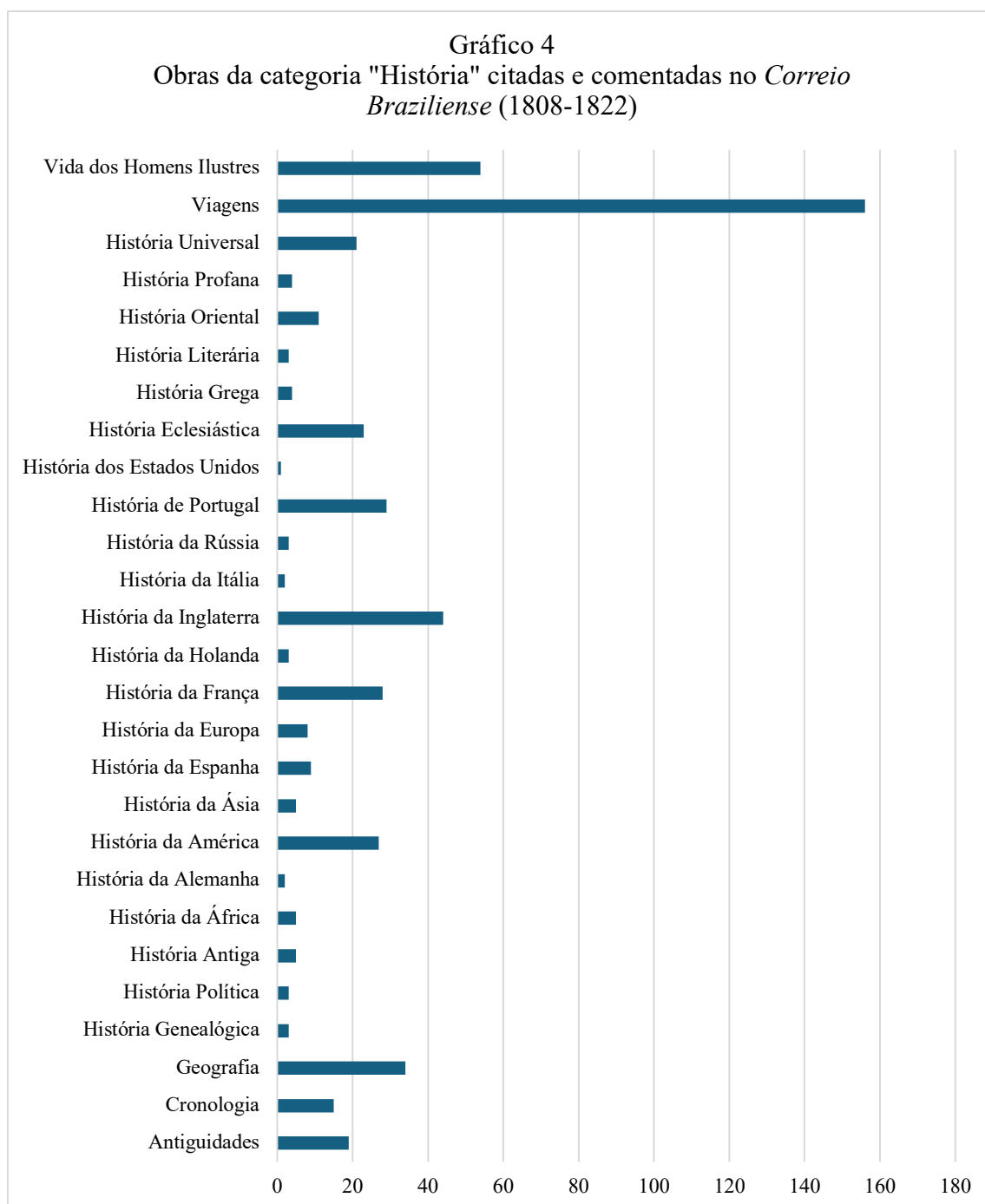
recebido, várias informações relativas à história do Brasil, para servirem de memórias na que está escrevendo”. Além disso, agradecia “o cuidado dos seus correspondentes, que lhe têm enviado os manuscritos, de que já está de posse”. Hipólito teceu ainda um comentário que deixa claro, uma vez mais, o seu cuidado e sensibilidade para com as diferenças entre os idiomas e as implicações da prática da tradução, pois prometia àqueles que enviavam os manuscritos de não

os viciar pela ignorância da língua; como sucedeu aos que foram comunicados aos historiadores Ingleses e Franceses, a quem recentemente temos visto cometido o cuidado de escrever a história do Brasil; e a quem tem muitos Portugueses confiado importantes manuscritos, que até aqui tinham negado aos seus patrícios²⁹¹.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o gênero História, nas palavras de Maria Beatriz Nizza da Silva, “abrangia não apenas as obras históricas propriamente ditas, mas ainda obras de circunstância, textos políticos, obras de geografia e a literatura de viagens”. Em sua análise sobre a Biblioteca do Conde da Barca, a autora destaca que “o gênero não encontrava no público comum a mesma aceitação que da parte do aristocrata, político profissional que, por razões de trabalho, precisava de conhecer a história dos principias Estados europeus da época”²⁹². O Gráfico 4 expressa a divisão das obras de acordo com a subclassificação do Catálogo da Biblioteca do Conde da Barca (1818):

²⁹¹ CB, vol. XX, n. 116, janeiro de 1818, p. 70.

²⁹² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 196.



À primeira vista, merece destaque o significativo volume de escritos de viagens, como relatos, descrições, cartas e diários. Hipólito da Costa não se restringiu, vale dizer, às viagens pelo território da América Portuguesa e citou de modo sumário obras de viajantes que passaram pelos diferentes continentes, como Europa, África, Ásia e América. No *Correio Braziliense* de fevereiro de 1816, Hipólito comentou a publicação da segunda edição *A Voyage Round the World in the Years 1800, 1801, 1802, 1803 e 1804*

(1813) de John Turnbull. Em sua viagem, Turnbull chegara a Baía de Todos os Santos em agosto de 1800, onde passou cerca de quatro ou cinco dias²⁹³. Ao justificar a publicação da análise e dos trechos traduzidos, Hipólito registrava a importância das viagens e do olhar do *outro* estrangeiro sobre uma nação:

Além da instrução geral, que se adquire lendo as narrações de viajantes, esta tem um interesse particular para os Leitores de nosso Periódico, pela grande parte que o Brasil ocupa nas observações do Autor; porquanto, não pode ser indiferente aos habitantes do Brasil as reflexões que fazem as pessoas sensatas que visitam o seu país sobre os costumes, legislação, comércio, etc. e tanto mais, quanto um estrangeiro pode ver muitos objetos por diferentes faces, e melhor do que os naturais, a quem os prejuízos, e o hábito, muitas vezes impedem ver seus próprios defeitos. É verdade, que também os prejuízos ou ignorância desses viajantes podem induzi-los a perverter os fatos; mas sempre é bom ouvi-los, e refletir no que eles dizem²⁹⁴.

Assim, certamente não escapariam a Hipólito as obras de viagens feitas pelo território do Brasil. No número de março de 1812, divulgava a obra *Roteiro e Mappa da Viagem da Cidade de São Luiz do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro; e outro roteiro da viagem do Pará pelo rio Tocantins até Porto Real em Goyases* (1810) escrita por Sebastião Gomes da Silva Belford (1781-1825) e saída dos prelos da Impressão Régia no Rio de Janeiro²⁹⁵. No mesmo ano, publicava longa análise em duas partes da obra *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country, by authority of the prince regent of Portugal: including a voyage to the Rio de la Plata and an historical sketch of the revolution of Buenos Aires* (1812) do viajante inglês John Mawe (1764-1829)²⁹⁶.

Ao longo da análise, Hipólito lamentava os entraves para que “os naturais viajassem o Brasil com o fim de imprimir suas viagens, e dar a conhecer ao Mundo

²⁹³ Cf. FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*, São Paulo, UNESP, 2, 2003. p. 231.

²⁹⁴ CB, vol. XVI, n. 94, março de 1816.

²⁹⁵ CB, vol. VIII, n. 46, março de 1812.

²⁹⁶ CB, vol. IX, n. 51, agosto de 1812.

aqueles ricos países” e notava que foi “um estrangeiro o primeiro que publica pela imprensa a descrição de um país, que seus naturais não tinham permissão de examinar”. Os leitores “conhecerão por esta obra, que a culpa não era sua, nem se pode imputar àqueles povos, que seja um estrangeiro o primeiro, que oferece ao Mundo a exposição dos interessantes distritos, aonde se acham minas do ouro e dos diamantes”²⁹⁷. Após narrar o itinerário de Mawe desde sua partida da Inglaterra, a passagem pela Espanha até a chegada nos territórios portugueses na América, Hipólito traduzia algumas passagens da obra que tratavam, por exemplo, do Tratado de Comércio entre Inglaterra e Brasil de 1810, cujo processo foi fartamente acompanhado e documentado pelo redator do *Correio Braziliense*.

Em seguida, Hipólito traduziu um excerto sobre a sociedade do Rio de Janeiro e o estado da educação após a chegada da Corte: “A conversação, porém, dos homens os mais bem educados, é mais viva do que instrutiva; porque a educação está ali em maré baixa, e compreende um mui limitado curso de literatura e ciência” (CB, vol. 9, n. 52, setembro de 1812, p. 433-434). Continuava a tradução de Mawe: “É próprio acrescentar que depois da chegada da Corte, se tem adotado medidas para efetuar uma inteira reforma nos seminários, e outras instituições para instrução pública, e o Príncipe Regente em sua solicitude pelo bem de seus súditos, tem zelosamente patrocinado todas as tentativas para difundir entre eles o gosto de conhecimentos úteis”²⁹⁸.

Ao comentar o trecho acima transcrito, Hipólito confessava ter “sido de opinião, que a extinção dos Jesuítas produziu grande mal ao Brasil”, uma vez que “não se substituiu no Brasil coisa alguma que remediasse a falta dos Jesuítas no que respeita a educação pública que eles tinham a seu cargo”²⁹⁹. No caso da análise em duas partes da

²⁹⁷ CB, vol. IX, n. 51, agosto de 1812, p. 253.

²⁹⁸ CB, vol. IX, n. 52, setembro de 1812, p. 434

²⁹⁹ CB, vol. IX., n. 52, setembro de 1812, p. 434.

obra de John Mawe repletas de trechos traduzidos do original, o procedimento de Hipólito tornava-se evidente. Após a tradução de um excerto acerca de uma característica ou evento no Brasil, sejam os Tratados de 1810, a instrução pública ou até mesmo o uso da mão de obra escrava, Hipólito redigia seus comentários com críticas, elogios ou sugestões de melhoramentos.

Outras obras de viajantes ao Brasil também foram citadas na seção *Literatura e Ciências*, como o primeiro volume de *Travels in Brazil* (1816) de Henry Koster (1784-1820) que foi dedicado a Robert Southey (1774-1843), que, vale dizer, fazia diversas referências ao *Correio Braziliense*³⁰⁰. No ano de 1820, Hipólito da Costa citou as obras *Travels in Brazil in the years 1815, 1816, 1817* (1820) do príncipe Maximilian Wied (1782-1867) e *Notes on Rio de Janeiro, and the Southern parts of Brazil: taken during a residence of ten years in that country, from 1808 to 1818* (1820) de John Luccock (1770-1826), cuja obra inclusive atesta a ampla circulação do *Correio Braziliense* no Rio de Janeiro a despeito das tentativas de proibi-lo³⁰¹.

Ao longo dos volumes do *Correio Braziliense*, Hipólito também se dedicou a citar e comentar obras acerca da vida de homens ilustres, desde mais antigos, como o reformador Martinho Lutero (1483-1546) e o renascentista Rafael (1483-1520), até personagens contemporâneos como Benjamin Franklin (1706-1790) e Napoleão Bonaparte (1769-1821)³⁰². Sobre a vida de reis ingleses, por exemplo, citou *The Life of*

³⁰⁰ Para referências ao *Correio Braziliense* na obra de Henry Koster, ver: *TRAVELS in Brazil by Henry Koster*. London: Printed for Longman, Hurst, Hees, Orme and Beown, Pasternoster-Row, 1816. p. 403, p. 446, p. 449

³⁰¹ *NOTES on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; traken during a residence of tem Years in that country, from 1808 to 1818 by John Luccock*. London: printed for Samuel Leigh, in the strand, 1820. p. 573. Sobre as tentativas de proibição da circulação do *Correio Braziliense* no Brasil, ver: LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 120-126. DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, t. 1, p. 279-289. CB, vol. XXIV, n. 145, junho de 1820; CB, vol. XXIV, 1820, p. 150.

³⁰² CB, vol. X, n. 60, maio de 1813; CB, vol. XVII, n. 103, dezembro de 1816; CB, vol. XVIII, n. 104, janeiro de 1817; CB, vol. XVIII, n. 107, agosto de 1817.

James The Second, King of England (1816) de James Stanier Clarke (1766-1834), *An Inquiry into the Literary and Political Character of James The First* (1816) de Isaac Disraeli (1766-1848) e *George the Third, His Court and Family* (1820) de Johh Galt (1779-1839)³⁰³.

Nas páginas do *Correio* frequentemente se encontravam referências a obras mais gerais com biografias de personagens que se destacaram nas mais diferentes áreas de atuação, como a música, a vida militar. É o caso, por exemplo, dos volumes da *General Biography or Lives, Critical and Historical, of the Most Eminent Persons of all Ages, Countries, Conditions and Professions*, da *Musical Biography or Memoirs of the Lives and Writings of the most eminent Musical composers and Writers* (1813-1814) e da reedição da obra *Lives of the British Admirals* (1813) de John Campbell (1720-1790)³⁰⁴.

Nas obras portuguesas, citou, dentre outras obras, o *Panegírico do Marquez de Pombal o 1º* e os números dos *Retratos dos Grandes Homens da Nação Portuguesa que floresceram e florecem neste Reyno*, editados em Lisboa por Antonio Patricio Pinto Rodrigues a partir de 1805³⁰⁵. O redator também noticiou a publicação de *As Mulheres Célebres da Revolução Francesa, ou quadro enérgico das almas sensíveis* e dos números mensais de um *Diccionario Historico dos Homens Illustres em Lisboa*³⁰⁶. Nos números de maio de 1820 e março de 1822 mencionou os volumes das *Memoirs of the Life and Writings of Luis de Camoens* (1820) escritas por John Adamson (1787-1855)³⁰⁷.

Como dito anteriormente, dentre as obras de História encontravam-se os livros de geografia e cartografia tanto de países estrangeiros quanto de Portugal e seus domínios

³⁰³ CB, vol. XVI, n. 92, janeiro de 1816; CB, vol. XVI, n. 96, maio de 1816; CB, vol. XXIV, n. 144, maio de 1820

³⁰⁴ CB, vol. XI, n. 64, setembro de 1813; vol. XII, n. 71, abril de 1814; CB, vol. XI, n. 67, dezembro de 1813; vol. XVII, n. 102, novembro de 1816; CB, vol. XI, n. 64, setembro de 1813.

³⁰⁵ CB, vol. XV, n. 91, dezembro de 1815; CB, vol. XVI, n. 93, fevereiro de 1816.

³⁰⁶ CB, vol. XXI, n. 124, setembro de 1818; CB, vol. XXII, n. 128, janeiro de 1819

³⁰⁷ CB, vol. XXIV, n. 144, maio de 1820; vol. XXVIII, n. 166, março de 1822.

ultramarinos. Em janeiro de 1818, Hipólito comentava a publicação de um *Mappa Geographico, Historico e Mercantil* feito pelo major Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes, que havia sido exilado na Ilha da Madeira sob a acusação de jacobinismo. Na análise, o redator chamava atenção justamente para o fato da impressão em Paris: “(...) como o Governo Português, na sábia contemplação de que não se imprimam libelos contra seus súditos, não permite imprensas na Ilha da Madeira, mandou o Autor imprimir a sua obra em Paris, na Imprensa de Didot”³⁰⁸. Ao comentar a obra, Hipólito deixava entrever sua opinião sobre a utilidade de mapas, o que permite inferir as razões pelas quais constantemente o *Correio Braziliense* trazia referências a publicações deste tipo. Em suas palavras,

A utilidade destes mapas para ajudar a memória no estudo da história, geografia e estatística, é muito conhecida para que seja necessário demorarmo-nos com o seu elogio; mas, pelo que pertence, ao merecimento particular desta composição devemos fazer-lhe a justiça de louvar a sua exatidão, em geral; posto que, sendo impressa em país estrangeiro, não seja mais isenta de erros tipográficos do que é o nosso Jornal³⁰⁹.

Ao mesmo tempo, a análise desta obra permite uma reflexão acerca da importância que era concedida aos aspectos materiais do impresso, seja um jornal ou livro, naquela cultura de Antigo Regime. Além de referências às “quatro folhas de papel imperial” que compunham a obra, o redator chamava a atenção para a composição gráfica da organização das informações no mapa estatístico. Dizia ele que “as colunas verticais do Mapa contêm as informações que se indicam no título, todas em uma ou mais linhas horizontais, em frente do Estado, de que se trata; ficando os nomes de todos os Estados na primeira coluna vertical”³¹⁰. E completava que “além destas quatro folhas, há outra mais pequenas, em que se compreendem várias notas e observações importantes, que não

³⁰⁸ CB, vol. XX, n. 116, janeiro de 1818, p. 68-69.

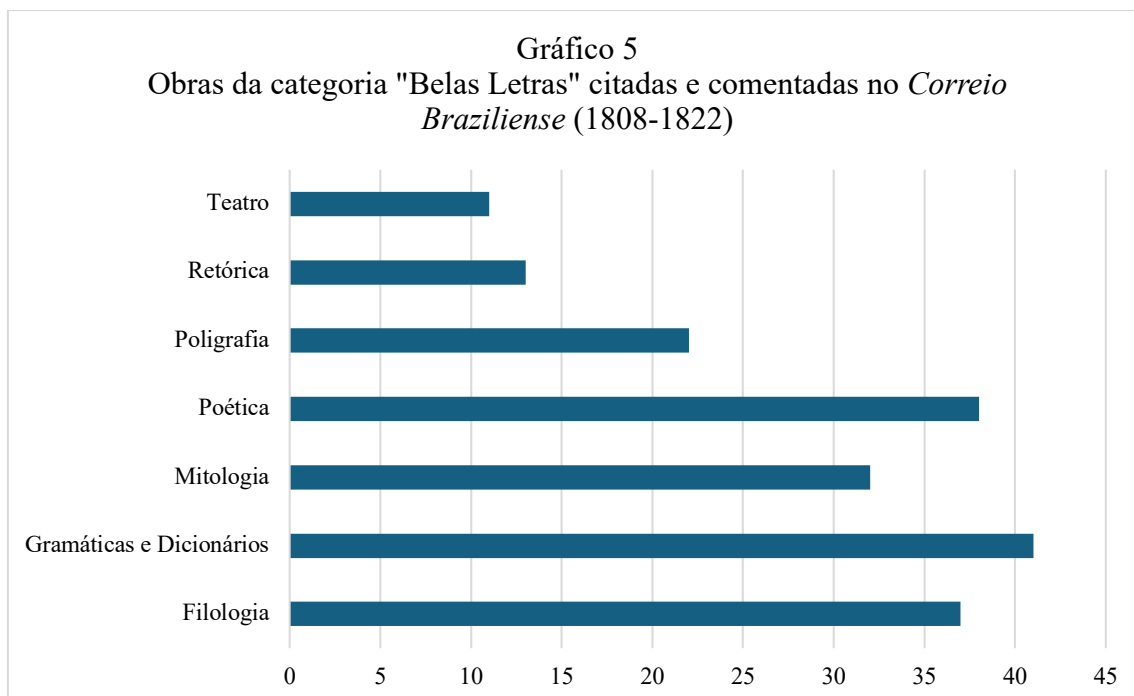
³⁰⁹ CB, vol. XX, n. 116, janeiro de 1818, p. 69.

³¹⁰ CB, vol. XX, n. 116, janeiro de 1818, p. 69.

podiam caber nas correspondentes colunas do mapa, como são a criação e supressão dos reinos, e repúblicas, trocas de território, etc” (CB, vol. 20, n. 116, p. 69).

BELAS LETRAS

Ainda que em menor número, as obras de “Belas Letras” também atraíram o interesse de Hipólito da Costa. O Gráfico 5 apresenta as subdivisões desta categoria e demonstra um notável interesse nas referências a gramáticas e dicionários principalmente de língua portuguesa. Apesar dessa preferência, e em que pesem as obras acerca de idiomas antigos, como o latim e o hebreu, e línguas estrangeiras, como o inglês, o escocês, o alemão, o gálico e até mesmo o hindu, é importante ressaltar que Hipólito possuía uma experiência na composição de gramáticas e dicionários. Afinal, em 1811, havia publicado a *Nova Grammatica portugueza e ingleza, a qual serve para instruir os portuguezes na lingua ingleza* (1811)³¹¹.



³¹¹ COSTA, Hipólito José da. *Nova Gramática Portuguesa e Inglesa*. Londres: Offic. Typograf. de F. Wingrave, 1811. Cf. DOURADO, Mecenas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1957, t. 1, p. 138-139.

No ano seguinte à publicação da gramática de Hipólito, ele noticiava a publicação de uma outra gramática da língua portuguesa feita pelo baiano Manoel de Freitas Brasileiro intitulada *Nova Grammatica Ingleza e Portugueza* (1812). Nas palavras de Hipólito, a seleção feita por Manoel de Freitas “é muito superior ao que neste gênero temos até agora visto na língua Portugueza”, pois dava um “conhecimento daquela língua tão exato quanto é possível dar-se em língua tão diferente dos princípios da linguagem Inglesa”³¹².

Nesse sentido, asseverava Hipólito não se tratar a obra de um “mero resumo, nem uma compilação de dissertações” e por isso deveria ser adaptado para “guiar o discípulo e ajudar o mestre; até que o Português estudante da língua Inglesa esteja em situação de fazer maiores progressos sem o auxílio do Pedagogo”. Ao chamar atenção para o uso pedagógico deste livro de gramática, ele concluía: “Pode isso afirmar-se de quase todas as línguas; mas da Inglesa com especialidade; e pode o estudante Português estar seguro que nenhuma Gramática, por mais perfeita que fosse, o ensinaria a falar Inglês sem as instruções orais do Mestre”³¹³.

No número de setembro de 1819, Hipólito chamava a atenção para os números publicados do *Diccionario universal da Língua Portugueza por uma Sociedade de Literatos*, composto pelos termos da literatura, da história, da geografia, das artes e das ciências. O redator avaliou o “plano deste dicionário” como “muito digno de louvor, assim como a compilação é bastante compreensiva”, apesar de existirem “alguns pontos em que a nossa opinião não coincide absolutamente com a dos compiladores”. Em uma demonstração de seu vasto conhecimento sobre a língua, Hipólito apontava a dificuldade para estabelecimento da etimologia das palavras. Afinal para indicá-la corretamente seria necessário “fixar com melhor autoridade a ortografia, e ao mesmo tempo apresentar

³¹² CB, vol. IX, n. 54, novembro de 1812, p. 728-729

³¹³ CB, vol. IX, n. 54, novembro de 1812, p. 729.

corretamente escritos os vocábulos radicais, em que na língua original há letras e sons, que se não encontram na Portuguesa”³¹⁴. Para ele, este era o método seguido pelos “melhores dicionários das línguas cultas da Europa” e “de peculiar importância” para uma etimologia da língua portuguesa, composta por “tantos vocábulos, originalmente traduzidos do Hebreu, do Árábico e do Grego”³¹⁵. E ele ainda acrescentava um exemplo:

Seja exemplo a palavra *Aalma*; a que o dicionário refere a etimologia Hebraica, quando no Hebreu esta palavra não principia por *A* mas por uma letra que não tem correspondente no nosso Alfabeto, e talvez se aproxime ao *O* mais do que a nenhuma outra. Como quer que seja, ninguém pela palavra *Aalma*, somente, poderia buscar no Dicionário Hebraico a correspondente raiz; pois no Hebreu esta palavra não começa pela letra *A*³¹⁶.

Hipólito seguia sua resenha da obra e afirmava que “este Dicionário não cita os Autores de onde tira as diferentes acepções que dá às palavras”, o que “daria ao leitor a oportunidade de verificar, sem grande dificuldade, até que ponto é correta a opinião dos compiladores”. Citava o exemplo da palavra *Aaram*, termo hebraico: “O fim do artigo diz assim ‘§*Aaram* montanhês. Hebr.’. Por onde vemos, que *Aaram* é termo Hebraico; mas em nenhuma das quatro acepções, que os dicionários Hebraicos dão a este vocábulo, achamos o de montanhês”. Por isso, “seria necessário saber se isto era mera significação ou sentido Português, citando o autor de que fora tirado; ou se com efeito se acha em algum livro Hebraico, a palavra *Aaram* em tal sentido”³¹⁷.

Finalmente, concluía sua análise ao tratar da ortografia do Dicionário: “Quanto à Ortografia, os Compiladores seguem a derivativa, que é sem dúvida a mais capaz de expressar os sentidos dos vocábulos, livre do capricho da pronúncia, que varia todos os dias, quase como as modas no vestir”. Dizia ainda que, quanto à quantidade dos

³¹⁴ CB, vol. XXIII, n. 136, setembro de 1819, p. 236.

³¹⁵ CB, vol. XXIII, n. 136, setembro de 1819, p. 237.

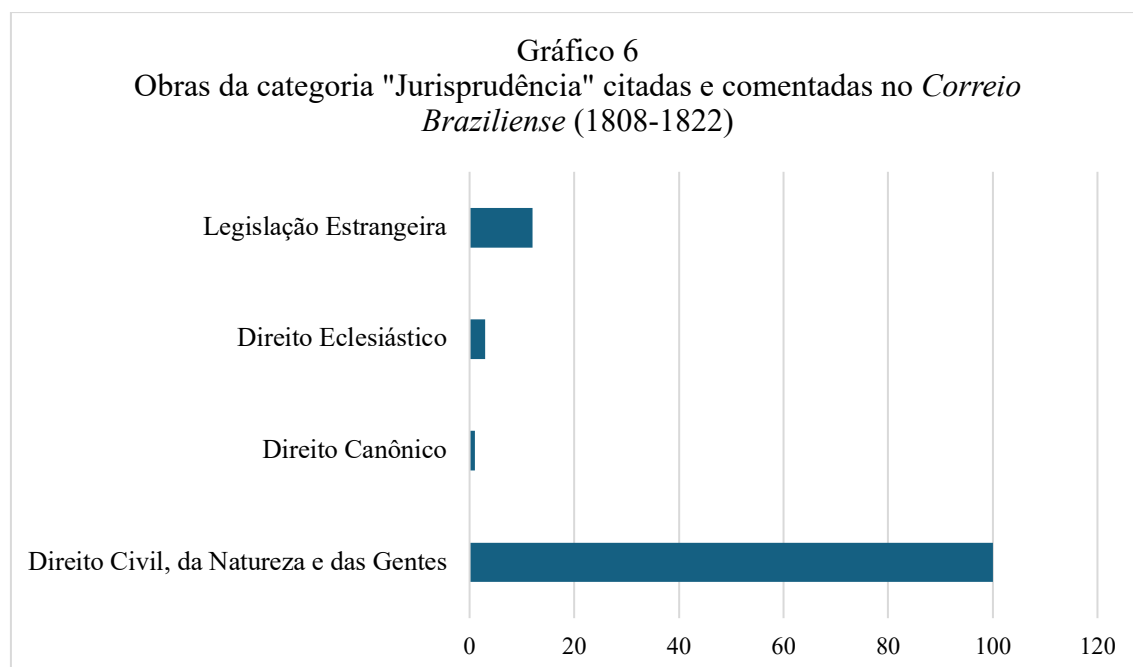
³¹⁶ CB, vol. XXIII, n. 136, setembro de 1819, p. 237, grifos no original.

³¹⁷ CB, vol. XXIII, n. 136, setembro de 1819, p. 238, grifos no original.

vocábulos, era “o mais copioso vocabulário que tem aparecido em Português, e sem dúvida promete uma compilação mui útil e digna da proteção pública”³¹⁸.

Em 1818, o redator elogiava as *Preleções Filosóficas sobre a teórica do discurso e da linguagem, a Estética e Diceósyna e a Cosmologia* escritas por Silvestre Pinheiro Ferreira saídas dos prelos da Impressão Régia do Rio de Janeiro em 1813. Em janeiro de 1818 dava notícia da nova edição de *Os Lusíadas* de Camões e em 1821 exaltava a publicação das *Georgicas Portuguezas*. Merece nota ainda uma estranha tradução intitulada *O Eremitério de Kandu* que saiu a luz no número 158 de julho de 1821³¹⁹. Por meio de uma nota sabemos se tratar de um “poema trasladado e vertido do Brama Pourana, um dos Livros sagrados dos Índios, cuja composição, a juízo dos mais sábios literatos índios, pode hombrear em antiguidade com os poemas de Homero”³²⁰.

JURISPRUDÊNCIA



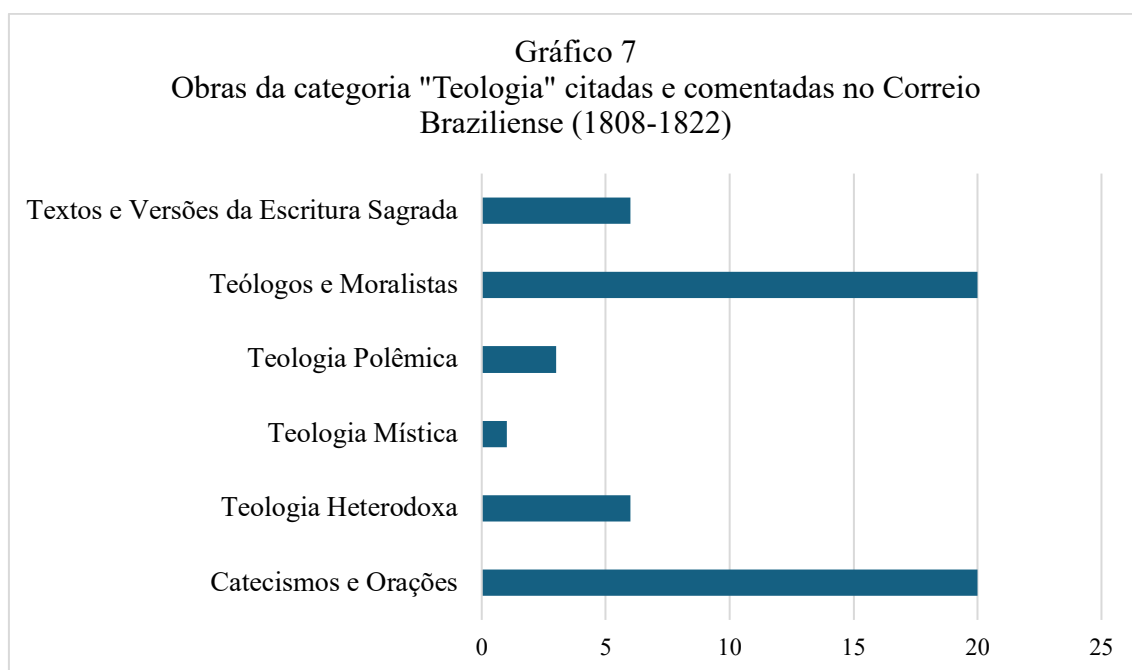
³¹⁸ CB, vol. XXIII, n. 136, setembro de 1819, p. 238.

³¹⁹ A obra foi “vertida em vultar por Jozé da Fonseca” a partir de uma versão francesa do poema “lida na Assembleia Geral das quatro Academias reunidas em 24 de abril de 1820 per M. de Chézy” (CB, n. 158, vol. 27, 1821, p. 19)

³²⁰ CB, vol. XXVII, n. 158, junho de 1821, p. 19.

Na categoria “Jurisprudência” Hipólito da Costa comentou obras sobre o direito português, como as *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal publicadas por ordem da Academia Real de Sciencias de Lisboa* (1810) escritas por João Pedro Ribeiro e a obra *Que he o código civil?* (1822) escrito por Vicente José Ferreira, o conhecido “Doutor Vincentinho” da Universidade de Coimbra³²¹. O redator também analisou obras sobre legislação estrangeira como um Decreto francês sobre a Universidade Imperial de 17 de março de 1808 e a obra *Esprit, origine et progrès des institutions judiciaires des principaux pays de l'Europe* (1819) de J. D. Meyer³²².

TEOLOGIA



É digno de nota, sem dúvida, o baixo volume, se comparado às categorias anteriores, de obras na categoria “Teologia”, o que sugere o distanciamento entre Hipólito

³²¹CB, vol. VII, n. 38, 1811; CB, vol. XXIX, 1822. Cf. MASSAÚ, Guilherme Carmago. O que é o Código Civil para Vicente José Ferreira Cardozo da Costa: os portugueses e o Código. *Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC: Journal of Contemporary Private Law*, Nº. 15, 2018.

³²² CB, vol. I, n. 2, julho de 1808.

e a Igreja, cuja relação ficou abalada após a prisão do redator por franco-maçonaria como conta em sua *Narrativa da Perseguição* (1811). De modo mais profundo, sugere também o avançar do processo de desencantamento e, talvez seja razoável dizer, da secularização do pensamento propiciada pelas Luzes desde o século XVIII³²³.

Finalmente, neste esforço quantitativo, realizamos a classificação a partir de temas gerais escolhidos a partir dos assuntos das próprias obras. Em virtude do número de temas e assuntos, o resultado encontra-se expresso em formato de Tabela:

Tabela 1

Temas das obras citadas e comentadas no *Correio Braziliense* (1808-1822) em ordem decrescente

Temáticas	Quantidade de obras
Medicina	177
Economia política	89
Comércio	54
Legislação portuguesa	50
Legislação estrangeira	42
Matemática	41
Viagens pela Europa	41
Biografias	39
História da Inglaterra	39
Constitucionalismo	36
Educação	35
Artes e ofícios mecânicos	34
Tratados filosóficos e políticos	34
Agricultura	33
História Natural	33
Teologia	33

³²³ GAUCHET, Marcel. *El desencantamiento del mundo: una historia politica de la religion*. Madrid: Editora Trota S.A., Universidade de Granada, 2005.

Transferência da Corte	33
Ensaaios	31
Epístolas e correspondência	31
América Espanhola	29
Viagens pela Ásia	29
Viagens em geral	29
Memórias	27
Poesia	26
Política	26
Viagens pela África	26
Descrições de países estrangeiros	25
Romances e novelas	25
Gramáticas	23
História de Portugal	22
Economia	20
Críticas ao Correio Braziliense	19
Dicionários	19
Literatura	19
Química e mineralogia	19
Antiguidades	18
Arte Militar	18
Astronomia	17
Botânica	17
Campanhas Militares	16
Geografia	15
Viagens pela América	15
Ensaaios políticos	14
História universal	14
Inquisição	14
Odes, elogios e panegíricos	14
História oriental	13
Medicina veterinária	13
Física	12

História da França	12
Retórica	12
História da Igreja	11
Imprensa	11
Teatro	11
Arquitetura	10
Atlas e cartografia	10
História antiga	10
Maçonaria	10
Marinha e Navegação	10
Parlamento inglês	10
Circulação monetária	9
Cronologia	9
Coleções	7
Conspiração de 1817 (Portugal)	7
História da Europa	7
História da Espanha	7
Invasão francesa	7
Orações	7
Bíblia e Sagrada Escritura	6
Filologia	6
Judaísmo	6
Viagens pelo Brasil	6
Animais	5
Escravidão	5
Estados Unidos	5
Periodismo português	5
Ciências	4
Cortes em Lisboa	4
Descobertas científicas	4
Filosofia Natural	4
Geologia	4
História da África	4

História da América	4
Islamismo	4
Tolerância	4
Bebidas alcóolicas	3
Direito	3
Direito português e legislação portuguesa	3
Farmácia	3
Gastronomia	3
Heterodoxia	3
História da Itália	3
História da Rússia	3
História do Brasil	3
Meteorologia	3
Missões	3
Música	3
Prisões	3
Protestantismo	3
Enciclopédias	2
Esportes	2
Fábulas	2
Funerais	2
Retorno do Rei a Lisboa	2
Sermões	2
Oriente	1
Ciganos	1
Crônicas	1
Estatística	1
Fauna	1
Filosofia Antiga	1
História da Suécia	1
História da Holanda	1
História ibérica	1
História literária	1

Mitologia	1
Monarquia portuguesa	1
Ordens religiosas	1
Pecuária	1
Profecias	1
Relações estrangeiras	1
Sebastianismo	1
Sociedades secretas	1

CENSURA E LIBERDADE DE IMPRENSA

Um dos temas mais caros nas ideias políticas de Hipólito José da Costa se relacionava diretamente com a circulação de livros: a liberdade de imprensa. Já no primeiro número do periódico, publicado em junho de 1808, demonstrava um certo desânimo com a cultura escrita portuguesa. Afinal, como a seção se dedicaria a “dar conta das mais importantes que se publicarem” e pediria que se prestasse “atenção particular às obras que se publicam em Português”, o redator confessava que, ciente do estado da literatura portuguesa, não esperava “que esta repartição me ocupe muito tempo, nem me cause grande despesa no papel”³²⁴.

Ao comentar a obra *Notícia Histórica do Estado atual da Inglaterra neste ano de 1808* (1808), como citado anteriormente, chamava a atenção para a situação dos letrados portugueses:

Eu tenho, é verdade, não em mui elevado conceito a Literatura Portuguesa dos nossos tempos, nem era de esperar outra coisa com as constantes perseguições que, naquele país, sofrem os homens de letras, mas faria aos Portugueses uma grande injustiça e obraria contra os meus sentimentos se não declarasse altamente que conheço muitas pessoas, em Portugal, que, se houvessem empreendido esta obra, a fariam ao menos em especiosos argumentos, infinitamente superior ao que ela é³²⁵.

³²⁴ CB, vol. I, n. 1, junho de 1808, p. 30.

³²⁵ CB, vol. I, n. 1, junho de 1808, p. 30.

Hipólito não deixava de ter razão, afinal, Portugal havia retornado ao sistema de censura tríplice desde 1794, quando foi extinta a Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros. Neste sistema, os livros, folhetos e jornais eram submetidos aos Juízes Eclesiástico, à Inquisição e aos censores do Desembargo do Paço³²⁶.

Como quase tudo que Hipólito escreveu ao longo da vida, seus comentários acerca da censura e do estado da literatura portuguesa suscitaram polêmicas que fizeram com que ele se explicasse nos números seguintes:

O pouco que este artigo me daria fazer no estado atual dos regulamentos, e ordem das coisas em Portugal e seus domínios, ficou já notado no Correio Braziliense a p. 32, mas como as poucas palavras que ali escrevi desagradaram a algumas pessoas que, ou não entenderam o que eu disse, ou afeitaram que me não entendiam, explica-me-hei aqui mais amplamente³²⁷.

O redator, então, se defendeu afirmando que não negava que Portugal tinha “muitos homens de talentos, e alguns de erudição e conhecimentos”, mas que desejava demonstrar que “os entraves que se põe às Ciências, as perseguições que sofrem os homens de letras e outras causas que eu atribuo ao Governo, fazem com que esses talentos estejam sopitados, e não haja, nem possa haver produções literárias”. Ele se referia ao que chamou de “freio”, “de que não se possa publicar obra alguma, em matéria nenhuma, sem que seja aprovada por uns poucos de homens, em quem o Governo de Portugal lhe aprove, por uma ficção de direito, depositar todos os conhecimentos humanos”. Para Hipólito, era um “absurdo, só por si, capaz de aniquilar inteiramente o gênio da nação em tudo que é proteção literária”. Ele ainda salientava que não queria “atacar por isso a nação”, mas desejava, na verdade, mostrar o “mal, para que as nações estrangeiras não nos acusem, como fazem, de falta de propensão para as Ciências”³²⁸.

³²⁶ Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 175 e 185-187.

³²⁷ CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 382.

³²⁸ CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 383.

Hipólito faz ainda uma comparação interessante e considerava: “se agora ressuscitasse o grande Newton, e quisesse publicar em Portugal os seus *Princípios Matemática*, ou outra produção do seu gênio melhor”, a obra estaria submetida a esses “sábios do Areópago Português, que tem na sua mão poder de dispensar as Luzes à Nação”. No caso do “frade”, como ele chamava o censor, considerasse que as proposições matemáticas deviam ser “suprimidas, bem podia o grande Newton tornar a morrer e enterrar-se junto com sua obra, porque Portugal e o Mundo estava sentenciado a ser privado do benefício daquela obra”. Assim, questionava Hipólito: “de quem era culpa? Da falta de gênio em Newton ou defeito do Governo, que admite tais regulamentos?”³²⁹. O argumento de Hipólito era um ataque direto à censura e aos censores escolhidos pela Coroa. Afinal, dizia ele,

muitas obras são proibidas em Portugal porque os Censores não sabem de que elas tratam. E toda a produção que estes focos da Ciência não aprovam é má. Todo o mundo sabe que se o autor a quem se proíbe uma obra proferisse a menor queixa, teria finalmente ou uma mordada da Inquisição, ou uma prisão de segredo, por ordem da chamada Polícia³³⁰.

Mesmo sob a censura, Hipólito no mesmo número de outubro de 1808, louvou o estabelecimento da imprensa no Brasil, ainda que tenha ressaltado o quão tardio era o acontecimento, que ele relacionava – com toda razão – à instalação da Corte joanina no Rio de Janeiro:

O Mundo talvez se admirará, que eu vá anunciar como uma grande, que se pretende estabelecer uma imprensa no Brasil, mas tal é o fato. Começou o século 19, e ainda os pobres Brasileiros não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homens, nem ainda agora se lhes seria permitido esse bem, se o Governo, que lho proibia, acossado, na Europa, se não visse obrigado a procurar um asilo nas praias da nova Lusitânia³³¹.

³²⁹ CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 383.

³³⁰ CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 383-384.

³³¹ CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 393.

Constantemente preocupado com o progresso e o desenvolvimento, a falta da imprensa, assim como a censura, era também para o redator um obstáculo à difusão das ciências:

Eu quero aqui registrar este fato, para que fique em memória, e omitirei algumas reflexões sobre o Governo Português a este respeito; porque espero que esta lição que os tempos nos oferecem lhes abra os olhos, dando-lhes a conhecer, que só a prosperidade do povo é quem faz a prosperidade do Governo, que quando se põem obstáculos e entaves ao progresso, e propagação das ciências, devem ficar tão raros os homens sábios, que quando o Governo precisa deles, de repente, não os acha³³².

Hipólito conjugava, assim, uma visão que atribuía o estado da produção literária, política e filosófica de Portugal às práticas de censura, que impediam a produção e circulação desses conhecimentos que ele julgava importantes. Nesse sentido, os responsáveis eram, além da Coroa, os próprios censores que não possuíam as Luzes necessárias para julgar as obras que eram colocadas sob sua vigilância. Trata-se de um argumento que responsabilizava mais os ministros envolvidos na administração do Reino do que o próprio Monarca. Afinal, como bem percebeu Carlos Rizzini, “não há neles [comentários de Hipólito], ao longo do Correio, já não direi meras censuras ou restrições, mas a mais leve descortesia a D. João”³³³.

No número de novembro de 1808, Hipólito publicou a transcrição do Decreto de 13 de maio de 1808 que estabelecia a imprensa no Brasil que ficaria submetida ao então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Rodrigo de Sousa Coutinho. Ao comentar o decreto, Hipólito revelava que este infundia “um grande prazer em todos os homens intencionados e amigos da humanidade” e que que nenhum elogio ao dito ministro seria capaz de expressar a “satisfação interna que todos devem sentir, vendo estes esforços para promover a felicidade dos Brasileenses”. Além disso, louvava a escolha do próprio ministro:

³³² CB, vol. I, n. 5, outubro de 1808, p. 393.

³³³ RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 46.

Pede a justiça que eu declare a minha opinião a este respeito, é que, enquanto o Príncipe Regente de Portugal adornar os lados do seu trono com homens tão beneméritos como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, pode estar seguro que o seu nome será estimado pelos estrangeiros e respeitado pelos nacionais³³⁴.

Movido certamente pela sua anterior relação que teve com d. Rodrigo e sua integração ao projeto político do Império luso-brasileiro, Hipólito não poupou elogios ao ministro: “S. A. R. não tem em seu serviço nenhum Ministro, nem mais inteligente, nem mais desinteressado do que d. Rodrigo, e de seu patriotismo não quero outra prova, senão o Decreto que acabei de transcrever”³³⁵.

Nem tudo, contudo, agradava a Hipólito. Apesar da satisfação com a introdução da imprensa no Brasil, restava ainda um incomodo em relação a falta da liberdade de imprensa:

Ainda que as vantagens que resultam à Nação da liberdade da imprensa sejam manifestas, contudo como escrevo para um país onde ela até aqui não se tem gozado, trabalharei um pouco mais para elucidar a matéria, o que porém não pode ser já; e me limitarei neste artigo a fazer ver simplesmente o interesse que nisso tem o Soberano, individualmente falando, para que veja que, se D. Rodrigo favorece, como eu suponho, a introdução da imprensa, mostra com isso a seu lealdade, e amor de seu Soberano³³⁶.

Neste artigo, Hipólito apresentava as vantagens da liberdade de imprensa para Portugal e para o Príncipe Regente. As gazetas inglesas, dizia ele, afirmavam que os ministros portugueses omitiram do regente o movimento das tropas e o avançar do exército francês pela Europa. Prova disso era a precipitação da viagem para o Brasil, justificada, pois “S. A. (Sua Alteza) não sabia da chegada dos Franceses”. Se os ministros não informavam, Hipólito questionava então qual “meio que teria o Soberano de saber de tudo o que se passava, não obstante a ignorância ou a traição do Seu Ministro?”. A resposta para o redator era clara: “Um bem simples, o mesmo que fez com que, aqui na

³³⁴ CB, vol. I, n. 6, novembro de 1808, p. 518.

³³⁵ CB, vol. I, n. 6, dezembro de 1808, p. 518-519.

³³⁶ CB, vol. I, n. 6, dezembro de 1808, p. 519.

Inglaterra, todos, até o mais baixo servente das cozinhas soubessem, o que as mais altas personagens do Governo Português ignoravam. Este meio é a liberdade da imprensa”, definida por Hipólito como “a grande defensora dos Soberanos, que os põem em abrigo dos seus mais cruéis inimigos, que são os aduladores validos”³³⁷. Concluía, então, ao afirmar que “é logo claro, que o Ministro, que trabalha por estabelecer a liberdade da imprensa, favorece o serviço do Soberano, e não o seu em particular, e prova que não tem vistas sinistras”³³⁸.

Entretanto, não eram apenas os maus ministros que atrapalhavam o avanço da liberdade de imprensa em Portugal. Hipólito manifestava seu desgosto com os clérigos, constantemente referidos por ele por “frades”. No número 21, de fevereiro de 1810, o redator noticiava a publicação de uma *Memoria sobre la libertad politica de la imprensa, leida em la Junta de instrucción publica* (1809):

Se o levantar-se em Portugal um ex-frade, como defensor da ignorância deve naturalmente desgostar, como tem desgostado, a todos os homens bons, a todos os vassallos fiéis e a todos os patriotas honrados; não devem estes deixar de ter prazer, vendo que um eclesiástico respeitável da Península imprimiu em Sevilha, na Língua Espanhola, que é tão familiar aos Portugueses, a excelente Memória que anunciamos ao público³³⁹.

A memória fora escrita, contava ele, por D. Jozé Izidoro Morales, cônego da Santa Igreja Metropolitana de Sevilha. Considerando os limites do periódico, Hipólito resolveu que “dando alguns extratos, poderemos com eles mostrar o merecimento deste estimável opúsculo” (CB, vol. 4, n. 21, fevereiro de 1810, p. 179). Dentre os trechos transcritos e traduzidos por Hipólito, ele destaca em um deles o conceito de liberdade de imprensa defendido pelo religioso espanhol:

A liberdade que pode reclamar a imprensa em uma nação, que é ou quer ser ilustre, e que deseja evitar a opressão, e poder arbitrário a que propendem todas as espécies de Governo, mais ou menos; não é a

³³⁷ CB, vol. I, n. 6, dezembro de 1808, p. 519.

³³⁸ CB, vol. I, n. 6, dezembro de 1808, p. 520.

³³⁹ CB, vol. IV, n. 21, fevereiro de 1810, p. 176.

liberdade de imprimir impunemente quanto se queira. Semelhante absurdo, e condescendência com o delito, nem existe em país algum, nem é compatível com algum pacto social. Porém a imprensa pode reclamar outra classe de liberdade, que sendo comum a todas as de mais ações dos homens reunidos em sociedade (as quais a lei não castiga até possam ser delitos), só a imprensa não goza dela na Espanha, e outros Governos da Europa (CB, vol. 4, n. 21, fevereiro de 1810, p. 179).

Na verdade, para o autor traduzido por Hipólito, a liberdade de imprensa não deveria ser irrestrita. Ao contrário, a imprensa, assim como tudo o que é livre na sociedade, estaria igualmente submetida às leis do país. Por isso, o redator transcreveu em seguida as questões que moveram o autor do folheto espanhol:

Convém a liberdade de imprimir debaixo da responsabilidade da Lei, que há de castigar os delitos que possam cometer-se, contra tudo aquilo que estamos obrigados a respeitar? Ou há de continuar a imprensa submetida ao requisito indispensável de um consentimento prévio e permissão do Governo, ou de outra autoridade intermédia do Estado?³⁴⁰.

Para o autor do folheto, a questão não estava em defender que a imprensa devesse estar acima das leis. Tampouco se tratava de permitir a livre difusão de ideias contrárias à ordem estabelecida. O ponto central era outro: já não se podia tolerar a exigência de autorização prévia ou de licença para publicar uma obra.

Na análise desta obra espanhola, Hipólito traduziu um trecho que também responsabilizava os ministros de Estado e apresentava a liberdade de imprensa como um remédio para os males causados por eles:

Os interesses também assim de particulares, como de corporações, podem aumentar esta pluralidade, por outra razão bem clara. Os maus ministros são, e tem sido sempre, muito francos em permitir os abusos, e dotar com eles a todas as corporações e classes do Estado, que os ajudam a manter-se: a liberdade de imprensa pode atacar esses abusos, e ainda que haverá também essa mesma liberdade para a defesa deles, contudo é muito desigual a probabilidade e esperança do triunfo³⁴¹.

³⁴⁰ CB, vol. IV, n. 21, fevereiro de 1810, p. 179.

³⁴¹ CB, vol. IV, n. 21, fevereiro de 1810, p. 180.

O religioso espanhol também considerava os abusos que poderiam advir da própria imprensa. Eram “objectos que se representam expostos a perigos”, como “a doutrina da nossa santa religião, a moral pública, a segurança do Estado e a segurança particular”³⁴². Em virtude novamente do espaço, Hipólito transcreveu então “o último parágrafo do discurso em que se mostram as vantagens da liberdade da imprensa para a religião”:

Aonde se acham de fato mais corrompidas, e relaxadas a religião e a moral pública? Onde se acham mais nulas, com menos influência e energia, e sobretudo mais indefesas, do que nos povos que gemem, e tem gemido debaixo da tirania da imprensa? Que interesse tem o despotismo, seja político, seja religioso, em que a moral conserve a sua virtude, se o déspota de qualquer nome e qualidade que seja, não pode existir senão enquanto a nação se mantém desmoralizada? como consentirá um Governo corrompido, e corruptor, que a religião seja restituída e reintegrada à sua divina independência de todo o poder humano, se ele necessita tê-la subornada, e encadeada a seus pés para que o adule?³⁴³.

Hipólito ainda traduziu outros trechos nos quais o autor espanhol discutia a contribuição da liberdade de imprensa para a questão da segurança do Estado e do próprio indivíduo e o concluiu sua análise do livro aludindo a obra do poeta inglês John Milton (1608-1674):

Em nossa opinião não se podia pintar o despotismo de Napoleão e os efeitos que dele tem que temer a Espanha em cores mais verdadeiras; e suposto que Milton tivesse, na sua obra sobre a liberdade da imprensa, exaurido tudo que se podia dizer de bom na matéria, resta ainda ao Autor o grandíssimo merecimento de ter tratado esta questão, relativamente ao estado atual da Espanha, com mão de mestre, com sentimentos de cidadão honrado, e com os verdadeiros princípios de um eclesiástico sábio, e religioso³⁴⁴.

Não por acaso, nos números de maio e junho de 1810, Hipólito transcreveu e traduziu a *Aeropagítica, fala a favor da Liberdade da Imprensa dirigida ao Parlamento de Inglaterra* de John Milton (1608-1674)³⁴⁵. Havia, é claro, uma influência significativa do contexto político e cultural em que vivia, a Inglaterra no princípio do século XIX, na

³⁴² CB, vol. 4, n. 21, fevereiro de 1810, p. 180.

³⁴³ CB, vol. IV, n. 21, fevereiro de 1810, p. 181.

³⁴⁴ CB, vol. IV, n. 21, fevereiro de 1810, p. 184.

³⁴⁵ CB, vol. IV, n. 24, p. 479; vol. IV, n. 25, junho de 1810, p. 516.

qual já reinava a imprensa livre desde a Revolução Gloriosa. O discurso, publicado em 1644, tratava justamente da liberdade de imprensa por meio da rejeição à censura prévia e inaugurou as discussões modernas acerca do assunto³⁴⁶. As motivações de Milton estavam expostas em seu próprio texto:

Se vós estais assim decididos, pois que o contrário seria injúria pensar de vós, eu não vejo razão para que eu deixe de apresentar-vos um exemplo próprio, em que mostreis tanto aquele amor da verdade, que iminentemente confessais, como aquela retidão de juízo, que não é costume entre vós ser parcial; julgando outra vez a ordem que vós passastes para regular a imprensa; para que nenhum livro, folheto, ou papel se imprimisse daqui em diante sem ser aprovado, ou licenciado por tais, ou pelo menos por um tal, que para isso for nomeado³⁴⁷.

O autor inglês, traduzido por Hipólito, questionava a censura prévia e o argumento de que esta serviria para proteger a religião e a Igreja da Inglaterra. Nas palavras de Milton, com as quais Hipólito certamente concordava, a exigência do licenciamento de livros seria “ótima para desanimar toda a instrução e suspender a verdade, não só desanimando (...), mas impedindo e atalhando as descobertas, que poderiam fazer-se tanto em ciências religiosas, como civis”³⁴⁸. Ao compararmos estas concepções com aquelas expostas por Hipólito nos números anteriores, constata-se a aproximação entre tais argumentos de que a falta da liberdade de imprensa era, sem dúvida, um obstáculo ao desenvolvimento das ciências e ao progresso da sociedade.

Ao longo deste capítulo, apesar da incapacidade de citar todas as obras citadas e analisadas por Hipólito da Costa na seção *Literatura e Ciências do Correio Braziliense*, demonstrou-se a multiplicidade de interesses, de temas e de idiomas dos cerca de 1.800 livros recenseados ao longo dos 29 volumes do periódico. Desde as novidades científicas,

³⁴⁶ Cf. DÍAZ, María Nieves Saldaña Freedom of the Press and Political Energy in John Milton's Areopagitica. *Revista Internacional Pensamiento Politico*, 213, 2007.

³⁴⁷ CB, vol. IV, n. 24, maio de 1810, p. 483.

³⁴⁸ CB, vol. IV, n. 24, maio de 1810, p. 483.

as análises políticas, passando pelos relatos de viajantes e biografias de personagens ilustres, até gramáticas, dicionários e obras sobre o Direito e as Leis, pouco escapou ao redator.

Se, inicialmente, a seção incluía duas ou três obras analisadas de modo mais profundo, a partir de 1811, Hipólito passava a imprimir verdadeiras listas de livros com informações sumárias acerca do título da obra, o sobrenome do autor e com frequência incerta outros dados como preços, formato e local de venda. Havia uma distinção sempre presente entre as obras publicadas na Inglaterra e as publicações portuguesas. Tal distinção se reproduzia de forma gráfica em duas subseções intituladas, com variações ao longo do tempo, de “Novas Publicações em Inglaterra” e “Novas Publicações em Portugal”. Já as obras que eram resenhadas, analisadas e muitas traduzidas estavam em uma outra subseção, cujo título geralmente era o mesmo do livro.

Além disso, parece razoável supor que Hipólito não tinha acesso a todos os livros que citava, afinal muitas das informações advinham dos periódicos. Para as obras publicadas em Portugal, por exemplo, a fonte era a própria *Gazeta de Lisboa*. Ao comentar a publicação *História de Portugal*, ele fazia uma referência ao Editor da Gazeta que tratava da obra:

Saiu à luz: História de Portugal. Neste Epítome, que merece a estima do público, diz o Editor da Gazeta, se descreve concisa, mas elegantemente, tudo o memorável, que os Portugues tem obrado na Europa, África, Ásia e América, desde a entrada dos Cartaginenses na Península, 547 anos antes do nascimento de Cristo até o reinado do Senhor D. João VI. Em 1 vol. Em 8^{vo}. Preço 480 réis (CB, vol. 25, n. 147, agosto de 1820, p. 156).

Desse modo, percebe-se como fundamental a conexão entre a leitura de periódicos tanto estrangeiros quanto portugueses para o acesso de Hipólito aos livros que saíram a luz em Portugal e em outros países. Essa conexão também era importante para as outras seções do periódico. Exemplar nesse sentido é que quando explode o movimento

constitucional do Porto em 1820, o redator passou a publicar documentos, cartas, proclamações, decretos e transcrições dos debates das Cortes cujo acesso acontecia a partir do que era impresso na *Gazeta de Lisboa*.

Neste contexto, a partir de 1820, evidencia-se a conexão entre os acontecimentos políticos do mundo luso-brasileiro e os comentários e análises de livros e impressos. Nos números finais, surgem anúncios curtos e muito sucintos de obras impactadas pela Revolução do Porto como de “*Versos por ocasião do regosijo publico pelo nova Constituição*” e “*Sentimentos de Amor e Reconhecimento ao Supremo Governo do Reyno*”³⁴⁹.

Além disso, diminuem as citações de obras inglesas e crescem o número de referências a obras portuguesas. As listas de obras inglesas não desapareceram, mas passaram a ocupar no mínimo uma ou duas páginas. É certo que a diferença de volume entre elas, antes notável, agora diminuiu. Neste contexto, a partir da década de 1820, obras de literatura de diversão, romances e tragédias, ocupavam cada vez menos espaço e cediam lugar à obras políticas e jurídicas que tratavam dos acontecimentos da época.

³⁴⁹ CB, vol. XXV, n. 150, nov. 1820.

PARTE II

LINGUAGENS POLÍTICAS EM DISPUTA

CAPÍTULO 3

HIPÓLITO DA COSTA E JOSÉ DA SILVA LISBOA:

TENSÕES NA ECONOMIA POLÍTICA LUSO-BRASILEIRA

Nos números do *Correio Braziliense* de maio de 1809 e dezembro de 1810, Hipólito da Costa comentou três obras de José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu, escritas e publicadas no calor dos acontecimentos que tinham lugar no Rio de Janeiro após a chegada da Corte portuguesa em 1808³⁵⁰. Uma leitura atenta das análises do redator do periódico publicado Londres, cotejada com os originais das obras de Silva Lisboa e com a historiografia, permite refletir sobre as *linguagens políticas* manejadas por ambos na construção de seus discursos. Não se trata, entretanto, de julgar se um deles se alinhava mais aos *ventos renovadores* das Luzes ou se o outro permanecia vinculado às tradições do Antigo Regime. Pelo contrário, buscam-se revelar as *nuances* de seus pensamentos e as *linguagens* presentes em seus textos.

JOSÉ DA SILVA LISBOA NAS PÁGINAS DO *CORREIO BRAZILIENSE*

A primeira referência a uma obra de José da Silva Lisboa nas páginas do *Correio Braziliense* ocorreu em maio de 1809, quando Hipólito da Costa trouxe a luz a primeira parte de sua análise sobre as recém-publicadas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil*, saídas dos prelos da Impressão Régia no Rio de Janeiro no ano anterior. No início da análise, o redator revelava sua satisfação em anunciar uma obra impressa no

³⁵⁰ O debate entre Hipólito da Costa foi citado, ainda que não profundamente, em: CARDOSO, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História*, 54, 2008. p. 10 e seguintes. PEREIRA, Miriam Halper. Coroa, Império e Nação (1807-1834). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171(447), abr./jun. 2010. p. 56-57. ALMEIDA, Paulo Roberto de. O intelectual Hipólito José da Costa como pensador econômico. In: AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: Ensaio de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.

Brasil: “É com prazer além de ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil. Já no Brasil se imprime!”. A alegria, contudo, não impediria Hipólito de dar a sua opinião, “ainda quando oposta” à do autor da obra³⁵¹.

O redator do *Correio* estranhava, de início, um dos princípios expostos no “Prólogo” da obra de Silva Lisboa, no qual se afirmava que, ao discutir atos do Governo, oriundos de profunda deliberação dos conselhos soberanos, não fazia parte do “decoro civil, que encontre posição ainda só de pareceres, sem a evidência dos prejuízos, demonstrados por fatos decisivos e não por conceitos arbitrários, e obstinado aferro a sistemas errôneos, caducos, ou impertinentes na crise atual”³⁵². O estranhamento de Hipólito devia-se, em suas palavras, ao fato de estar “habituação a ver em Inglaterra discutir publicamente as medidas do Governo”, o que inclusive resultava em bens para a Nação. Recebia, então, “de muito mau grado este princípio, que aqui se insinua, de extrema submissão às opiniões do Governo”³⁵³.

Hipólito utilizou como exemplo a assunção do próprio Silva Lisboa de sua participação na elaboração da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que abria os portos às nações amigas, proclamada logo após a chegada do Príncipe-regente ao Brasil. O redator questionava que se não fosse permitido discutir os atos do Governo e de seus conselheiros, considerados infalíveis, “qual virá a ser o estado da nação onde o conselheiro for ignorante, ou malicioso?”³⁵⁴. Tal era, para Hipólito, um dos grandes problemas das nações onde não havia liberdade de imprensa:

Justamente o estado de quase todas as nações onde não há a liberdade de falar e escrever; isto é, a nação não prospera; porque os dons e vantagens a natureza são poucos para reparar os erros do Governo; e porque se alguém descobre o remédio ao mal, não lhe é permitido o indicá-lo³⁵⁵.

³⁵¹ CB, vol. II, n. 12, p. 475.

³⁵² *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1808. Prólogo, s.p.

³⁵³ CB, vol. II, n. 12, p. 475.

³⁵⁴ CB, vol. II, n. 12, p. 475.

³⁵⁵ CB, vol. II, n. 12, p. 475.

Ainda assim, o redator mostrava sua “mais decidida aprovação” à proposição de Silva Lisboa acerca da abertura dos portos. Afinal, esta era “uma verdade de primeira evidência, que o Autor poderia estender a grande distância”³⁵⁶. Em seguida, Hipólito reproduzia trechos nos quais Silva Lisboa refutava argumentos provavelmente apresentados por opositores da medida de liberdade do comércio brasileiro, sobretudo àqueles referentes a concorrência estrangeira. Nas palavras publicadas nas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil*, o autor afirmava que “os estrangeiros não nos fariam nociva concorrência, pois, decerto, não nos trariam os gêneros de que não carecemos”, uma vez que “os negociantes, que por via de regra bem entendem os seus interesses, não fariam, e de longe, tão ineptas e ruinosas especulações”³⁵⁷. O redator do *Correio*, por seu turno, acreditava que tal regra tinha exceções, que não foram descritas pelo autor em sua obra, ainda que “os seus conhecidos talentos nos fazem supor que lhe não esqueceriam ao tempo em que escrevia”³⁵⁸.

Outro dissenso de Hipólito em relação à obra de Silva Lisboa encontrava-se na descrição sobre comércio do Brasil, considerado pelo autor como “mecânico, rotineiro e apoucado” e conectado apenas com dois portos do Reino: Lisboa e Porto. A conclusão, para o futuro Visconde de Cairu, era de que se ignorava “o comércio do mundo” e somente a “franqueza do comércio estrangeiro” poderia remover “tão grandes embaraços”³⁵⁹. Ao comentar este trecho, Hipólito destacava que o autor passava “em silêncio as causas e autores desses males” com o objetivo de demonstrar que a “concorrência de estrangeiros

³⁵⁶ CB, vol. II, n. 12, p. 476.

³⁵⁷ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 13.

³⁵⁸ CB, vol. II, n. 12, p. 476.

³⁵⁹ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 16.

dará aos Brasileiros a vantagem do bom preço nas suas vendas, e nas suas compras, como efeito necessário da concorrência”³⁶⁰.

A segunda parte da análise de Hipólito foi publicada no número de julho de 1809 e começava com uma discussão acerca da preferência pelos ingleses no comércio internacional do Brasil. Silva Lisboa havia escrito, reproduzido pelo redator: “se a franqueza do comércio com todas as nações é útil no Brasil, ele é impreterível com os Ingleses, por necessidade, interesse, política e gratidão nacional”. Ora, para o redator em Londres, tal asserção parecia pouco coerente, pois, em suas palavras, não era

fácil perceber o motivo, porque o autor, depois de haver demonstrado, em geral, que se devia permitir a todas as nações estrangeiras a comerciar com o Brasil; se ocupe agora tão de propósito a demonstrar uma proposição incluída naquela; que se deve permitir os Ingleses o negociar no Brasil³⁶¹.

Era opinião de Hipólito que essa afirmativa de Silva Lisboa só fazia sentido no caso da existência de “um partido no Brasil, que seja contrário ao franqueamento do comércio daquele país com a Inglaterra”. Caso existisse, continuava ele, era “composto de pessoas ou mui ignorantes, ou mal-intencionadas”, uma vez que não havia “dúvida que se deve patentear o comércio do Brasil aos Ingleses, e às outras nações”.

Para desenvolver o argumento de que o comércio do Brasil com a Inglaterra era fundamental, Silva Lisboa mostrava, segundo Hipólito, o progresso do país insular na agricultura, nas artes e no comércio, o que por si já justificaria a importância das relações comerciais. Os ingleses não apenas consumiriam mais que as outras nações, como também contribuíram para ilustrar o Brasil “com as suas luzes nestes diferentes ramos de civilização”³⁶². Para Hipólito, o argumento de Silva Lisboa poderia ter efeito contrário do pretendido pelo autor, pois “como o interesse do comprador está na razão inversa do

³⁶⁰ CB, vol. II, n. 12, p. 477.

³⁶¹ CB, vol. III, n. 14, p. 49.

³⁶² CB, vol. III, n. 14, p. 50.

vendedor”, seria possível que “à vista do muito que os Ingleses sabem tirar partido do comércio, se amedrontem os negociantes do Brasil de negociar com eles”³⁶³.

Para argumentar em prol da preferência do comércio com os ingleses, Silva Lisboa citava o exemplo dos Estados Unidos da América:

Em consequência das estreitas relações mercantis dos Estados Unidos com os Ingleses, além dos benefícios gerais do comércio com os mais povos, até o presente a maior conhecida, não é de admirar, que o respectivo Governo pudesse dar ao Público o autêntico Extrato seguinte da Riqueza Nacional³⁶⁴.

Propositalmente, nos trechos seguintes da análise à obra de Silva Lisboa, Hipólito demonstrava como os Estados Unidos se beneficiaram do aumento da população por meio da imigração e comparava com a situação do Brasil: “O clima e terreno do Brasil, geralmente falando, é muito melhor que o dos Estados Unidos, mas há no Brasil os mesmos atrativos para uma imigração que os Europeus encontram nos Estados Unidos?”. Afinal, todas as riquezas naturais do Brasil eram inúteis “quando não há braços que recolhem os bens que a natureza patenteia”. Dentre os atrativos para imigrantes dos Estados Unidos que não possuíam equivalentes no Brasil estava justamente a organização da sociedade:

Nos Estados Unidos não há monopólio algum de diamantes, de pau Brasil, de cartas de jogar, de urzela, etc., não há privilégios de qualidade alguma para ninguém; não há direitos alguns de exportação; mas pelo contrário há tal diferença de direitos de tonelada, entre os navios nacionais, e estrangeiros que dão uma decidida vantagem aos seus. Donde se segue, que o grande comércio, que fazem com a Inglaterra, e que é muito útil aos Ingleses, é consequência, e não causa primária da prosperidade dos Estados Unidos³⁶⁵.

Outro argumento utilizado por Silva Lisboa para justificar a preferência dos ingleses no comércio do Brasil foi o da existência de uma reciprocidade de interesses e

³⁶³ CB, vol. III, n. 14, p. 50.

³⁶⁴ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 47.

³⁶⁵ CB, vol. III, n. 14, p. 52.

vantagens naquelas relações comerciais. Citava, por isso, um ato do Parlamento de 11 de março daquele ano que ordenava a admissão dos gêneros produzidos na América portuguesa por embarcações inglesas ou de tripulação portuguesa. Disso concluía Silva Lisboa que “é claro estar estabelecida a reciprocidade dos interesses de ambas as nações, quanto era possível nas atuais circunstâncias”³⁶⁶.

Hipólito discordava dessa hipótese e afirmava categoricamente que “não há reciprocidade alguma de vantagens entre o comércio dos Negociantes Brasileiros em Inglaterra, e o comércio dos Ingleses no Brasil”. Fazia uma crítica à Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, publicada na Bahia e que inaugurava as transformações implementadas pelo Príncipe Regente no Brasil. O documento, geralmente conhecido como a “abertura dos portos às nações amigas”, nas palavras de Hipólito, admitia ao comércio do Brasil “os vasos ingleses sem fazer distinção dos nacionais, quanto aos direitos que tem de pagar”, o que não ocorria na Inglaterra, onde “os direitos sobre os vasos do Brasil são, como devem ser, muito maiores que os nacionais”. Além disso, seriam admitidos no Brasil todas as mercadorias inglesas, sem exceção, enquanto “em Inglaterra se não admitem alguns dos produtos do Brasil que formavam o principal ramo de suas exportações, tal é o açúcar, e o café por exemplo”³⁶⁷.

Era fundamental, para o redator, corrigir o engano de Silva Lisboa, pois provinha de “um homem que tem influência na Junta do Comércio do Rio de Janeiro” e cuja opinião poderia ser de “grande consequência no tratado de comércio, que se vai a formar entre as duas nações”³⁶⁸.

Os trechos sugerem, com a contextualização adequada, uma série de reflexões. Primeiramente, Hipólito, ao citar a carta de abertura dos portos, atacava diretamente ao

³⁶⁶ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. p. 17, grifos no original. p. 52.

³⁶⁷ CB, vol. III, n. 14, p. 53.

³⁶⁸ CB, vol. III, n. 14, p. 53-54.

próprio Silva Lisboa. É amplamente documentado pela historiografia sua participação e influência na redação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808³⁶⁹. No Prólogo das *Observações sobre o Comércio Franco no Brazil*, o autor testemunhava sua participação nestes acontecimentos: “tendo participado da honra de concorrer para a dita Resolução Soberana, sendo ouvido em qualidade oficial do meu Emprego, a equidade exige indulgência à sustentação de princípios”³⁷⁰. Também seu filho, Bento da Silva Lisboa, décadas depois, registraria a participação do pai na medida:

Aportando aquele soberano à Bahia, Silva Lisboa aproveitou-se da amizade, que tinha com D. Fernando José de Portugal, depois marquês de Aguiar, para lhe indicar necessidade de abrir os portos a todas as nações amigas da coroa de Portugal; e apesar da forte oposição, que então se fez, tal foi a força dos seus argumentos, que aquele fidalgo cedeu às suas persuasões, e fez com que o príncipe publicasse a carta régia de 21 de janeiro de 1808, que liberalizou aquele máximo benefício à nação³⁷¹.

Além disso, Hipólito revelava conhecimento, em primeira mão, das negociações entre Lord Strangord, representante da Inglaterra, e Rodrigo de Sousa Coutinho, que representava o Príncipe D. João, para o Tratado de Comércio que seria assinado no ano seguinte, em 1810. É preciso ressaltar que o redator do *Correio Braziliense* não discordava das relações próximas com a Inglaterra. Ao contrário, ele afirmava que “todo o mundo conhece que a Inglaterra é a potência mais adequada para ter uma íntima amizade, e aliança com o Brasil”. Tal relação, para ele, estava longe de se restringir ao plano econômico, uma vez que a experiência inglesa poderia ensinar ao Brasil não só a

³⁶⁹ Cf. CARDOSO, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História*, Lisboa, n. 54, 2008. ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996. Ver, especialmente, o Capítulo 1, “A obra de Cairu na historiografia”, p. 13-32.

³⁷⁰ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1808, s.p.

³⁷¹ LISBOA, Bento da Silva. Biographia dos Brasileiros Illustres pelas Sciencias, Letras, Armas e Virtudes. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, n. 3, 3º. Trimestre de 1838. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. p. 186-187.

“organizar as suas instituições políticas”, como também “a dirigir suas operações comerciais, a dispor e tirar vantagem dos seus recursos de finanças”³⁷².

Ainda que não discordasse da utilidade das relações políticas econômicas entre Brasil e Inglaterra, na visão de Hipólito, havia termos que deviam ser seguidos. Em que pesem os sacrifícios inerentes às negociações das relações exteriores, ele acreditava que “a honra, a independência nacional nunca deve ser sacrificada”, pois era “melhor ser colônia do que aliado de uma potência, que sem permissão do governo manda guarnecer-lhe as praças”³⁷³. Afinal, concluía ele, “como colônia, este ato é de justiça, como nação independente, é ignominioso”. Dessa reflexão decorria a justificativa da aliança com a Inglaterra, pois o que a França propunha, segundo Silva Lisboa, era “a universal *conquista e dominação*”, enquanto a Grã-Bretanha oferecia “*comércio e riqueza*”³⁷⁴.

Encerrava a análise das *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* um elogio de Hipólito da Costa às justificativas de Silva Lisboa sobre a preferência da aliança com os ingleses e com as reflexões acerca da França napoleônica. Dizia o redator do Correio Braziliense que “o autor é tão feliz em seus raciocínios quanto é justa a causa que defende; mas não diremos nada a esse respeito, pela pouca conexão que isso tem com o comércio franco do Brasil”, e emendava: “pelo qual nós entendemos o comércio com todas as nações, e não só com a Inglaterra”³⁷⁵.

Referências às obras de José da Silva Lisboa reaparecem no número de dezembro de 1810 do *Correio Braziliense*, quando Hipólito da Costa publicou sua análise sobre as *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brazil* (1810), recém-saídas dos prelos da Impressão Régia do Rio de

³⁷² CB, vol. III, n. 14, p. 54.

³⁷³ CB, vol. III, n. 14, p. 54.

³⁷⁴ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. Citado em CB, vol. III, n. 14, p. 55, grifos no original.

³⁷⁵ CB, vol. III, n. 14, p. 55.

Janeiro. A análise principiava justamente com uma referência aos objetivos da obra na visão do redator. Tratava-se de “justificar para o público a necessidade destas novas medidas”, como a abertura do Brasil ao comércio exterior e a permissão da instalação de indústrias e manufaturas. Para o redator, tais medidas haviam encontrado oponentes, sobretudo os “monopolistas e interessados nesses entraves, que legalmente se opunham aos louváveis esforços dos indivíduos”³⁷⁶. Hipólito afirmava ainda que José da Silva Lisboa havia sido incumbido deste trabalho por um decreto do Príncipe Regente de 23 de fevereiro de 1810, que criava no Brasil uma cadeira de estudos de Ciência Econômica e nomeava como titular o futuro Visconde de Cairu. O redator também lembrava que o esforço havia começado com a obra analisada primeiro sobre o comércio franco no Brasil.

Ao começar por comentar a dedicatória de Silva Lisboa, repleta de elogios ao Príncipe Regente, ao seu governo e ao ministério que compôs no Brasil, Hipólito retomou a crítica, feita na obra anterior, sobre o excesso de “louvores”. Com seu conhecido toque ácido, o redator afirmava que “se o Autor nesta obra se propôs a mostrar ao Mundo, a grandíssima liberdade que há no Brasil de falar a bem, e elogiar os Ministros, e o Governo, sem dúvida conseguiu o seu fim”. Destacava, ainda, que na obra, não havia “página em que não se encontrem profusos louvores”, o que tornava evidente que não havia “excesso de lisonja que possa nausear aquelas pessoas; nem a sua modéstia os fará corar; por mais que em sua presença se lhes entoem hinos de louvor”³⁷⁷.

Nesse sentido, Hipólito atacava os primeiros elogios feitos por Silva Lisboa à administração no Brasil no que se referia a transferência direta da “mesma organização civil de Lisboa”, que criava a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Casa da Suplicação, o Erário Régio, o Conselho da Fazenda, o Conselho

³⁷⁶ CB, vol. V, n. 31, p. 604.

³⁷⁷ CB, vol. V, n. 31, p. 605.

Supremo Militar e a Junta de Comércio³⁷⁸. Na obra, Silva Lisboa chamava a atenção para o fato de que esses órgãos passaram por adaptações e melhorias uma vez que haviam sido estabelecidos com “plano melhorado por princípios luminosos e adequados aos objetos de sua original instituição, e com prospecto de maior utilidade ao Serviço”³⁷⁹. Hipólito discordava frontalmente e questionava se, de fato, a instalação destes estabelecimentos constituía um benefício ao Brasil. Longe de garantirem a “unidade ao sistema” de que falava Silva Lisboa, para o redator, os órgãos eram “pesados no reino” e “inúteis ao Brasil”, o que já havia sido “asseverado pela maior e melhor parte dos historiadores do Reino que uma das causas da decadência do Reino foi o estabelecimento dos tribunais no tempo d’El Rei D. João III”. Por tudo isso, ele concluía que a “introdução desta medida no Brasil, não é um favor que os povos tenham que agradecer ao Governo”³⁸⁰.

Nas *Observações sobre a Prosperidade do Estado...*, Silva Lisboa destacava o Conselho Supremo Militar como um dos exemplos das instituições que sofreram melhorias com a transmigração para o Rio de Janeiro, pois se “avantajava do Conselho de Guerra de Lisboa”³⁸¹. Nada parecia mais longe da verdade na visão de Hipólito, que contextualizava que a instituição original havia sido criada em 1643 em meio à Guerra de Restauração com a Espanha e servia para arregimentar os soldados e generais. A situação do Brasil não poderia ser mais diferente, salientava o redator, uma vez que a quantidade de tropas era tão insignificante, que “o simples General em chefe com dois oficiais de secretaria, bastam para o expediente das patentes, promoções, e outros negócios de pouca monta, que um pequeno número de tropas exige”. Afinal, o “Brasil está quase em paz” se comparado ao momento de criação do Conselho. À vista disso, ele considerava o

³⁷⁸ CB, vol. V, n. 31, p. 605.

³⁷⁹ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brazil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 12.

³⁸⁰ CB, vol. V, n. 31, p. 606.

³⁸¹ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brazil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 12.

Conselho Supremo Militar, com todos os secretários e funcionários, “um peso nas finanças do Brasil, que faz ao povo um mal muito maior, do que podem ser úteis os serviços que tal tribunal pode fazer”³⁸².

Ao tratar das novas medidas relacionadas ao comércio, Silva Lisboa não poupava elogios ao Príncipe Regente:

Tenho dito (e nunca assaz repetirei) que, pelo benefício da Franqueza do Comércio, que S. A. R. concedeu na imortal Carta Régia de 28 de Janeiro de 1808, os habitantes deste Estado devem levantar um Monumento de eterna gratidão ao mesmo Augusto Senhor; consagrando-lhe os justos Títulos de *Salvador do Brasil*, e *Libertador dos Portos*³⁸³.

Hipólito, novamente, acreditava que a citação, também reproduzida nas páginas do *Correio Braziliense*, expressava “sentimentos” do autor que “envolviam os mais errados princípios da moral”, pois, na verdade, a liberdade do comércio e da indústria representava a correção de uma injustiça para com os habitantes do Brasil. Por isso, “permitindo o Governo do Brasil, que os Brasileiros usassem de seu direito de comerciar, não lhes fez nenhum bem positivo, simplesmente se absteve de cometer um crime, que até aqui se praticava”. E exemplificava: “o salteador de estradas, que vive de cometer atos criminosos, invadindo os direitos dos viajantes, extorquindo-lhes os seus bens; quando deixa de continuar nos seus roubos, abstem-se de cometer crimes”, o que não gerava “uma ação boa positiva, que mereça elogios e gratidão desmesurada”³⁸⁴.

Havia para Hipólito ainda outro argumento que confrontava com a perspectiva de Silva Lisboa sobre a gratidão ao Príncipe-Regente, expressão de uma *linguagem* típica do Antigo Regime. O redator do periódico publicado em Londres salientava que, quando D. João e sua Corte partiram de Lisboa com destino ao Rio de Janeiro, os franceses tomaram

³⁸² CB, vol. V, n. 31, p. 606.

³⁸³ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 20, grifos no original.

³⁸⁴ CB, vol. V, n. 31, p. 608.

os portos de Lisboa e Porto, utilizados para o comércio colonial do Brasil. Logo, “não podendo o Governo obter dali o que precisava, necessariamente havia recorrer aos outros portos, sob pena de se reduzir à última penúria”. Foi inevitável, naquela ocasião, recorrer à Inglaterra e por isso, Hipólito considerava que a medida de abertura comercial era igualmente imprescindível, sem a qual o Governo no Brasil “pereceria”. Por isso, asseverava o redator: “não sei que o povo fique obrigado a tão estranha gratidão ao Governo, por este adotar uma linha de conduta, que era necessária para conservar a sua existência, como governo, e como indivíduos”³⁸⁵.

Nas *Observações sobre a Prosperidade do Estado...*, o autor também destacava as medidas de D. João relacionadas ao desenvolvimento do comércio interno, que acontecia entre as diferentes regiões do Brasil. No *Correio Braziliense*, Hipólito reproduziu uma longa citação que resumia o argumento de Silva Lisboa:

É notório que S. A. R. para dar complemento ao plano de franqueza do Comércio exterior e interior, reconhecendo a suma importância da atividade do trato das povoações centrais, que não depende de Sistemas e caprichos dos outros Governos, nem é sujeito à corsos do inimigo, nem exposto aos perigos marítimos; Tem Resolvido abolir vários obstáculos da Circulação dos produtos, braços, e animais necessários ao trabalho, alimento, e cômodos da vida, quando seja compatível com as necessidades do Estado, tirando ou diminuindo os Registros, e Direitos da Passagem dos escravos, gado, ferro, sal, etc. que estorvando o giro, e encarecendo tais artigos, diminuem a soma das riquezas, encurtam o suprimento do povo, e impossibilitam maior coleta nos ramos mais importantes do geral consumo³⁸⁶.

No parágrafo seguinte igualmente transcrito por Hipólito, Silva Lisboa chamava a atenção para as dificuldades, consideradas por ele “quase insuperáveis”, que se impunham aos “melhoramentos” do comércio interno no Brasil, agravadas pelas demandas de recursos do Erário em outras áreas e pelo desfalque das rendas existentes. Estes problemas, segundo o autor, atrasavam a prosperidade pública, que deveria ser coerente com a época

³⁸⁵ CB, vol. V, n. 31, p. 608-609.

³⁸⁶ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 30.

da “liberal polícia e fácil comunicação dos povos e do cômodo transporte dos produtos da geral indústria a todas as partes deste continente”, o que seria alcançado com a suspensão de “quaisquer taxas, óbices, embargos e violências de autoridade arbitrária”³⁸⁷.

Era opinião do redator do jornal que a passagem retirava “toda a dúvida” sobre a “existência dos males públicos no comércio interior do Brasil”. Ao mesmo tempo, as soluções apresentadas por Silva Lisboa na obra não convenciam a Hipólito, que questionava “se *as violências de autoridade arbitrária*, de que o Autor se queixa, existissem somente em consequência de abusos antigos, que o Governo procurasse emendar por nova legislação; então, deduziríamos daqui esperanças de melhora”. Contudo, ele não enxergava “essas reformas necessárias”, capazes impedir o livre comércio interno. Ao contrário, citava exemplos de disposições que implementavam novas proibições no interior do Brasil, como os Alvarás de 1º de setembro e de 8 de novembro de 1808, que proibiam, respectivamente, a realização de transação financeira com uso de ouro em pó e a circulação de *pesos* espanhóis nas Minas Gerais. Deste modo, ficava a província “privada de fazer permutações do gênero mais precioso que tem, e da única prata que podem ter, que é a dos pesos espanhóis”³⁸⁸.

Ora, para Hipólito, diversamente do que argumentava Silva Lisboa, a legislação impunha novas restrições e amarras, oriundas das “ideias mesquinhas, que têm os homens de influência da Nação, a respeito da liberdade do Comércio e da Indústrias”, o que revelava o engano do autor em “esperar de tais pessoas os melhoramentos que se necessitam”. Prova disso é a precipitação que tinha lugar na adoção de tais medidas. O redator do *Correio Braziliense* detalhava que o Alvará de 1º de setembro, sobre a proibição do ouro em pó, foi rapidamente revogado em 8 de novembro do mesmo ano e

³⁸⁷ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 30-31.

³⁸⁸ CB, vol. V, n. 31, p. 610-611, grifos no original.

satirizava: “Assim uma legislação, se chama perpétua, é revogada por outra perpétua, dois meses depois”. As razões disso, continuava ele, eram justamente os arbítrios e ignorância do Ministro de Estado, que frequentemente legislava sobre matéria que desconhecia e que consultava apenas algum amigo, que também era ignorante do assunto, resultando em “um cego guiando outro cego”. Ainda assim, para Hipólito, as leis eram obedecidas, pois traziam as palavras “quero, mando, é minha vontade; não passe pela chancelaria sem embargo da ordenação em contrário, etc.”, que faziam “ao vassalo obedecer, quando se acha a assinatura do Soberano anexa”, afinal, “o respeito ao Imperante”, a despeito de como ela havia sido obtida, “exige obediência, e deve ser obedecida tal legislação”³⁸⁹.

Outro assunto fundamental abordado na análise do *Correio Braziliense* são as observações feitas por Silva Lisboa sobre as vantagens do funcionamento do Banco do Brasil, que havia sido fundado em outubro de 1808 pelo Príncipe-regente. Escrevia ele:

Mas, para se acautelarem os extravios dos Reais Direitos, facilitar pagamentos, e se prevenirem as faltas de numerário, que as urgências da guerra, ou as circunstâncias do comércio podem ocasionar, S. A. R. tem Ordenado expedientes, e regulamentos próprios a esse fim, Criando um Banco real; que, sendo bem administrado, como em Inglaterra, equivale às ricas minas, e é Potosí de imensa riqueza; pois dará à Nação um Crédito Público inesgotável, para constituir ativos rendosos todos os pecuniários, antes mortos e improdutivos, por falta de emprego útil³⁹⁰.

Hipólito não poderia discordar mais e registrava sua indignação. Para ele, era impossível o Banco produzir um “crédito inesgotável” em virtude da “pouca confiança que pode ter em um Banco cujos privilégios fundamentais são invadidos” por alguns acontecimentos recentes noticiados em seu periódico que serão discutidos na próxima seção.

Finalmente, Hipólito registrava as opiniões de Silva Lisboa sobre as medidas do Príncipe-regente em relação à instrução no Rio de Janeiro. O assunto era de primeira

³⁸⁹ CB, vol. V, n. 31, p. 611.

³⁹⁰ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 50-51.

importância, afinal, referindo-se a Adam Smith, o futuro Visconde do Cairu asseverava: “Smith observa que, um povo instruído é sempre mais obediente e morigerado, do que um ignorante e estúpido”, uma vez que “quanto ele tem mais luzes, tanto é menos exposto às ilusões do entusiasmo e superstição, e tanto é mais capaz de ver as queixas interessadas da facção e sedição, se não se precipita a fatos de insubordinação e revolta”³⁹¹. Em seguida, passava em revista às medidas do Governo como o incentivo aos estudos públicos de diferentes áreas, como Belas Letras, Matemática e Filosofia, e a realização de experimentos científicos de eletricidade e galvanismo pelo médico britânico Dr. Gardner³⁹². Concluía Silva Lisboa que “os peitos se refrescarão de esperanças, e o povo louva afetuosamente a seu Príncipe, que assim lhe Faz ver prodígios da Natureza e invenções dos homens, de que antes nem tinha ideia”³⁹³.

Enquanto o futuro Visconde de Cairu se mostrava maravilhado com as mudanças implementadas, o redator do *Correio Braziliense* questionava se havia veracidade suas palavras:

O Leitor decidirá, se o nosso Autor fala aqui sério, ou se introduz engenhosamente a ironia: nós refletiremos unicamente, que pela palavra Príncipe, julgamos, que ele entende o Governo; ao menos nós sempre assim o entendemos, quando censuramos as medidas públicas³⁹⁴.

No mesmo número do *Correio Braziliense*, Hipólito da Costa analisava as *Observações sobre a franqueza da Industria e Estabelecimento das Fábricas no Brazil* (1810), a última das três obras publicadas por José da Silva Lisboa na Impressão Régia do Rio de Janeiro sobre as ações e medidas do Príncipe-regente no Brasil. Esta obra fazia

³⁹¹ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brazil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 74.

³⁹² Referência a Daniel Gardner que foi nomeado para Cadeira de Química da Academia Real Militar pelo decreto de 6 de julho de 1810. Cf. SANTOS, Nadja Paraense dos & FILGUEIRAS, Carlos A. L. O primeiro curso regular de Química no Brasil. *Química Nova*, vol. 34, no. 2, 2011.

³⁹³ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brazil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 76.

³⁹⁴ CB, vol. V, n. 31, p. 613.

referência a uma das mais significativas transformações do estatuto colonial do Brasil depois da abertura dos portos: a revogação do antigo Alvará de 5 de janeiro de 1785 que proibia a instalação de manufaturas na América portuguesa³⁹⁵. O Alvará de 1º de abril de 1808 reconhecia as indústrias e manufaturas como fontes de riqueza e rompia com uma perspectiva essencialmente ruralista, característica dos pensadores fisiocratas: “desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria”, o Príncipe Regente era “servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil e nos meus Domínios Ultramarinos”. Frisava ainda que seria “lícito” aos vassallos “estabelecer todo o gênero de manufaturas, sem excetuar alguma, fazendo os seus trabalhos em pequeno ou em grande, como entenderem que mais lhe convém”³⁹⁶.

No Prólogo da obra, Silva Lisboa assumia ser motivado pelas novas legislações acerca da indústria no Brasil:

Depois da Nova Legislação do Alvará de 1º de Abril de 1808, que deu Franqueza à Indústria deste Estado do Brasil e do Alvará de 28 de Abril de 1809 que fixou os direitos, e favores devidos aos industriais eminentes, distintos, e comuns conciliando os recíprocos e insolúveis interesses da Mãe-Pátria, e Filha, é notório que não tem havido concórdia de opiniões sobre os meios mais oportunos para se animarem e promoverem os estabelecimentos de Fábricas³⁹⁷.

O autor explicitava, dentre outras coisas, que pretendia demonstrar seis proposições, que foram igualmente reproduzidas por Hipólito da Costa em sua análise no *Correio Braziliense*: a necessidade de seguir o exemplo do governo dos Estados Unidos em

³⁹⁵ Sobre conexão entre a obra e a revogação do Alvará, ver: CARDOSO, José Luís. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, 2002. Sobre o Alvará de 1785, referências incontornáveis são a reflexão empreendida em NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1979 e em A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 33, n. 67, 1966.

³⁹⁶ Alvará de 1º de Abril de 1808. Permite o livre estabelecimento das fabricas e manufacturas no Estado do Brazil. *COLLEÇÃO das Leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 10.

³⁹⁷ *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, s.p.

relação às fábricas; a prioridade para instalação de fábricas que se associassem à agricultura, comércio e navegação, e não as chamadas “fábricas refinadas e de luxo” que teriam lugar na Europa; a inconveniência de concessão de privilégio exclusivos aos inventores de novas máquinas; o distanciamento do espírito de rivalidade na instalação de fábricas, pois diminuiria a importação estrangeira, o que diminuiria a exportação; e, finalmente, a defesa do “Princípio da Franqueza da Industria” que, assim como o do comércio, contribuiria para o progresso do Brasil³⁹⁸.

Silva Lisboa concebia uma relação íntima entre a liberdade do comércio e a liberação para instalação das indústrias no Brasil e registrava sua posição em relação à liberdade econômica e se afastava dos princípios mercantilistas. Escrevia ele que o “Sistema Mercantil predominante na Europa tinha ocasionado muitas restrições, e monopólios de mil títulos e pretextos, contra o progresso da civilização”. O remédio oferecido pela franqueza do comércio livrava o Brasil da “letargia do geral trabalho”, mas ampliava as exportações, o que gerava o subsequente crescimento das rendas públicas. Por isso, o autor alimentava as esperanças de que o mesmo se desse com a liberdade da indústria, que deveria concorrer para a “glória do Paternal Governo do Príncipe Regente Nosso Senhor”³⁹⁹.

Hipólito resumia os requisitos essenciais para o estabelecimento de fábricas no Brasil citados por Silva Lisboa, como os capitais investidos, a população, a abundância de matérias-primas, os preços em relação aos produtos estrangeiros, a difusão da inteligência, a franqueza do comércio e os privilégios dos inventores. O autor das *Observações sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil* passava em revista as obras de economistas, que concluíam que não deveriam ser

³⁹⁸ Cf. *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil* por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, s.p. Ver também CB, vol. V, n. 31, p. 614.

³⁹⁹ Cf. *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil* por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, s.p.

fomentadas manufaturas no Brasil, ao que ele reagia com uma ressalva sobre as manufaturas semelhantes às da Europa. Para Silva Lisboa, a instalação de fábricas “em grande e semelhantes às da Europa”, o Estado teria “graves perdas”, como os direitos das matérias-primas e a exportação de obras manufaturas, bem como deixaria de receber os tributos sobre os gêneros importados dos estrangeiros, que perderiam em concorrência com as manufaturas nacionais, “supondo-se melhores, ou mais baratos do gosto do povo”. O Erário deixaria ainda de acumular as rendas da venda dos gêneros coloniais, o que geraria também uma queda na agricultura e diminuição dos Dízimos e Impostos recolhidos sobre este trabalho. Concluía que “todos os privilégios e extraordinários favores que tendem a produzir mais ou menos, aqueles danosos efeitos, são contra o Interesse Geral, e contra ação Política”⁴⁰⁰.

Hipólito possuía opinião “mui diversa da que exprime o nosso Autor” e acreditava que as reflexões de Silva Lisboa se aproximavam de “um completo paralogismo”, um raciocínio falso, ainda que não intencional. Se, de fato, a instalação de fábricas no Brasil resultasse na perda de arrecadação de direitos sobre as mercadorias estrangeiras por parte do Estado, convinha lembrar, para o redator, de que era o consumidor dos artigos importados quem pagava tais direitos de importação. Deste modo, “o Estado pode cobrar esse direito do consumidor, quer a manufatura venha do estrangeiro, quer seja trabalhada no Brasil”, sem contar, lembrava o redator, dos empregos oferecidos nas fábricas, que resultavam em uma “vantagem considerabilíssima”⁴⁰¹.

Além disso, o redator não acreditava que a produção nacional impactaria na exportação de matérias-primas, uma vez que “os Ingleses não trazem estes produtos do Brasil simplesmente para se pagarem das fazendas que ali introduzem; pelo contrário, vão

⁴⁰⁰ *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, p. 24-25.

⁴⁰¹ CB, vol. V, n. 31, p. 617.

buscar esses produtos porque precisam deles”. Utilizando como exemplo a madeira, ou o pau-brasil, concluía que a exportação dependia, na verdade, da demanda destes produtos pelos países estrangeiros. Os males que já estavam sendo sentidos nas exportações do Brasil não se deviam às manufaturas, argumentava Hipólito, mas a inexistência de necessidade de tais produtos na Inglaterra⁴⁰².

Outro argumento que, na visão de Silva Lisboa, concorria para o não estabelecimento de “fábricas refinadas” no Brasil combatido por Hipólito era o estado das ciências e da inteligência. Afirmava o autor em suas *Observações sobre a Franqueza da Indústria...*, que a “difusão da inteligência em Artes e Ciências” multiplicava as possibilidades de instalação de fábricas dotadas de “máquinas engenhosas” e de “processos das mais complicadas operações”. Para operação de tais estabelecimentos, era necessário um corpo de “muitos arquitetos, maquinistas, escultores, pintores e artistas de superior escala”, bem como de “sábios nas Ciências Naturais”. Arrematava, portanto, que era “insensato estabelecer Fábricas refinadas em país não iluminado pelas Ciências”⁴⁰³. Hipólito até concordava com o princípio de que o desenvolvimento das Artes era impulsionado pelas Ciências, mas chegava a uma conclusão oposta: “O Autor parece dizer: não há Ciências no Brasil, logo não tenhamos fábricas; e nós lhe retorquimos assim: não há Ciências no Brasil, logo introduzam-se, e favoreçam-se os homens sábios, para termos fábricas”⁴⁰⁴.

A exposição, necessariamente detalhada, das análises de Hipólito da Costa acerca das três obras de José de Silva Lisboa publicadas no Rio de Janeiro torna evidente a existência de convergências e sobretudo de divergências entre duas figuras centrais para

⁴⁰² CB, vol. V, n. 31, p. 617.

⁴⁰³ *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Indústria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, p. 54-55.

⁴⁰⁴ CB, vol. V, n. 31, p. 618.

a compreensão do contexto político luso-brasileiro nas primeiras décadas do século XIX. Para tanto, retomaremos a seguir alguns pontos de articulação dessas *linguagens*.

AS AGRURAS DO CRÉDITO PÚBLICO

Ao longo do século XVIII, foi em meio às discussões acerca dos sistemas econômicos e da possibilidade de superação das práticas mercantilistas nas obras de diversos autores da Economia Política que teve lugar o debate em torno da dívida pública e das formas de financiamento do Estado por meio do sistema de crédito público. Ainda em fins do século XVII, após a Revolução Gloriosa de 1689, a Inglaterra passou por uma reforma radical em sua organização financeira que fez com que alguns historiadores chegassem a tratar de uma “Revolução Financeira” ou “Revolução Militar”⁴⁰⁵. As *revoluções* às quais os historiadores faziam referência eram a instalação de um exército permanente e de um sistema de dívida pública capaz de mantê-lo, fundamentais em virtude do contexto bélico da Inglaterra que enfrentava a Guerra dos Nove Anos, também conhecida como Guerra da Grande Aliança⁴⁰⁶.

Como destacou John Brewer, naquela ocasião, não restavam muitas opções aos administradores ingleses para amealhar recursos sem recorrer a medidas indesejadas, como a venda de bens e terras da Coroa, mudanças na cunhagem das moedas ou a venda de honras e ofícios concedidos pelo monarca. Após 1688, as alternativas do governo para encher seus cofres eram simplesmente impor novas taxas, que precisariam de aprovação

⁴⁰⁵ J.G.A. Pocock faz referência às obras de P.G.M. Dickson, *The Financial Revolution in England: A Study in the Development of Public Credit*. Londres, 1967 e Geoffrey Parker, *The Military Revolution: Military innovation and the Rise of the West, 1500-1800*. Cambridge, 1988. Cf. POCOCK, J.G.A. Standing Army and Public Credit: the Institutions of Leviathan. In: HOAK, D. & FEINGOLD (Eds.). *The World of William and Mary. Anglo-Dutch Perspectives on the Revolution on 1688-1689*. Stanford: Stanford University Press, 1996. p. 87.

⁴⁰⁶ Cf. POCOCK, J.G.A. Standing Army and Public Credit: the Institutions of Leviathan. In: HOAK, D. & FEINGOLD (Eds.). *The World of William and Mary. Anglo-Dutch Perspectives on the Revolution on 1688-1689*. Stanford: Stanford University Press, 1996. p. 94.

do Parlamento, ou levantar impostos voluntários⁴⁰⁷. Por isso, a emissão de títulos de dívida oferecia um caminho capaz de sustentar o Estado inglês durante os penosos anos de guerras com outras potências europeias. Segundo Brewer, ao fim da Guerra dos Nove Anos (1688-1697), a dívida pública inglesa passava dos 16,7 milhões de libras esterlinas. Ao longo do século XVIII, o padrão permaneceu e o endividamento do Estado crescia ao largo de seu envolvimento em outros conflitos, como a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763)⁴⁰⁸.

Os filósofos e economistas não tardaram em avaliar os impactos do sistema de crédito público sobre a sociedade. Em 1752, no ensaio *Of Public Debt*, David Hume questionava a funcionalidade da dívida pública e lançava luz sobre os prejuízos causados pela emissão de títulos públicos na circulação de ouro e prata. O filósofo escocês receava ainda que o endividamento crescente fizesse com que os novos títulos deixassem de ser aceitos e os credores da Coroa não fossem pagos⁴⁰⁹. Adam Smith, por sua vez, abordaria o assunto no quinto livro de *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776), no qual criticava os efeitos do crescimento indiscriminado da dívida pública durante as guerras, afinal “o desejo de ser parcimonioso em tempos de paz impõe a necessidade de contrair dívidas em épocas de guerra”⁴¹⁰. Eram as guerras as grandes

⁴⁰⁷ Cf. BREWER, John. *The Sinews of Power. War, Money and the English State, 1688-1783*. London: Unwin Hyman, 1989. p. 73.

⁴⁰⁸ Cf. BREWER, John. *The Sinews of Power. War, Money and the English State, 1688-1783*. London: Unwin Hyman, 1989. p. 93.

⁴⁰⁹ ARTHMAR, Rogério. David Hume e as finanças de James I. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 3 (140), julho-setembro, 2015. Cf. p. 663.

⁴¹⁰ SMITH, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Volume II. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 623. Para uma hipótese acerca das conexões e similaridades entre as teorias de David Hume e Adam Smith sobre a moeda, ver, dentre outros, WENNERLIND, Carl C. The Humean Paternity to Adam Smith's Theory of Money. *History of Economic Ideas*, vol. 8, no. 1, 2000. Segundo o autor, “Smith provides a much more elaborate analysis of paper money than Hume did, but as we shall see, their expositions share many important characteristics” (p. 90). Havia, igualmente, diferenças entre os dois autores. Wennerlind afirma que Smith acreditava que Hume havia exagerado em relação aos problemas do crédito: “Smith was certainly conscious of the problems associated with an over-issue of such credit. However, he argues that Hume had exaggerated the contemporary problem and he believed that this problem could be avoided altogether, as long as the system was organized properly” (p. 91).

responsáveis, para Smith, do endividamento do Estado, uma vez que impunham um enorme gasto, praticamente imediato em virtude do perigo que apresentavam, coberto por empréstimos. O crescente endividamento levava ao aumento da tributação com impactos negativos nos produtores domésticos e no capital nacional⁴¹¹. Não por acaso, Smith afirmava que no pagamento dos juros da dívida pública é “a mão direita que paga à esquerda”⁴¹².

Ainda que apresentasse ressalvas sobre os “perniciosos” efeitos do endividamento do Estado, Adam Smith enxergava a importância do crédito gerido por um sólido banco público e concedia que o mesmo Estado poderia “retirar parte do seu crédito público dos juros de dinheiro, assim como dos lucros do capital”⁴¹³. Como exemplo descrevia um método de empréstimo levado a cabo pelo governo da Pensilvânia nos Estados Unidos. Nesta ocasião, nas palavras dele, o governo havia emitido “papéis de crédito para serem remidos quinze anos depois da data e tornados, no entretanto, transferíveis de mão em mão como notas de banco”. Tais papéis haviam sido declarados como “moeda corrente em todos os pagamentos de um habitante da província pra outro” e originaram “um crédito moderado” que satisfazia as despesas anuais do governo. Para o autor, tal expediente só era possível em virtude “do bom crédito do governo” e da “moderação com era utilizado”, afinal, o valor total dos papéis nunca poderia exceder “o dinheiro em ouro e prata necessário para lançar em circulação, caso não houvesse papéis de crédito”⁴¹⁴.

⁴¹¹ Cf. TSOULFIDIS, Lefteris. Classical economists and public debt. *International Review of Economics*, vol. 54, 2007. p. 3.

⁴¹² SMITH, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Volume II. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 651.

⁴¹³ Cabe destacar que, na visão de Adam Smith, eram as taxações as principais fontes de renda do Estado. Em suas palavras, “o capital público e as terras públicas, portanto, as duas fontes de crédito que devem pertencer especialmente ao soberano ou à comunidade, sendo ambas fundos impróprios e suficientes de qualquer Estado grande e civilizado, subsiste no facto de que esta despesa deve, na sua maior parte, ser coberta por uma outra espécie de taxa, contribuindo o povo com uma parte do seu próprio crédito particular, a fim de constituir um crédito público para o soberano ou para a comunidade”. SMITH, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Volume II. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 484.

⁴¹⁴ SMITH, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Volume II. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2016. p. 476-478.

Se comparado ao restante da Europa, o mundo luso-brasileiro caminhava em ritmo distinto na implementação de uma moderna organização financeira no Estado português, ainda que, desde a primeira metade do século XVII, autores como Fernão Rebelo e Duarte Gomes Solis, influenciados pela Escolástica e pelo pensamento mercantilista, já se dedicavam a refletir sobre a circulação de moeda em Portugal e até mesmo a necessidade de criação de uma instituição bancária⁴¹⁵. Em 1675, Duarte Ribeiro Macedo, influenciado pelas medidas econômicas de Colbert (1619-1683), célebre ministro de Luís XIV, já se preocupava com a necessidade de instalação de indústrias no reino de Portugal e com a utilização da moeda nas transações comerciais e na promoção da riqueza⁴¹⁶.

No século XVIII, a questão da circulação monetária e administração dos recursos financeiros ganhou vulto em virtude do declínio da produção aurífera na América Portuguesa⁴¹⁷. Até a década de 1720, por exemplo, eram as Câmaras Municipais que administravam os tributos destinados ao custeio das despesas militares, sem intervenção de outros órgãos como as Provedorias. A partir do reinado de D. José I, Sebastião de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal empreendeu mudanças na organização financeira da Coroa, com a criação do Erário Régio em 1761, que criava, na expressão de Miguel Dantas da Cruz, uma “espécie de subordinação implícita” dos poderes periféricos, como as Câmaras, as Secretarias e o Conselho Ultramarino⁴¹⁸. No Império ultramarino, o Erário Régio atuaria por meio das Juntas da Real Fazenda instaladas em cada uma das capitanias e que remeteriam as informações sobre as finanças ao contador-geral em

⁴¹⁵ Cf. ALMODOVAR, António & CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London, New York: Routledge, 1998. p. 19-22. Sobre a proposta de criação de um banco na obra de Duarte Gomes Solis, ver especialmente p. 22.

⁴¹⁶ Cf. ALMODOVAR, António & CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London, New York: Routledge, 1998. p. 30-32.

⁴¹⁷ Cf. AIDAR, Bruno. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, 2017. p.

⁴¹⁸ CRUZ, Miguel Dantas da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, 2014. p. 8.

Lisboa. Por isso, o autor concluía que, mais do que a *modernização* frequentemente aventada pela historiografia, as medidas de Pombal resultaram em uma “subordinação financeira” e representavam “um claro sinal da natureza centralizadora da sua política que não terá tido equivalente no quadro da reforma política e institucional”⁴¹⁹.

A ascensão de Rodrigo de Sousa Coutinho à Secretaria de Estado da Marinha e do Ultramar em 1796 tornou possível a implementação de um conjunto de reformas que buscavam manter a unidade política do império ao mesmo tempo em que o reorganizava financeiramente⁴²⁰. Desde o período em que passou na embaixada portuguesa em Turim, inspirado pela precoce leitura de *A Riqueza das Nações* de Adam Smith, Sousa Coutinho mostrava-se empolgado pela emissão de papel moeda nas relações comerciais, em substituição aos metais preciosos⁴²¹. A reflexão, iniciada nesta época, esteve presente em sua famosa *Memória sobre os melhoramentos dos domínios de Sua Majestade na América* (1797-1798), que reiterava, segundo Bruno Aidar, a visão expressa em escritos anteriores de 1783 e 1784⁴²². Para D. Rodrigo, a boa administração da Fazenda Real era “o principal ponto de que dependem todos os outros” e determinava a “grandeza dos soberanos e da felicidade dos povos”⁴²³. Dentre os principais assuntos abordados por ele, como as taxas e os monopólios, estava a circulação monetária e o crédito público: “o quarto objeto essencial em matéria de Fazenda é sem contradição tudo o que diz respeito às

⁴¹⁹ CRUZ, Miguel Dantas da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, 2014. p. 23.

⁴²⁰ Cf. CARDOSO, José Luís. A política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 94.

⁴²¹ Cf. AIDAR, Bruno. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, 2017. p. 5-6.

⁴²² Cf. AIDAR, Bruno. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, 2017. p. 11.

⁴²³ D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros. 1783-1811*. Introd. e Dir. Andrée Mansuy Diniz Silva. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 54.

operações que têm por base a circulação e o crédito público”⁴²⁴. Frente ao vultoso endividamento da Coroa portuguesa na ocasião, o ministro propunha:

Achando-se em muitas das nossas capitanias gravada a Fazenda Real com dívidas que nunca se consolidarão, e sendo impossível deixar permanecer um tão cruel inconveniente inimigo de toda a ordem, seria preciso, ou criando rendas vitalícias ou permanentes, ou por meio de lotarias, fundar estas dívidas, e fazendo-as assim circulantes por meio de crédito publico bem fundado i-las depois resgatando por meio de um fundo de amortização que se procuraria, ou com economias, ou com aumentos da renda real que seriam consequentes à introdução do novo sistema proposto⁴²⁵.

Inspirado nas caixas de crédito da Silésia, região da Prússia, e nos bancos escoceses e ingleses, Sousa Coutinho buscava implementar uma “dívida flutuante” com base em pequenas apólices através da “criação de caixas de amortização e bancos públicos”. O sistema vigoraria igualmente no ultramar, como demonstram as malsucedidas tentativas de estabelecimento do projeto na Bahia e Pernambuco⁴²⁶. As iniciativas não deixam de revelar, como salientou José Luís Cardoso, a crença de D. Rodrigo na “exploração do imenso potencial de recursos existentes em território brasileiro”⁴²⁷. Para tanto, como visto anteriormente, o ministro havia reunido uma geração de letrados brasileiros formados em Coimbra, a quem Kenneth Maxwell denominou de “geração de 1790”, responsáveis por investigar e recolher informações práticas acerca do território luso-brasileiro⁴²⁸.

Naturais do Brasil e egressos da Universidade de Coimbra reformada, José da Silva Lisboa e Hipólito da Costa integravam esta geração e buscaram, a exemplo de outros

⁴²⁴ D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros. 1783-1811*. Introd. e Dir. André Mansuy Diniz Silva. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 60.

⁴²⁵ D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros. 1783-1811*. Introd. e Dir. André Mansuy Diniz Silva. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 62.

⁴²⁶ AIDAR, Bruno. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*, 2017. p. 19-22.

⁴²⁷ CARDOSO, José Luís. A política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 87.

⁴²⁸ Cf. MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaio Tropical*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

bacharéis da época, fazer carreira nos postos oferecidos pela Coroa portuguesa⁴²⁹. O primeiro formou-se em Cânones em Coimbra em 1779, onde desenvolveu um interesse por História Natural depois de frequentar as aulas do célebre naturalista Domingos Vandelli e chegou a atuar como correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa⁴³⁰. Após breve período como Ouvidor da Capitania de Ilhéus, foi Professor de Filosofia Racional e Moral e de Língua Grega em Salvador, na capitania da Bahia⁴³¹. Em 1797, viu-se nomeado para o cargo de deputado da Mesa da Inspeção da Agricultura e Comércio na Bahia em ofício assinado pelo próprio D. Rodrigo⁴³². Também seu irmão, Baltasar da Silva Lisboa, depois de se formar em Coimbra, envolveu-se nos estudos de Filosofia Natural e publicou um *Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural acompanhado de algumas reflexões sobre o Estado do Brasil* em 1786⁴³³.

O segundo, como demonstrado no CAPÍTULO 1, após cursar Leis em Coimbra, foi enviado por Sousa Coutinho a uma viagem para Filadélfia, nos Estados Unidos, e integrou

⁴²⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva argumenta a existência de uma “cultura letrada” compartilhada por uma “elite culta” composta por naturais da colônia e da metrópole formados após a reforma da Universidade de Coimbra e da criação da Academia Real das Ciências de Lisboa. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.

⁴³⁰ Sobre as relações entre José da Silva Lisboa e Domingos Vandelli, inclusive sobre a correspondência entre os dois, ver CARVALHO, Darcy. *Desenvolvimento e livre-comércio: as ideias Econômicas e Sociais do Visconde de Cairu. Um Estudo de História do Pensamento Econômico Brasileiro*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985. p. 36 e seguintes. A referência à hipótese de Darcy Carvalho foi primeiro sugerida em ALMODOVAR, Antônio. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos econômicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. XII, nota de rodapé 6. Tereza Cristina Kirschner levantou a possibilidade de Silva Lisboa ter sido correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, ainda que as listas oficiais tenham passado a ser divulgadas somente a partir de 1815. A autora sugeria ser “provável que Silva Lisboa tenha sido um dos muitos egressos de Coimbra que se correspondiam e colaboravam com a Academia naquela época”. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009. p. 56, nota de rodapé 31.

⁴³¹ Cf. ALMODOVAR, Antônio. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos econômicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. XII.

⁴³² Segundo Tereza Kirschner, é provável que a nomeação para tal cargo, assim como o jubileamento do cargo de professor régio ocupado anteriormente, tenha sido alcançados por meio da relação entre Silva Lisboa e D. Rodrigo. Em suas palavras, “José da Silva Lisboa faz parte do grupo de ilustrados que se ligou a D. Rodrigo de Souza Coutinho e procurou colaborar para o êxito do programa de reformas na colônia americana”. KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009. p. 76-77.

⁴³³ Cf. LIMA, Ana Paula dos Santos. “Vacilante, incerto e louco”: o homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 18, n. 33, 2018.

a Casa Literária do Arco do Cego, iniciativa de Frei Veloso apoiada pelo ministro, quando retornou, até ser preso pela Inquisição portuguesa e fugir para a capital inglesa, de onde passou a escrever o *Correio Braziliense*⁴³⁴.

Após um breve afastamento da administração, D. Rodrigo foi alçado como um dos principais ministros de D. João no Rio de Janeiro e preservou suas preocupações com a organização financeira, com o controle da circulação de papel-moeda e os perigos de seu potencial desvalorização⁴³⁵. Nesse contexto, foi criado pelo alvará de 12 de outubro de 1808 o Banco do Brasil que buscava exercer uma tripla função: a garantia dos melhoramentos do financiamento do Estado, a circulação monetária e o incentivo ao investimento⁴³⁶. Tal medida não escapou aos elogios de José da Silva Lisboa em suas *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberaes Principios* (1810), em que afirmava que para “se acautelarem os extravios dos Reais Direitos, facilitar pagamentos e se prevenirem as faltas de numerário”, o Príncipe-regente havia ordenado, como citado anteriormente, a criação de

um Banco Real; que, sendo bem administrado, como em Inglaterra, equivale as ricas minas, e é Potosí de imensa riqueza; pois dará à Nação um Crédito Público inesgotável, para constituir ativos e rendosos todos os capitais pecuniários, antes mortos e improdutivos, por falta de emprego útil⁴³⁷.

⁴³⁴ Os inúmeros biógrafos e historiadores que se dedicaram à trajetória de Hipólito da Costa atestam sua relação com o projeto reformista do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho. Cf. DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 1, p. 43-44. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 3-11. LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 24-32. ZAROSKI, Pamela Sue. *Tecendo conexões ultramarinas – a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

⁴³⁵ Segundo Oliveira Lima, os anos entre 1808 e 1812 “pertencem decididamente a Linhares e à sua febril atividade reformadora”. LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. p. 150.

⁴³⁶ Cf. CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, no. 59, junho de 2010. p. 170-171.

⁴³⁷ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberaes principios da Nova Legislação do Brazil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 51.

O sucesso do sistema estabelecido e o desenvolvimento do crédito público, para Silva Lisboa, seriam alcançados com a superação dos temores e desconfianças que as operações de câmbio ainda gozavam no Rio de Janeiro. Quando esse “temor imbecil” fosse superado, “talvez as Notas de Banco serão o mais comum dinheiro corrente” e poderia até suplantar a circulação da “moeda metálica, do que já se vê exemplo em Inglaterra”⁴³⁸. No mesmo parágrafo da obra, Silva Lisboa fazia duas vezes referências a Inglaterra, o que revelava, de um lado, a inspiração para as medidas no modelo inglês de organização financeira; e de outro, o uso, enquanto estratégia argumentativa, do sucesso e confiança da sociedade naquele sistema. Era justamente nesse ponto que Hipólito discordaria.

Ao analisar a obra no já citado número do *Correio Braziliense*, o redator registraria sua opinião. Para ele, era impossível que se produzisse no Banco do Rio de Janeiro um “crédito público inesgotável” pela falta de confiança que ele poderia gozar naquela sociedade. Para corroborar tal assertiva, Hipólito fazia referência a um episódio ocorrido poucos meses antes entre os agentes do Banco do Brasil e o Ministro português na Inglaterra. Ao voltarmos ao número de agosto de 1810, compreende-se melhor o contexto da acusação de Hipólito⁴³⁹. O redator relatava a constância com que ordens emanadas pelo governo de Sua Majestade no Brasil eram frequentemente ignoradas pelo então embaixador da Coroa em Londres, Domingos de Sousa Coutinho, irmão de D. Rodrigo, desafeto público de Hipólito⁴⁴⁰. Contava ele que em 2 de outubro de 1809, um Aviso da Secretaria de Estado informava ao Ministro D. Domingos da nomeação dos agentes do

⁴³⁸ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 51.

⁴³⁹ O episódio que envolve os agentes do Banco do Brasil e Domingos de Sousa Coutinho também foi citado em: DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 2, p. 427-429. RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. p. 174 e seguintes.

⁴⁴⁰ Sobre a atuação de D. Domingos de Sousa Coutinho em Londres, ver: CARVALHO, Débora Cristina Alexandre Bastos e Monteiro de. *D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho: Um diplomata português na Corte de Londres (1807-1810)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

Banco do Brasil para atuação na Inglaterra⁴⁴¹. Os agentes seriam intermediários do Banco para a venda dos produtos sobre os quais a instituição possuía privilégio exclusivo de comercialização, como os diamantes, pau-brasil, marfim e urzela. Segundo José Luís Cardoso, a venda direta de tais produtos em Londres se relacionava com a “satisfação de obrigações contratuais decorrentes do empréstimo contraído com a Grã-Bretanha em 21 de abril de 1809”⁴⁴².

Para a negociação dos produtos, foram nomeadas as casas comerciais de Antonio Martins Pedra, e Filho & Companhia, Barroso Martins Dourados e Carvalho, e João Jorge Junior. Segundo Hipólito, o Aviso mandava que “o Ministro de S. A. R. fizesse logo entregar aos sobreditos agentes do Banco, todos os efeitos que estivessem em ser, pertencentes aos contratos dos produtos exclusivos da Fazenda Real”, o que D. Domingos “recusou mui formal e diretamente obedecer às ordens de seu Soberano, e até ao dia de hoje ainda se não deu cumprimento àquela Ordem Régia”. Para o redator, a situação era absurda, ainda que pudessem argumentar que o Ministro queria manter a administração dos diamantes ou não queria ainda admitir a nomeação realizada pelos Diretores do Banco. O episódio era prova, para o redator, da “desobediência dos grandes às leis, e da confusão da administração pública no Brasil” em matéria de grande relevância⁴⁴³. Afinal,

O crédito público do Banco do Brasil é da maior importância nacional para aquele país; e nada pode aniquilar esse crédito mais rapidamente, do que a violação de seus privilégios pelo mesmo Governo que os concedeu, para que em virtude deles o povo tivesse confiança na segurança das riquezas do Banco⁴⁴⁴.

A situação não se resolveu facilmente, como conta José Luís Cardoso baseado na correspondência entre os agentes, os diretores do Banco e o ministro de Negócios

⁴⁴¹ Cf. CB, vol. V, n. 27, p. 247.

⁴⁴² CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, no. 59, junho de 2010. p. 173.

⁴⁴³ CB, vol. V, n. 27, p. 247.

⁴⁴⁴ CB, vol. V, n. 27, p. 247.

Estrangeiros e presidente do Real Erário, Fernando José de Portugal e Castro entre os meses de julho e novembro de 1810. Os agentes comerciais registraram seus protestos contra a atuação de Domingos de Sousa Coutinho e se indignaram com a atitude do Ministro de “depositar diretamente no Banco de Inglaterra os diamantes vindos do Brasil, contrariando todas as posições e directivas do Banco em relação ao papel que caberia aos seus agentes e legítimos representantes”. Em sua defesa, o embaixador alegava que as operações relacionadas aos contratos reais e pagamento de empréstimos exigiam “preservação de segredo e prudência”⁴⁴⁵.

Esta não foi, contudo, a primeira vez que D. Domingos se envolvia em polêmicas com agentes do Banco em Londres. A questão dos diamantes era narrada por Hipólito da Costa no número de maio de 1810⁴⁴⁶. Antes de serem nomeadas as casas comerciais anteriormente descritas, o ministro havia indicado dois homens de negócio para receber aqueles produtos de monopólio do Banco. O problema foi que “logo que chegou do Brasil a primeira remessa [de diamantes], se acharam de menos umas peças, que por serem maiores, reduzirem os diamantes pequenos pertencentes ao jogo, a mui diminuto valor”. O redator já previa o “jogo de empurra” que se sucederia nas responsabilidades tanto no Brasil, quanto na Inglaterra, mas asseverava que o povo sairia prejudicado através do pagamento de “novos tributos, para suprir às despesas que se dirigiam aqueles diamantes”⁴⁴⁷.

O tempo mostrara que Hipólito da Costa tinha razão. Depois da situação dos diamantes, os diretores do Banco acharam por bem nomear a comissão encarregada pela venda dos produtos, como visto anteriormente. D. Domingos, por sua vez, chegou a

⁴⁴⁵ CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crónica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, no. 59, junho de 2010. p. 173.

⁴⁴⁶ A exemplo do outro episódio, o caso envolvendo o sumiço dos diamantes é amplamente documentado por historiadores. Ver, a título de exemplo, LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 136.

⁴⁴⁷ CB, vol. IV, n. 24, p. 539.

afirmar que não tinha conhecimento de tal nomeação, “nem de existência de banco, ou seus diretores”. Era essa confusão no trato das coisas públicas no Brasil que irritava o redator: “Quem viu jamais tal confusão? Duas repartições, uma dos Negócios Estrangeiros, outra do Erário, dando ordens sobre matérias da primeira importância para as finanças do país, sem consultar uma com outra, sem união de medidas, sem acordo, e sem mútua confiança”⁴⁴⁸.

Os episódios, de acordo com Hipólito ao comentar a obra de Silva Lisboa, revelavam a interferência de um indivíduo particular nos negócios do Banco, “cujos privilégios fundamentais são invadidos”, que enfrentava sérias dificuldades para conquistar a confiança dos credores advindas dos questionamentos: “Não é logo de temer que, se o Governo achar interessem violar outros artigos da lei de criação do banco, o faça igualmente? Quem ousará pedir-lhe contas se o Governo quiser apropriar a si os fundos do Banco?”. A diferença dos procedimentos na Inglaterra não poderia ficar mais clara para o redator. Não era assim, dizia ele, “que o Banco de Inglaterra [fundado em 1694] adquiriu o crédito que tem” e arrematava:

Todos julgam, que os fundos, que depositam no Banco em Londres, estão seguríssimos; porque o Governo não tem parte alguma em sua administração; nem pode direta, ou indiretamente injuriar os interesses legais do Banco. O iminente risco de que o Governo do Brasil desvie os fundos do Banco, para canais que não se intentavam, é sempre contra o crédito do banco; e verificando-se, como se tem verificado no exemplo citado, este risco; julgamos impossível recobrar-se o crédito público do mesmo Banco⁴⁴⁹.

Semelhante crítica Hipólito fez às comparações empreendidas por Silva Lisboa entre o sistema de crédito iniciado com a fundação do *The First Bank of United States* na Pensilvânia em 1791 e o banco organizado no Rio de Janeiro. No caso americano, os “papéis públicos” haviam oferecido tamanho dividendo que, ainda em 1810, contava

⁴⁴⁸ CB, vol. IV, n. 24, p. 540.

⁴⁴⁹ CB, vol. V, n. 31, p. 612.

Silva Lisboa, geravam mais de dois milhões de dólares em lucro ao Governo. Tais resultados, continuava ele, poderiam ser esperados também no Brasil⁴⁵⁰. Hipólito, assim como no caso da Inglaterra, ressaltava o princípio da confiança que banco inspirava nos seus acionistas. Nos Estados Unidos, escreveu ele, o governo possuía “fé pública” e os acionistas acreditavam que seus recursos “estavam seguríssimos”, mais “do que em suas próprias casas”. No Brasil, era “o oposto; e isto pela experiência do passado; e pela prática atual”⁴⁵¹.

Em seguida, o redator reproduzia um projeto de Rodrigo de Sousa Coutinho apresentado ao Príncipe-regente em 1796 para a criação de um banco público em Lisboa, cuja experiência foi, na visão de Hipólito, malsucedida e terminou com a extinção do tal banco⁴⁵². Por isso, tanto a prática passada, quanto a presente, desiludia Hipólito de uma boa versão do crédito publico no mundo luso-brasileiro. Afinal, a despeito, das “palavras mais fortes, de promessas”, a Coroa mostrava-se incapaz de administrar corretamente o sistema financeiro conforme as próprias leis. O crédito do Banco, no entender do redator, encontrava-se diminuído por atitudes como aquela do Ministro português em Londres que ainda aguardava “o mais exemplar, público e satisfatório castigo”, acompanhado de uma indenização ao Banco das perdas que foram ocasionadas⁴⁵³.

A admiração de Hipólito da Costa pelo sistema bancário inglês não era recente. Desde a época em que escreveu e traduziu memórias para a tipografia do Arco do Cego, ele demonstrava seu interesse por questões envolvendo a circulação monetária, o sistema

⁴⁵⁰ Cf. *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810, p. 60-61.

⁴⁵¹ CB, vol. V, n. 31, p. 618.

⁴⁵² O documento encontra-se publicado sob o título “Projecto de Carta de Lei sobre o Crédito Público e criação de um Banco Público de crédito e circulação”. Por se tratar de manuscrito sem data, a organizadora Andrée Mansuy infere que o plano foi escrito antes de julho de 1797. *D. Rodrigo de Souza Coutinho. Textos políticos, económicos e financeiros. 1783-1811*. Introd. e Dir. Andrée Mansuy Diniz Silva. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. 105 e seguintes.

⁴⁵³ CB, vol. V, n. 31, p. 624.

de crédito e a organização do sistema bancário inglês. Em 1801, saíra dos prelos da tipografia a *História Breve e Authentica do Banco da Inglaterra* que havia sido publicada poucos anos antes, em 1797, por Thomas Fortune⁴⁵⁴. Já no primeiro número do *Correio Braziliense*, ele evidenciava sua simpatia pelo sistema financeiro inglês. Ao comentar a obra *Noticia Historica do Estado actual da Inglaterra neste anno de 1808* (1808), cujo autor a certa altura criticava o endividamento do Estado inglês, o redator apontava existência de “uma grande dose de descaramento” por parte do autor, pois era conhecimento de praticamente “todo o viajante” que “o papel moeda, ou (como os Ingleses lhe chamam) as notas de banco” eram sempre aceitas e recebidas “sem a menor repugnância, como se fosse ouro”, muitas vezes inclusive preferidas ao mesmo ouro, pela facilidade de transporte e pela dificuldade em se falsificar. Entretanto, na visão de Hipólito, o que melhor demonstrava a confiança do sistema financeiro inglês era a facilidade com que o governo obtinha impostos:

A falar a verdade, os particulares andam à rebatinha de quem emprestará dinheiro, quando se faz público, que o Governo tem de pedir empréstimos; e para evitar os empenhos que nisto poderá haver, se tem estabelecido o plano de receber o empréstimo daquele que ofereça dar o dinheiro com menor juro; os lances recebidos em carta fechada, e selada, para se abrirem todas as cartas ao mesmo tempo, no Conselho de Fazenda; e aquele que oferece dá-lo por menos, esse é quem o Governo aceita⁴⁵⁵.

No excerto em questão, Hipólito argumenta que o crédito do governo não se fundamentava unicamente na confiança que os títulos da dívida pública inspiravam junto à sociedade, mas, sobretudo, no procedimento adotado para a contratação dos empréstimos públicos. Em contraste com a realidade portuguesa – caracterizada por uma estrutura social típica do Antigo Regime, na qual critérios como honra e privilégio

⁴⁵⁴ Cf. *HISTORIA Breve e Authentica do Banco de Inglaterra, com Dissertações sobre os Metais, Moeda, e Letras de Câmbio, e a Carta de Incorporação*; por T. Fortune, Author do Epítome dos Fundos, etc. Traduzida da Segunda Edição de Londres. Impressa por Ordem de S. Alteza Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor, por Hypolito José da Costa Pereira. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.

⁴⁵⁵ CB, vol. I, n. 1, p. 36.

orientavam as decisões da Coroa e os vassallos aguardavam concessões do soberano –, na Inglaterra, o critério determinante era a oferta da menor taxa de juros, apresentada em envelopes lacrados, o que assegurava igualdade de condições entre os proponentes. Nesse sentido, revelam-se compreensíveis as críticas formuladas por Hipólito ao modelo financeiro que a Corte procurava instituir no Rio de Janeiro. Sua análise crítica, portanto, evidencia os limites da recepção e da operacionalização dos princípios da economia política moderna no contexto luso-brasileiro. Não por acaso, ao concluir suas avaliações sobre os procedimentos do ministro português em Londres, ele destacava a importância da leitura de obras de economia política, entendidas como fundamentais para a boa formação dos homens públicos:

Ao menos as obras que mostram os erros, e acertos em política, tendem a formar a mocidade destinada aos empregos públicos; servem até a formar os Príncipes, os quais aprendem pelos livros, como os mais homens; e quanto não fosse mais, restava a consolação de que a segunda geração será mais instruída, pelos trabalhos de alguns indivíduos da presente. Ao menos, publicando fatos, o povo indagará donde provém o mal, e procurará algum remédio⁴⁵⁶.

LIBERDADE CONTRA O DESPOTISMO

As análises de Hipólito da Costa evidenciam que ele não compartilhava de outra opinião de Silva Lisboa, para o qual a simples promulgação de “uma Legislação Econômica de Princípios Liberais” bastava para o início de uma “grande Era” no Brasil⁴⁵⁷. O redator do *Correio Braziliense* demonstrava em suas análises sobre as obras suas preocupações com a aplicação prática das leis e decretos, que enfrentavam diversos obstáculos, como a falta de liberdade de imprensa, que tornava possível a discussão das ações dos diversos ministros da Corte, e a constante interferência dos privilégios nos negócios do Estado e desrespeito às ordens régias, como mostrava o caso entre os agentes

⁴⁵⁶ CB, vol. IV, n. 24, p. 541.

⁴⁵⁷ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. Prefácio, s.p.

do Banco do Brasil e Domingos de Sousa Coutinho, ministro português em Londres. Era necessário, para Hipólito, superar o alegado “despotismo” característico das decisões dos ministros.

A insatisfação de Hipólito com a forma de organização da sociedade manifestava-se, por exemplo, quando ele chamava a atenção para as diferenças entre a realidade americana e a do Brasil. Nas *Observações sobre o Comércio Franco* (1808), uma das vias escolhida por Silva Lisboa para argumentar a favor do preferível comércio com os ingleses foi a comparação com os Estados Unidos da América: “O paralelo entre nós e os Anglo-Americanos em as relações comerciais com a Inglaterra, deve dar resultados ainda mais fortes a favor do Brasil, que não tem razão de queixa contra aquele país e seu governo”⁴⁵⁸. Hipólito apontava que as palavras do autor permitiam uma conclusão “diretamente oposta à sua”, uma vez que para o redator o progresso americano não se devia ao comércio com a Inglaterra, mas sim “à sua forma livre de governo”. E acrescentava: “e da liberdade ilimitadíssima, que o comércio Americano goza, se segue que os Ingleses não podem ali tirar vantagens demasiadas”⁴⁵⁹.

A situação no mundo luso-brasileiro não poderia ser mais diferente para Hipólito. Segundo o redator do *Correio Braziliense*, eram frequentes as violações às liberdades individuais. “No Brasil, porém”, escrevia ele, “onde o filho do lavrador, ou do mecânico pode ser preso para ser soldado, quer seu pai precise dele ou não”, ou “onde o negociante, que se acha muitas vezes sem outro capital senão o seu crédito, pode ser mandado a entrar para o Erário com um empréstimo forçado, que lhe arruína inteiramente as suas especulações”, ou ainda, “o magistrado, a título de polícia, e o Governador militar, sem título nenhum” podiam “mandar prender um homem de segredo”, “não é possível que os

⁴⁵⁸ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 49.

⁴⁵⁹ CB, vol. III, n. 14, p. 51.

naturais do país”, concluía Hipólito, “possam fazer com os Ingleses, nem com outra alguma potência, um comércio tão vantajoso como fazem os Anglo-Americanos, que protegidos por leis inalteráveis, que ninguém tem o direito de dispensar, gozam da plenitude de sua indústria, e de seu crédito”⁴⁶⁰.

Ora, para Hipólito havia uma explícita relação entre a prática do comércio e o exercício de uma liberdade civil que não se restringia à prática econômica. Ao contrário, em sua concepção, um comércio vantajoso, como faziam os norte-americanos, tornava-se possível apenas em virtude do pleno exercício das liberdades individuais, o que, como o próprio redator havia sentido duramente anos antes quando preso nos cárceres da Inquisição, não acontecia no mundo luso-brasileiro.

Ainda que concordasse com os princípios gerais da obra *Observações sobre a Franqueza da Indústria e estabelecimento das Fábricas no Brazil* (1810), sobretudo os relacionados à defesa da liberdade para instalação das indústrias no Brasil, Hipólito não se mostrou convencido da aplicação de tais princípios, como por exemplo, novamente, a comparação frequente com os Estados Unidos. Dizia ele que “decididamente não podemos admitir a comparação dos Estados Unidos como fazendo argumento para o Brasil”. A diferença fundamental entre as realidades dos países era a liberdade, que não se restringia à economia, e era, antes de tudo, um direito do cidadão: “A indústria prospera em um país livre, à sombra da proteção da liberdade; e não vigora num país despótico, sendo iguais as outras circunstâncias, em consequência da opressão do despotismo”. Para o redator, Silva Lisboa desconsiderava tais contrastes e não fazia “cargo de meter em seu cálculo estes importantes elementos” e refletia “sobre os efeitos das indústrias no Brasil, com o exemplo prático dos efeitos da indústria nos Estados Unidos”⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ CB, vol. III, n. 14, p. 51-52.

⁴⁶¹ CB, vol. V, n. 31, p. 615.

A questão das liberdades reaparecia quando Silva Lisboa comentava sobre as instituições criadas por D. João no Brasil nas *Observações sobre a prosperidade do Estado pelos Liberais Princípios* (1810). O autor teceu grandes elogios à Intendência Geral de Polícia, que na ocasião era dirigida por Paulo Fernandes Viana, o primeiro Intendente Geral de Polícia. Nas palavras de Silva Lisboa, “este magistrado vem a ser na Capital uma grande Sentinela da Segurança Pública para, como de alta atalaia, ver, e acautelar as clandestinas e remotas intrusões de malfeitores”⁴⁶², do que se seguia uma referência ao conhecido *Treatise on the Police of the Metropolis* (1798) escrito pelo magistrado escocês Patrick Conlquhoun (1745-1820):

Bem diz o famoso *Calquhoun*, Intendente da Polícia de Londres na sua insigne obra de *Polícia da Metrópole*: que um dos essenciais deveres de todos os Governos é, por sábias regulações da Polícia, atalhar ao longe os males, que minam a Constituição do Estado, e a Moral pública, e excitar nas classes inferiores a maior possível atividade de indústria, como o mais seguro meio de promover a Prosperidade Nacional⁴⁶³.

A simples menção à Polícia inglesa inflamou Hipólito, que dizia que “para provar que é útil este estabelecimento, cita obra de Mr. Colqueoun sobre a Polícia de Londres” e afirmava que, ainda que compartilhassem o mesmo nome na Inglaterra e no Brasil, as instituições não possuíam “entre si outra semelhança senão a do nome; e diferem na forma, nos fins e nos efeitos”⁴⁶⁴.

Em primeiro lugar, o redator do *Correio Braziliense* destacava que em Londres não havia um Intendente Geral de Polícia e nenhum dos magistrados responsáveis pelos bairros, “incumbidos do que se chama polícia, tem o direito de mandar prender despoticamente, como faz o Intendente de Polícia em Portugal”. Ao contrário, na Inglaterra, não se prendia, continuava ele, sem o devido processo legal: “aqui o

⁴⁶² *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 13.

⁴⁶³ *OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brasil*. Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Imprensa Régia, 1810. p. 13, grifos no original.

⁴⁶⁴ CB, vol. V, n. 31, p. 607.

magistrado não manda prender ninguém senão havendo acusador, que, portanto, se exponha a ser imediatamente confrontado com ele em público, e a sofrer a pena de perjúrio se se provar sua falsidade”. Em segundo, as instituições se afastavam em seus “fins”, pois a Polícia inglesa servia para “vigiar em que sejam protegidos os sagrados direitos dos cidadãos; e que a suas casas de habitação sejam asilos invioláveis”, o que não ocorria em Portugal. Segundo Hipólito, o Intendente português “serve de andar inquirindo o que se faz nas casas particulares, principalmente o que se diz dos homens públicos”. Finalmente, a Polícia de Londres não produzia os efeitos nocivos como a de Portugal, na medida em que, para Hipólito, “esta espionagem causa desconfiança dos cidadãos uns com os outros, e diminui, portanto, a afeição aos concidadãos, e à pátria”. Na Inglaterra, os cidadãos achavam-se protegidos pela Polícia já que gozavam de liberdade de expressão e falavam “o que lhe parece, aonde quer que seja, e que obra como lhe convém, contanto que não ataque os direitos de outro indivíduo”⁴⁶⁵.

LINGUAGENS DA ECONOMIA POLÍTICA E DO LIBERALISMO

Se as obras de Silva Lisboa formassem uma intrincada tapeçaria de ideias, o papel de Hipólito da Costa seria o de apontar os fios soltos e os nós mal atados nas tramas do argumento do primeiro. Tais tramas sugerem a presença daquela “pluralidade de *linguagens* através dos quais o *pensamento político* processou-se” de que fala J. G. A. Pocock⁴⁶⁶. Nessa profusão de vozes propiciada pela imprensa, característica do momento de emergência de uma incipiente esfera pública no mundo luso-brasileiro, surgem nos escritos desses dois ilustrados diferentes linguagens, que resultavam, como Skinner havia

⁴⁶⁵ CB, vol. V, n. 31, p. 607.

⁴⁶⁶ POCKOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012. p. 196.

sugerido, do que cada um deles *estava fazendo*⁴⁶⁷. Afinal, se o ato de escrita e publicação de um texto havia sido executado em um determinado contexto discursivo, eram as *linguagens* que, no entender de Pocock, ofereciam as limitações entre o que o autor queria e poderia dizer e o significado daquilo que foi dito para os outros⁴⁶⁸. Para o autor, “para cada coisa a ser dita, escrita ou impressa deve haver uma linguagem na qual ela possa ser expressa. A linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito”⁴⁶⁹.

Parece razoável supor, então, que as distintas opiniões de José da Silva Lisboa e Hipólito da Costa devem-se à articulação de *linguagens* diferentes, que, à primeira vista, encontrariam eco nas escolhas das referências teóricas e dos autores que inspiraram suas reflexões, em que pesem as necessárias ressalvas apontadas por Quentin Skinner para a identificação de determinada influência de um autor na obra de outro. “O perigo”, lembrava o autor, “é que se torna muito fácil utilizar o conceito de forma aparentemente explicativa sem antes saber se as condições encontradas justificam a aplicação desse conceito”⁴⁷⁰. Para o autor, falar em influência, sem incorrer nas mitologias que o conceito expunha, devia incluir algumas condições, como o fato de que reconhecidamente um

⁴⁶⁷ Segundo Pocock, no famoso ensaio “Meaning and understanding in the history of ideas”, Skinner sustentava que para a compreensão dos atos era necessário “saber o que o autor *estava fazendo*: o que ele pretendia fazer (o significado para si) e o que ele tinha conseguido fazer (o significado para os outros)” POCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012. p. 197, grifos no original. Sobre a questão do surgimento da esfera pública, ver, dentre outros, MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2003. p. 32. Para a discussão acerca do surgimento da *esfera pública* é referência obrigatória a obra de Habermas, publicada originalmente em 1962: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Sobre a ideia de *opinião pública* na França em fins do século XVIII, consultar: BAKER, Keith Michael. Politique et opinion publique sous l’Ancien Régime. *Annales. ESC*. n. 1, p. 41-71, 1987.

⁴⁶⁸ Cf. POCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012. p. 197.

⁴⁶⁹ POCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: POCK, J. G. A., MICELI, Sérgio (Org.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003. p. 64.

⁴⁷⁰ SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: _____. *Visões da Política. Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alges: DIFEL, 2005. p. 106.

autor estudou as obras do outro, que o autor não teria encontrado as ideias em causa em qualquer outro que não aquele, ou, finalmente, que este autor não teria chegado sozinho a tais ideias⁴⁷¹. Neste caso, a abordagem escolhida é a primeira, demonstrada a partir de referências textuais explícitas às ideias e às obras de autores do liberalismo e da economia política.

Os estudiosos já apontam, há décadas, para a importante influência das ideias de Adam Smith e de seus princípios da Economia política clássica na obra de Silva Lisboa. As referências às teorias smithianas estão presentes já em seus *Princípios de Economia Política* (1804), no qual o futuro Visconde de Cairu afirmava:

Por fim permita-se dizer, que a simplicidade e dignidade do sistema de Smith, entronizando o trabalho, e a liberdade de cada indivíduo no manejo dos seus negócios, sem intervenção dos que exercem poder de Estado, segura a riqueza, extirpa a preguiça, e tem por base e abono a doutrina das Divinas Letras, que manda o indivíduo seguir a economia da formiga, a qual trabalha e acumula pelo próprio interesse e previdência, sem algum externo diretor público⁴⁷².

Como ficou evidenciado na primeira seção deste capítulo, a influência do economista escocês manteve-se nas três *Observações* publicadas no Rio de Janeiro e analisadas por Hipólito. Por isso, José Luís Cardoso destacava que “a presença de Adam Smith e da declaração expressa de admiração que por ele tinha é uma característica recorrente da escrita de José da Silva Lisboa”⁴⁷³. Ao mesmo tempo, evidenciava um afastamento em relação ao pensamento fisiocrata, que encontrara certa penetração em Portugal em virtude do latente agrarismo encontrado, por exemplo, nas *Memórias* publicadas pela Academia Real de Ciências de Lisboa entre 1789 e 1815⁴⁷⁴.

⁴⁷¹ Cf. SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: _____. *Visões da Política. Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005. p. 107-108.

⁴⁷² *PRINCIPIOS de Economia Política, para servir de Introdução à tentativa econômica do autor dos Princípios de Direito Mercantil*. Lisboa: na Impressão Régia, 1804. p. 92.

⁴⁷³ CARDOSO, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História*, Lisboa, n. 54, 2008. p. 7.

⁴⁷⁴ Cf. PEDREIRA, Jorge Miguel. Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820). In: CARDOSO, José Luís (Org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988. p. 66 e

Nas obras analisadas por Hipólito a questão da relação com os fisiocratas aparecia na discussão que Silva Lisboa fazia dos efeitos do comércio estrangeiro no preço dos produtos vendidos pelos negociantes do Brasil. Neste momento, a questão do preço parecia fundamental, pois envolvia, na venda dos gêneros produzidos no Brasil ao exterior, o valor a ser arrecadado pelo Real Erário e pelos negociantes. Hipólito reproduzia longa citação da obra de Silva Lisboa acerca do assunto:

Disse *bom preço*, e não *alto preço*; porque devemos estar persuadidos, que não é do bem entendido interesse nacional vender lesivamente caro aos estrangeiros, e comprar-lhes nimiamente barato; mas sim por *preços racionáveis*; isto é que façam conta a uns, e outros contratantes. O contrário é falso cálculo dos usurários, traficantes e superficiais econômicas, como as da chamada *seita Fisiocrática* da França, que tantas rapsódias fizeram para inculcar a vantagem nacional resultante do alto preço dos produtos da terra⁴⁷⁵.

É clara a referência crítica aos fisiocratas franceses. Se recuarmos algumas linhas antes no que foi escrito por Silva Lisboa nas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* (1808), percebe-se que a citação reproduzida no *Correio Braziliense* foi extraída da discussão acerca das vantagens do comércio franco para o Brasil. Afirmava Silva Lisboa que a “a franqueza do Comércio no Brasil será de progressivo interesse à Coroa e Nação” uma vez que geraria um aumento das rendas “em proporção à maior quantidade dos valores importados e exportados, que pagarem os Direitos estabelecidos”. Em relação aos preços dos produtos, ele afirmava que “quanto maior for o número dos Compradores dos Gêneros Coloniais, tanto mais extração e valor terão estes”, e acaba por concluir que

seguintes. É importante destacar, conforme António Almodovar e José Luís Cardoso, que, apesar da recepção de argumentos e ideias dos fisiocratas franceses, os autores portugueses não se prenderam a toda a estrutura proposta por Quesnay em seu “Tableau Economique”. Tais argumentos, para os autores, aparecem, por exemplo, na defesa dos princípios do *laissez-faire* e da liberdade econômica individual. ALMODOVAR, António & CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London, New York: Routledge, 1998. p. 40.

⁴⁷⁵ CB, vol. II, n. 12, p. 477, Grifos no original.

desta forma o Brasi lucraria “tanto no *bom preço* das suas vendas, como no *bom preço* de suas compras”⁴⁷⁶.

E daí decorre a citação reproduzida acima por Hipólito na qual Silva Lisboa ressalta que havia dito “*bom preço*” e não “*alto preço*”, como afirmavam os fisiocratas acerca da venda dos “produtos da terra”. É bem conhecida a ênfase dada pelos autores fisiocratas à agricultura como fonte de riqueza para uma nação. Os fisiocratas, desde a publicação do *Tableau Économique* (1758) de Quesnay (1694-1774), guardavam sérias ressalvas ao comércio exterior. A desconfiança, segundo Didier Deleule, “longe de levar os Fisiocratas a acentuar a regulamentação, os conduz, ao contrário, em acordo com o sistema da ordem natural, a reivindicar a liberdade das trocas”. A crítica dos fisiocratas à teoria da balança comercial dos mercantilistas incidia justamente “sobre a ideia de uma ação violenta, contra a natureza, que arrisca paralisar a riqueza das nações”. Por isso, em que pese a desvalorização do comércio exterior, considerado improdutivo, “a liberdade proclamada concerne essencialmente à exportação dos grãos destinada a manter um bom preço”. Conclui Deleule que, para os fisiocratas, o “comércio exterior tem valor apenas contábil; se fornece um ganho, não pode criar riqueza alguma”⁴⁷⁷.

Não por acaso, logo depois da citação que Hipólito publicou em seu periódico, no original das *Observações* de Silva Lisboa constava uma referência explícita a Adam Smith:

Para fomentar a agricultura, e qualquer ramo da indústria, o essencial é a certeza e extensão do mercado, que assegura o legítimo proveito dos interessados, tendo os gêneros na compra e venda o seu *preço natural*, isto é, o reembolso dos valores, que *Smith* mostra necessariamente entrar na composição de tudo que é venal, ou objeto de circulação mercantil⁴⁷⁸.

⁴⁷⁶ OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 15-16, grifos no original.

⁴⁷⁷ DELEULE, Didier. Hume, os fisiocratas e o nascimento do liberalismo econômico. *Revista Discurso*, v. 47, n. 2, 2017. p. 49-50.

⁴⁷⁸ OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 16-17, grifos no original.

E complementava ainda que o preço dos produtos sofria oscilações conforme as circunstâncias do mercado e da própria demanda. Afirmava Silva Lisboa, claramente amparado nas reflexões do liberalismo escocês de Smith, que “as circunstâncias do mercado, pela demanda, mais ou menos urgente, de certos Gêneros, e em certos tempos, podem ocasionar oscilações irregulares nos preços, mais ou menos favoráveis, ora aos vendedores, e ora aos compradores”. Por isso, onde se estabelecia a “franqueza do comércio”, os gêneros vendidos no mercado internacional encontravam um “aproximado, se não exato nível, e equilíbrio de valores”, isto é, “ao seu *preço central e natural*”⁴⁷⁹.

Além de Smith, Silva Lisboa fazia diversas referências a outro autor, desta vez francês, Jean-Baptiste Say (1767-1832), que encontrava também ampla difusão em Portugal na transição entre os séculos XVIII e XIX. Em 1808, na obra sobre o comércio franco, o autor francês aparecia para justificar a importância de Adam Smith para a economia política: “Mr. *João Baptista Say* afirma que se pode dizer que, *antes de Smith, não havia Economia Política*; e que, suposto alguns Economistas antes dele já tivessem proclamado várias verdades, especial a do geral benefício da *franqueza do Comércio*, contudo, *só ele dera as provas*”⁴⁸⁰. Nas *Observações sobre a Franqueza da Industria* (1810), o autor reproduzia a longa doutrina de Say sobre os privilégios concedidos aos inventores no âmbito das fábricas e indústrias⁴⁸¹.

É preciso destacar, contudo, os *tons próprios* dados pelo futuro Visconde de Cairu aos autores cujas ideias ele utilizava em seus escritos, sobretudo no que dizia respeito aos princípios que envolviam mudanças políticas e sociais na sociedade luso-brasileira. Ainda

⁴⁷⁹ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. p. 17, grifos no original.

⁴⁸⁰ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 168, grifos no original.

⁴⁸¹ *OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. p. 64 e seguintes.

que os autores costumem enfatizar as supressões e adaptações realizadas por Silva Lisboa na tradução que realizaria anos mais tarde da obra de Edmund Burke, a própria referência a Adam Smith já sugeria algo mais⁴⁸². Nas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* (1808), o autor adaptava a conhecida ideia da mão invisível de Adam Smith aos princípios da religião católica que se misturava à Coroa portuguesa. Enquanto a “mão invisível” smithiana seria guiada pelo mercado, a de Silva Lisboa era ordenada por um “Regedor do Universo”:

Quando o Soberano protege imparcialmente a todos os industriais honestos, cada qual, que está sempre inquirindo os melhores meios de empregar seu trabalho, engenho e capital na direção que prevê lhe será mais vantajoso, evitando a prejudicial logo que adverte o engano, e sente a perda; facilmente, pela própria sagacidade, e nunca interrompido esforço de condição, descobre o emprego mais oportuno às suas circunstâncias; e bem que só tenha em vista o seu particular interesse, é, como bem, diz *Smith*, dirigido pela invisível *Mão* do Regedor do Universo a promover o Interesse Público⁴⁸³.

Hipólito da Costa era igualmente profundo conhecedor das obras da Economia Política clássica. Apesar das numerosas referências encontradas no *Correio Braziliense* a autores como Smith, Say e Malthus, foi o suíço Simonde de Sismondi (1773-1842) um dos autores da economia política mais citados no periódico publicado em Londres⁴⁸⁴. Como apresentado no CAPÍTULO 2, a partir de abril de 1816, Hipólito iniciaria a publicação de sua tradução da obra *De La Richesse Commerciale ou Principes d'Economie Politique, appliqués a la Législation du Commerce* (1803). Apesar de já ter

⁴⁸² Segundo Ulrich Mücke, ao realizar uma leitura atenta da obra de Edmund Burke, revela-se que “Silva Lisboa did not translate Burke’s critique of the old regime, the church and absolutism, and so the Brazilian Burke is far more sympathetic to the political regime of Louis XIV than the British Burke. For example, Silva Lisboa did not translate Burke’s reflection about the role of kings”. Cf. MÜCKE, Ulrich. José da Silva Lisboa. Conservatism and Liberalism between Europe and America. In: PIEPER, Renate & SCHMIDT, Peer (Eds.). *Latin America and the Atlantic World. El mundo atlántico y América Latina (1500-1850)*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2005. p. 187. Ver também SILVA, Rosemary Saraiva da. *Reflexões de Edmund Burke por Silva Lisboa: Nem tudo é o que parece ser*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

⁴⁸³ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 131, grifos no original.

⁴⁸⁴ Ver, dentre outros, MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 300.

sido aventado por historiadores que tal tradução representaria uma contraposição à inspiração teórica de Adam Smith encontrada nos escritos de Silva Lisboa e Rodrigo de Sousa Coutinho, a ruptura de Sismondi com os ideais smithianos aconteceria apenas anos depois, em 1819, com a publicação dos *Nouveaux principes d'économie politique*⁴⁸⁵.

A aproximação entre as concepções de Adam Smith e Simonde de Sismondi pode ser encontrada na análise feita por ambos do Tratado de Methuen. A certa altura exame de uma das *Observações* de Silva Lisboa, o redator do *Correio Braziliense* discordava da defesa feita pelo autor do famigerado tratado assinado entre Inglaterra e Portugal no início do século XVIII. Nas *Observações sobre o Comércio Franco no Brazil* (1808), escrevia Silva Lisboa:

Além de que, no Cálculo dos nossos interesses, se deve lançar em primeira linha de conta a certeza da preciosa e constante Amizade e Aliança de uma Potência, que sempre em os apertos do Estado nos socorreu com gente, armas, e naus, e até com subsídios de dinheiro. E é por esta razão que *Smith* no Livr. IV. Cap. VI. mostra, que o sobredito Tratado de *Mathuem* [sic], e subsquentes favores do nosso Governo à bem do Comércio dos Ingleses, não eram tão úteis à Grã-bretanha, como vulgarmente se crê⁴⁸⁶.

De fato, como referia Silva Lisboa, Adam Smith, no Livro IV de sua *Riqueza das Nações* (1776), dedicava um capítulo inteiro aos Tratados de Comércio, dentre os quais, aquele assinado entre Portugal e Inglaterra em 1703⁴⁸⁷. Na obra, o Tratado de Methuen era considerado como o “protótipo de acordo mercantilista”, uma vez que envolvia a concessão de direitos exclusivos de entrada de produtos de um país estrangeiro no

⁴⁸⁵ Cf. ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o Debate Continental sobre os Mercados. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 2, abril-junho 2009. p. 392.

⁴⁸⁶ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808, p. 63, grifos no original.

⁴⁸⁷ Para uma discussão acerca das considerações de Adam Smith sobre o Tratado de Methuen, ver, dentre outros, SOUZA, Washington Peluso Albino de. Adam Smith e o Ouro de Minas Gerais: o Tratado de Methuen. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 24, n. 17, outubro de 1976. BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinhos*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

outro⁴⁸⁸. Tais tratados, segundo Smith, na tradução de Bento da Silva Lisboa publicada em 1812, permitiam que “os seus comerciantes e fabricantes vem a gozar de uma sorte de monopólio no país que lhes é tão condescendente” e disso resultava uma vantagem à Nação favorecida:

Tal Nação vem a dar um mercado mais extenso, e mais vantajoso, às mercadorias da Nação assim favorecida: mais extenso; por, que sendo excluídas, ou sujeitas à mais pesados Direitos, as mercadorias de outras Nações, estas obtém maior extração das próprias mercadorias; mais vantajoso, porque os comerciantes da Nação favorecida, gozando aí de uma sorte de monopólio, muitas vezes venderão as suas mercadorias à maior preço do que o poderiam, se estivessem expostos à livre concorrência de todas as outras Nações⁴⁸⁹.

Por tudo isso, Smith concluía que, apesar de ser considerado extremamente lucrativo à Inglaterra, que receberia uma grande quantidade de ouro do Brasil, o acordo celebrado em 1703 com base nos princípios do mercantilismo – o “systema mercantil”, no dizer de Smith – era, na verdade, desvantajoso. Nas palavras dele, “semelhantes Tratados, ainda que possam ser vantajosos aos comerciantes e fabricantes da Nação favorecida, são necessariamente desvantajosos ao país que dá o favor, pois vem a dar contra si monopólio a uma Nação estrangeira”⁴⁹⁰. A Hipólito da Costa, a análise de Smith parecia absolutamente parcial: “Smith é um excelente economista, mas a sua autoridade, neste caso, apresenta ao nosso autor um mau apoio, debilitado pela conhecida parcialidade de um Inglês, que se propunha justificar este tratado, tão favorável à sua nação”⁴⁹¹.

⁴⁸⁸ BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinhos*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. p. 19.

⁴⁸⁹ *COMPENDIO da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith traduzida do original inglês, por Bento da Silva Lisboa*. Tomo III. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1812. Livro IV, “Dos Systemas de Economia Política”, p. 120-121.

⁴⁹⁰ *COMPENDIO da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith traduzida do original inglês, por Bento da Silva Lisboa*. Tomo III. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1812. Livro IV, “Dos Systemas de Economia Política”, p. 121.

⁴⁹¹ CB, vol. III, n. 14, p. 54.

Simonde de Sismondi, na própria tradução de Hipólito publicada no *Correio Braziliense* anos depois, também apontava para as vantagens angariadas pelos portugueses no Tratado de Methuen:

A vantagem, que o tratado, negociado pelo Mr. Methuen, deu aos Portugueses sobre os Ingleses, é de outra natureza. Não são os mercadores Portugueses que são mais favorecidos, mas sim as mercadorias de seu país; de forma que, em vez de atrair os seus capitais para fora de Portugal, fixam-se nele em maior número, favorecendo ali a cultura da vinha⁴⁹².

Como os vinhos portugueses pagavam cerca de metade dos direitos na alfândega que um vinho francês, por exemplo, Sismondi acreditava que os consumidores acabavam não tendo outra escolha senão consumi-lo. Por isso, “os Ingleses, para favorecer Portugal, se obrigaram a pagar a preço mais subido, um vinho que, em geral estimam menos, e a transportá-lo para sua terra com maiores despesas”⁴⁹³.

Sobre o ouro recebido pela Inglaterra nas negociações da venda dos panos para Portugal, Sismondi acreditava que dentre as vantagens do comércio, “a mais fútil e a mais vã é a de vender a uma nação, que paga em numerário, e não com outras mercadorias”. Dizia ele, afastando-se das teorias mercantilistas, que o ouro não “constituía a riqueza de uma nação”, “era somente o sinal desta riqueza”⁴⁹⁴. Por isso, o recebimento do ouro português não era uma vantagem explícita para os ingleses como se supunha, afinal “o ouro que os Ingleses exportam de Lisboa, não é tanto um lucro, que eles tirem de Portugal, é uma mercadoria, que tem comprado, e também paga, como qualquer outra, que o comércio possa obter em troca”. Seja em ouro, em vinhos, laranjas ou outras mercadorias, “o seu lucro na venda é precisamente o mesmo”⁴⁹⁵.

⁴⁹² CB, vol. XXV, n. 147, p. 163-164.

⁴⁹³ CB, vol. XXV, n. 147, p. 164.

⁴⁹⁴ CB, vol. XXV, n. 147, p. 165.

⁴⁹⁵ CB, vol. XXV, n. 147, p. 166.

Se as referências teóricas aos autores da Economia Política não oferecem uma resposta razoável para explicar as diferentes perspectivas de Hipólito da Costa e José da Silva Lisboa sobre os problemas políticos e econômicos de seu tempo, as divergências presentes nos textos analisados ao longo deste capítulo parecem sugerir algo mais. Nesse sentido, se não é possível afirmar que ambos possuíam inspirações teóricas totalmente apartadas, parece razoável supor, então, que os textos revelam distintos níveis de adesão às *linguagens* expressas pela economia política e pelo liberalismo naquela sociedade. Ainda que tais vertentes de pensamento encontrassem ecos no mundo luso-brasileiro desde meados do século XVIII durante o ministério pombalino, como sugeriu António Almodovar, foi apenas no início do Oitocentos que a economia política caminhou para o processo de institucionalização que descreve Antonio Penalves Rocha⁴⁹⁶. Afinal, como salientou José Luís Cardoso, a economia política se relacionava àquele objetivo primordial de D. Rodrigo, isto é, a manutenção da integralidade do Império luso-brasileiro:

A economia política liberal era bem acolhida em território brasileiro, uma vez que se lhe reconhecia a virtude de contribuir para a integralidade do império. O império luso-brasileiro era, afinal, um espaço propício à construção do território providencial da economia política⁴⁹⁷.

Em 1804, o próprio Silva Lisboa havia publicado seus *Princípios de Economia Política*, o primeiro livro que se tem notícia sobre o assunto, que possuía clara influência nos escritos de Adam Smith⁴⁹⁸. Em 1808, viu-se nomeado como titular de uma cadeira

⁴⁹⁶ Cf. ALMODOVAR, António. Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 142. ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. *Revista de Economia Política*, vol. 13, no. 4(52), outubro-dezembro, 1993.

⁴⁹⁷ CARDOSO, José Luís. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, 2002. p. 161.

⁴⁹⁸ António Almodovar defende que a obra de Silva Lisboa “constitui a primeira incursão explícita no território da Economia Política feita em língua portuguesa, e que enquanto tal representa o primeiro passo

para o estudo da Ciência Econômica no Brasil, criada pelo Príncipe com o objetivo de “se pôr em prática muitos dos seus princípios, para que os meus vassallos sendo melhor instruídos nele, me possam servir com mais vantagem”⁴⁹⁹. Neste período, o desenvolvimento dos estudos de economia política e a publicação de obras sobre o tema na recém-instalada Imprensa Régia do Rio de Janeiro, como as de Silva Lisboa por exemplo, revelam a profunda conexão que tal linguagem possuía com a Coroa Portuguesa. Como observou Penalves Rocha, a economia política, mais do que um estatuto de ciência capaz de fornecer explicações gerais sobre o funcionamento da sociedade e da economia, acabou sendo vista como uma preparação para atuação nos cargos do governo. Para o autor, a Economia Política no mundo luso-brasileiro “era tida basicamente como uma ciência que fornecer os fundamentos de um bom governo, isto, é, de um governo capaz de promover o progresso”⁵⁰⁰.

As reflexões de Silva Lisboa nas obras analisadas no *Correio Braziliense* caminhavam justamente nesse sentido pois, como concordam parte significativa dos historiadores que se debruçaram sobre o assunto, haviam sido escritas com o objetivo de justificar e defender a nova política econômica que era implementada por D. João e seus ministros no Brasil após 1808⁵⁰¹. Oliveira Lima chegou a afirmar que a obra de Silva

no sentido do seu reconhecimento institucional”. ALMODOVAR, Antônio. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos econômicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. XIX.

⁴⁹⁹ Decreto de 23 de Fevereiro de 1808. Cria na cidade do Rio de Janeiro uma cadeira de Ciência Econômica. *COLLEÇÃO das Leis do Brasil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, vol. 2. Para maiores informações sobre o funcionamento da Cadeira ver, dentre outros, ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. *Revista de Economia Política*, vol. 13, no. 4(52), outubro-dezembro, 1993. p. 545-546.

⁵⁰⁰ Cf. ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. *Revista de Economia Política*, vol. 13, no. 4(52), outubro-dezembro, 1993. p. 547 e seguintes. Citação extraída da p. 549.

⁵⁰¹ Cf. Ver, dentre outros autores: CARDOSO, José Luís. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, 2002. WEHLING, Arno. Cairu e o “Comércio Franco e Legítimo”. *Revista Interdisciplinar de Direito*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2020. NOVAIS, Fernando Antônio & ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2(21), jul./dez. 2003. LYNCH, Christian Edward Cyril. Absolutismo político e liberalismo econômico: o Reformismo Ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 181 (483), mai./ago. 2020. p. 65. Para uma análise esmiuçada da historiografia sobre a obra de José da Silva Lisboa, ver: ROCHA, Antonio Penalves.

Lisboa sobre o comércio franco no Brasil se inseria em um conjunto de impressos de “propaganda intelectual” saídos dos prelos da Impressão Régia⁵⁰². Como bem observou Ulrich Mücke, o futuro Visconde de Cairu foi peça-chave na “criação de uma imagem positiva da política régia na esfera pública do Brasil entre 1808 e 1822”⁵⁰³.

António Almodóvar foi um dos poucos autores a avançar na questão da motivação das obras ao inseri-las no conjunto da produção escrita de Silva Lisboa. Enquanto os *Princípios de Economia Política* (1804) enunciavam as ideias e teorias econômicas às quais seria fiel, as três *Observações* (1808-1810) publicadas já no contexto da instalação da Corte no Rio de Janeiro, representavam a materialização do que ele defendia. Por isso, a posição de destaque ocupada por Silva Lisboa no Rio de Janeiro era tão importante, pois permitia “não apenas no que diz respeito ao controle e à difusão de ideias, mas também no tocante à implementação prática dessas mesmas ideias”⁵⁰⁴. Tratava-se, em suma, na opinião de Almodóvar de garantir “de forma tão definitiva e indesmentível” a adesão do Príncipe-regente e de seu ministério aos princípios liberais da Economia Clássica⁵⁰⁵.

Em virtude dessa proximidade com o centro de poder, a obra de José da Silva Lisboa, como percebeu Christian Lynch, era marcada por um esforço de combinar os princípios do liberalismo econômico, como a liberdade de comércio, por exemplo, com a organização política de uma sociedade de Antigo Regime. Os textos de Silva Lisboa, apesar de serem repletas de referências a Adam Smith, Ferguson e Burke, não deixava de

Introdução. In: *Visconde de Cairu, Coleção Formadores do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2001. Especialmente p. 21 e seguintes.

⁵⁰² LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006. p. 140.

⁵⁰³ MÜCKE, Ulrich. José da Silva Lisboa. Conservatism and Liberalism between Europe and America. In: PIEPER, Renate & SCHMIDT, Peer (Eds.). *Latin America and the Atlantic World. El mundo atlántico y América Latina (1500-1850)*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2005. p. 184. Tradução livre. No original, lê-se: “Silva Lisboa was therefore a key figure in the creation of a positive image of royal politics in Brazil’s public sphere between 1808 and 1822”.

⁵⁰⁴ ALMODÓVAR, António. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos económicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. XVII.

⁵⁰⁵ ALMODÓVAR, António. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos económicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993. p. XXIV.

citar os antigos Sêneca, Cícero e Tácito quando se tratava de política. Afinal, “tratava-se claramente de uma estratégia de divulgar o moderno pela boca dos antigos, que integravam a cultura política do Antigo Regime, respeitando as normas impostas pela censura”⁵⁰⁶.

Não por acaso, tanto Silva Lisboa quanto o ministério joanino no Rio de Janeiro mantinham-se imersos em uma *linguagem política* fortemente marcada pelos traços do Antigo Regime português, voltada ao controle do comércio, da atividade produtiva e, em última instância, da própria sociedade. Essa lógica manifestava-se na manutenção daquele “habitual tom panegírico” nas obras do futuro Visconde de Cairu a que se refere José Luís Cardoso, alvo frequente das críticas formuladas por Hipólito nas páginas do *Correio Braziliense*⁵⁰⁷. Hipólito, por sua vez, seja em razão da profunda desilusão provocada por sua prisão pela Inquisição portuguesa, experiência da qual nunca se recuperou inteiramente, seja pela perspectiva adquirida ao viver na Inglaterra, livre da censura e influenciado pelos ideais liberais e constitucionais, vislumbrava na aplicação sistemática dos princípios da economia política e na qualificação técnica dos ministros um caminho viável para a superação dos entraves que limitavam o progresso da sociedade luso-brasileira⁵⁰⁸.

A experiência da vivência na Inglaterra foi determinante para a construção da visão de Hipólito da Costa sobre o que se passava no Brasil. Em um dos trechos finais publicados na seção Miscelânea do *Correio Braziliense*, destinado a comentar as

⁵⁰⁶ LYNCH, Christian Edward Cyril. Absolutismo político e liberalismo econômico: o Reformismo Ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 181 (483), mai./ago. 2020. p. 61.

⁵⁰⁷ CARDOSO, José Luís. O liberalismo econômico na obra de José da Silva Lisboa. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, 2002. p. 161.

⁵⁰⁸ João Pedro Rosa Ferreira, utilizando-se de trechos de outras seções do *Correio Braziliense*, resumiu bem a defesa de Hipólito da Costa dos ideais da liberdade contra o despotismo. Cf. FERREIRA, João Pedro Rosa. Jornalismo e pensamento político. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 384 e seguintes.

novidades daquele mês, o redator fazia alusão à famosa metáfora dos três relógios para descrever os três principais ministros da Corte no Rio de Janeiro: “um sempre muito adiantado”, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, “outro muito atrasado”, D. Fernando José de Portugal e Castro, “e o outro inteiramente parado”, o Conde de Anadia. A análise que segue a este célebre trecho, parece sugerir algo mais do que uma mera alfinetada. Para Hipólito, não bastava a simples substituição dos ministros para a correção dos problemas, pois “escolher-se-iam para Ministros homens da mesma classe, que são conhecidos somente por serem Cortesãos, e não por seus talentos, como Estadistas”, afinal, no Brasil, “os homens de ciência, e não Cortesãos, não tem modo algum de serem conhecidos, e chamados para o Governo de seu país”⁵⁰⁹.

O próprio Conselho de Estado, aumentado após a eclosão da Revolução na França, havia sido formado por homens

que por princípios eram aversos aos estudos, por educação incapazes de meditar nas necessidades das classes inferiores da sociedade; e por hábito destituídos da energia de corpo e espírito, que necessariamente se requeria nas pessoas encarregadas do árduo serviço a que este Conselho se destinava⁵¹⁰.

Com isso, o que ele apontava era a falta de critérios objetivos vinculado ao talento, formação e ao mérito do indivíduo candidato ao cargo. Naquela sociedade, para o homem público importavam outros fatores, vinculados à hierarquia, à honra, ao local de nascimento, enfim, ao privilégio. Diferentemente do que se passava com a Inglaterra, onde “todos os nobres se aplicam de tenra idade às letras” e a “maior parte deles vai às Universidades obter graus acadêmicos”. Por isso, a despeito da existência de “homens de talento” em Portugal, Hipólito questionava que, se não fossem cortesãos, como ficariam conhecidos?

⁵⁰⁹ CB, vol. V, n. 30, p. 565.

⁵¹⁰ CB, vol. V, n. 30, p. 566.

As ocupações dos cargos na Coroa constituíam então um “vício fundamental”, responsável pelos “males do Governo do Brasil” e chegavam a formar uma espécie de monopólio. Dizia Hipólito que “os naturais do Brasil, quando vinham a Portugal eram olhados como estrangeiros pelo Governo, e como macacos pela plebe”, o que não ocorria na situação inversa em que se encontrava a Corte. Faltava no Conselho de Estado “um só dos compatriotas do Brasil” que devia aturar “estrangeiros em sua casa, e estrangeiros fora dela”. Poderiam, finalizava o redator, “ao menos para adoçar a boca aos povos do Brasil”, nomear algum “adulador, e parasita”, “mas nem isto se tem feito”⁵¹¹.

Entre as críticas de Hipólito da Costa às medidas adotadas pelo ministério de D. João na América e as justificativas e elogios oferecidos por José da Silva Lisboa em sua defesa dessas mesmas políticas, vislumbra-se que o redator do *Correio Braziliense* almejava dar um passo que o futuro Visconde de Cairu não ousava trilhar: a adoção plena e coerente dos princípios modernos da economia política e do liberalismo *político*. Marco Morel já havia destacado as contradições presentes no pensamento de Silva Lisboa, especialmente ao defender o livre comércio enquanto se mostrava indiferente às liberdades civis⁵¹². Para Hipólito da Costa, havia uma clara incongruência entre a defesa da liberdade comercial, o estímulo às manufaturas e à imprensa, por um lado, e, por outro, a persistência da Inquisição, da censura prévia, da atuação arbitrária da Intendência de Polícia e da manutenção de privilégios conferidos a ministros ineptos. Eram ecos do despotismo, empecilho ao exercício da liberdade que ele tanto defendia. Mas que liberdade era essa?

⁵¹¹ CB, vol. V, n. 30, p. 567.

⁵¹² Cf. MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 300.

A busca pelas referências e influências da concepção de liberdade de Hipólito da Costa pode ser elucidada a partir da consulta a outras análises de obras feitas por ele no *Correio Braziliense*. Como já havia percebido Lúcia Bastos, o conceito de despotismo adotado por Hipólito da Costa assemelhava-se ao de Montesquieu, cujas obras, ainda que proibidas pela censura, circulavam em Portugal desde o século XVIII⁵¹³. Hipólito afirmava

É por isto que o célebre Montesquieu, querendo dar uma ideia do Governo despótico, não diz mais nada senão isto: ‘Que os selvagens da Luisiana, quando querem colher um fruto da árvore, decepam-na, e derrubam-na’. Supor que estas medidas arbitrarias podem servir de algum interesse ao Governo, é um erro tão considerável que elas são tendentes a arruinar inteiramente o comércio, atacando a liberdade desse mesmo comércio, que é essencialíssima à sua prosperidade⁵¹⁴.

A admiração pela ideia de liberdade desenvolvida por Montesquieu em sua célebre obra *O Espírito das Leis* seria evidenciada, meses depois da publicação das discussões entre Silva Lisboa e o redator do *Correio Braziliense* analisadas neste capítulo. Em uma resposta à obra intitulada *Os Pedreiros Livres e os Iluminados, que mais propriamente se deverião denominar os Tenebrosos*, atribuída pelo redator a Vicente José Ferreira da Costa, Hipólito afirmava que Montesquieu concedia, de fato, preferência do “Governo representativo”, mas não alcançado do mesmo modo como outros filósofos “temerários” haviam sugerido, com ataques aos “alicerces da moral, da sociedade, e da religião”. Ao contrário, para Hipólito a confusão entre tais “filósofos ímpios” e “o célebre

⁵¹³ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereire das. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. p. 495. Por meio de documentos inquisitoriais, Luiz Carlos Villalta atestou a circulação de obras de Montesquieu, como as *Cartas Persas* (1721), entre letrados no mundo luso-brasileiro. Cf. VILLALTA, Luiz Carlos. Montesquieu’s Persian Letters and Reading practices in the luso-brazilian World (1750–1802). In: PAQUETTE, Gabriel (Ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its atlantic colonies, c. 1750–1830*. Farnham: Ashgate, 2009. A obra *Do Espírito das Leis* (1748), citada por Hipólito, foi inserida no *index* de 29 de novembro de 1751. Ver VILLALTA, Luiz Carlos. Robinson Crusoe e Cartas Persas: romances, viagens e devir histórico (1719-1806). In: BORGES, Célia Maia (Org.). *Narrativas e Imagens*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006, p. 102-155. Nota 6.

⁵¹⁴ CB, Vol. XVIII, n. 45, p. 151-152.

Montesquieu” demonstrava que “nunca lestes as suas obras, e que destes ouvidos à injustas acusações”⁵¹⁵. Até porque, nas páginas seguintes ele buscava demonstrar que Montesquieu falava “sempre de Deus com o mais profundo acatamento” e “da religião de Jesus Cristo como vinda do Céu, e a separa sempre de todas as religiões carnavais, e mundanas”⁵¹⁶. Por isso, não se devia, para Hipólito, confundir o “ortodoxo” Montesquieu com “Helvécio, Voltaire, Baile, e outros muitos, cujas máximas infernais têm promovido a rebelião nos estados, e a perversidade nos costumes”⁵¹⁷. Nesse sentido, afastava-se das desordens causadas pela adoção radical de tais ideias, que desembocaram na Revolução Francesa, e adotava uma percepção moderada, que se desdobrava, por exemplo, em seus ideais de igualdade:

A igualdade consiste em que cada um na sua classe tenha a proteção das leis. A autoridade pública deve por em segurança o mais fraco dos cidadãos contra a força, e violência dos grandes, e poderosos. O crime punido, e a virtude premiada derivam-se desta igualdade. Deveríeis considerar esta igualdade nos seus diferentes estados, e relações⁵¹⁸.

A inspiração em Montesquieu era evidente ao discorrer sobre a liberdade:

Tendes por liberdade o que cada um pode, e quer obrar. Semelhante liberdade só a há por abstração, considerando o homem no estado da natureza. Este estado não tem existência real. (...) Montesquieu, contra o qual vibrais a espada do vosso furor, mostra, em que consiste a liberdade do cidadão. A liberdade, diz ele, é o direito de obrar tudo o que as leis permitem; e se um cidadão obrasse a que elas proíbem, não haveria mais liberdade, porque os outros teriam igualmente este poder⁵¹⁹.

⁵¹⁵ CB, vol. VIII, n. 47, p. 638. Segundo Pablo Magalhães, a obra defendida por Hipólito é a segunda edição de um raro folheto intitulado *Epítome do sistema da seita dos pedreiros livres; e da dos chamados iluminados* publicado clandestinamente em Portugal no ano de 1803. Trata-se do “primeiro impresso sobre a maçonaria em língua portuguesa”. Para mais informações, consultar MAGALHÃES, Pablo Iglesias. Caçador de Pedreiros-Livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria lusobrasílica (1799-1804). *Revista de História (São Paulo)*, n. 176, 2017.

⁵¹⁶ CB, vol. VIII, n. 47, p. 639.

⁵¹⁷ CB, vol. VIII, n. 47, p. 640.

⁵¹⁸ CB, vol. VIII, n. 47, p. 640.

⁵¹⁹ CB, vol. VIII, n. 47, p. 641.

Nesse sentido, as concepções de liberdade e igualdade partilhadas pelo redator do *Correio Braziliense* não significam que a subversão da ordem monárquica estava entre os objetivos de Hipólito da Costa. Ao contrário, ele manteve-se fiel à monarquia dos Bragança até o fim, e somente quando a emancipação parecia inevitável foi que Hipólito aderiu a causa do Brasil em 1822. Tal fidelidade, como visto ao longo deste CAPÍTULO, não fazia com que deixasse de propor reformas e tecer críticas ao modo como a Coroa insistia em conduzir os negócios do lado de cá do Atlântico. É nesta diferença que residem as distintas adesões de José da Silva Lisboa e Hipólito da Costa aos princípios ilustrados que se refletiam mobilização de distintas *linguagens políticas*. José Silva Lisboa mostrava-se preocupado em legitimar e justificar as mudanças econômicas implementadas por D. João e seus ministros no seio de uma linguagem política típica do Antigo Regime português. Por outro lado, Hipólito da Costa – influenciado pelas leituras que fazia de autores da Ilustração, como Montesquieu, associada à crença na difusão das ideias da economia política divulgados por homens como Adam Smith e Simonde de Sismondi – escrutinava todas as medidas do governo e criticava seus ministros.

Finalmente, se, como sugeriu Koselleck, “todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”, os *espaços de experiência* dos dois personagens impactavam profundamente seus *horizontes de expectativa*⁵²⁰. Escrevendo do Brasil, José da Silva Lisboa comportava-se como um típico cortesão do Antigo Regime e sua obra era repleta por “suas genuflexões constantes diante do Poder” como observara Sérgio Buarque de Holanda⁵²¹. Hipólito, em

⁵²⁰ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006. p. 306.

⁵²¹ Sérgio Buarque apontava justamente para o fato de que, a despeito das referências aos autores da moderna economia política, as obras de Silva Lisboa não contribuíram para a adesão plena de tais princípios: “E também parece certo que o autor dos *Estudos do bem comum*, a despeito de seu trato com economistas britânicos, não contribuiu, salvo nas aparências e superficialmente, para a reforma de nossas ideias econômicas”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição Crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 137, grifos no original. Mucke já havia apontado para falta de experiências

contrapartida, a despeito de sua formação nos quadros do Antigo Regime, na Universidade de Coimbra e no seio daquela elite ilustrada capitaneada por Rodrigo de Sousa Coutinho, experienciava o clima político de liberdade de uma Inglaterra já modernizada após a Revolução Gloriosa de 1689⁵²². Portanto, naquele momento, diferentemente de Silva Lisboa, Hipólito já vislumbrava que o *futuro* começava lentamente a se distanciar do *passado*⁵²³.

no exterior de José da Silva Lisboa: “He never visited either Great Britain or France. He studied in Coimbra for a few Years, and lived the rest of his life in Salvador and Rio de Janeiro”. Cf. MÜCKE, Ulrich. José da Silva Lisboa. Conservatism and Liberalism between Europe and America. In: PIEPER, Renate & SCHMIDT, Peer (Eds.). *Latin America and the Atlantic World. El mundo atlántico y América Latina (1500-1850)*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2005. p. 193.

⁵²² De acordo com Pocock, “A state creating a national debt to service its wars and to turn them from civil wars to wars of state needed a circulation of goods and money to service that debt, and war, debt, and need grew together. Because states needed trade in order to fight and govern, they fought for trade. This did not prevent their being ancien regime states. It merely made anciens regimes modern, which they knew themselves to be, and filled them with the tensions between ancient and modern perceptions of politics and human life, a condition that is itself modern”. POCOCK, J.G.A. Standing Army and Public Credit: the Institutions of Leviathan. In: HOAK, D. & FEINGOLD (Eds.). *The World of William and Mary. Anglo-Dutch Perspectives on the Revolution on 1688-1689*. Stanford: Stanford University Press, 1996. p. 99.

⁵²³ Segundo Koselleck, “enquanto a doutrina cristã dos últimos fins impunha limites intransponíveis ao horizonte de expectativa – ou seja, até meados do século XVII, aproximadamente –, o futuro permanecia atrelado ao passado” (p. 315). “Isto só veio a modificar-se com a descoberta de um novo horizonte de expectativa, o que terminou ganhando a forma do conceito de progresso” (p. 316). Finalmente, o autor conclui que: “Nossa tese dizia que, na modernidade, a diferença entre experiência e expectativa não para de crescer, ou melhor, que a modernidade só pôde ser concebida como um novo tempo depois que as expectativas se distanciaram de todas as experiências anteriores” (p. 322). KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

CAPÍTULO 4

A CIÊNCIA DO LEGISLADOR:

SENTIDOS DA ECONOMIA POLÍTICA NAS PÁGINAS DO *CORREIO BRAZILIENSE*

A economia política é a ciência do Legislador; se ele não tiver conhecimento do todo; arrisca-se a contrariar por suas leis os progressos da prosperidade nacional.

Simonde de Sismondi, 1803⁵²⁴.

Assim o economista suíço Jean Charles Simonde de Sismondi (1773-1842) descrevia a Economia Política na obra *De La Richesse Commerciale*, publicada em Genebra no ano de 1803. Mais de uma década após sua primeira edição, diversos trechos e capítulos da obra foram traduzidos por Hipólito da Costa e difundidos em língua portuguesa por meio do *Correio Braziliense*. A passagem reproduzida na epígrafe integra um amplo conjunto de mais de mil páginas dedicadas à leitura, tradução e divulgação da obra do autor suíço a partir de 1816. A presença das ideias de Sismondi no periódico torna particularmente relevante a análise de sua recepção e reinterpretação por Hipólito da Costa.

O presente capítulo tem como objetivo examinar a influência e impacto das ideias e princípios econômicos de Sismondi no pensamento político de Hipólito da Costa. Para tanto, investigam-se os modos de difusão de suas ideias no mundo luso-brasileiro, bem como as concepções acerca da Economia Política expressas pelo redator do *Correio Braziliense* em matéria econômica e política, especialmente nos conceitos de liberdade e despotismo. Para tanto, além das análises de obras publicadas no periódico, recorreu-se, tal como no CAPÍTULO 3, à comparação com textos de outra figura fundamental para a

⁵²⁴ CB, vol. XVI, p. 458.

recepção e difusão do pensamento econômico de Sismondi em língua portuguesa: Francisco Solano Constâncio (1777-1846). Sua trajetória como emigrado e periodista português em terras estrangeiras o aproxima dos caminhos percorridos por Hipólito da Costa, que chegou a comentar a dois de seus artigos publicados na França. A aproximação entre ambos permite aprofundar a compreensão dos sentidos atribuídos à Economia Política no contexto das Luzes e do liberalismo luso-brasileiro em princípios do Oitocentos.

NAS TRAMAS DA ECONOMIA POLÍTICA

Por décadas, a historiografia do pensamento econômico privilegiou a obra dos “grandes economistas clássicos”, como A. Smith (1723-1790), Th. Malthus (1766-1834), D. Ricardo (1772-1823) e, de certa maneira, J.-B. Say (1767-1832), em virtude de suas inovações para a teoria econômica. Outros autores, responsáveis pela difusão dos princípios da economia política e do próprio credo smithiano pela Europa, foram relegados a segundo plano. Processo semelhante se observou nos estudos sobre a Ilustração luso-brasileiro em sua conexão com as correntes do liberalismo e da economia política. Não são raras as referências à assimilação de Adam Smith por personagens célebres como Rodrigo de Sousa Coutinho e José da Silva Lisboa, para tomarmos de exemplo figuras desta tese. Como bem salientou António Almodovar,

são justamente esses outros autores – Cobden, Torrens e McCulloch, Rossi e Dunoyer, Sismondi, Ray e Herrenscwand, e muitos outros – aqueles que importa ter em consideração quando nos interessa identificar as vias de difusão social da mensagem smithiana ou da mensagem clássica⁵²⁵.

⁵²⁵ ALMODOVAR, António. Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil. In: CARDOSO, José Luís (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. p. 117.

Nesse sentido, além das figuras célebres, outro pensador encontrava difusão, ainda que tímida, em Portugal: Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi. Nascido em Genebra em 1773, apenas três anos antes da publicação de *A Riqueza das Nações* (1776) de Adam Smith, Sismondi pertencia a uma família protestante de origem italiana emigrada após a revogação do Edito de Nantes (1685). Depois da Revolução Francesa, sua família exilou-se na região da Toscana na Península Itálica. Retornou a Genebra no ano de 1792 e realizou sua primeira visita à Inglaterra dois anos depois. Em 1803, publicou seu primeiro trabalho econômico, a obra *De la richesse commerciale*, na qual se ocupava da legislação econômica a partir dos princípios de Adam Smith. Entre 1807 e 1818 se dedicou ao estudo histórico dos regimes políticos italianos, do que resultou sua *Histoire des républiques italiennes du Moyen Âge*. Após ser convidado a escrever o verbete “Political Economy” para a *Edinburgh Encyclopædia* (1817), publicou os *Nouveaux principes d'économie politique* (1819), que consolidava sua crítica aos pressupostos da economia clássica. Entre Genebra, Paris, Londres e outras cidades europeias, Sismondi travou contato com personagens como Benjamin Constant e a Madame de Staël, que acompanhou nas suas viagens na Itália e Alemanha. Até seu falecimento em junho de 1848, escreveu outros livros como *Études sur les constitutions des peuples libres* (1836), no qual expunha suas visões políticas e fazia uma distinção entre o republicanismo e democracia⁵²⁶.

Alguns elementos sugerem a presença de suas obras no mercado livreiro do mundo luso-brasileiro. O catálogo de livros da Loja da Viúva Bertrand e Filhos publicado no *Jornal de Coimbra* de novembro de 1813 anunciava a venda na seção Jurisprudência: “Simonde. De la richesse commerciale, ou principes d'économie politique appliqués à la

⁵²⁶ TUAN, Mao-Lan. Simonde de Sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 18-26. Para uma biografia clássica do autor, consultar: SALIS, Jean de Rodolphe de. *Sismondi, 1773-1842. La vie et l'œuvre d'un cosmopolite philosophe*. Paris: Librairie de la Société de l'Histoire de France, 1932.

législation du commerce. 8°. 2. Vol. Genève, 1803 – 2\$880 em broch.”⁵²⁷. A obra também se encontrava disponível aos leitores no Brasil. Em junho de 1812, o periódico *Idade d’Ouro do Brazil*, publicado em Salvador, apresentava uma “Relação dos Livros vindos ultimamente de Inglaterra para a Livraria Pública”, na qual constava “La Richesse Commerciale, par Simonde”⁵²⁸.

Além da oferta de livros e impressos escritos por Sismondi, suas obras foram citadas e comentadas por alguns personagens de relevo naquele contexto político. Rodrigo de Sousa Coutinho, o mais importante representante do reformismo ilustrado luso-brasileiro, fazia referência às ideias de Simonde de Sismondi em uma memória sobre os Tratados de Aliança e Amizade assinados entre Portugal e Inglaterra em 1810, transcrita integralmente no próprio *Correio Braziliense* de abril de 1812. Ao comentar um dos artigos do tratado que dispunha sobre o comércio na Ásia, o ministro afirmava

quanto (...) à ruína das fábricas do Reino, creio como Smith e Simonde, que só cairão aquelas que se sustentarem à força de privilégios; pois que seguindo V. A. R. o sistema de não taxar as manufaturas do Reino, vem elas a ter 12 por cento, e demais a serem isentas as matérias primeiras, necessárias para as mesmas fábricas; donde crescendo a prosperidade do Reino há de necessariamente resultar o serem elas favorecidas, e não deprimidas pelo novo sistema, que acrescentando a riqueza nacional, deve dar meios para que as mesmas artes prosperem⁵²⁹.

Continuava ainda defendendo o fim de “todos aqueles privilégios mal-entendidos, que Antonio de Araujo fez continuar às fiações d’algodões, para os segurar à sua nova fábrica”. Esta medida, justificava D. Rodrigo, ia de encontro ao “que se acha luminosamente exposto nas obras de Smith e de Simonde”⁵³⁰.

⁵²⁷ *Jornal de Coimbra*, vol. V, n. XXIII, novembro de 1813, p. 271.

⁵²⁸ *Idade d’Ouro do Brazil*, n. 48, 16 de junho de 1812. Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, p. 4.

⁵²⁹ MEMÓRIA apresentada pelo Conde de Linhares a S. A. R. o Príncipe regente de Portugal, sobre o projecto do tractado com a Inglaterra. CB, vol. VIII, n. 47, p. 460-461.

⁵³⁰ MEMÓRIA apresentada pelo Conde de Linhares a S. A. R. o Príncipe regente de Portugal, sobre o projecto do tractado com a Inglaterra. CB, vol. VIII, n. 47, p. 461.

Nas *Observações sobre o Commercio Franco no Brazil* (1808), amplamente discutidas no CAPÍTULO 3 desta tese, José da Silva Lisboa também fazia referência à obra de Sismondi, especificamente àquela que seria alguns anos depois traduzida por Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Com o objetivo de justificar a importância do comércio inglês para Portugal e Brasil naquele momento, o futuro Visconde de Cairu argumentava para sua relevância em outras nações: “até a mesma França não pôde passar sem o comércio Inglês”. Como evidência, sugeria: “leia-se a Mr. *Simonde*, Economista Francês deste Século, na sua Obra da *Riqueza Comercial*. Ele é Membro de um Tribunal de comércio daquele país, e não é crível que exagerasse os fatos, e faltasse à verdade”. O autor revelava conhecimento sobre o teor da obra que leu e consultou: “Ali afirma, que, não obstante as mais severas proibições do contrabando Inglês, que já estava reduzido à um comércio regular a abrigo dos seguros simulados. Por este, várias fábricas da França arruinadas começavam a reviver”⁵³¹.

Francisco Solano Constâncio, com quem Hipólito travou debates em suas análises na seção *Literatura e Ciências* do periódico, também se mostrou receptivo às ideias de Simonde de Sismondi. Era nesse universo de ideias econômicas e políticas que Hipólito da Costa procurava intervir ao traduzir e publicar trechos da obra de Sismondi em seu periódico.

SIMONDE DE SISMONDI TRADUZIDO POR HIPÓLITO

“Livres, em cerro grau, dos sobressaltos da guerra, a das negociações políticas, que se lhe seguiram, e que a deixaram sopita, posto que não extinta”, escrevia Hipólito da Costa em abril de 1816, “aproveitaremos este intervalo, voltando-nos para os cuidados da paz”. Chegava o tempo, para o redator, do governo recuperar “as forças perdidas na

⁵³¹ *OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil*. Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808. p. 74, grifos no original.

sanguinosa luta passada”, reavaliar os erros e corrigir “aqueles defeitos de administração e de economia política”. Em sua percepção, as guerras napoleônicas, que abalaram a Europa desde a década anterior, haviam descortinado as deficiências e fragilidades da nação portuguesa. A guerra, em suas palavras, “nos achou desprovidos, e, em todos os respeitos, dependentes da caridade e da proteção estrangeira”, referência clara ao auxílio inglês na defesa de Portugal e na escolta para a fuga de D. João e seu séquito para América. O redator receava o futuro e intencionava preparar o império português. Afinal, “se o vulcão rebentar de novo, tenhamos abrigo próprio a que recorrer, e possamos trabalhar na sua extinção com a força nossa, dignidade e independência que nos compete, e com que, até um certo tempo, nos apresentamos sempre na fileira das nações”⁵³².

Nesse sentido, avaliava Hipólito, “a melhor via” para alcançar “o bem da nação” e recuperar a dignidade portuguesa era “divulgar, por meio do nosso jornal, os princípios da boa economia política, pela qual se tornam fortes e ricas as nações, e, em direta proporção, respeitáveis e independentes”. Imbuídos de tais ideais, Hipólito da Costa passaria a oferecer aos leitores na seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense* a tradução de capítulos e extratos da obra “*Principios de Economia Política applicados à Legislação do Commercio* de J. C. L. Simonde, membros do Conselho do Commercio, Artes e Agricultura, do Léman, etc. etc. 2 tom. Impressos em Genebra, em 1813”⁵³³. Segundo ele,

Esta obra é elementar; e feita sobre os admiráveis princípios que o ilustre Inglês *Adam Smith* estabeleceu primeiro, mas obscuramente; e o nosso autor desenvolveu e dispôs com clareza e método, destinando-a particularmente à França; e por isso, nos extratos, que daremos, traduzidos neste Jornal, atenderemos somente aos princípios de aplicação universal, e conformes as circunstâncias de todos os países, e do que disser particularmente respeito à França (que ainda assim não é muito) referiremos somente o que também, por algum respeito, nos convier saber⁵³⁴.

⁵³² CB, vol. XVI, n. 95, p. 338.

⁵³³ CB, vol. XVI, n. 95, p. 338-339, grifos no original.

⁵³⁴ CB, vol. XVI, n. 95, p. 339, grifos no original.

Hipólito ainda descrevia a organização da obra e qualificava a Economia Política como “parte da ciência do governo reduzida a princípios”. Em virtude de seu recente desenvolvimento, o tradutor afirmava que “o autor, na sua Introdução, acautela os leitores da oposição que hão de fazer os sectários dos mal-entendidos sistemas (econômico, e mercantil) até aqui seguidos, e de que hão sofrido muito as nações”. Por esse motivo, a obra original contava com “a definição das palavras científicas” utilizadas por Sismondi “na exposição do seu sistema científico” de modo a “evitar, no decurso da obra, outras palavras e frases que não fossem de sentido óbvio e inteligível, porque todos entendam e aproveitem”⁵³⁵.

Na breve apresentação que antecede os primeiros trechos traduzidos, Hipólito demonstrava pleno domínio acerca do contexto intelectual e político que circunscrevia a publicação da obra, inserindo-a no interior da própria economia política, especialmente no que se refere à adoção dos princípios smithianos por Simonde de Sismondi em 1803, ano correto de impressão do livro, cujo conteúdo será examinado adiante. O excerto revela, ademais, os critérios e princípios que guiaram a sua prática tradutória. Ainda que esta não seja a perspectiva eleita por este pesquisador nesta tese, a exemplo de trabalhos anteriores, é fundamental assinalar que o redator do *Correio Braziliense* procedeu a numerosas supressões em sua tradução⁵³⁶. A seleção dos trechos traduzidos, conforme admitido pelo próprio Hipólito, baseou-se na relevância dos princípios expostos para outras realidades nacionais, em especial a portuguesa. Por isso, as passagens que se restringiam ao contexto francês, objeto primário de análise de Sismondi, foram incluídos somente na medida em que pareciam, aos olhos do tradutor, pertinentes. Desde o princípio se evidenciava um traço importante do pensamento de Hipólito da Costa, desenvolvido

⁵³⁵ CB, vol. XVI, n. 95, p. 339.

⁵³⁶ Cf. GASPAR, Gabriel de Abreu M. “*Em Inglês brilhaste, em Português agora brilhas*”: tradução e circulação das obras de Alexander Pope no mundo luso-brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

ao longo deste CAPÍTULO: a defesa reiterada de uma apropriação pragmática dos saberes e princípios advindos da economia política, que deveriam ser mobilizados pelos ministros e governantes para uma intervenção racional na vida pública.

No Prefácio da obra traduzida, Simonde de Sismondi explanava, em linhas gerais, suas concepções acerca da Economia Política. A ciência do governo, afirmava Sismondi, em virtude da “importância e universalidade do seu objeto” e da “íntima conexão com todos os interesses da vida”, havia interessado e atraído o interesse de muitos homens. O objetivo dos governos deveria ser “o bem dos povos que lhe estão sujeitos”. “portanto, a ciência do Governo, a ciência de fazer os homens felizes”, que devia assegurar “aos Povos a maior massa de liberdade, de segurança, e de tranquilidade, e de virtude; de riquezas, de saúde, e de forças, que for possível que eles gozem simultaneamente”⁵³⁷.

Esta ciência do governo estaria dividida em “dois ramos importantes”, subdivididos em “ramos menores”. A primeira parte dizia respeito à administração da nação, ao governo e, por isso, dependia “da própria constituição do Soberano”. “Esta parte constitui o que se chama propriamente política” e tinha por objetivos o “estabelecimento da verdadeira liberdade” e a elevação do cidadão à virtude⁵³⁸. O segundo ramo da ciência se relacionava com a necessidade do governo de conduzir seus cidadãos e a própria nação na busca pela riqueza:

Eis aqui a *Economia Política*, ciência de uso mais geral, se bem que não seja de maior interesse que a mesma política, porque se pode sem diferença pôr em prática em todos os tempos e lugares. O Governo que adota os seus princípios, tira dela igual vantagem, seja qual for a base em que estiver fundado: a sua riqueza e o seu poder serão sempre o resultado da riqueza e da população dos seus Estados, que ela ensina a aumentar⁵³⁹.

⁵³⁷ CB, vol. XVI, n. 95, p. 339-340.

⁵³⁸ CB, vol. XVI, n. 95, p. 340.

⁵³⁹ CB, vol. XVI, n. 95, p. 340-341, grifos no original.

Na perspectiva de Sismondi, a Economia Política enquanto ciência apresentava as regras para “aumentar as riquezas” e “multiplicar as possessões, pô-las ao alcance do maior número de indivíduos, estendê-las ainda mais”. O autor suíço argumentava que este ramo do conhecimento se materializava de forma concreta na vida cotidiana dos cidadãos. Não se tratava, assim, de uma ciência distante da própria realidade. Ao contrário, inspirado em Adam Smith, sentenciava que “nada se vende, nada se compra, nada se troca, sem que nas condições do mercado se sinta mais ou menos a influência das leis sobre aquela parte”. Afinal, os princípios da economia política regulavam “a renda das terras do cultivador e do proprietário, o rendimento dos fundos do capitalista, os lucros do comércio, os salários dos jornaleiros, as despesas de todos os membros da sociedade, e as comodidades que eles obtêm em troca”⁵⁴⁰.

Neste prefácio, Sismondi ainda destacava a questão dos estudos preparatórios da economia política, que não era composta por “cálculos áridos”, “teoremas, deduzidos de axiomas obscuros, dados por verdades incontestáveis”. Ao contrário, a economia política era fundada “sobre o estudo do homem e dos homens”. Por isso, era preciso um conhecimento sobre “a natureza humana, o estado e a sorte das sociedades em diferentes tempos e lugares”, construído a partir da consulta a “historiadores e [...] viajantes”. Não importavam apenas as leis e “registros de exportação e importação” de um país, mas igualmente como elas eram executadas. O sistema político também era fundamental, pois devia-se observar a “largueza ou opressão que existe à massa do povo”. Por tudo isso, Sismondi acreditava que a Economia Política era fundada sobre uma “grande arte de observar” a realidade, aliada ao conhecimento sobre “diversas faculdades do entendimento”⁵⁴¹.

⁵⁴⁰ CB, vol. XVI, n. 95, p. 341.

⁵⁴¹ CB, vol. XVI, n. 95, p. 342-343.

Ao tratar especificamente da obra que prefaciava, Sismondi declarava que havia se dedicado a apenas uma das partes da Economia Política, “a saber, a sua aplicação à legislação do comércio”. A inspiração no escocês Adam Smith era frontalmente assumida pelo autor:

Temo, por outro lado, que aqueles, que já conhecem esta ciência, e que a tem bebido nas boas fontes, se não aborreçam da leitura dos três primeiros capítulos, pois não contém quase ideia alguma verdadeiramente nova, para quem tiver estudado bem Adam Smith: até muitas destas ideias têm sido comentadas depois dele, e representadas de mil modos⁵⁴².

Tal filiação à perspectiva smithiana acerca da Economia Política foi apontada por diversos historiadores e pesquisadores da história econômica como característica principal da obra escolhida por Hipólito da Costa para apresentar aos leitores luso-brasileiros do *Correio Braziliense*. Em *De la richesse commerciale: principes d'économie politique appliqués à la législation du commerce*, sua primeira obra econômica, Sismondi “mostrou-se, nesta obra em dois volumes, um zeloso discípulo de Adam Smith”⁵⁴³.

A teorização acerca dos objetivos e procedimentos da ciência econômica foi uma das características distintivas do pensamento econômico a partir de meados do século XVIII. Segundo Schumpeter, “all the definitions of the period emphasize the autonomy of economics as against the other social or moral sciences – which is, of course, perfectly compatible with the recognition of close relations. Most of them emphasize its analytic (scientific) character”. A exceção, registrada pelo autor em uma nota de rodapé, seria justamente Sismondi, que mantinha “the old practice” de definir a economia a partir de um “practical aim”. Mesmo assim, para o autor, parte considerável das obras de Adam Smith e outros economistas clássicos continuavam a oferecer ao público “value

⁵⁴² CB, vol. XVI, n. 95, p. 344.

⁵⁴³ No original: “showed himself in this two-volume work to be a zealous disciple of Adam Smith”. TUAN, Mao-Lan. Simonde de Sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 27.

judgments and to recommend policies in spite of their definitions”⁵⁴⁴. Ainda que não considere Sismondi como o único a expressar uma concepção prática da economia política, Schumpeter o destacava, sem dúvida, como um dos autores que expressava uma opinião dissonante.

Ao analisar o lugar ocupado pelas ideias de liberdade no sistema econômico de Sismondi, H. O. Pappé também chamava atenção para essa concepção pragmática da economia política do autor:

Sismondi was not a genius in the romantic sense. In Diderot's terminology he was a Locke rather than a Shaftesbury, one of Bacon's bees who uses and transforms truth rather than presuming to invent it. The peculiar gift of Sismondi was to coordinate, simplify, and unify areas of thought which were fragmented or had merely reached the classificatory stage⁵⁴⁵.

Na afirmação, o autor utilizava da terminologia de Denis Diderot (1713-1784) para qualificar Sismondi. Enquanto John Locke (1632-1704) representava um pensador empírico e mais pragmático, o terceiro Conde de Shaftesbury (1671-1713) foi, como descreveu Franco Venturi, “o escritor que mais que qualquer outro contribuiu para transmitir a ética dos *commonwealthmen*” pois foi “um dos primeiros a se retirar da luta política e, livre da pressão dos acontecimentos, a transpor para o plano filosófico aqueles ideais que inspiraram os seus amigos Toland [1670-1722], Trenchard [1662-1723], Malesworth [1650-1725]”⁵⁴⁶. Nesse sentido, Pappé descrevia Sismondi como um observador da realidade social e econômica, tal como as abelhas na metáfora de Bacon, que coletavam materiais da natureza e os transformavam em algo novo e útil. Portanto, a ciência econômica defendida por Sismondi tomava em alta conta as experiências históricas e econômicas.

⁵⁴⁴ SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Oxfordshire: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2006 [1954]. p. 509-510.

⁵⁴⁵ PAPPÉ, H. O. Sismondi's System of Libety. *Journal of the History of Ideias*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979. p. 252.

⁵⁴⁶ VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 141.

A História ocupava um lugar importante na construção deste conhecimento da realidade na visão do autor suíço. Não por acaso, após a publicação em 1803 da obra traduzida por Hipólito, ele se afastaria de escritos doutrinários da Economia Política e se dedicaria à escrita e publicação dos volumes de sua obra *Histoire des Républiques Italiennes du Moyen Âge* (1807-1817), nos quais abordava os diversos regimes republicanos da Península Itálica. Neste processo, segundo Jean-Jacques Gislain, Sismondi passaria a compreender os *atos econômicos* como *atos históricos*:

Doravante, essas lições da história e seu estudo sistemático inclinarão Sismondi a compreender os fatos econômicos como fatos históricos, estes últimos inseridos em um processo de experimentação histórica, no qual os princípios da filosofia racional, e em particular os princípios da economia política, só têm valor se esses princípios corresponderem efetivamente à realidade dos fatos históricos observados⁵⁴⁷.

Essa transformação em seu pensamento, qual seja, a adoção de um estudo histórico acerca dos fatos econômicos, encontraria maior acabamento durante a redação do artigo *Political Economy* para a *Edinburgh Encyclopædia* publicado em 1817. Os resultados teóricos de tal transformação metodológica operada por Sismondi seriam expostos de forma mais completa em seus *Nouveaux principes d'économie politique*, saídos a luz em 1819⁵⁴⁸. No Prefácio da obra, o autor assumia tal ruptura ao tratar do método utilizado na escrita do artigo para a *Edinburgh Encyclopædia*:

Parece-me que por este método logrei uma precisão maior na exposição de princípios que há muito eu considerava estagnados. Mas, sobretudo, e isto é o que mais me surpreendeu, cheguei a resultados inteiramente novos. Nos quinze anos que se seguiram à publicação de meu escrito *Riqueza comercial*, li muito pouco de economia política, mas nunca deixei de estudar os fatos. Alguns desses fatos me pareciam rebeldes aos princípios que eu adotara. De repente, eles pareciam se enquadrar,

⁵⁴⁷ No original: “Dorénavant, ces leçons de l’histoire et leur étude systématique inclineront Sismondi à appréhender les faits économiques comme des faits historiques, ces derniers s’inscrivant dans un processus d’expérimentation historique où les principes de la philosophie rationnelle, et en particulier les principes de l’économie politique, n’ont de valeur que si ces principes correspondent effectivement à la réalité des faits historiques observés”. GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d’Économie Politique*, no. 64, 2013. p. 118.

⁵⁴⁸ Cf. GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d’Économie Politique*, no. 64, 2013. p. 124.

explicar-se um ao outro, pelo novo desenvolvimento que eu dera à minha teoria⁵⁴⁹.

Ainda que tenha confessado a adoção de uma postura “rebelde” em relação aos princípios de Adam Smith, Sismondi mantinha certa fidelidade à sua concepção de economia política exposta em 1803. “A maior parte da nação parece esquecer, tal como os filósofos, que o objetivo da economia política não é o aumento da riqueza, mas”, afirmava o autor, “o meio de que ela dispõe para alcançar a felicidade de todos”⁵⁵⁰.

A historiografia consagraria tal ruptura com os pressupostos da Economia Clássica como a “conversão” de Simonde de Sismondi. Em clássico artigo, William Rappard argumentava que as críticas de Sismondi se dirigiram antes às teorias de Jean Baptiste Say, do que ao chamado credo smithiano. Em suas palavras, “como tentativa de explicação das crises econômicas, ela constitui a principal originalidade de Sismondi como economista.”⁵⁵¹. A discussão entre ambos se relacionava à questão da possibilidade de superprodução em uma economia livre. A famosa Lei dos Mercados de Say, exposta em sua obra *Traité d'économie politique* (1803), preconizava que toda a produção geraria um consumo, um poder de compra, de igual valor. Neste contexto, os casos de mercadorias colocadas à venda no mercado em excesso seriam apenas, na interpretação de Rogério Arthmar, um “desequilíbrio localizado que refletiria nada mais que o fato de se haver produzido alguém do normal outras mercadorias que forneceriam a contrapartida em poder de compra daquelas com problemas de escoamento”. Portanto, na visão de Say, as crises de superprodução de certas mercadorias se deviam ao declínio da produção de

⁵⁴⁹ SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política* (1819-1827). Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009. p. 21-22.

⁵⁵⁰ SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política* (1819-1827). Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009. p. 26.

⁵⁵¹ RAPPARD, William E. La Conversion de Sismondi. *Swiss Journal of Economics and Statistics, Swiss Society of Economics and Statistics*, vol. 79, III, 1943. p. 203. No original, lê-se: “en tant qu’essai d’explication des crises économiques, elle constitue la principale originalité de Sismondi économiste”.

outras⁵⁵². Sismondi, por outro lado, preocupado com os impactos sociais das crises de superprodução sobre os trabalhadores, como a miséria, declínio salário e desemprego, buscou “identificar os fundamentos da instabilidade intrínseca às economias de mercado na especificidade histórica e institucional do capitalismo” em suas obras seguintes publicadas nas décadas de 1830 e 1840⁵⁵³.

A reflexão acerca da pretensa “conversão” de Sismondi foi mais recentemente aprofundada por Jean-Jacques Gislain. Segundo o autor, a definição de Economia Política apresentada por Sismondi no verbete de 1817 e nos *Nouveaux principes* de 1819 se inseriam na tradição que ele próprio havia inaugurado com a obra *De La Richesse Commerciale* editada em 1803 e traduzida por Hipólito da Costa a partir de 1816⁵⁵⁴. No âmbito da ciência do governo, tal como descrevia Sismondi em 1803, estava a economia política enquanto “ciência do legislador”. Em 1819, ele reiterava esta posição central do governante e do legislador na implementação dos pressupostos da Economia Política para o alcance do objetivo final das sociedades: a felicidade dos povos e bem-estar da nação.

Em suas palavras,

Em nenhuma das ciências políticas devemos perder de vista o duplo objetivo a que deve se dedicar o legislador, isto é, ele deve cuidar, ao mesmo tempo, do máximo de felicidade que o homem pode alcançar pela organização social e da participação equitativa de todos nesta felicidade⁵⁵⁵.

Esse equilíbrio entre a distribuição da riqueza e a felicidade era o maior desafio do legislador, na visão de Sismondi:

O verdadeiro problema do homem público é encontrar a combinação e uma proporção entre população e riqueza que garanta maior felicidade à sociedade humana, num determinado espaço. Por todo lado me

⁵⁵² ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o Debate Continental sobre os Mercados. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 2, abril-junho, 2009. p. 389-390.

⁵⁵³ ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o Debate Continental sobre os Mercados. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 2, abril-junho, 2009. p. 393.

⁵⁵⁴ GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d'Économie Politique*, no. 64, 2013.

⁵⁵⁵ SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)*. Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009. p. 34.

parecia ver gente de bem fazendo o mal, patriotas arruinando os seus países, almas caridosas que multiplicavam o número de pobres⁵⁵⁶.

Nesse sentido, não parecia para Gislain que a “conversão” de Sismondi tenha se processado em sua concepção sobre a economia política. Não somente os objetivos da economia política, como a felicidade e o bem-estar, mantiveram-se os mesmos entre 1803 e 1819, como também a sua percepção como “ciência do legislador”. Por isso, o autor concluía que

Se, pela ‘conversão’ de Sismondi, entende-se o abandono de seus princípios fundamentais, tal conversão simplesmente não existe. Sismondi sempre defendeu as mesmas concepções fundamentais da sociedade e permaneceu fiel à sua concepção de economia política como Ciência do legislador a serviço do ótimo demo-econômico⁵⁵⁷.

O próprio William Rappard já havia, no citado artigo da década de 1940, sugerido que as concepções de Economia Política expressas em *De la richesse commerciale* já em 1803 não agradariam a Adam Smith. “Duvido muito que Adam Smith, se tivesse vivido, teria ficado inteiramente satisfeito com essas definições”, afirmava o autor⁵⁵⁸. Afinal, ainda que Smith concedesse que o crescimento da riqueza era o grande objetivo da economia política de todas as nações, suas ambições e objetivos eram mais acadêmicos e filosóficos do que políticos. As liberdades individual e política seriam consequências do desenvolvimento econômico: “Mas isso era um corolário político da ciência econômica, e não o seu objeto próprio.”. Sismondi, por outro lado, ao qualificar a Economia Política como “ciência do legislador” buscava prescrever as regras e leis que os governos

⁵⁵⁶ SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)*. Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009. p. 22.

⁵⁵⁷ No original: “Si, par ‘conversion’ de Sismondi, il s’agit de l’abandon de ses principes fondamentaux, cette conversion n’existe tout simplement pas. Sismondi a toujours défendu les même conceptions fondamentales de la société et est resté fidèle à sa conception de l’économie politique comme Science du législateur au service de l’optimum demo-économique”. GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d’Économie Politique*, no. 64, 2013. p. 124.

⁵⁵⁸ RAPPARD, William E. La Conversion de Sismondi. *Swiss Journal of Economics and Statistics, Swiss Society of Economics and Statistics*, vol. 79, III, 1943. p. 201. No original, lê-se: “Je doute fort qu’Adam Smith, s’il eût vécu, eût été entièrement satisfait de ces définitions”.

deveriam adotar para atingir o principal objetivo das nações: a felicidade dos povos⁵⁵⁹.

Nas palavras de Rappard,

Desde o início, portanto, o moralista genebrino atribuía à ciência econômica, assim como, aliás, à história e ao direito público, um fim e uma missão nitidamente políticos. (...) Nesse sentido, se o autor da *Riqueza Comercial* jamais foi um discípulo realmente fiel daquele da *Riqueza das Nações*, permaneceu, no entanto, plenamente fiel a si mesmo ao redigir os *Novos Princípios*. Sua conversão, portanto, não incidiu sobre sua concepção do objeto e do propósito da ciência.⁵⁶⁰

Ao tratar da percepção de Sismondi como “ciência do legislador”, Mao-Lan Tuan identificou duas influências teóricas importantes. A primeira decorria dos estudos históricos e filológicos do suíço e considerava a “Economia Política” a partir da interpretação da etimologia grega οἰκονόμος, que significava “regras” ou “leis” de administração da “casa” ou do “lar”. A segunda influência vinha dos autores italianos que discutiam acerca da economia política não como uma ciência isolada, mas como uma ciência da administração⁵⁶¹. Ainda que não tenha sido referenciado pelo autor, é possível aproximarmos tal perspectiva daquela exposta por Gaetano Filangieri (1753-1788) nos volumes de *La scienza della legislazione*, publicados em Nápoles entre 1780 e 1785⁵⁶². O objetivo da ciência da legislação de Filangieri era “the preservation and the tranquility of human Society”. Segundo Marcello Maestro, “Filangieri states that, besides the means

⁵⁵⁹ RAPPARD, William E. La Conversion de Sismondi. *Swiss Journal of Economics and Statistics, Swiss Society of Economics and Statistics*, vol. 79, III, 1943. p. 202. No original, lê-se: “Mais c’était là un corollaire politique de la science économique et non point son objet propre”.

⁵⁶⁰ RAPPARD, William E. La Conversion de Sismondi. *Swiss Journal of Economics and Statistics, Swiss Society of Economics and Statistics*, vol. 79, III, 1943. p. 202. No original, lê-se: “Dès l’origine, donc, le moraliste Genevois assignait à la science économique, comme du reste aussi à l’histoire et au droit public, un but et une mission nettement politiques. (...) A cet égard, si l’auteur de la Richesse commerciale n’a jamais été um disciple vraiment fidèle de celui de la Richesse des nations, il est demeuré pleinement fidèle à lui-même en rédigeant les Nouveaux principes. Ce n’est donc nullement sur sa conception de l’objet et du but de la science qu’a porté sa conversion”.

⁵⁶¹ Cf. TUAN, Mao-Lan. Simonde de Sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 63.

⁵⁶² Para uma visão da obra de Filangieri, consultar: FERRONE, Vincenzo. *The Politics of Enlightenment. Constitutionalism, Republicanism, and the Rights of Man in Gaetano Filangieri*. London: Anthem Press, 2012. Sobre a difusão de Filangieri no mundo ibérico, especialmente na monarquia espanhola, ver, dentre outros: ASTIGARRAGA, Jesús. Political Economy and Legislation. The great success of Filangieri’s *Scienza della legislazione* in Spain (1780-1839). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Colóquios, 2006.

of subsistence, all citizens should have a minimum of comfort and happiness; therefore, the preservation of society requires an equitable distribution of wealth”⁵⁶³.

A questão da distribuição da riqueza seria fundamental para Sismondi, sobretudo em sua ruptura com a economia clássica. Como bem ressaltou Mao-Lan Tuan, Sismondi criticava a abordagem *amoral* e indiferente tanto de Smith quanto dos economistas que o seguiram em relação ao problema da distribuição da riqueza⁵⁶⁴. Por isso, mais do que uma ciência filosófica, que explicava o funcionamento dos mecanismos de produção e circulação da riqueza, a economia política para Sismondi era uma ciência prática e preocupava-se com a felicidade do povo. Em suma, “a concepção de Sismondi sobre a economia política é que ela deve servir a dois fins: o aumento da felicidade e a sua difusão entre um maior número de pessoas”⁵⁶⁵.

No que tange à relação entre as linguagens políticas expressas por Hipólito da Costa e o pensamento econômico de Sismondi, a questão da “conversão” deste último é fundamental. Alguns historiadores têm interpretado a tradução de Sismondi no *Correio Braziliense* como indício de uma ruptura entre o redator do periódico e o grupo liderado pelo ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, tradicionalmente associado à difusão do pensamento de Adam Smith no mundo luso-brasileiro. Nesse sentido, Milena Fernandes Oliveira afirma que “Hipólito da Costa não seguiu os preceitos de Adam Smith, como teria feito D. Rodrigo de Souza Coutinho”, sendo antes inspirado “pela economia política de Sismondi, cuja obra traduziu e publicou nos últimos volumes do Correio Braziliense,

⁵⁶³ MAESTRO, Marcello. Gaetano Filangieri and His Science of Legislation. *Transactions of the American Philosophical Society, New Series*, Vol. 66, No. 6, 1976, p. 11.

⁵⁶⁴ Nas palavras de Tuan, “We believe, however, that Sismondi’s accusation was directed against the negligence of the classical economists, not in the sense that they overlooked the problem of distribution, but rather because of their amoral treatment of the science, their indifferent attitude, and, above all, their believe in the natural course that would take care of distribution”. TUAN, Mao-Lan. Simonde de sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 64, grifos no original.

⁵⁶⁵ TUAN, Mao-Lan. Simonde de sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968. p. 65. No original, lê-se: “Sismondi’s conception of political economy is that it should serve two ends: the increase of happiness and its diffusion among a greater number of people”.

do que pela do filósofo escocês”⁵⁶⁶. Ainda que essa leitura destaque o papel da obra de Sismondi na reflexão crítica do pensamento econômico de Hipólito, ela tende a superestimar a dissidência teórica entre os envolvidos.

A própria historiografia, como sugerem os trabalhos de Alexandre Mendes Cunha e José Luís Cardoso, tem demonstrado as múltiplas referências teóricas presentes no pensamento de Rodrigo de Sousa Coutinho, o qual não se limitava a uma adesão irrestrita às ideias de Smith. Em vista disso, a escolha de Hipólito da Costa pela leitura e tradução de Sismondi não constitui evidência suficiente para uma ruptura categórica com o pensamento político e econômico do Reformismo Ilustrado luso-brasileiro tal como imaginado por Sousa Coutinho⁵⁶⁷. Ao contrário, tal escolha parece refletir uma apropriação pragmática das ferramentas da economia política em função de um projeto reformista que compartilhava com o próprio D. Rodrigo o desejo de transformação do Império luso-brasileiro, ainda que divergissem quanto aos caminhos e ritmos de tal mudança.

Portanto, caso tenha ocorrido alguma “conversão” de Sismondi a uma postura de crítica sistemática à economia política clássica de matriz smithiana, ela somente se consolidou com a publicação dos *Nouveaux Principes d'Économie Politique*, em 1819. Em outras palavras, na obra traduzida por Hipólito da Costa a partir de 1816, originalmente publicada em 1803, Sismondi ainda se alinhava de maneira explícita aos princípios do pensamento smithiano, sobretudo no que concerne à sua interpretação da

⁵⁶⁶ OLIVEIRA, Milena Fernandes. Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d'O Correio Braziliense. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, 2017. p. 118.

⁵⁶⁷ Cf. Ver, dentre outros, CARDOSO, José Luís. A política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, vol. 17, n. 31, 2011. CUNHA, Alexandre Mendes. Cameralist Ideas in Portuguese Enlightened Reformism. The Diplomat Rodrigo de Souza Coutinho and His Circuits of Intellectual Exchange. In: NOKKALA, Ere & MILLER, Nicholas B. (Eds.). *Cameralism and the Enlightenment. Happiness, Governance and Reform in Transnational Perspective*. New York: Routledge, 2019.

legislação econômica. Não por acaso, como visto, o autor foi citado e referenciado por dois defensores do liberalismo econômico no mundo luso-brasileiro: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e José da Silva Lisboa.

As controvérsias com este último, analisadas no CAPÍTULO 3 desta tese, revelam que as tensões entre Hipólito da Costa e Silva Lisboa não derivavam, fundamentalmente, de divergências quanto às referências teóricas ou influências intelectuais. Ao contrário, o que os distanciava era a dificuldade de ministros, burocratas e letrados luso-brasileiros em incorporar as implicações *políticas* do novo saber econômico, tal como sugerido por seus principais formuladores. Em última instância, é na apropriação pragmática da Economia Política, tal como operada por Hipólito da Costa a partir da leitura de Jean Charles Léonard Simonde de Sismondi, que se podem localizar as respostas para essas tensões. Tal apropriação se expressava tanto na escolha do autor a ser traduzido quanto nas formas de mobilização e nas concepções da Economia Política que permeiam os diversos textos publicados no *Correio Braziliense*.

A APLICAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

Ao longo de sua vida, como já observaram diversos biógrafos e outros estudiosos, Hipólito da Costa não chegou a elaborar uma obra sistemática ou propriamente doutrinária dedicada à economia política. Nesta área, talvez seu esforço mais consistente tenha sido a tradução de *A Riqueza Comercial* de Simonde de Sismondi. Tal circunstância impõe desafios metodológicos ao historiador que se propõe a investigar suas concepções e seus posicionamentos sobre a economia política, o lugar ocupado por esta ciência em seu pensamento político e o modo como pode ter se apropriado do pensamento do economista suíço. Diante disso, a alternativa mais promissora parece ser aquela que se baseia na mais vasta obra do ilustrado luso-brasileiro refugiado em Londres: as dezenas

de volumes do *Correio Braziliense*, que articulavam observações críticas, comentários políticos e análises sobre as obras publicadas na época.

Ao comentar a situação do Erário Régio em outubro de 1815, o redator criticava o Tesoureiro-mor, Francisco Bento Maria Targini (1756-1827), que somente devia saber “ler, escrever e contar; porque tem servido de escrevente nesta mesma repartição do Erário, aonde essas qualificações são necessárias”. Era falso, contudo, afirmar que Targini “saiba mais coisa alguma, nem que tenha a menor pretensão a possuir os conhecimentos necessários em economia política, essenciais a quem deve arranjar os planos de finanças de um Estado”. Afinal, “para ser escrevente ou contador, em qualquer repartição do Erário, basta, com um talento medíocre, o conhecimento prático da escrituração dos livros de contas”; porém,

nunca se pode supor, que um mero contador, por melhor que saiba o seu ofício, é só por isso capaz de ser promovido à administração geral do ramo das Finanças, porque para isso é sempre necessário o conhecimento dos elementos de que se compõem a complicada ciência da economia política, tão aperfeiçoada nos nossos tempos.

Hipólito ainda citava exemplos de situações concretas da política econômica que demandavam tal conhecimento: “Para provar isto basta lembrar, que pertence a este ramo do Governo a imposição dos direitos d’alfândega na importação dos gêneros estrangeiros”. Diante disso, a solução não era simples, uma vez que deveria favorecer a indústria nacional e o desenvolvimento do comércio, mas sem incentivar o contrabando causado por direitos altos demais. “Ora, como se pode dizer, que é capaz de conhecer destas matérias, qualquer indivíduo, só porque sabe bem a prática da escrituração de um jogo de livros de contas no Erário?”⁵⁶⁸.

Ao adiantar os argumentos contrários, o redator assumia ter conhecimento que acima do cargo ocupado de Tesoureiro-mor ocupado por Targini, havia ainda o Presidente

⁵⁶⁸ CB, vol. XV, n. 89, p. 544.

do Erário Régio e um Conselho da Fazenda. Contudo, a existência do Presidente, por exemplo, não solucionava a falta de conhecimentos sobre a Economia Política. O cargo, segundo Hipólito, era concedido a um nobre, que raramente demonstrava algum conhecimento de economia que poderia ser reconhecido em suas gestões dos próprios recursos. Nas palavras de Hipólito, “a economia política, que estuda esta classe da nação Portuguesa, não deverá talvez ser avaliada, pelo que se observa na maior parte dos fidalgos, no que respeita sua economia doméstica; casas empenhadas, falta de crédito, etc. etc.”. Ora, ainda que possa se argumentar que os nobres podem ser “maus economistas domésticos” e ter conhecimento de economia política, o redator questionava, então, como o Soberano mediria tais estudos e conhecimento. Afinal, como ele salientava, “[p]or mais respeito, que tenhamos ao Soberano, ainda nós não capacitamos, que tenha um Espírito Santo ao ouvido, que lhe ensine a adivinhar”⁵⁶⁹.

Essa ignorância relativa aos assuntos e princípios da economia política clássica pelos ministros e funcionários régios foi tema recorrente de críticas de Hipólito da Costa no *Correio Braziliense*. Em abril de 1820, ao comentar sobre a proibição da entrada de carregamentos de favas e de trigo estrangeiros em Portugal, ele chamava atenção para a inobservância dos princípios da liberdade econômica defendidos pelos economistas clássicos por parte dos governantes. A concessão do monopólio do trigo aos nacionais geraria um encarecimento do produto, uma “decidida injustiça para favorecer uma classe” em detrimento de toda a população que consome o alimento. Por isso, ainda que “os lavradores, que desejam ver aumentados os seus lucros, ou que ignoram os princípios de Economia Política” requeressem tal monopólio, era obrigação do governo, no entender de Hipólito, proibi-lo para não “matar a gente à fome”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁹ CB, vol. XV, n. 89, p. 545.

⁵⁷⁰ CB, vol. XXIV, n. 143, p. 425.

Logo, parecia “imperdoável” aos olhos do redator que os administradores desconhecessem tais ideias da Economia Política sobre os efeitos negativos dos privilégios no comércio. “Que os Governadores do Reino, ou seu Secretário ignorem os princípios de Economia Política, que os devia guiar nestes casos, talvez não seja culpa deles; porque ninguém é obrigador a saber o que não estudou” sentenciava Hipólito⁵⁷¹. Alguns meses depois, em setembro de 1820, demonstrava novamente sua insatisfação com os governadores do reino, que, por portaria de agosto daquele ano, haviam reduzido os direitos sobre a exportação do Sal, aumentados por um Alvará de 1818. Para Hipólito, a medida demonstrava justamente a mesma falta de conhecimento do caso anterior:

A portaria dos Governadores de Portugal (...) prova indubitavelmente a ignorância dos princípios de Economia Política, com que aqueles Senhores obram na imposição dos direitos; pois ali confessam, que foi necessário a experiência dos fatos, para se desenganarem do mais óbvio princípio nesta parte da legislação⁵⁷².

Hipólito não concebia que o problema da diminuição do comércio estrangeiro do sal causado pelos altos tributos cobrados por Portugal tenha sido resolvido somente “quando a lição da experiência chega”, não tendo “lugar para o remédio” e “restando somente um arrependimento infrutífero”. Eram “os princípios teóricos necessários” da Economia Política que deveriam auxiliar na solução de tais questões concretas⁵⁷³.

A percepção de Hipólito de imputar a responsabilidade das decisões equivocadas ou a má condução dos negócios econômicos de Portugal aos ministros e governantes buscava salvaguardar o já monarca D. João VI de críticas. No contexto da Revolução do Porto e do fortalecimento de grupos contrários à permanência do rei no Brasil, Hipólito destacava que os problemas que se atribuíam a tal distância do monarca da Europa, eram, na verdade, frutos da ignorância da Economia Política. É evidente, por exemplo, quando

⁵⁷¹ CB, vol. XXIV, n. 143, p. 426.

⁵⁷² CB, vol. XXV, n. 148, p. 346-347.

⁵⁷³ CB, vol. XXV, n. 148, p. 347.

ele criticava diretamente a proibição do corte de sobreiros, uma das espécies de árvores mais comuns em Portugal, e a exportação de suas cascas, que produziam as cortiças. Em suas palavras,

Entregue em tais mãos a prosperidade da Nação, não era preciso ser adivinhador para prognosticar o seu fim. Ora é preciso conceder, que esta supressão da indústria, pela mais crassa ignorância dos princípios de Economia Política, não tem nada de comum com a residência d'El Rei no Brasil, no que se tem concentrado todas as queixas⁵⁷⁴.

Em outra ocasião Hipólito também refutou, com base na ciência econômica, o argumento frequentemente utilizado dos prejuízos econômicos da permanência de D. João no Brasil. Em julho de 1820, ele transcreveu alguns trechos da obra *Des trois derniers mois de l'Amérique méridionale et du Brésil* (1817), nos quais o célebre Abade De Pradt (1759-1837), um dos precursores das ideias de emancipação do Brasil, tratava dos efeitos da migração da Corte para o Rio de Janeiro⁵⁷⁵. Nas palavras do francês, traduzidas por Hipólito,

El Rei está ausente, e deixou de ser Português para ser Brasileiro. Já não pode voltar à Europa, sob pena de perder o Brasil. Consequentemente Portugal está já para sempre abandonado por seu Soberano; e, como tal, condenado a sofrer uma regência eterna. Todo o dinheiro de Portugal vai agora para o Brasil, quando d'antes do Brasil vinha a Portugal⁵⁷⁶.

Dentre outras críticas do redator, ele discutia a questão das transações comerciais entre Portugal e Brasil que independiam, conforme os princípios da economia política, do local de residência do monarca:

Não sabemos quais foram os cálculos estatísticos, em que Mr. De Pradt fundamentou esta asserção; mas, racionando pelos princípios gerais da economia política, a saída do dinheiro de Portugal para o Brasil, ou do Brasil para Portugal, não deve depender do lugar onde El Rei reside, mas sim da natureza das transações mercantis entre aqueles dois Estados.

⁵⁷⁴ CB, vol. XXV, n. 148, p. 348.

⁵⁷⁵ Sobre a influência das obras de De Pradt no processo de independência do Brasil, ver: MOREL, Marco. O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira. *Almanack*, Guarulhos, n. 13, 2016.

⁵⁷⁶ CB, vol. XXV, p. 71.

Nesse sentido, na visão do redator, eram os princípios da Economia Política que deviam orientar a legislação, sobretudo econômica, do Império português, como se tornava evidente nos comentários do autor sobre um decreto que proibia o uso da moeda provincial nas transações comerciais entre o Rio de Janeiro e outras capitanias, como Pernambuco, Bahia e Maranhão, por exemplo. Em substituição, deviam ser utilizadas letras de prêmio emitidas pelo Banco do Brasil, a ser sacadas sem lucros de câmbio. No *Correio Braziliense* de maio de 1819, Hipólito acreditava que “geralmente falando estas proibições nunca produzem bom efeito”, pois como eram executadas “plenamente” acabavam por privilegiar os contrabandistas em detrimento dos negociantes legais⁵⁷⁷.

Além disso, o redator achava “injusto” e “absurdo” que o Governo proibisse “o prêmio nas letras de câmbio”; afinal, “a diferença do câmbio, exprime sempre a relação das necessidades de remessa, que existem entre duas praças”. Tal diferença variava de acordo com as mercadorias envolvidas e por isso parecia “impossível que o Governo possa prescrever taxa ao câmbio”. Havia ainda a questão do prejuízo às capitanias que deixavam de receber a moeda provincial, como Pernambuco, que possuía, nas relações comerciais com a Inglaterra, favorecimento, pois exportava mais algodão do que recebia de mercadorias inglesas. Situação diferente do Rio de Janeiro, que recebia mais mercadorias inglesas do que exportava seus produtos. Para Hipólito, bastava que o débito do Rio de Janeiro pudesse ser pago com o montante devido pelos ingleses em Pernambuco. Esta transação seria realizada com a moeda advinda do Rio de Janeiro. Por tudo isso, era opinião do redator que o decreto criava um “transtorno do comércio” e gerava ainda mais escassez de moeda no Rio de Janeiro, que continuava a pagar aos ingleses pelas mercadorias compradas. A origem destes males era, uma vez mais, a

⁵⁷⁷ CB, vol. XXII, n. 132, p. 531.

ignorância, afinal, “todas as leis, que se não fundarem nestes claros princípios de Economia Política, ou tenderão à ruína do país, ou serão meras palavras sem efeito”⁵⁷⁸.

Portanto, a economia política, para Hipólito, representava um conhecimento fundamental para os ministros, funcionários e oficiais régios, principalmente para aqueles que ocupavam posições superiores na hierarquia das instituições de governo, como no caso do Tesoureiro-mor. Por isso, defendia a importância do estudo e do ensino da ciência nas universidades. Em janeiro de 1819, o redator lamentava a proibição dos estudos de economia política na Universidade de Coimbra: “Os estudos de economia política são proibidos na Universidade de Coimbra, e não sabemos que haja no Reino outras escolas, em que se aprendam”. Tal fato tinha consequências nocivas para Portugal, uma vez que

Não há tribunal, nem pessoa, a quem pertença preparar todos os anos um relatório do estado atual do Reino. Os Secretários de Estado têm ocupação bastante, na rotina ordinária do despacho de suas respectivas repartições; e como não tem de dar contas a ninguém, pelo que deixam de fazer ou lembrar a bem do Estado, fica tudo sepultado no esquecimento, e coberto com o nome do Rei, envolto no misterioso segredo do que chama governo⁵⁷⁹.

Situação diferente acontecia no reino vizinho da Península Ibérica. No ano seguinte, Hipólito noticiava a criação de uma cadeira de Economia Política pela *Real Sociedad Económica Matritense* em virtude de Ordem Régia de 1º de dezembro de 1819. O redator descrevia as três etapas do concurso realizado para ocupação da cadeira, sendo uma delas um exercício sobre o “tratado de Economia Política de João Batista Say, edição de Madrid”⁵⁸⁰.

Finalmente, há um único caso encontrado ao longo desta investigação no qual Hipólito da Costa utilizava-se da obra de Sismondi para resolução de um caso concreto que se apresentava no início da década de 1820. Desde o número de agosto de 1821, o

⁵⁷⁸ CB, vol. XXII, n. 132, p. 532-533.

⁵⁷⁹ CB, vol. XXII, n. 128, p. 86.

⁵⁸⁰ CB, vol. XXIV, p. 138-139.

redator já dava conta das discussões ocorridas nas Cortes portuguesas acerca da interpretação de alguns artigos do Tratado de Comércio e Navegação assinado com a Inglaterra em 1810, que resultaram na aprovação de um parecer na sessão de 7 de julho de 1821. O artigo 26 do Tratado estipulava a validade do antigo Tratado de Methuen de 1703 acerca das taxas pagas pelos vinhos portugueses na Inglaterra e os panos ingleses em Portugal. O parecer, transcrito integralmente no *Correio Braziliense*, argumentava que tal tratado não estipulava, “contudo, direito algum certo, e determinou somente para os vinhos de Portugal os mesmos direitos que pagassem os vizinhos de França nos portos da Grã-Bretanha com o abatimento de um meio”. Por isso, na interpretação da Comissão de Comércio, os produtos de lã ingleses “ficaram estas por consequência, e como de justiça, sujeitas pelo mesmo tratado, a todos e quaisquer direitos, que em Portugal se lhes quizerem impor”⁵⁸¹. Ao mesmo tempo, a Comissão buscava argumentar que a tarifa de 15% para os gêneros de manufatura e indústria estipulada pelo artigo 15 do Tratado de 1810 não se aplicava aos produtos de lã da Inglaterra, uma vez que o artigo 26 determinava justamente uma “mais óbvia e justa” exceção. Em vista disso, se fixava a interpretação de que era “injusta a redução dos direitos sobre as fazendas de lã em Portugal” e que deveriam ser restabelecidas “em todas as alfândegas os mesmos direitos de 30 por cento como d’antes”⁵⁸².

Ao comentar a decisão, alguns meses depois em outubro de 1821, Hipólito louvava que assuntos importantes como as finanças do país estivessem sendo discutidas “fora do misterioso segredo do gabinete”. Ele transcrevia uma carta publicada na gazeta inglesa *Morning Chronicle* de 13 de outubro daquele ano que justificava legalmente a cobrança de 30% sobre as fazendas de lã. O redator da gazeta inglesa consultada por Hipólito, ainda que concordasse com o autor da carta, de que “a resolução das Cortes foi

⁵⁸¹ CB, vol. XXVII, p. 127-128.

⁵⁸² CB, vol. XXVII, p. 129-130.

exatamente na conformidade dos tratados”, acreditava que tal decisão não coadunava com os “princípios da sã política”. Afinal, segundo ele, “um tributo de 30 por cento na importação de manufaturas estrangeiras, não é capaz de proteger as fábricas do país, e tornar o país fabricante”. Diante de duas opiniões conflitantes, de um lado, a das Cortes e do escritor da carta; de outro, aquela do redator da *Morning Chronicle*, Hipólito procurou embasar sua posição justamente na obra de Simonde de Sismondi, que havia traduzido no *Correio Braziliense* entre 1816 e 1820. “Se houvéramos de decidir a questão, sem dúvida nos inclinaríamos a esta parte, pelos princípios tão bem desenvolvidos por Simonde na sua Economia Política, de que temos dado uma tradução em vários números deste periódico”, escrevia ele.

Inspirado em Sismondi, Hipólito se revelava então contrário às políticas protecionistas de imposição de alta tributação sobre produtos estrangeiros. Na tradução de Hipólito, o autor, ainda partidário das ideias de Adam Smith em 1803, se colocava frontalmente contrário a qualquer tipo de monopólio no comércio de uma nação. Afinal “a concorrência a mais livre é a base do preço relativo”, uma vez que

Todas as vezes que esta concorrência é oprimida, existe um princípio de monopólio, se a Lei afasta somente os Negociantes e os capitais estrangeiros, dá aos Negociantes e aos capitais nacionais um monopólio contra os consumidores, e fá-lo pelos regulamentos das Alfândegas⁵⁸³.

Na análise do autor suíço, a legislação de comércio da Europa movia-se no sentido da “criação de diferentes monopólios” que provinha “da mania de quase todos os Legisladores de quererem dirigir o comércio” e da insistência de controle dos “interesses particulares, que, quando são livres, tendem sem nenhum esforço ao bem geral”⁵⁸⁴. Nesse sentido, Sismondi destacava quais eram as funções do legislador, bem orientado pela economia política:

⁵⁸³ CB, vol. XXII, p. 282-283.

⁵⁸⁴ CB, vol. XXIII, p. 36.

O que ele deve fazer é promulgar leis claras e exatas, pelas quais os processos sejam menos frequentes, menos longos e menos dispendiosos; deve ter sempre as mãos sobre a execução de todas as convenções, a que o comércio der origem; deve enfim ter os olhos abertos para prevenir e dissolver todas as combinações, que algum interesse particular possa formar contra o interesse geral, e destruir todos os monopólios em vez de os criar e de os manter⁵⁸⁵.

Ainda que o caso analisado por Hipólito se tratasse antes do aumento da tributação sobre os produtos têxteis ingleses do que da proibição da entrada destas mercadorias em Portugal, Sismondi considerava que a própria alfândega poderia funcionar como um monopólio que prejudicava tanto os cidadãos e consumidores, quanto o próprio Estado⁵⁸⁶. Por isso, o monopólio causava uma perda real nas finanças da nação e devia ser abolido imediatamente. “No momento em que abolirmos o monopólio”, escrevia ele, “nós diminuiremos as nossas despesas, aumentaremos as nossas rendas, atrairemos capitais estrangeiros, e despertaremos a emulação de nossos artistas”⁵⁸⁷. Inspirado por tais ideias, Hipólito se posicionava acerca do restabelecimento da tarifa de 30% sobre os panos ingleses aprovada pelas Cortes em Lisboa:

Mas se isto é um erro (como pensamos que é) assaz desculpa têm as Cortes de Portugal em seguir o exemplo da Inglaterra, em pontos de economia política no ramo comercial, que se supõem mais bem entendido aqui, do que em nenhuma outra parte do Mundo⁵⁸⁸.

Embora considerasse direito de uma nação aumentar as tarifas como bem entendesse, Hipólito lembrava a importância da prudência nas negociações internacionais: “ainda que todos os homens tenham iguais direitos, a prudência pede que um homem de poucas posses não vá pôr uma demanda a outra homem, que é poderoso,

⁵⁸⁵ CB, vol. XXIII, p. 42.

⁵⁸⁶ Cf. CB, vol. XXIII, p. 239. Esta ideia é desenvolvida no Capítulo II “Da influência das alfândegas nas manufacturas Francezas” do Livro III “Dos Monopólios”. Nas palavras de Sismondi, “começarei pelo resumo da teoria da liberdade do comércio, a fim de apresentar em um só ponto de vista as consequências do monopólio criado pela alfândega, tanto a respeito do consumidor como do Estado” (p. 239).

⁵⁸⁷ CB, vol. XXIII, p. 243.

⁵⁸⁸ CB, vol. XXVII, p. 336.

sem primeiro tentar recuperar o que pretende ser seu, por vias amigáveis”⁵⁸⁹. Afinal, era, “portanto, mais honroso, que essas coisas se acomodem, antes do que se disputem”⁵⁹⁰.

Tal episódio evidenciava de forma concreta o papel central atribuído à aplicação dos princípios da economia política no enfrentamento das complexas questões políticas e financeiras que assolavam o Império luso-brasileiro no atribulado contexto do primeiro quartel do século XIX. Ao mesmo tempo, ilustrava o uso das ideias e teorias de Simonde de Sismondi pelo redator do *Correio Braziliense*. Diante de uma questão concreta de natureza econômica, como o debate a propósito do aumento dos tributos sobre os produtos estrangeiros e a aplicação do Tratado de 1810, Hipólito da Costa, mobilizou os argumentos contidos na obra que ele próprio traduzira e publicara em seu periódico. Nesse sentido, as concepções de economia política que permeavam a linguagem e a reflexão política de Hipólito articulavam-se a um horizonte pragmático. Estes princípios buscavam a superação dos entraves e obstáculos à efetivação da liberdade econômica, ao mesmo passo que visavam orientar a nação portuguesa em direção à felicidade pública, nos moldes dos ideais das Luzes.

O DESEJO DE LIBERDADE E O MEDO DO DESPOTISMO

A adoção por parte de Hipólito da Costa das ideias de Simonde de Sismondi acerca da economia política não se restringia às concepções pragmáticas que defendiam a aplicação sistemática deste conhecimento na legislação econômica dos estados europeus. Esta influência pode ser observada na mobilização das ideias de liberdade e de despotismo no vocabulário político do redator do *Correio Braziliense*. Este argumento reveste-se de significativa importância em virtude de uma característica fundamental da linguagem política manejada por Hipólito apontada no CAPÍTULO 3 desta tese: a defesa intransigente

⁵⁸⁹ CB, vol. XXVII, p. 337.

⁵⁹⁰ CB, vol. XXVII, p. 338.

da liberdade política com uma explícita apropriação das noções de Montesquieu (1689-1755). Esta questão ganha vulto se consideramos que alguns historiadores que se dedicaram a investigar os sentidos de liberdade na obra de Sismondi, chamaram a atenção para a influência relevante dos princípios expostos em *De L'Esprit des Loix* (1748) nas ideias do autor suíço traduzido no *Correio Braziliense*.

Segundo Nadia Urbinati, “para Sismondi, a liberdade era o bem supremo e implicava o gozo individual da liberdade civil sob uma constituição escrita que dividia e limitava os poderes do Estado”. A visão do autor acerca da Liberdade republicana ecoava “uma ideia ciceroniana clássica que Montesquieu, um autor cuja obra foi fundamental para Sismondi, reelaborou para os modernos”⁵⁹¹. Ambos compartilhavam de uma percepção positiva sobre um governo misto e constitucional, que por meio da ação individual ou de uma assembleia era capaz de afastar as ameaças à liberdade oriundas da concentração de poderes⁵⁹².

H. O. Pappé, ao examinar o sistema de liberdade criado ao longo das obras de Sismondi, destacava a importância da trajetória biográfica do autor para o contato com distintas concepções de liberdade. Nascido em Gênova no ano de 1773, uma cidade-estado republicana, passou anos fundamentais de formação na Inglaterra e na Itália, e depois estabeleceu residência em Paris por algum tempo. A experiência na Itália foi especialmente importante pois, como bem descreveu Franco Venturi, “a península, quando começa o Setecentos, é uma espécie de microcosmo de toda a Europa”, marcada por “uma variedade tão grande de formas políticas e de constituições diversas. Sem contar

⁵⁹¹ Para uma discussão acerca da ideia de liberdade republicana, ver, dentre outros, SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

⁵⁹² No original, lê-se, respectivamente: “a classical Ciceronian idea that Montesquieu, an author whose work was fundamental to Sismondi, reworked for the moderns”; “a classical Ciceronian idea that Montesquieu, an author whose work was fundamental to Sismondi, reworked for the moderns”. URBINATI, Nadia. Sismonde de Sismondi’s aristocratic republicanism. *European Journal of Political Theory*, 12(2), 2013, p. 155.

o fato de que a teocracia papal era uma exclusividade italiana”⁵⁹³. Essa experiência cosmopolita fez com que tivesse contato com três facetas da liberdade, nas palavras de Pappé:

Havia agora três facetas da liberdade que lhe eram familiares: primeiro, a liberdade natural e caótica de fazer o que se deseja; segundo, o privilégio de participar do governo soberano; e terceiro, o direito de viver em paz e felicidade, a *liberté anglaise*, como a *Encyclopédie*, no espírito de Voltaire e Montesquieu, a havia chamado.⁵⁹⁴

Influenciado pela obra de Jean-Louis Delolme (1740-1806), discípulo de Montesquieu, segundo o qual a liberdade dependia das defesas constitucionais e legais contra a interferência arbitrária do governo na vida dos cidadãos, Sismondi rejeitava as ideias radicais de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) expostas em seu *Du Contrat Social* (1762)⁵⁹⁵. Portanto, para Pappé, a concepção de liberdade de Sismondi se distanciava de “percepções metafísicas e definidoras” e poderia ser descrita como ““um sistema complexo de liberdades individuais e restrições correspondentes, a interação de agentes livres dentro da estrutura de suas potencialidades e limitações”⁵⁹⁶.

Nas tramas do vocabulário político, as discussões sobre a liberdade civil e política se relacionavam diretamente com as concepções de despotismo, uma vez que, como observou Lúcia Bastos, este conceito “surtiu como a principal palavra negadora da liberdade que os veículos da cultura política luso-brasileira tentaram divulgar”⁵⁹⁷. No *Correio Braziliense*, essa articulação se expressava de modo recorrente por meio de uma

⁵⁹³ VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003. p. 55-56.

⁵⁹⁴ No original, “There were now three facets of liberty familiar to him: first, natural, chaotic liberty to do as you please; second, the privilege of participation in sovereign government; and third, the right to live in peace and happiness, the *liberté anglaise*, as the *Encyclopédie*, in the spirit of Voltaire and Montesquieu, had called it”. PAPPÉ, H. O. Sismondi’s System of Liberty. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979. p. 255, grifos no original.

⁵⁹⁵ Cf. PAPPÉ, H. O. Sismondi’s System of Liberty. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979. p. 255-259.

⁵⁹⁶ No original, “metaphysical and definitional insights”; “a complex system of individual liberties and corresponding constraints, the interplay of free agents within the framework of their potentialities and limitations”. PAPPÉ, H. O. Sismondi’s System of Liberty. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979. p. 265.

⁵⁹⁷ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, FAPERJ, 2003. p. 119.

noção central no léxico político de Hipólito da Costa: o despotismo ministerial. Tal concepção é mobilizada com frequência em seus escritos com o intuito de dissociar a monarquia portuguesa – e principalmente a figura do rei – de qualquer associação direta com formas de governo despóticas, à semelhança do que propunha Montesquieu⁵⁹⁸. Assim, nos casos de exercício arbitrário do poder, a crítica recaía sobre os ministros e funcionários régios, e não sobre o soberano. As análises e réplicas de Hipólito às dezenas de obras publicadas entre a América e a Europa constituem espaço privilegiado de formulação e expressão de suas linguagens políticas, pois permitem entrever de forma mais direta e desenvolvida suas posições sobre questões controversas.

Na seção *Literatura e Ciências* do *Correio Braziliense* de março de 1810, o redator respondia ao segundo volume das *Reflexoens sobre o Correio Braziliense* (1810) impressas em Lisboa. A certa altura, ao justificar as críticas que havia feito nos primeiros números ao aparato censório que impedia o exercício da liberdade de imprensa em Portugal, ele afirmava que tal falta de liberdade guiava para o despotismo. “Quando falamos do despotismo, não entendemos, é claro o Governo regular”, explicava ele, ainda que “nossos adversários apraza-lhe dar essa inteligência às nossas palavras; apesar de enunciarmos mil vezes em contrário”⁵⁹⁹. Hipólito esclarecia, então, que não acreditava que a monarquia portuguesa fosse, em essência, despótica, como seus adversários supunham.

Tal posição se tornaria evidente poucos meses depois, em maio de 1810, quando Hipólito também respondia a uma série de críticas feitas aos primeiros números do seu periódico em um *Exame dos artigos históricos, e políticos que contém na coleção periódica, intitulada Correio Braziliense* (1810) impresso em Lisboa e atribuído ao

⁵⁹⁸ Cf. KOEBNER, R. Despot and Despotism: vicissitudes of a political term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 14, no. ¾, 1951. p. 275.

⁵⁹⁹ CB, vol. IV, p. 250-251.

magistrado português José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda (1764-1826). Segundo o redator, o autor da obra via com maus olhos a discussão pública dos erros do Governo, pois seria “perigoso à segurança do Estado o revelar ao povo as faltas dos que governam”. Hipólito, ao contrário, acreditava que a ocultação das decisões e dos equívocos dos poderosos abria “caminho decididamente para o despotismo”. O despotismo, em sua visão, era “um Governo arbitrário, indefinido, sem regras, nem limites a quem se cinja, senão a vontade desenfreada dos que Governam”⁶⁰⁰.

Na visão do redator, esta “coisa perigosa” não poderia existir em Portugal, cuja forma de governo “provada pelos costumes antigos e Assentos de Cortes, é a Monarquia pura, mas não despótica”. Tal visão apontava para uma concepção limitada do poder régio amparada em uma “constituição não escrita”, cuja ideia marcaria outros escritos de Hipólito, como a série de artigos que havia publicado a partir de agosto de 1809 na qual realizava um paralelo entre a não-escrita constituição portuguesa e a inglesa. Em suas palavras, “o Monarca pode tudo; mas tudo o que não é proibido pela expressa letra das Resoluções das Cortes, que os mesmos Monarcas, ou seus antepassados, juraram conservar, e de que se não podem separar sem ser perjuros”⁶⁰¹. Como bem apontou Adrian Lyttleton, ainda que considerasse as diferenças entre a Itália e a Inglaterra, Sismondi nutria uma admiração pela “unwritten constitution” da Inglaterra, sobretudo em relação aos “workings of the courts and the administration, the free press, and above all from their ‘national spirit’”⁶⁰².

Ao mesmo tempo, em que pese tal limitação de poder, a linguagem política de Hipólito da Costa expressava uma proteção à figura do Soberano que se coadunava à concepção do despotismo ministerial. Em junho de 1812, ele novamente respondia a outro

⁶⁰⁰ CB, vol. IV, p. 460.

⁶⁰¹ CB, vol. IV, p. 461.

⁶⁰² LYTTLETON, Adrian. Sismondi, the republic and liberty: between Italy and England, the city and the nation. *Journal of Modern Italian Studies*, 17(2), 2012. p. 176.

volume recém-publicado do *Exame dos artigos históricos*. Ao justificar suas críticas aos termos dos Tratados celebrados em 1810 com a Inglaterra, o redator responsabilizava diretamente o negociador português, Rodrigo de Sousa Coutinho, pela falta de reciprocidade comercial no acordo. As críticas eram justificadas pois, em sua visão, foi o Ministro “quem quis persuadir ao Mundo, e a seu Soberano, que nas estipulações do tratado de comércio, em si, havia uma perfeita reciprocidade”, sem transparecer “que as concessões aqui feitas, eram em atenção de outras vantagens políticas não expressas no tratado”⁶⁰³. O juízo de Hipólito recaía nessa e em outras variadas situações sobre os ministros e não sobre o monarca. Afinal,

Em nossa opinião, o Soberano é o último que sabe sempre do que otram os seus ministros de malfeito; bem como acontece a qualquer pai de famílias em sua casa, a respeito das faltas dos criados, e mais família. E quando ao recear um indivíduo de queixar-se ao Soberano, este receio não depende da bondade ou não bondade do Soberano, mas do grau de maldade, e grau de poder arbitrário que o ministro pode usar, para se vingar de quem se queixe dele⁶⁰⁴.

Dois anos antes, em outubro de 1810, também respondendo aos críticos, Hipólito diferenciava os vícios do Soberano dos vícios do governo. Confessava ele que excetuou “sempre de nossas censuras o sublime caráter de uma pessoa, a quem somente se nomeia em ocasiões de louvor”. O autor da obra, contudo, “tomando por empresa defender tudo quanto favorecesse o despotismo”, confundia “com a pessoa do Soberano os vícios do Governo que nós atacamos”⁶⁰⁵.

Se a concepção de despotismo de Hipólito da Costa não se relacionava à forma de governo da monarquia portuguesa, nem aos poderes exercidos do monarca, os exemplos utilizados por ele demonstravam sua adesão a uma concepção de despotismo que se aplicava aos atos de determinados personagens tanto da história portuguesa quanto do

⁶⁰³ CB, vol. VIII, p. 719.

⁶⁰⁴ CB, vol. VIII, p. 725.

⁶⁰⁵ CB, vol. V, p. 413-414.

contexto político em que vivia. A exemplo do que ocorria em outros periódicos e panfletos do período como descreveu Lúcia Bastos, Hipólito associava a déspotas figuras como o Marquês de Pombal⁶⁰⁶. O contexto político das guerras peninsulares fazia com que Napoleão, frequentemente descrito como o “Déspota da França”, também estivesse no centro dos debates acerca do despotismo no *Correio Braziliense*⁶⁰⁷.

Em dezembro de 1813, Hipólito analisava um folheto intitulado *Tableau Politique de l'Europe, depuis la bataille de Leipsic* [Leipzig], *gagnée le 18 Octobre, 1813* (1813) publicado em Londres pelo general francês Maximilien de la Maisonfort (1792-1848), e comentava sobre as formas de “aniquilar completamente o despotismo da França, e lançar os fundamentos de uma paz sólida, e durável”⁶⁰⁸. Alguns meses depois, em março do ano seguinte, ele traduziu e reproduziu diversos trechos da obra *De Buonaparte et des Bourbons* (1814) de François-René de Chateaubriand (1768-1848) que associavam Napoleão à tirania e ao despotismo: “Ele tem corrompido mais gente, feito mais mal ao gênero humano, no breve espaço de dez anos, do que todos os tiranos de Roma juntamente, desde Nero até o último perseguidor dos Cristãos”. Hipólito parecia concordar com a sentença de Chateaubriand que afirmava ser “debaixo do despotismo que desaparecem os Impérios: destruindo os espíritos ainda mais do que os corpos dos homens, cedo ou tarde produz a dissolução e a conquista”⁶⁰⁹. No ano seguinte, em julho de 1815, o redator qualificava Bonaparte como

o mais inveterado inimigo da Nação inglesa, o maior caluniador de suas instituições políticas, o mais protetor do despotismo, que praticamente confessa a superioridade da moral Inglesa, a maior segurança, que as suas leis ministram, e as vantagens que recebe o caráter nacional das instituições de um governo livre⁶¹⁰.

⁶⁰⁶ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, FAPERJ, 2003. p. 124.

⁶⁰⁷ CB, vol. III, p. 171.

⁶⁰⁸ CB, vol. XI, p. 860.

⁶⁰⁹ CB, vol. XII, p. 524-525.

⁶¹⁰ CB, vol. XV, p. 119.

No caso dos ministros Portugal, a tónica do despotismo ministerial tornava-se evidente quando Hipólito analisava um texto escrito por outro célebre leitor de Sismondi no mundo luso-brasileiro: Francisco Solano Constâncio. O artigo *On the state of Portugal durant the last thirty years*, escrito em Paris em 1808 e publicado no periódico londrino *The Monthly Repository of English Literature, Arts, Sciences*, foi longamente analisado no número de janeiro de 1810 do *Correio Braziliense*. Ao longo do artigo, Solano Constâncio evidenciava uma postura crítica em relação à política inglesa e chegava a admitir a existência de certos benefícios oriundos da ocupação francesa em Portugal, postura “decididamente” reprovada por Hipólito, que julgava ser uma “covardia criminosa em um patriota” esperar que uma nação estrangeira promova algum bem em seu país⁶¹¹.

Foram nas análises que Solano Constâncio fazia de alguns ministros e poderosos portugueses que o redator do *Correio Braziliense* mais se concentrou. Em relação a Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, Constâncio adotava um tom elogioso, quase panegírico, em virtude da oposição à influência inglesa:

Joseph, or rather Pombal under his name, gave a new life to Portugal (...). He curtailed the power of Inquisition, he maintained against the Pope the rights of the national church; he reformed the university and the public schools, banished from them scholastic pedantry, and corrected many abuses; (...). He constantly opposed the influence of English court; he snatched from this ambitious nation a great part of the commerce carried on indirectly with the Portuguese colonies⁶¹².

Apesar de tal visão positiva, Constâncio não ignorava o caráter despótico das ações do poderoso ministro de D. José. “It must, however, be confessed”, escrevia ele, “that the administration of Pombal was despotic, and often oppressive”⁶¹³.

⁶¹¹ CB, vol. IV, p. 71.

⁶¹² CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 2-3.

⁶¹³ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 3.

Para Hipólito da Costa, a opinião do autor acerca do reinado de D. José e da ação de seu ministro devia-se somente à “oposição que fez aos interesses de Inglaterra, está bem longe de merecer-nos o mesmo conceito”⁶¹⁴. Além disso, ao reconhecer que a “administração de Pombal era despótica e muitas vezes opressiva, que a sua vontade era lei”, questionava “que mais se pode dizer contra um Ministro?”. Por tais motivos, argumentava o redator que

Não fazemos do Ministério de Pombal o mesmo bom conceito que faz o [Autor]. O Pombal fez alguns benefícios à nação, mas que são eles todos juntos comparados ao único mal de extinguir a liberdade civil, e perverter inteiramente os princípios fundamentais da legislação criminal do reino, com o estabelecimento da lei de política, que imitou da França, como quis fazer à Lei Sálica?⁶¹⁵.

Hipólito se mostrava intransigente na defesa da liberdade civil frente a quaisquer melhoramentos da nação e afirmava que “antes queremos renunciar a todos os benefícios de um Governo, do que sofrer a perda da liberdade civil”⁶¹⁶.

As percepções negativas de Hipólito acerca do legado de Pombal não se restringiam à lei da criação da Intendência Geral de Polícia, e se aplicavam igualmente às tentativas de modernização das finanças portuguesas levadas a cabo pelo ministro de D. José I. Ainda que visse com bons olhos a organização do Erário Régio em 1761, “conhecendo mui bem quão importante era esta unidade, e quão perniciosas consequências se seguiam das administrações de almoxarifados separados”, Hipólito encontrava traços do despotismo do ministro na independência que havia concedido às diferentes repartições ou contadorias. Afinal, como o “Chefe de cada uma das Contadorias nunca pudesse saber os resultados gerais das outras três Contadorias”, havia apenas quatro pessoas que tinham acesso ao “balanço total do Erário: que eram o Escrivão, o Tesoureiro-

⁶¹⁴ CB, vol. IV, p. 73.

⁶¹⁵ CB, vol. IV, p. 74.

⁶¹⁶ CB, vol. IV, p. 74-75.

Mor, o Marquês de Pombal, e El Rei”⁶¹⁷. Neste caso, despotismo se vinculava à concentração de poderes e informações.

Outra figura frequentemente associada ao despotismo e às arbitrariedades ministeriais por Hipólito da Costa era citada por Solano Constâncio: Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805), que havia servido como Intendente Geral de Polícia a partir de 1780 e esteve no centro da polêmica prisão do redator nos cárceres da Inquisição. Depois de descrever D. João como “naturally timid and irresolute” e “supersticious”, dotado de um caráter baseado na dissimulação e desconfiança, Constâncio chamava a atenção para as relações do regente com Pina Manique: “The only man whom he seemed to trust was Manique, the intendant of police”, a quem descrevia como “ignorant”, “criminal” e “generelly detested”⁶¹⁸. O autor lembrava ainda das acusações de despotismo em virtude das perseguições e prisões sofridas por opositores de Manique.

Hipólito não deixava de concordar com tais impressões uma vez que ele próprio havia sofrido na pele a tirania de Pina Manique nas circunstâncias que motivaram sua fuga para Londres. Contudo, o redator não deixava de apontar certa incoerência na análise de Solano Constâncio, pois lembrava ele “o arbítrio das prisões de polícia começou com a lei deste estabelecimento, feita pelo Marquês de Pombal”. Nem mesmo as elogiosas ações do reinado de D. Maria I, para Hipólito, “podem ter efeito, enquanto estiver em vigor a lei da política feita por Pombal”, que abria “tão ampla porta aos abusos, que o Soberano nunca os poderia prevenir ainda que ocupasse, só nesta repartição, duas terças partes do cuidado, que deve distribuir por todos os outros ramos da administração pública”⁶¹⁹.

⁶¹⁷ CB, vol. XV, p. 629-630.

⁶¹⁸ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 12.

⁶¹⁹ CB, vol. IV, p. 76-77.

A linguagem política das Luzes expressa nas obras de Montesquieu e de Sismondi também encontravam ecos na concepção de despotismo mobilizada por Hipólito a partir da noção de *despotismo oriental*. Em julho de 1812, uma vez mais ao responder aos críticos do periódico, o redator se contrapunha à ideia defendida por Correia de Lacerda de que as bases da “antiga constituição da monarquia” portuguesa haviam sido alteradas pelos governos ao longo dos anos por meio da “descontinuação das Cortes, a diminuição da influência das câmaras” e o “aumento de poder no Ministério”, que passaram a concentrar mais “a força do Estado”. Tais atos defendidos pelo autor do opúsculo analisado aproximavam-se de um governo arbitrário, na visão de Hipólito, uma vez que não havia dúvida de “que quanto mais despótico é o Governo, mais simples é a administração”⁶²⁰. Como exemplo, citava a autoridade exercida pelo Vizir nas nações islâmicas. Nas palavras do redator do *Correio Braziliense*, “o Vizir em Constantinopla pode manejar os recursos do Império, com mais atividade do que outros governos mais moderados” uma vez que

a autoridade ilimitada e despótica do Vizir e de todos os seus subordinados abre a porta a todos os abusos de jurisdição que os homens poderosos cometem, e é isto causa de tal variedade de infelicidades nos Governados, que este mal excede muito o benefício que da outra parte resulta pela concentração de poder⁶²¹.

A referência às formas políticas orientais como despóticas não era obra inédita de Hipólito. Ao contrário, filiava-se a uma noção anterior de despotismo oriental. No artigo da *Encyclopédie*, o termo associava-se diretamente à experiência política oriental. “Despotismo é o governo tirânico, arbitrário e absoluto de um só homem”, escrevia Louis de Jaucourt. “Tal é o governo da Turquia, do Mogol, do Japão, da Pérsia, e de quase toda a Ásia”. Nas palavras de um dos mais fecundos colaboradores de Diderot e d’Alembert,

O princípio dos Estados despóticos é que um só príncipe os governe segundo sua própria vontade, não tendo absolutamente outra lei que o

⁶²⁰ CB, vol. IX, p. 93-94.

⁶²¹ CB, vol. IX, p. 94.

dirija a não ser a de seus caprichos. Resulta da natureza desse poder que ele seja posto inteiramente nas mãos daquele a quem é confiado. Essa pessoa, esse vizir, torna-se ele mesmo um déspota, e cada oficial particular torna-se o vizir. O estabelecimento de um vizir decorre do princípio fundamental dos Estados despóticos⁶²².

Esta definição ganha vulto se consideramos que, como bem ressaltou Melvin Richter, Montesquieu havia sido convidado pelos organizadores da *Encyclopédie* para escrever os artigos “Democracia” e “Despotismo”. Ainda que tenha recusado o convite, “his position was virtually reproduced in many articles written on political subjects by his friend and neighbor, the Chevalier de Jaucourt, who contributed, it has been estimated, twenty-eight per cent of the total number of articles, and twenty-four per cent of the text of the seventeen volumes”⁶²³.

Não por acaso, Montesquieu foi fundamental no desenvolvimento de um conceito moderno de despotismo que rompia com as antigas definições do termo, associadas à soberania e às leis da economia doméstica⁶²⁴. Segundo Franco Venturi, ainda que mantivesse a concepção de medo do despotismo como antítese da ideia de liberdade, “the *Espirit des lois* may once again take its place as the turning-point of XVIIIth-century political ideas. Indeed, after its appearance, the elements synthesized there were to break up and become dispersed once more”⁶²⁵. De fato, ao investigar os termos políticos “déspota” e “despotismo”, Koebner salientava a distinção feita por Montesquieu entre *le gouvernement despotique*, associado à Ásia, e *le gouvernement monarchique*, no qual o poder real era verificado por instituições intermediárias. Para o autor, esta dicotomia

⁶²² DIDEROT, Denis & D’ALEMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Vol. 4, Política. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 95.

⁶²³ RICHTER, Melvin. Montesquieu, the politics of language, and the language of politics. *History of Political Thought*, vol. 10, no. 1, spring, 1989. p. 74.

⁶²⁴ Para uma interpretação acerca das discussões sobre o conceito de despotismo desde Antiguidade, quando, nas obras de Platão, o termo era associado ao ambiente doméstico e senhorial, ver: KOEBNER, R. Despot and Despotism: vicissitudes of a political term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 14, no. ¾, 1951. p. 276 e seguintes.

⁶²⁵ VENTURI, Franco. Oriental despotism. *Journal of the History of Ideas*, vol. 24, no. 1, jan.-mar., 1963. p. 135, grifos no original.

evidenciava, de um lado, “his appreciation of Oriental civilization”, e de outro, “his interpretation of enlightened government”⁶²⁶.

Assim, diferentemente do que se passava no Oriente, “a uma forma despótica de Governo”, Hipólito preferia uma “forma moderada, em que a influência popular (não obstante os seus inconvenientes, que em tudo os há) sirva como de balança à ambição do Ministério”. Segundo o redator, esta forma de governo vigorara em Portugal em tempos pregressos e foi transformada por algumas mudanças, como a “descontinuação das Cortes, a diminuição da influência das câmaras; o aumento do poder no Ministério” que acabaram por aumentar a “força do Estado”⁶²⁷:

Tal era a Constituição antiga de Portugal, que o mesmo [Autor] confessa ter sido mudada pelo sistema da Corte. E agora, com que autoridade fizeram esta mudança? O Povo todo de Portugal: El Rei, os Nobres, os Prelados, os Comuneiros, quizeram, e expressamente declararam em Cortes, em Lamego, em Coimbra, e em outras partes; que tal fosse o Governo do Reino, durante ele, figurou Portugal como uma das mais importantes nações da Europa. Com que direito mudaram isto os Ministros? E que utilidades nos mostra a história que se seguiram aos povos em geral como nação, ou em particular à felicidade dos indivíduos?⁶²⁸.

OS PERIGOS DA ESCRAVIDÃO POLÍTICA

A defesa da existência de leis fundamentais da monarquia portuguesa por meio de uma “constituição antiga” já aparecia no *Correio Braziliense* desde julho de 1810, quando Hipólito da Costa respondia a críticos do periódico e os acusava de serem defensores da “causa do despotismo”. Os ministros e governantes de Portugal enquanto a Corte permanecia no Rio de Janeiro haviam criado um “sistema atual de Corrupção” que era, na visão do redator, “um abuso das leis fundamentais da Monarquia Portuguesa”⁶²⁹. As justificativas, apresentadas pelo autor das críticas, demonstravam como “os vis escravos,

⁶²⁶ KOEBNER, R. Despot and Despotism: vicissitudes of a political term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 14, no. ¾, 1951. p. 275.

⁶²⁷ CB, vol. IX, p. 94.

⁶²⁸ CB, vol. IX, p. 95.

⁶²⁹ CB, vol. V, p. 70.

e adutores de déspotas os procuram desculpar, lançando a culpa dos que governam, em um povo valoroso, e que deseja defender-se”⁶³⁰. Ao tratar da obediência que deviam os portugueses aos generais ingleses que lutavam no contexto das Guerras Peninsulares, o redator distinguia a obediência do cidadão livre daquela devida pelo escravo:

Esta pois é a diferença entre o cidadão livre, e o escravo abjeto: obedece-se ao Governo, porque sem essa obediência não pode existir a sociedade civil, mas não se louvam senão as medidas públicas dignas de louvor; e quando os homens mudam o seu sistema, adotando melhores máximas é justo reconhecer o merecimento da mudança⁶³¹.

Era o despotismo, na perspectiva de Hipólito, aliado à ausência de liberdade civil, que reduzia o cidadão à condição de escravo político. Ao mesmo tempo, se um regime político era capaz de degradar seus cidadãos, o convívio entre cidadãos livres com os escravizados civis fazia com que a situação no mundo luso-brasileiro fosse considerada, por Hipólito, ainda mais preocupante. Em dezembro de 1815, atento às discussões acerca do fim do tráfico de escravos que ocorreram no Congresso de Viena e resultaram na assinatura de um tratado destes temas entre Portugal e Inglaterra, Hipólito mostrava-se um ferrenho defensor da causa. Ciente da oposição que encontraria por suas opiniões no Brasil, admitia “quando, pois, falamos a favor desta abolição, contamos de ter contra nós toda a massa da população do Brasil”⁶³².

A despeito dos argumentos econômicos mobilizados pelos autores célebres da economia política na defesa do fim da escravidão de que fala Antonio Penalves Rocha, o redator do *Correio Braziliense* trilhava outro caminho e buscava demonstrar a utilidade do fim do tráfico e da abolição gradual da escravidão a partir de um viés político⁶³³. Ele próprio admitia que considerava “a utilidade da abolição da escravidão em outro ponto

⁶³⁰ CB, vol. V, p. 72.

⁶³¹ CB, vol. V, p. 77.

⁶³² CB, vol. XV, p. 735.

⁶³³ ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História*, São Paulo, 120, jan./jul., 1989.

de vista”⁶³⁴. Eram os efeitos da escravidão sobre as virtudes dos cidadãos que preocupavam Hipólito:

Porque estamos persuadidos, com Montesquieu, que a escravidão não pode ser útil nem ao escravo, nem ao senhor; como membros da sociedade civil: não ao escravo, porque este não obra nada por virtude; não ao senhor, porque ele contrai, com os seus mesmos escravos, todos os vícios inerentes à escravidão, e insensivelmente se acostuma a faltar a todos os deveres morais, fazendo-se feroz, voluptuoso, e insensível aos males dos outros⁶³⁵.

Além das implicações da escravidão sobre a virtude dos homens, o redator percebia o convívio entre os livres e os escravizados como um impeditivo para o pleno exercício da liberdade, o que conduziria ao despotismo. “Nós temos sempre insistido na necessidade de abolir a forma de governo militar nas províncias do Brasil; o nosso periódico”, escrevia ele, “está cheio de clamores quanto tudo é autoridade arbitrária; temos mil vezes arguido, que os povos do Brasil têm direito a gozar daquela liberdade racional, que consiste em não estar sujeito senão às leis, e não ao arbítrio dos que governam”. Ciente de sua defesa da liberdade, questionava:

Ora, como pode um senhor, no Brasil, gozar destes benefícios; quanto tem debaixo de seu poder um escravo, para quem olha quase com a mesma consideração, como para o seu cão, ou seu cavalo? Como é possível, que o homem branco profira os seus desejos de gozar de liberdade, tendo ao pé de si o negro escravo em todo o rigor da palavra?⁶³⁶

Os trechos revelam uma clara influência da associação feita por Montesquieu entre o despotismo e a escravidão. Segundo Vickie Sullivan, “Montesquieu deems slavery a form of despotism; just as political despotism allows masters to exert their wills arbitrarily on those whom they dominate, so too does slavery”⁶³⁷. Em seu *Espírito das Leis* (1748), o francês afirmava que “nos países despóticos, onde já se está sob a

⁶³⁴ CB, vol. XV, p. 739.

⁶³⁵ CB, vol. XV, p. 738.

⁶³⁶ CB, vol. XV, p. 739.

⁶³⁷ SULLIVAN, Vickie B. Montesquieu on Slavery. In: CALLANAN, Keegan & KRAUSE, Sharon R. (Eds.). *The Cambridge Companion to Montesquieu*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. p. 182.

escravidão política, a escravidão civil é mais tolerável do que em outros lugares” e defendia que, em um “governo monárquico, no qual é soberanamente importante não rebaixar ou aviltar a natureza humana, os escravos são desnecessários”. A escravidão civil era, na visão de Montesquieu, detratora da liberdade política e conduzia mesmo os cidadãos livres a uma situação de escravidão política típica dos regimes despóticos; afinal, “a escravidão civil é também acompanhada da escravidão política”. “Em todo governo despótico”, escrevia ele, “há uma grande facilidade para que alguém venda a si mesmo: a escravidão política de certo modo destrói a liberdade civil”⁶³⁸.

Em novembro de 1822, no penúltimo número do *Correio Braziliense*, o redator, ciente do inevitável desenlace entre Portugal e Brasil, ocupava-se de uma questão fundamental para a jovem nação que surgia: a escravatura em seu sentido civil. Parecia-lhe contraditório “querer uma nação livre, e se o consegue ser, blasonar em toda a parte, e em todos os tempos de sua liberdade” e conservar “dentro em si a escravatura”, o “idêntico costume oposto à liberdade”. Afora as questões econômicas envolvidas, Hipólito mostrava-se novamente preocupado com os corolários políticos da manutenção da escravidão: “Que preferem os Brasilienses, ser pobres, mas serem homens livres, com um Governo Constitucional; ou serem ricos, submissos a governos arbitrários, sem outra constituição política, que a que lhes prescrever o Despotismo?”⁶³⁹. Em suas palavras,

Da continuação da escravatura no Brasil deve sempre resultar uma educação, que fará os homens menos virtuosos, e mais suscetíveis a submeterem-se ao governo arbitrário de seus superiores; e nem se argumentará, para alegar como regra geral, a energia e sentimentos nobres, que nesta crise tem mostrado os Brasilienses; porque nas comoções políticas desenvolvem-se extraordinariamente os talentos e as virtudes cívicas; mas nós falamos do estado ordinário das coisas, da constituição permanente, que deve reger os povos⁶⁴⁰.

⁶³⁸ MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Trad. de Thiago Vargas e Ciro Lourenço. São Paulo: Editora UNESP, 2023. p. 339 e 344, respectivamente.

⁶³⁹ CB, vol. XXIX, p. 574-575.

⁶⁴⁰ CB, vol. XXIX, p. 575.

Parecia claro para Hipólito que a convivência dos cidadãos livres com os escravizados levava a uma naturalização do despotismo político, uma vez que “um homem educado com escravos, não pode deixar de olhar para o despotismo, como uma ordem de coisas natural”. Nesse sentido, ecoava as ideias do filósofo francês Claude-Adrian Helvétius (1715-1771) citado imediatamente após esta passagem. “Ulteriores ocorrências na vida, que são (como diz Helvécio) ainda traços na educação do homem”, escrevia Hipólito, “podem fazer mudar em alguns indivíduos essa errada preocupação”, ainda que a maioria dos homens “que são educados com escravos, deve ser inclinada à escravidão”⁶⁴¹.

Helvétius em seu *De L'Esprit*, publicado pela primeira vez em 1758, acreditava que uma série de “ocorrências”, no dizer de Hipólito, participavam da educação do homem: “cada um tem, ousa dizê-lo, como preceptor: a forma de governo sob que ele vive, seus amigos, suas mestras, as pessoas que o cercam, suas leituras e, enfim, o acaso, isto é, uma infinidade de acontecimentos cujo encadeamento e cujas causas nossa ignorância não nos permite perceber”⁶⁴². Sobre o despotismo, Helvétius também o associava à escravidão: “Segundo Aristóteles, o governo despótico é aquele em que todos são escravos e no qual não se encontra sequer um homem livre”⁶⁴³. Afinal, dizia ele em uma passagem da célebre carta que escreveu a Montesquieu, “cada um sabe que é escravo, mas vive na esperança de ser um subdéspota por sua vez”⁶⁴⁴.

A referência ao pensamento de Helvétius em 1822 é particularmente significativa, uma vez que, apenas uma década antes, Hipólito da Costa havia se referido ao mesmo

⁶⁴¹ CB, vol. XXIX, p. 576.

⁶⁴² HELVÉTIUS. Do Espírito. In: *Condillac, Helvétius, Degerando: Textos Escolhidos. Os Pensadores*. vol. XXVII. São Paulo: Abril, 1973. p. 242.

⁶⁴³ HELVÉTIUS. Do Espírito. In: *Condillac, Helvétius, Degerando: Textos Escolhidos. Os Pensadores*. vol. XXVII. São Paulo: Abril, 1973. p. 280.

⁶⁴⁴ HELVÉTIUS. Carta a Montesquieu (1748). Sobre seu manuscrito do Espírito das Leis. In: *Condillac, Helvétius, Degerando: Textos Escolhidos. Os Pensadores*. vol. XXVII. São Paulo: Abril, 1973. p. 168.

autor em termos evidentemente negativos, ao lado de Voltaire e Pierre Bayle, cujas “máximas infernais tem promovido a rebelião nos estados, e a perversidade nos costumes”⁶⁴⁵. À luz desse contraste, identifica-se uma inflexão na percepção de Hipólito acerca da obra de Helvétius entre 1812 e 1822, que pode ser atribuída, por um lado, às transformações no contexto político luso-brasileiro após o movimento constitucionalista do Porto e à própria circunstância em que se encontravam as relações entre Portugal e Brasil; e, por outro, à leituras ocorridas ao longo desta década que possam ter promovido tal reavaliação. A última hipótese adquire importância quando se observa a influência de Helvétius no pensamento de Simonde de Sismondi, cuja obra foi objeto de tradução e divulgação por Hipólito neste mesmo período. Os ecos de Helvétius em Sismondi, particularmente no que tange à crítica do primeiro ao pensamento político de Montesquieu, podem ter oferecido novas interpretações ao redator do *Correio Braziliense*.

A crítica formulada por Helvétius à obra de Montesquieu incidia justamente sobre a teoria exposta em *L'Esprit Des Lois* (1748) acerca da influência do clima no caráter das nações. Como salienta Jonathan Israel, “what Voltaire and Helvetius chiefly criticized in Montesquieu was how he applied his climate relativism and way of depicting national character, with Helvétius even harsher in dismissing Montesquieu’s climate classification than Voltaire”⁶⁴⁶. A discordância de Helvétius influenciou diretamente a Sismondi, que defendia, nos volumes sobre os regimes políticos italianos redigidos após a publicação *De La Richesse Commerciale* (1803), que as formas de governo determinavam o caráter nacional. Segundo Robert Vigneron,

São os governos e não os climas, diz Sismondi, que são a causa determinante do caráter das nações, como a história da Itália evidencia,

⁶⁴⁵ CB, vol. VIII, n. 47, p. 640.

⁶⁴⁶ ISRAEL, Jonathan. Montesquieu and the Enlightenment. In: CALLANAN, Keegan & KRAUSE, Sharon R. (Eds.). *The Cambridge Companion to Montesquieu*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. p. 276.

onde a alteração do caráter nacional é explicada, não pelo clima que permaneceu constante, mas pelos governos que mudaram⁶⁴⁷.

Tal ideia, contudo, não era absolutamente nova no pensamento de Sismondi. Nos seus estudos sobre *Constitutions des Peuples Libres*, escritos em 1800, que se mantiveram inéditos até 1836, o autor defendia a ideia de que “des institutions libres élèvent un peuple à la vertu et à la prospérité, tandis que le despotisme a pour conséquence la corruption et la ruine” como sintetizou Jean de Salis⁶⁴⁸.

Ainda que não haja evidência de referências explícitas de Hipólito da Costa aos volumes da *Histoire des Républiques Italiennes du Moyen Âge* (1807-1818) de Sismondi, parece razoável supor que ele não teria permanecido alheio às novas publicações de um autor cuja obra apreciava. Assim, as influências de Helvétius em Sismondi podem constituir um relevante elemento explicativo para as ressonâncias encontradas por tais linguagens no pensamento político de Hipólito da Costa, em particular no que tange as críticas ao despotismo e os efeitos da escravidão civil na formação dos cidadãos brasileiros. Não se trata, portanto, de rejeitar a influência já identificada de Montesquieu, cuja presença, ao lado de Sismondi, permanece central, mas de nuançar tal quadro ao demonstrar que uma personagem como Hipólito da Costa mobilizava diferentes linguagens políticas em uma ação política. Suas concepções, longe de serem estáticas e homogêneas, revelavam-se mutáveis a partir dos desafios que enfrentava e das finalidades estratégicas de seus escritos.

⁶⁴⁷ No original, “Ce sont les gouvernements et non les climats, dit Sismondi, qui sont la cause déterminante du caractère des nations, comme le montre avec évidence l’histoire de l’Italie, où l’altération du caractère national s’explique, non point par le climat qui est resté constant, mais bien par les gouvernements qui ont changé”. VIGNERON, Robert. Review of Sismondi, 1773-1842. By Jean-R. de Salis. *The Journal of Modern History*, vol. 7, no. 2, jun., 1935. p. 208.

⁶⁴⁸ SALIS, Jean de Rodolphe de. *Sismondi, 1773-1842. La vie et l’œuvre d’un cosmopolite philosophe*. Paris: Librairie de la Société de l’histoire de France, 1932. p. 141.

Em janeiro de 1815, da outra margem do Canal da Mancha, o português Francisco Solano Constâncio, de cuja pena saía um artigo comentado por Hipólito em 1810, também se dedicava à questão da escravidão em uma resenha crítica com referências explícitas às discussões acerca do fim do tráfico no Congresso de Viena, acompanhada de comentário sobre uma obra escrita por Simonde de Sismondi. Em seu periódico *Observador Lusitano em Paris*, Constâncio afirmava:

O autor das *Considerações* [Sismondi] termina a sua interessante obra propondo às potências continentais, que hajam de fazer declarar no atual Congresso, 1º, que rejeitam a proposição feita pela Inglaterra de considerar o comércio dos escravos de África como contrário ao direito das gentes, e 2º, no caso de se admitir alguma estipulação a este respeito, que haja de ser compatível com os interesses e circunstâncias particulares dos Estados, de quem se exige o sacrifício deste trato; e que em nenhum caso seja permitido à Inglaterra, debaixo de qualquer pretexto, antes ou depois de uma tal estipulação, de molestar ou apresar os navios das outras nações às quais pertence o cuidado, de castigar aqueles dos seus súditos que hajam de desobedecer às leis⁶⁴⁹.

Nesse sentido, o autor português tomava de empréstimo as ideias de Sismondi para argumentar que não cabia à nação inglesa qualquer tipo de interferência em uma decisão que devia partir apenas das nações afetadas. Em suas palavras, não se tratava de “saber se o comércio dos escravos é bárbaro e injusto, nem se convém aos interesses dos Estados”, e sim de “determinar se as nações o devem abolir, como e quando lhes convenha por ele ser contrário à humanidade ou nocivo aos seus interesses”, ou “se à Inglaterra pertence o constituir-se campeã das nações”⁶⁵⁰.

No mesmo número, Solano Constâncio comentava a obra *De l'intérêt de la France à l'égard de la traite des nègres* (1814) também de Sismondi. Escrevia ser objetivo do

⁶⁴⁹ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 55.

⁶⁵⁰ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 61.

autor “provar que o comércio dos escravos de África é não só injusto, atroz e abominável, mas que é igualmente pernicioso aos interesses dos Estados que possuem colônias, e à prosperidade dessas mesmas possessões ultramarinas”⁶⁵¹. No folheto de seis dezenas de páginas, o autor suíço se debruçava sobre o caso do Haiti e argumentava que as tentativas de recuperação da antiga colônia francesa deveriam caminhar no sentido da conciliação. Para tanto, na visão de Sismondi, a França devia interromper a importação de novos escravizados das costas africanas e reconhecer como livres os habitantes da Ilha de São Domingos. Apesar de confessar ser “penoso apartar-me de M. Sismondi”, Solano Constâncio discordava:

Penso pelo contrário que a importação de novos escravos é indispensável à conservação e cultura de S. Domingos e das mais ilhas francesas, e que adotando-se as medidas propostas pelo coronel Malenfant na sua excelente obra, não é incompatível a escravidão temporária de alguns novamente importados com a liberdade do resto⁶⁵².

O português se amparava na obra *Des colonies et particulièrement de celle de Saint-Domingue, Mémoire historique et politique* (1814) escrita por Charles Malenfant (1763-1827), militar francês que havia lutado nos conflitos que envolveram a independência do Haiti, e atribuía os equívocos de Sismondi quanto à questão ao fato do autor “nunca ter visto pelos seus olhos as colônias”⁶⁵³.

Os caminhos de Francisco Solano Constâncio e Hipólito da Costa cruzaram-se uma vez mais em agosto de 1822, quando o redator do *Correio Braziliense* comentou uma resenha da obra *Variétés Politico-Statistiques, sur la Monarchie Portugaise, dédiées a*

⁶⁵¹ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 63.

⁶⁵² CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 65.

⁶⁵³ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 65.

Mr. Le Baron Alexandre de Humboldt (1822) do francês Adrien Balbi (1782-1848) impressa nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* em abril daquele ano. Ainda que não fosse costume “do nosso Jornal fazer análises de análises”, Hipólito fazia uma exceção por considerar que o assunto da matéria “nos toca demasiadamente perto, para a deixarmos passar em silêncio”. Além disso, destacava que o artigo havia sido “escrito, pelo menos está assinado com as iniciais do primeiro Redator, que ultimamente foi nomeado Ministro da Corte de Lisboa em Washington”, em evidente referência à Solano Constâncio. Esta circunstância concedia ainda maior

peso às opiniões anunciadas nesta obra; porque combinadas elas com outras de igual tendência, publicadas por pessoas empregadas pelo Governo, claramente dão a entender o modo de pensar, as vistas políticas, e os desígnios do Governo de Portugal a respeito do Brasil⁶⁵⁴.

Mais do que pela obra em si, Hipólito admitia seu interesse nos “extratos que respeitam diretamente os negócios políticos do Brasil”, como a questão da capital do império, da prosperidade comercial de Portugal no período de permanência do rei no Rio de Janeiro, das vantagens recíprocas da relação econômica entre o reino ibérico e o Brasil e sobre a abolição do tráfico de escravos. Na resenha da obra de Balbi, Solano Constâncio defendia a existência de “vantagens comerciais” entre os dois países, o que dispensava a realização de tratados comerciais, uma vez que o Brasil “só produz gêneros comuns a quase todas as partes do mundo”, cujo preço cresceria “à medida que for diminuindo a população negra, resultado inevitável da próxima e forçosa abolição do comércio dos escravos”. Além disso, o fim da escravidão originava-se do “estado de infância em que se acha o grosso da população livre do Brasil”,

incapaz de melhorar a condição dos seus escravos de maneira a poder achar na reprodução dos africanos um elemento de prosperidade futura daquele belo e vasto mas despovoado país, onde os homens livres são quase universalmente consumidores improdutivos⁶⁵⁵.

⁶⁵⁴ CB, vol. XXIX, p. 237.

⁶⁵⁵ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 220.

No entender de Solano Constâncio, a escravidão impactava diretamente sobre as virtudes morais dos povos do Brasil, pois se baseava na “tirania de senhores ociosos” frente à “vileza de escravos oprimidos e semibárbaros”, o que impediria o “ingresso de emigrantes dos países cultos da Europa”. A situação não poderia ser mais diferente dos Estados Unidos e na América Espanhola, onde o “clima é em geral muito mais preferível ao do Brasil, cujos povos estão muito mais adiantados em civilização, e menos contaminados pelo número de escravos e pelos efeitos da escravidão”⁶⁵⁶. Em defesa das possessões portuguesas na África, consideradas por ele como as “únicas que podemos e devemos conservar”, Constâncio criticava diretamente o tráfico atlântico de escravos:

Só mentecaptos podiam conceber o projeto de transportar negros da costa da África para os fazer cultivar o Brasil. Este sistema, tão bárbaro como absurdo e mal calculado, condenando o Brasil a uma eterna infância, tem até ao dia de hoje obstado à civilização dos negros nas nossas possessões de África, e privado Portugal de um manancial de riqueza, que com bem pouco custo e sem violar os direitos sagrados da humanidade, podíamos e podemos ainda hoje desfrutar com prodigiosas vantagens, logo que, pondo um termo ao abominável tráfico dos negros, soubermos utilizar os seus braços na costa da África, ao passo que procurarmos cultivar as suas faculdades morais, fazendo-os dignos de gozar dos direitos sociais, de que os nossos irmãos africanos são tão dignos como nós⁶⁵⁷.

Hipólito da Costa atribuía a avaliação de Solano Constâncio sobre o aumento nos preços dos produtos do Brasil em decorrência da diminuição da população de negros ao desconhecimento de “um fato tão notório, como é o aumento de população, que tem tido o Brasil, desde que seus portos se abriram ao comércio estrangeiro”, respaldado nos relatos de vigiantes, com referência explícita às *Travels in Brazil* (1817) do inglês Henry Koster (1793-1820). Além disso, reconhecia como “proveitosa” a diminuição dos

⁶⁵⁶ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 220.

⁶⁵⁷ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 217.

escravos, que demonstraria “a necessidade da total extinção desse tráfico, ali introduzido pelos mandões Portugueses; praza a Deus, que os Brasilienses conheçam cedo, o interesse que nisso tem”. Afinal, assim como Constâncio, o redator do *Correio Braziliense* também defendia a abolição do tráfico, que teria como “consequência tão natural” o crescimento da imigração europeia para o Brasil. Em suas palavras, “a mesma abolição gradual ou simultânea da importação de escravos Africanos, deve atrair trabalhadores de outros países, aonde muitos se acham morrendo de fome, por não terem o emprego”⁶⁵⁸.

Quanto a influência da escravidão nas outras sociedades americanas e nos efeitos deletérios que possuía sobre o Brasil, Hipólito da Costa acreditava que a inexistência de uma “classe laboriosa dos produtores” de que falava Constâncio não impedia a formação de uma nação no Brasil, uma vez que “escravos eram os trabalhadores de Roma, e Roma foi Estado independente. Escravos tinham os Estados Unidos, e com eles se fizeram independentes”⁶⁵⁹. Ao mesmo tempo, o redator fazia questão de expor a manutenção de sua defesa do fim da escravatura:

Agora se nos disserem que é mui útil que se extingua a escravatura: nisso convimos da melhor vontade; e não temos dúvida, que logo o Brasil se veja livre do jugo dos Portugueses, que tanto inculcavam e necessitavam a escravatura, os Brasilienses conhecerão, que tanto a justiça como seus interesses requerem essa abolição, e eles adotarão essa medida⁶⁶⁰.

No mesmo artigo em que comentava as obras de Sismondi sobre a escravatura, Solano Constâncio demonstrava, assim como Hipólito da Costa, a adoção de uma concepção pragmática de economia política. Em sua percepção crítica sobre os princípios da economia clássica de Adam Smith, Constâncio suspeitava que havia “algum engano nos princípios dos escritores modernos”, a quem chamava de “autores especulativos”. Em

⁶⁵⁸ CB, vol. XXIX, p. 244-245.

⁶⁵⁹ CB, vol. XXIX, p. 250. CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 220.

⁶⁶⁰ CB, vol. XXIX, p. 250.

uma analogia com sua própria área de formação profissional, o redator português comparava os economistas clássicos com “alguns autores da medicina”, que compartimentavam o corpo humano e enxergavam apenas suas partes: “não vêm no homem senão fibras musculares, outros o sistema vascular ou nervoso, outros só olham para os fluídos”. Do mesmo modo, alguns escritores

não consideram no corpo político senão os lucros imediatos que procedem do emprego dos capitais, e da compra ou venda dos gêneros, aplicando o resultado dos seus cálculos a todas as nações e a todos os governos, como o médico (seja-me lícito tirar a comparação da minha profissão, que em nenhuma outra arte a acho mais apta e análoga) que pretende curar com o mesmo remédio todos os seus doentes, qualquer que seja a constituição deles⁶⁶¹.

Nos *Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, outro periódico português publicado na capital francesa a partir de 1818, Solano Constâncio voltava a expor sua percepção acerca da economia política. Em outubro de 1820, ao comentar a recente publicação dos *Princípios de Economia Política* (1820) escrito por Thomas Malthus, escrevia que o autor britânico era profundo conhecedor dos “limites das ciências cujos princípios expõe”, “que mais se compõe de verdades relativas que de proposições absolutas”. A obra, cuja tradução para o francês seria feita pelo próprio Constâncio, tendia “a provar que a economia política é uma ciência de proporções, e que nela não há verdades práticas absolutas”⁶⁶².

José Luís Cardoso, ao se debruçar sobre o pensamento econômico de Solano Constâncio, destacava a assimilação crítica dos pressupostos da economia política clássica exposta por Adam Smith e depois por Jean-Baptiste Say, David Ricardo e Thomas Malthus. Se, inicialmente o redator mostrava-se adepto a tais princípios, ao longo

⁶⁶¹ CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 67-68.

⁶⁶² CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995. p. 152. Cf. CARDOSO, José Luís. F. Solano Constâncio on political economy: A “Science of proportions”. *History of European Ideas*, 35, 2009. p. 228.

dos anos, segundo Cardoso, Constâncio passou a perceber a incapacidade de leis universais capazes de serem aplicadas a quaisquer realidades nacionais⁶⁶³. Não por acaso, a partir de 1815, expunha em seus periódicos sua renúncia aos princípios gerais da economia clássica e defendia a relevância da experiência prática para solução dos problemas nacionais. Como bem resume Cardoso, “such a critical attitude meant the triumph of a pragmatic approach to political economy: theoretical considerations could be set to one side whenever it was necessary to draw up policies that would have na impact on the development of different economic sectors”. Nesse sentido, a obra de Simonde de Sismondi foi fundamental para tal mudança, pois gerou “the rise of Constâncio’s social consciousness and his concern with the issues of social justice, inequality and social imbalances”⁶⁶⁴.

Os impasses entre Francisco Solano Constâncio e Hipólito José da Costa – ambos leitores de Simonde de Sismondi que escreviam para o público luso-brasileiro a partir de Londres e Paris – evidenciam a pluralidade de interpretações propiciada pela circulação das linguagens da economia política naquele espaço atlântico no início do século XIX. Esse espaço, ainda mais articulado ao Império luso-brasileiro em fase de desintegração, tornou-se uma área de disputas e de circulação de linguagens que debatiam os sentidos e os caminhos possíveis para alcançar a modernidade política e econômica. Nesse contexto, as convergências observadas entre Constâncio e Hipólito, principalmente no que se refere à defesa da abolição do tráfico de escravizados e à denúncia dos efeitos perniciosos da escravidão sobre a formação do cidadão, podem ser compreendidas a partir da recepção crítica que ambos realizaram do pensamento de Sismondi. Tais convergências podem ser explicadas, em parte, pelas leituras que fizeram do autor suíço, cuja concepção pragmática

⁶⁶³ Cf. CARDOSO, José Luís. The Road to Heterodoxy: F. S. Constâncio and the Critical Acceptance of Classical Political Economy. *History of Political Economy*, 31:3, 1999. p. 484.

⁶⁶⁴ CARDOSO, José Luís. F. Solano Constâncio on political economy: A “Science of proportions”. *History of European Ideas*, 35, 2009. p. 233.

da economia política, voltada para o papel da legislação econômica e dos efeitos desta organização para o bem-estar moral e material dos cidadãos, exerceu influência decisiva em suas percepções.

Ainda que emitissem suas análises e intervenções no interior de *linguagens políticas* amplas e relativamente compartilhadas – tal como concebidas por J. G. A. Pocock, constituídas por vocabulários disponíveis para a ação política – as posições de Francisco Solano Constâncio e Hipólito da Costa naquele contexto político não devem ser reduzidas a leituras comuns. As aproximações anteriormente destacadas, como a recepção comum da economia política de Sismondi, podem ser explicadas, em parte, por essa emissão de *atos de fala* no interior de linguagens semelhantes⁶⁶⁵. No entanto, as divergências entre eles se tornam igualmente significativas em virtude daquilo que Skinner chamava atenção ao afirmar que “devemos tentar apanhar não apenas o que as pessoas estão a dizer, mas também o que eles estão *a fazer* quando o afirmam”⁶⁶⁶. Em outras palavras, a análise da historicidade dos discursos exigiria mais do que a identificação da origem comum de ideias ou conceitos, e implicaria em compreender que tais *atos* buscavam intervir em contextos específicos e se voltavam à produção de feitos políticos concretos.

Nesse sentido, as trajetórias de ambos os redatores revelam distinções fundamentais que concorrem para explicar suas diferenças de perspectiva. Hipólito da Costa, nascido no sul da América Portuguesa, desenvolveu ao longo dos anos uma postura crítica às instituições do Antigo Regime português, marcada por sua prisão e posterior exílio em Londres. Da capital inglesa, tornou-se defensor da causa *brasiliense*,

⁶⁶⁵ Cf. POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012. p. 194-197.

⁶⁶⁶ Cf. POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012. p. 197. SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: _____. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Algés: DIFEL, 2005. p. 117, grifos no original.

especialmente após sua desilusão com o despotismo das Cortes de Lisboa, quando passou a advogar pela separação entre Brasil e Portugal⁶⁶⁷. Solano Constâncio, por seu turno, nascido em Lisboa, formou-se em Medicina nas Universidades de Edimburgo e St. Andrews, e manteve forte adesão à causa francesa e oposição à aliança entre Portugal e Inglaterra. Estabelecido em Paris desde 1808, onde passou a redigir diversos periódicos, foi crítico ferrenho dos Tratados assinados entre os dois países em 1810. Em maio de 1822, foi nomeado embaixador de Portugal nos Estados Unidos, cargo que ocupou até o ano seguinte⁶⁶⁸.

Assim, embora compartilhassem referências teóricas comuns, como a leitura de Sismondi, uma concepção pragmática de economia política e a atenção às implicações morais da organização econômica, Hipólito da Costa e Solano Constâncio divergiam em função de suas trajetórias pessoais, suas atuações políticas e os contextos institucionais que buscavam intervir: o primeiro, se voltava para a América; enquanto o segundo, ainda se prendia à Europa. Seus escritos, portanto, devem ser compreendidos como intervenções direcionadas na construção de projetos distintos para o futuro tanto de Portugal, quanto do Brasil, naquele conturbado contexto político das primeiras décadas do século XIX.

Ao ler e reinterpretar autores como Sismondi, Montesquieu e Helvétius, Hipólito da Costa não se limitava a traduzir suas ideias, mas as reformulava em função do debate político luso-brasileiro. Em sua *linguagem política*, o despotismo assumia centralidade a

⁶⁶⁷ CB, vol. XXVIII, p. 80-81.

⁶⁶⁸ Cf. CARDOSO, José Luís. F. Solano Constâncio on political economy: A “Science of proportions”. *History of European Ideas*, 35, 2009. p. 228-230. A trajetória de Solano Constâncio ainda é pouco estudada na historiografia luso-brasileira. Para atuação de Solano Constâncio como embaixador, ver: SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Um ano de diplomacia luso-americana: Francisco Solano Constâncio (1822-1823)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988. RODRIGUES, Tamara de Oliveira. *A Independência de Portugal. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1940)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

partir da definição negativa da liberdade política e civil fortemente inspirada em Montesquieu e, posteriormente, em Helvétius. Nas análises escritas no *Correio Braziliense*, a denúncia do despotismo das instituições e dos ministros portugueses vinha acompanhada de um projeto de melhoramento baseado na discussão pública dos atos de governo e na difusão dos princípios da economia política.

Os debates entre Hipólito José da Costa e Francisco Solano Constâncio evidenciam a complexidade das disputas travadas nos periódicos luso-brasileiros publicados em terras estrangeiras. Apesar de partilharem referências comuns, como a leitura crítica da escravidão e a incorporação da concepção pragmática da economia política formulada por Simonde de Sismondi, suas trajetórias, contextos e objetivos políticos os posicionavam de maneira diversa frente ao processo de independência do Brasil e dos projetos nacionais que surgiam.

Nesse sentido, os casos revelam que a circulação e recepção no mundo luso-brasileiro das *linguagens políticas* típicas das Luzes não se processava de modo homogêneo nem como mera reprodução das inovações políticas e econômicas de autores estrangeiros. Ao contrário, as leituras dos autores do liberalismo e da economia política eram mediadas pelos projetos políticos específicos e marcados por estratégias retóricas, disputadas em torno do sentido das obras, que resultavam em diferentes interpretações. A intensa produção periódica de Hipólito José da Costa demonstra não apenas os *ecos* dos debates europeus, mas sobretudo um constante esforço de tradução, adaptação e mediação das ideias e conceitos, mobilizadas com o objetivo de enfrentar os dilemas de um presente em profunda transformação.

CONCLUSÕES

*O Autor desta Obra Periódica conhece muito a influência dos Livros em qualquer Nação muito mais sendo escritos na sua própria língua; e assim ou ele cogitou ilustrar os Povos, e semeou erros sem querer, ou, preocupado por desgraçadas prevenções, se constitui o instrumento da ruína irremediável deste país. De qualquer modo que seja, é preciso destruir o erro, e preservar a Nação de um contágio tão maligno*⁶⁶⁹.

Publicadas sob anonimato, as palavras foram atribuídas mais tarde à pena do magistrado português e depois Ministro do Reino, José Joaquim Correia de Lacerda (1864-1826). A obra periódica, citada pelo autor, era o *Correio Braziliense* escrito por Hipólito da Costa, alvo de intensas perseguições por parte dos ministros da Corte de D. João no Rio de Janeiro. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e antigo protetor de Hipólito, em março de 1809, menos de um ano após a escrita do primeiro número do jornal, escrevia ao juiz da Alfândega da capital louvando a apreensão de volumes da obra, “que veio de Londres cheia de calúnias contra a nação e o governo inglês; cheio de atrozes falsidades contra várias pessoas” e, finalmente, repleto “das maiores absurdidades sobre a economia política”⁶⁷⁰. Por isso, ordenado pelo soberano, o ministro determinava

guardar o mesmo Aviso e obras, não o entregando a pessoa alguma e que o mesmo pratique com todas as cópias, e exemplares de semelhantes obras que possam vir para o futuro, não querendo S. A. R. permitir que se divulgue nos seus Estados uma obra cheia de veneno político, e falsidades e que pode iludir gente superficial e ignorante, além de ser um verdadeiro libelo⁶⁷¹.

As palavras atribuídas a José Joaquim Correia de Lacerda, que acusavam Hipólito de “semeador de erros” e de instrumento de ruína nacional, traduzem o temor que a

⁶⁶⁹ EXAME dos artigos históricos, e políticos, que se contém na collecção periódica intitulada *Correio Braziliense*, ou *Armazém Litteario*, no que pertence somente ao Reino de Portugal. Primeiro Vol. Lisboa: na Impressão Régia, 1810. Foi Mecenaz Dourado quem primeiro atribuiu a autoria do *Exame dos artigos históricos...* a José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda. Cf. DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. t.1, p. 295-302.

⁶⁷⁰ Apud DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 1, p. 270.

⁶⁷¹ Apud DOURADO, Mecenaz. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957. Vol. 1, p. 271.

palavra impressa podia despertar em um contexto de censura, de vigilância e de receio da subversão. Essa mesma percepção transparece nos ofícios de Rodrigo de Sousa Coutinho, que determinava a apreensão imediata dos volumes do jornal, por considerá-los repletos de calúnias e falsidades em matéria de economia política. Tais documentos revelam a força que se atribuía às ideias e às páginas de um periódico redigido em Londres, destinado ao mundo luso-brasileiro. A censura e apreensão dirigidas ao jornal revelam o quanto a palavra impressa – sobretudo aquela escrita no exterior e livre da vigilância régia – era vista como uma ameaça à monarquia portuguesa.

Neste contexto de intensas transformações no mundo luso-brasileiro, marcado pela migração da Corte de D. João para o Rio de Janeiro, pela eclosão da Revolução do Porto em 1820 e pela emancipação política do Brasil em 1822, o *Correio Braziliense* converteu-se em um espaço privilegiado para difusão de ideias ilustradas, da economia política e dos princípios do liberalismo. Através da seção *Literatura e Ciências* de seu periódico, Hipólito da Costa buscou ilustrar seus leitores com as novidades das ciências, do pensamento econômico, da literatura e da política. Neste periódico, o redator construiu uma verdadeira biblioteca em movimento, composta por mais de 1.800 impressos. Além de livros e folhetos, foram mobilizados periódicos portugueses, ingleses e franceses, fontes de informações e resenhas de outras obras.

Os livros e impressos citados ao longo dos 29 volumes do periódico revelam a vastidão de interesses e a pluralidade de temas que chegavam ao público luso-brasileiro através de suas páginas. A organização das subseções, a distinção gráfica entre obras inglesas e portuguesas e a incorporação de resenhas, listas e anúncios demonstram a dimensão desse trabalho de divulgação sistemática. Também se observou que Hipólito da Costa não tinha acesso direto a todas as obras mencionadas, uma vez que muitas informações vinham de outros periódicos, como a *Gazeta de Lisboa*, a *Gazeta do Rio de*

Janeiro e o *Jornal de Coimbra*. Essa relação reforça a centralidade dos jornais como canais de difusão e de legitimação do impresso no período. Ao mesmo tempo, a análise revelou a transformação do perfil da seção ao longo do tempo: das resenhas mais extensas e das referências literárias e científicas iniciais, passou-se, a partir de 1820, a um espaço mais voltado para obras políticas e jurídicas, em sintonia com os acontecimentos revolucionários que agitavam Portugal e reverberavam no Brasil.

Longe de se limitar à mera citação ou referência às obras, Hipólito da Costa ocupava diversas páginas do periódico com densas resenhas, longas análises e exames de livros e artigos dos mais variados assuntos, de diferentes idiomas e publicados em diversas regiões do mundo. Nestas resenhas, não apenas resumia o conteúdo das obras, mas as interpretava à luz das discussões políticas em curso, inserindo-as em seu projeto mais amplo de reforma. Assim, mobilizava *linguagens políticas* alinhadas aos valores do liberalismo político, do constitucionalismo e da economia política, articuladas a um desejo de modernização da sociedade. Em sua pena, as resenhas de livros e impressos deixaram de ser um simples exercício de erudição e converteram-se em instrumentos de crítica à realidade e intervenção no espaço público luso-brasileiro em formação.

A crítica ao despotismo, articulada principalmente a partir das leituras de Montesquieu e, posteriormente, de Helvétius, estruturou sua *linguagem política*. Como analisado no quarto capítulo, a liberdade aparecia definida em negativo, como ausência do arbítrio dos ministros e das instituições opressoras. A denúncia dos abusos também estava associada à defesa da discussão pública dos atos de governo e da difusão dos princípios da economia política. A oposição ao despotismo vinha acompanhada de um projeto de reforma, que conciliava a tradição ilustrada herdada do reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Sousa Coutinho aos ideais do liberalismo e da economia política.

Nesse sentido, destaca-se também a escolha de Hipólito de Costa por determinados autores e o afastamento em relação a outros. Sua preferência por Montesquieu, Helvétius e Sismondi, em detrimento de Voltaire e Rousseau, revela o caráter reformista e não revolucionário de sua adesão às Luzes. Como integrante da “geração de 1790”, Hipólito preservava laços com o universo do reformismo ilustrado do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que incorporava as novidades do liberalismo político e econômico. Essa posição explica tanto sua defesa intransigente da liberdade de imprensa quanto a ausência de uma proposta de ruptura radical com a monarquia portuguesa.

O diálogo com Simonde de Sismondi é particularmente revelador. Ao traduzir e divulgar trechos de sua obra, Hipólito aproximava-se de uma concepção de economia política como ciência aplicada ao bem público, cujo objetivo era orientar legisladores e ministros. A centralidade conferida ao conhecimento econômico evidencia sua crença na utilidade prática das ciências e no seu papel no progresso e na felicidade nacional. Nesse sentido, a economia política não era apenas um campo de saber, mas um instrumento de reforma e de modernização, capaz de conduzir a sociedade luso-brasileira para além das práticas do Antigo Regime.

Ao contrário de outros letrados de seu tempo, como José da Silva Lisboa, que, mesmo familiarizados com o pensamento ilustrado, permaneciam próximos da lógica cortesã do Antigo Regime, Hipólito construiu um discurso mais afinado com a crítica ao despotismo e com a defesa de reformas pautadas no conhecimento da economia política. Os debates travados com Francisco Solano Constâncio permitem vislumbrar a pluralidade de interpretações possíveis das mesmas referências ilustradas e liberais. Embora ambos compartilhassem críticas à escravidão e reconhecessem a relevância da economia política, divergiam em seus projetos políticos. Essas diferenças revelam que a recepção das Luzes

e do liberalismo no espaço luso-brasileiro não se deu de modo homogêneo, mas foi marcada por disputas e mediações específicas, ajustadas às circunstâncias e aos objetivos de cada ator.

O *Correio Braziliense*, portanto, não deve ser entendido como mero *eco* dos debates europeus, mas como espaço de tradução e de reformulação. Nele, conceitos e ideias estrangeiras eram apropriados, adaptados e disputados em função dos dilemas particulares do mundo luso-brasileiro, em um momento de intensas transformações políticas, como a Revolução do Porto e a emancipação política do Brasil. O periódico era, ao mesmo tempo, veículo de circulação de novidades internacionais e espaço de debates e discussões, no qual se elaboravam propostas e projetos para o melhoramento da nação.

Nesse contexto, Hipólito da Costa desempenhou um papel fundamental como mediador cultural e político, ao mobilizar seus livros e sua pena para enfrentar os dilemas de um presente em transformação. Sua obra revela, ao mesmo tempo, os ecos dos debates europeus e a originalidade de uma reflexão enraizada nas condições do mundo luso-brasileiro. Em seu jornal, os livros e periódicos convergiram com a experiência histórica do um império luso-brasileiro em desintegração e suas análises tornaram-se instrumentos de mobilização de uma linguagem política ilustrada que, ainda que marcada por ambiguidades, buscava construir os alicerces da modernidade luso-brasileira.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT), Condes de Linhares, mç. 18, doc. 3. Carta de Fr. José Mariano Veloso dirigida a Hipólito José da Costa, Lisboa, 2 de setembro de 1798.

PERIÓDICOS

CORREIO BRAZILIENSE ou Armazem Literario. Londres: Impresso por W. Lewis, Pasternoster-row, 1808-1822. Edição fac-similar, org. Alberto Dines. Brasília/São Paulo: Correio Braziliense/Imprensa Oficial, 2002.

Idade d'Ouro do Brazil, n. 48, 16 de junho de 1812. Bahia: na Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva.

Jornal de Coimbra, vol. V, n. XXIII, novembro de 1813.

SEGUNDO suplemento à Gazeta de Lisboa, número IV. Com Privilégio de Sua Alteza Real. Sábado, 30 de janeiro de 1802.

The Quarterly Review: August & December, 1811. Vol. VI. London: Printed by C. Roworth, Bell-yard, Temple-bar, 1811.

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.

COLLEÇÃO das Leis do Brazil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

COMPENDIO da Obra da Riqueza das Nações de Adam Smith traduzida do original inglês, por Bento da Silva Lisboa. Tomo III. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1812.

CONSTÂNCIO, Francisco Solano. *Leituras e Ensaios de Economia Política, 1808-1842*. Collecção de Obras Clássicas do Pensamento Português. Introd. José Luís Cardoso. Lisboa: Banco de Portugal, 1995.

COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia (1798-1799)*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2004.

- COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- COSTA, Hipólito José da. Memória sobre a viagem aos Estados Unidos em 1798 por Hipólito da Costa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tip. Brasiliense de Maximiliano Gomes Ribeiro, t. 21, v. 3, 1858.
- COSTA, Hipólito José da. *Narrativa da Perseguição*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2009.
- COSTA, Hipólito José da. *Nova Gramática Portuguesa e Inglesa*. Londres: Offic. Typograf. de F. Wingrave, 1811.
- D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, económicos e financeiros. 1783-1811*. Introd. e Dir. Andréa Mansuy Diniz Silva. Tomo II. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- DESCRIÇÃO da arvore açucareira, e da sua utilidade e cultura impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, bacharel formado em Leis, etc; actualmente empregado no serviço de S. A. R. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.
- DESCRIÇÃO de huma maquina para tocar a bomba a bordo dos navios sem o trabalho de homens, oferecida a Real Marinha Potugueza, e impressa de Ordem Superior, por Hippolyto José da Costa Pereira, Bacharel formado em Leis etc, actualmente empregado no serviço de S. A. R. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.
- DIDEROT, Denis & D'ALEMBERT, Jean Le Rond. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*. Vol. 4: Política. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- FERREIRA, Luís Gomes; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Erário Mineral*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002.
- HELVÉTIUS. Carta a Montesquieu (1748). Sobre seu manuscrito do Espírito das Leis. In: *Condillac, Helvétius, Degerando: Textos Escolhidos. Os Pensadores*. vol. XXVII. São Paulo: Abril, 1973.
- HELVÉTIUS. Do Espírito. In: *Condillac, Helvétius, Degerando: Textos Escolhidos. Os Pensadores*. vol. XXVII. São Paulo: Abril, 1973.

- HISTORIA Breve e Authentica do Banco de Inglaterra, com Dissertações sobre os Metais, Moeda, e Letras de Câmbio, e a Carta de Incorporação*; por T. Fortune, Author do Epítome dos Fundos, etc. Traduzida da Segunda Edição de Londres. Impressa por Ordem de S. Alteza Real, o Príncipe Regente, Nosso Senhor, por Hypolito José da Costa Pereira. Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1801.
- INSTRUÇÕES para o transporte por mar de arvores, plantas vivas, sementes, e de outras diversas curiosidades naturaes. Dadas a luz por Fr. José Mariano da Conceição Velloso*. Lisboa: Impressão Régia, 1805.
- INSTRUÇÕES do ministro Rodrigo de Souza Coutinho a Hipólito José da Costa. Palácio de Queluz, 22 de setembro de 1798. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997.
- LISBOA, Bento da Silva. Biographia dos Brasileiros Illustres pelas Sciencias, Letras, Armas e Virtudes. José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru. *Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil*, n. 3, 3º. Trimestre de 1838. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
- MANUAL Político do Cidadão Constitucional*. Lisboa: na Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1820.
- MEMÓRIA sobre a viagem aos Estados Unidos por Hipólito José da Costa Pereira. Lisboa, 24 de janeiro de 1801. Publicada em XAVIER, Paulo. *Hipólito José da Costa: um observador econômico na América*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro/Fundo Nacional da Cultura, 1997.
- MEMÓRIA sobre o Bronchocele, ou Papo da America Septentrional, por Benjamin Smith Barton, traduzida do inglez por Hyppolito José da Costa Pereira*. Lisboa: Typographia chalcographyca, typoplastica, e litteraria do Arco do Cego, 1801.
- MEMÓRIAS da vida de José Liberato Freire de Carvalho*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.
- NOTES on Rio de Janeiro, and the Southern Parts of Brazil; traken during a residence of tem Years in that country, from 1808 to 1818 by John Luccock*. London: printed for Samuel Leigh, in the strand, 1820.
- OBSERVAÇÕES sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil por José da Silva Lisboa*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810.

- OBSERVAÇÕES sobre a Prosperidade do Estado pelos liberais princípios da Nova Legislação do Brazil.* Por José da Silva Lisboa. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810.
- OBSERVAÇÕES sobre o Commercio Franco no Brazil. Pelo Author dos Principios do Direito Mercantil.* Rio de Janeiro: Na Impressão Régia, 1808.
- PRINCIPIOS de Economia Política, para servir de Introdução à tentativa econômica do autor dos Principios de Direito Mercantil.* Lisboa: na Impressão Régia, 1804.
- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia História da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais.* Estudo crítico de Maria Efigênia Lage de Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. *Novos Princípios de Economia Política (1819-1827).* Tradução de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba: Segesta Editora, 2009.
- SMITH, Adam. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações.* Volume II. 6ª. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2016.
- TRAVELS in Brazil by Henry Koster.* London: Printed for Longman, Hurst, Hees, Orme and Beown, Pasternoster-Row, 1816.
- VIAGENS Filosóficas ou Dissertação Sobre as importantes regras que o Filosofo Naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar Por D.V.* 1779. Manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das ‘luzes’ e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.14, n.3, jul.-set. 2007.
- ABREU, Jean Luiz Neves. Ilustração, experimentalismo e mecanicismo: aspectos das transformações do saber médico em Portugal no século XVIII. *Topoi*, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007.
- AIDAR, Bruno. Moeda, crédito e reforma do Estado imperial português: os escritos de D. Rodrigo de Souza Coutinho, 1783-1800. *Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13a Conferência Internacional de História de Empresas*, Niterói, 2017.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. O intelectual Hipólito José da Costa como pensador econômico. In: AXT, Gunter & SCHULER, Fernando (Orgs.). *Intérpretes do Brasil: Ensaio de Cultura e Identidade*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004.
- ALMODOVAR, António & CARDOSO, José Luís. *A History of Portuguese Economic Thought*. London, New York: Routledge, 1998.
- ALMODOVAR, António. Introdução. In: *José da Silva Lisboa. Escritos económicos escolhidos (1804-1820)*. Tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- ALMODOVAR, António. Processos de difusão e institucionalização da Economia Política no Brasil. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- ARAÚJO, Ana Cristina. *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.
- ARTHMAR, Rogério. David Hume e as finanças de James I. *Revista de Economia Política*, vol. 35, nº 3 (140), julho-setembro, 2015.
- ARTHMAR, Rogério. Say, Sismondi e o Debate Continental sobre os Mercados. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 39, n. 2, abril-junho 2009.
- ASTIGARRAGA, Jesús. Political Economy and Legislation. The great success of Filangieri's *Scienza della legislazione* in Spain (1780-1839). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, Colóquios, 2006.
- BAKER, Keith Michael. Politique et opinion publique sous l'Ancien Régime. *Annales. Economies, sociétés, civilisations*. n. 1, p. 41-71, 1987.

- BARATA, Alexandre Mansur. *Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência do Brasil (1790-1822)*. Juiz de Fora: Ed. UFJF; São Paulo: Annablume, 2006.
- BASILE, Marcelo. *A praga periodiqueira: liberdade de imprensa, protocolos de escrita e ação política na época da Independência*. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 51, set./dez. 2022.
- BATISTA, Felipe de Alvarenga. *Os Tratados de Methuen de 1703: guerra, portos, panos e vinhos*. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- BAUDRY, Hervé (Org.). *Bibliografia Médica Lusa. Obras impressas em Portugal no século XVIII*. Lisboa: CHAM Ebooks, 2023.
- BOUZA, Fernando. Comunicação, conhecimento e memória na Espanha dos séculos XVI e XVII. *Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias*, Lisboa, v. 19, segunda série, 2002.
- BREWER, John. *The Sinews of Power. War, Money and the English state, 1688-1783*. London: Unwin Hyman, 1989.
- BRIGOLA, José Carlos. Museologia e História Natural em finais de setecentos – o caso do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda (1777-1808). Actas do Colóquio "A Casa Literária do Arco do Cego", Separata da *Revista Anais. Série História*, Universidade Autónoma de Lisboa, vol. VII/VIII, pp. 219-244, 2000-2001.
- BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *Hipólito da Costa em Londres: libertadores, whiggs e radicais no discurso político do Correio Braziliense (1808-1812)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BUVALOVAS, Thais Helena dos Santos. *O Diário da minha viagem para Filadélfia: impressões de um ilustrado luso-brasileiro na América (1798-1799)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BUVALOVAS, Thais. *Hipólito da Costa na Filadélfia: Imprensa, maçonaria e cultura política na viagem de um ilustrado Luso-brasileiro aos Estados Unidos (1798-1800)*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2011.
- CARDOSO, José Luís & CUNHA, Alexandre Mendes. Discurso econômico e política colonial no Império Luso-brasileiro (1750-1808). *Tempo*, Niterói, v. 17, n. 31, 2011.
- CARDOSO, José Luís. A abertura dos portos do Brasil em 1808: dos factos à doutrina. *Ler História*, Lisboa, n. 54, 2008.

- CARDOSO, José Luís. A política colonial de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: CARDOSO (Org.). *A Economia Política e os dilemas do Império Luso-brasileiro (1790-1822)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- CARDOSO, José Luís. D. Rodrigo de Souza Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado. In: MOTA, Isabel Ferreira da & SPANTIGATTI, Carla Enrica (Coords.). *Tanto Ella Assume Novitate al Fianco: Lisboa, Turim e o intercâmbio cultural do Século das Luzes à Europa pós-napoleónica*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.
- CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crónica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, vol. 30, no. 59, junho de 2010.
- CARDOSO, José Luís. O liberalismo económico na obra de José da Silva Lisboa. *História Econômica & História de Empresas*, vol. 1, 2002.
- CARVALHO, Darcy. *Desenvolvimento e livre-comércio: as ideias Econômicas e Sociais do Visconde de Cairu. Um Estudo de História do Pensamento Econômico Brasileiro*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1985.
- CARVALHO, Debora Cristina. *Vida, diplomacia e sociabilidades: biografia política de D. Domingos de Sousa Coutinho (1762-1815)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.
- CINQUE, Fernanda Regina. *A educação no pensamento de Hipólito José da Costa: a ação pedagógica do Correio Braziliense no processo de Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2007.
- CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da & PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Contra o notório sistema de ignorância artificial: a reforma pombalina da Universidade de Coimbra. In: SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (Org.). *Ilustração, cultura escrita e práticas educativas*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.
- CRUZ, Miguel Dantas da. Pombal e o Império Atlântico: impactos políticos da criação do Erário Régio. *Revista Tempo*, Niterói, v. 20, 2014.
- CUNHA, Alexandre Mendes. Cameralist Ideas in Portuguese Enlightened Reformism. The Diplomat Rodrigo de Souza Coutinho and His Circuits of Intellectual Exchange. In: NOKKALA, Ere & MILLER, Nicholas B. (Eds.). *Cameralism*

- and the Enlightenment. Happiness, Governance and Reform in Transnational Perspective*. New York: Routledge, 2019.
- CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.
- DARNTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- DARNTON, Robert. O que é história dos livros? In: _____. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert. Os filósofos podam a árvore do conhecimento: a estratégia epistemológica da *Encyclopédie*. In: _____. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 4ª. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- DELEULE, Didier. Hume, os fisiocratas e o nascimento do liberalismo econômico. *Revista Discurso*, v. 47, n. 2, 2017.
- DENIPOTI, Cláudio. Tradutores médicos e a ideia de tradução em Portugal em fins do século XVIII: o caso dos livros de medicina. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.4, out.-dez. 2017.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 278, jan./mar. 1968.
- DIAS, Tania. Acréscimos, supressões, alterações, atalhos e retornos: Uma escrita em vaivém. In: COSTA, Hipólito José da. *Diário da minha viagem para Filadélfia*. Ed. Crítica: Tânia Dias. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- DÍAZ, María Nieves Saldaña. Freedom of the Press and Political Energy in John Milton's Areopagitica. *Revista Internacional Pensamiento Politico*, 213, 2007.
- DOURADO, Mecnas. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. 2v. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.
- FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

- FALCON, Francisco José Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru: Edusc; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.
- FARIA, Miguel F. Da Facilitação e da Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*. “Sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Biblioteca Nacional, 1999.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.
- FERNANDES, Ana Claudia. A revolução de Pernambuco nas páginas do Correio Braziliense e do Correo del Orinoco: linguagens, conceitos e projetos políticos em tempos de independência (1817- 1820). *Almanack Braziliense*, n. 9, maio 2009.
- FERNANDES, Ana Claudia. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FERRAZ, Márcia H. M. A produção do salitre no Brasil colonial. *Química Nova*, v. 23, p. 845-850, 2000.
- FERRAZ, Márcia; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M.; WAISSE, Silvia. Os estudos sobre a cochonilha entre os séculos XVIII e XIX: uma circulação controversa de informações. In: SILVA, Márcia Regina B. da & HADDAD, Thomás A. S. (Orgs.). *Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.
- FERRAZ, Márcia. A classificação das ciências na biblioteca do Conde da Barca. *Circumscribere: International Journal for the History of Science*, v. 19, p. 34-49, jun. 2017.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. Jornalismo e pensamento político. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- FERREIRA, João Pedro Rosa. O pensamento político de Hipólito da Costa. *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*. vol. 22, 2006.

- FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bezzone da Cruz. Redatores, livros e leitores em O Patriota. In: KURY, Lorelai (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: o Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.
- FERRONE, Vincenzo. *The Politics of Enlightenment. Constitutionalism, Republicanism, and the Rights of Man in Gaetano Filangieri*. London: Anthem Press, 2012.
- FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. Circulação e apropriação de concepções educativas: pensamento ilustrado e manuais pedagógicos no mundo luso-americano colonial (séculos XVIII-XIX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.32, n.03, p. 167-185, jul.-set. 2016.
- FORSTER, Antonia. Review journals and the Reading public. In: RIVERS, Isabel (Ed.). *Books and their Readers in Eighteenth-century England: New Essays*. Londres: Continuum, 2003.
- FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. Um visitante inglês na Bahia de 1800. *História*, São Paulo, UNESP, 2, 2003.
- FREITAS, Ricardo Cabral de. *Os sentidos e as ideias: a trajetória intelectual de Francisco de Mello Franco na ilustração luso-brasileira (1776-1823)*. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2017.
- GAEL, Patricia. The Origins of the Book Review in England, 1663-1749. *The Library: The Transactions of the Bibliographical Society*, vol. 13, n. 1, mar. 2012.
- GALVES, Marcelo Cheche. BASÍLIO, Romário Sampaio. PINTO, Lucas Gomes Carvalho. *Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão*. São Luís: Editora UEMA, 2019.
- GALVES, Marcelo Cheche. Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH-Brasil, 2013.
- GASPAR, Gabriel de Abreu M. “*Em Inglês brilhaste, em Português agora brilhas*”: tradução e circulação das obras de Alexander Pope no mundo luso-brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- GAUCHET, Marcel. *El desencantamiento del mundo: una historia politica de la religion*. Madrid: Editora Trota S.A., Universidade de Granada, 2005.
- GISLAIN, Jean-Jacques. La conversion de Sismondi. *Cahiers d'Économie Politique*, n. 64, 2013.

- GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para a sua história. Século XVIII-XIX*. Lisboa: Editorial Verbo, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Tradução no Arco do Cego: Revelações das Páginas de Rosto. In: PATACA, Emerlinda & LUNA, Fernando José (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019.
- HENRY, Monica. Les premières publications révolutionnaires des exilés hispano-américains aux Etats-Unis. *Transatlantica*. Revue d'études américaines. American Studies Journal, 2, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Apresentação. In: *Obras Econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição Crítica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ISRAEL, Jonathan. Montesquieu and the Enlightenment. In: CALLANAN, Keegan & KRAUSE, Sharon R. (Eds.). *The Cambridge Companion to Montesquieu*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.
- JACOB, Margaret C. *The Cultural Meaning of the Scientific Revolution*. New York: McGraw-Hill, 1988.
- JEFFRIES, Theodore W. A Biographical Note on Benjamin Smith Barton (1766-1815). *Isis*, 60(2), 1969.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC, 2004.
- KIRSCHNER, Tereza Cristina. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.
- KOEBNER, R. Despot and Despotism: vicissitudes of a political term. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes*, vol. 14, no. ¾, 1951.
- KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: _____. *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.

- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11, suplemento 1, 2004.
- KURY, Lorelai. O naturalista Veloso. *Revista de História* (São Paulo), n. 172, jan.-jun. 2015.
- LIMA, Ana Paula dos Santos. “Vacilante, incerto e louco”: o homem de ciência Baltasar da Silva Lisboa. *Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas*, v. 18, n. 33, 2018.
- LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. *Os viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- LUSTOSA, Isabel. His Royal Highness e Mr. da Costa. In: *Correio Braziliense, ou Armazém Literário*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. vol. III, t. 1, Estudos.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LUSTOSA, Isabel. *O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. Absolutismo político e liberalismo econômico: o Reformismo Ilustrado de José da Silva Lisboa (1800-1821). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 181 (483), mai./ago. 2020.
- LYTTELTON, Adrian. Sismondi, the republic and liberty: between Italy and England, the city and the nation. *Journal of Modern Italian Studies*, 17(2), 2012.
- MAESTRO, Marcello. Gaetano Filangieri and His Science of Legislation. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, Vol. 66, No. 6, 1976.
- MAGALHÃES, Pablo Iglesias. Caçador de Pedreiros-Livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria luso-brasílica (1799-1804). *Revista de História* (São Paulo), n. 176, 2017.
- MARQUES, Rita de Cássia. Sobre papos, águas, barbeiros e iodo: a História do Bócio Endêmico em Minas Gerais. In: MONTEIRO, Yara Nogueira (Org.). *História da saúde: olhares e veredas*. São Paulo: Instituto da Saúde, 2010.
- MASSAÚ, Guilherme Carmago. O que é o Código Civil para Vicente José Ferreira Cardozo da Costa: os portugueses e o Código. *Revista de Direito Civil Contemporâneo - RDCC: Journal of Contemporary Private Law*, Nº. 15, 2018.

- MAXWELL, Kenneth (Org.). *Chocolates, Piratas e outros Malandros: Ensaio Tropical*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MORA, Luiz Damas. O Dr. Manoel Constâncio (1726-1817) e a reestruturação do ensino cirúrgico em Portugal. *Revista Portuguesa de Cirurgia*, II Série, n. 8, março 2009.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005.
- MOREL, Marco. Entre estrela e satélite. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp, 2005.
- MOREL, Marco. O caminho incerto das Luzes francesas: o abade De Pradt e a Independência brasileira. *Almanack*, Guarulhos, n. 13, 2016.
- MÜCKE, Ulrich. José da Silva Lisboa. Conservatism and Liberalism between Europe and America. In: PIEPER, Renate & SCHMIDT, Peer (Eds.). *Latin America and the Atlantic World. El mundo atlántico y América Latina (1500-1850)*. Köln/Weimar/Wien: Böhlau Verlag, 2005. p. 187
- MUNARO, Luís Francisco & PACHECO, Roni Petterson de Miranda. A República Latino-americana das Letras: O Correo del Orinoco e o Correio Braziliense. *Anais do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte*. Intercom, Belém, 2014.
- MUNARO, Luís Francisco. *O jornalismo luso-brasileiro em Londres (1808-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das & BESSONE, Tânia Maria. Booksellers in Rio de Janeiro. The Book Trade and circulation of Ideas from 1808 to 1831. In: SILVA, Ana Cláudia Suriani da & VASCONCELOS, Sandra Guardini (Orgs.). *Books and Periodicals in Brazil 1768-1930. A Transatlantic Perspective*. Oxford: Legenda, 2014.

- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das & NEVES, Guilherme Pereira das. A Biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da Ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 425, 2004.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil. *Tempo*, Niterói, vol. 8, 1999.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*, Lisboa, n. 23, 1992.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Editora Revan/Faperj, 2003.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Pensamentos vagos sobre o Império do Brasil”. In: DINES, Alberto (Org.). *Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense*. Volume XXX, tomo 1, Estudos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- NOVAIS, Fernando Antônio & ARRUDA, José Jobson de Andrade. Prometeus e Atlantes na forja da Nação. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2(21), jul./dez. 2003.
- NOVAIS, Fernando Antônio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. *Revista de História*, São Paulo, v. 33, n. 67, 1966.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOVINSKY, Anita. Estudantes “afrancesados” na Universidade de Coimbra. A perseguição de Antônio de Moraes e Silva (1779-1806). In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *A Revolução Francesa e seu impacto na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1990.
- NUNES, Rossana Agostinho. *Nas sombras da libertinagem: Francisco de Mello Franco (1757-1822) entre luzes e censura no mundo luso-brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2011
- OLIVEIRA, Milena Fernandes. Hipólito José da Costa e as ideias econômicas d’O Correio Braziliense. *Intellèctus*, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 1, 2017.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *The Spectator. O Teatro das Luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: HUCITEC, 1995.

- PAPPÉ, H. O. Sismondi's System of Liberty. *Journal of the History of Ideas*, vol. 40, no. 2, apr.-jun., 1979.
- PATACA, Ermelinda & LUNA, Fernando (Orgs.). *Frei Veloso e a Tipografia do Arco do Cego*. São Paulo: Edusp, 2019.
- PATACA, Ermelinda M. & Rachel Pinheiro. Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, jan.-jun. 2005.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. Coleta, transporte e aclimação de plantas o Império Luso-brasileiro (1777-1822). *Museologia & Interdisciplinaridade*, vol. 9, nº. 5, jan./jun. 2016.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Agrarismo, Industrialismo, Liberalismo. Algumas notas sobre o pensamento económico português (1780-1820). In: CARDOSO, José Luís (Org.). *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. D. Rodrigo e frei Mariano: A política portuguesa de produção de salitre na virada do século XVIII para o XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 498-526, jul./dez. 2014.
- PEREIRA, Márcio Mota. A circulação de impressos pragmáticos publicados pela tipografia literária do Arco do Cego na capitania de Minas Gerais. *Estudios Históricos* – CDHRPyB, Uruguay, Año VII, nº. 14, Julio 2015.
- PEREIRA, Miriam Halper. Coroa, Império e Nação (1807-1834). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 171(447), abr./jun. 2010.
- POCOCK, J. G. A. O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática. In: POCOCK, J. G. A., MICELI, Sérgio (Org.). *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- POCOCK, J. G. A. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, jul./dez. 2012.
- POCOCK, J. G. A. The reconstruction of discourse: towards the historiography of political thought. In: POCOCK, J. G. A. *Political Thought and History: Essays on Theory and Method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

- POCOCK, J.G.A. Standing Army and Public Credit: the Institutions of Leviathan. In: HOAK, D. & FEINGOLD (Eds.). *The World of William and Mary. Anglo-Dutch Perspectives on the Revolution on 1688-1689*. Stanford: Stanford University Press, 1996.
- POMBO, Nívia. *Dom Rodrigo de Sousa Coutinho. Pensamento e ação político-administrativa no Império Português (1778-1812)*. São Paulo: HUCITEC, 2015.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2018.
- RAMOS, André da Silva. *Robert Southey e a Experiência da História de Portugal: Conceitos, Linguagens e Narrativas Cosmopolitas*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.
- RAPPARD, William E. La Conversion de Sismondi. *Swiss Journal of Economics and Statistics*, Swiss Society of Economics and Statistics, vol. 79, III, 1943.
- RICHTER, Melvin. Montesquieu, the politics of language, and the language of politics. *History of Political Thought*, vol. 10, no. 1, spring, 1989.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.
- ROCHA, Antonio Penalves. A difusão da economia política no Brasil entre fins do século XVIII e início do XIX. *Revista de Economia Política*, vol. 13, no. 4(52), outubro-dezembro, 1993.
- ROCHA, Antonio Penalves. *A Economia Política na Sociedade Escravista. Um estudo dos textos econômicos de Cairu*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- ROCHA, Antonio Penalves. A escravidão na economia política. *Revista de História*, São Paulo, 120, jan./jul., 1989.
- ROCHA, Antonio Penalves. Introdução. In: *Visconde de Cairu, Coleção Formadores do Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- SAFIER, Neil. Instruções e impressões transimperiais: Hipólito da Costa, Conceição Veloso e a ciência joanina. In: KURY, Lorelai & GESTEIRA, Heloisa (Orgs.). *Ensaio de História das Ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2012.

- SANTOS, Bruna Melo dos. O Correio Braziliense: um olhar sobre a sociabilidade maçônica. *Anais do XIV Encontro Regional da Anpuh-Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro, ANPUH-Rio, 2010.
- SANTOS, Nadja Paraense dos & FILGUEIRAS, Carlos A. L. O primeiro curso regular de Química no Brasil. *Química Nova*, vol. 34, no. 2, 2011.
- SCHUMPETER, Joseph A. *History of Economic Analysis*. Oxfordshire: Routledge, Taylor & Francis e-Library, 2006 [1954].
- SILVA, Andrée Mansuy Diniz. Introdução. In: D. Rodrigo de Souza Coutinho. *Textos políticos, econômicos e financeiros (1783-1811)*, tomo I. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un Homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1755-1812*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2 v. 2002-2006.
- SILVA, Aparecida Macena da. *A coluna "Reflexões" de Hipólito da Costa no Correio Braziliense (1808-1822): uma voz pela liberdade de imprensa, união do Brasil com Portugal e extinção de governos despóticos*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2010.
- SILVA, César Agenor Fernandes da. *O Correio Braziliense e seu projeto de civilização (1808-1822)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Franca, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Cultura Luso-brasileira. Da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*. 2ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821. *Revista de História*, São Paulo, v. 46, n. 94, 1973.
- SILVA, Rosemary Saraiva da. *Reflexões de Edmund Burke por Silva Lisboa: Nem tudo é o que parece ser*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.
- SIQUEIRA, Lamon Fernandes. *Hipólito da Costa e a Maçonaria: a formação da esfera pública moderna brasileira e o vocabulário político maçônico no Correio*

- Braziliense*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, 1969.
- SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: SKINNER, Quentin. *Visões da política: sobre os métodos históricos*. Alges: DIFEL, 2005.
- SOARES, Luiz Carlos Soares. Novas perspectivas para os estudos sobre a Ilustração inglesa. In: _____. *A Albion Revisitada. Ciência, religião, ilustração e comercialização do lazer na Inglaterra do século XVIII*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- SOARES, Luiz Carlos. *A filosofia natural e experimental na Inglaterra do século XVIII: um diálogo com a historiografia acerca da ideia de “Ciência” na “Era das Luzes”*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020.
- SOBRINHO, Babosa Lima. *Hipólito da Costa: pioneiro da independência do Brasil*. Brasília: Veterano Editora, Fundação Assis Chateaubriand, 1996.
- SOBRINHO, Barbosa Lima (Org.). *Antologia do Correio Braziliense*. Rio de Janeiro/Brasília: Editora Cátedra/MEC, Instituto Nacional do Livro, 1977.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. Adam Smith e o Ouro de Minas Gerais: o Tratado de Methuen. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 24, n. 17, outubro de 1976.
- TSOULFIDIS, Lefteris. Classical economists and public debt. *International Review of Economics*, vol. 54, 2007.
- TUAN, Mao-Lan. Simonde de Sismondi as an economist. *Studies in History, Economics, and Public Law*, no. 298, 1968.
- TUCK, Richard. História do pensamento político. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992.
- URBINATI, Nadia. Sismonde de Sismondi's aristocratic republicanism. *European Journal of Political Theory*, 12(2), 2013.
- VENTURI, Franco. Oriental despotism. *Journal of the History of Ideas*, vol. 24, no. 1, jan.-mar., 1963.
- VENTURI, Franco. *Utopia e Reforma no Iluminismo*. Bauru: EDUSC, 2003.
- VIGNERON, Robert. Review of Sismondi, 1773-1842. By Jean-R. de Salis. *The Journal of Modern History*, vol. 7, no. 2, jun., 1935.

- VILLALTA, Luiz Carlos. Montesquieu's Persian Letters and Reading practices in the luso-brazilian World (1750–1802). In: PAQUETTE, Gabriel (Ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its atlantic colonies, c. 1750–1830*. Farnham: Ashgate, 2009.
- VILLALTA, Luiz Carlos. Robinson Crusoe e Cartas Persas: romances, viagens e devir histórico (1719-1806). In: BORGES, Célia Maia (Org.). *Narrativas e Imagens*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006.
- VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo luso-brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil Colonial. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 11, suplemento 1, 2004.
- WEHLING, Arno. Cairu e o "Comércio Franco e Legítimo". *Revista Interdisciplinar de Direito*, v. 18, n. 1, jan./jun. 2020.
- WENNERLIND, Carl C. The Humean Paternity to Adam Smith's Theory of Money. *History of Economic Ideas*, vol. 8, no. 1, 2000.
- ZAROSKI, Pamella Sue. *Tecendo conexões ultramarinas – a participação de Hipólito da Costa nos planos econômicos de Dom Rodrigo de Souza Coutinho (1798-1800)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.